

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA

Ana Kelly Borba da Silva Brustolin

Itinerário do uso e variação de **nós** e **a gente** em textos escritos e orais de alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública de Florianópolis

Florianópolis (SC)

2009

Ana Kelly Borba da Silva Brustolin

Itinerário do uso e variação de **nós** e **a gente** em textos escritos e orais de alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública de Florianópolis

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Lingüística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Izete Lehmkuhl Coelho

Florianópolis (SC)

2009

Autora: Ana Kelly Borba da Silva Brustolin

Título: Itinerário do uso e variação de **nós** e **a gente** em textos escritos e orais de alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública de Florianópolis

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Linguística.

Florianópolis (SC), 5 de maio de 2009.

Professora Orientadora Dr^a Izete Lehmkuhl Coelho

Professora Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Dr^a Rosângela Hammes Rodrigues

Autor: Ana Kelly Borba da Silva Brustolin

Título: Itinerário do uso e variação de **nós** e **a gente** em textos escritos e orais de alunos do Ensino Fundamental da Rede Pública de Florianópolis

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação em Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Lingüística.

Florianópolis (SC), 5 de maio de 2009.

Professora Orientadora Dr^a Izete Lehmkuhl Coelho – UFSC

Professora Dr^a Célia Regina dos Santos Lopes – UFRJ

Professora Dr^a Edair Maria Görski – UFSC

Professora Dr^a Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti – UFSC (suplente)

AGRADECIMENTOS

À professora Izete Lehmkuhl Coelho, minha orientadora, por ter-me “aceitado” como sua orientanda e por ter feito de nossa convivência diária uma verdadeira arte de momentos cercados de repleta confiança, paciência, tempo e atenção. Pelas contribuições durante as aulas ministradas na Pós e por oportunizar o meu estágio de docência na graduação em administração (UFSC).

Acredito que uma das maiores oportunidades que tive em minha carreira foi poder cursar o mestrado. Na minha opinião, essa vitória tão importante deriva do “sim” à pergunta que te fiz no ano de 2006, na tua sala, quando buscava uma resposta positiva e acolhedora para as minhas angústias de professora-educadora. Te agradeço pelo carinho, delicadeza, exigência e disponibilidade nas orientações, e também pela amizade, paciência e bom-humor em todos os momentos. Tudo isso me inspirou a trilhar esse árduo caminho – embora ele também seja gratificante e encantador – de uma carreira acadêmica. Sem o teu apoio, este estudo não teria sido possível!

À professora Edair Görski pela sua capacidade de tornar nossas aulas de sociolinguística tão encantadoras, descontraídas e, ao mesmo tempo, informativas. Te agradeço também, Edair, pela inspiração diária de “querer ser um pouquinho do que és”. Isto me ajudou muito nos momentos de estudo intensivo...

Às professoras Edair Görski e Célia Lopes, por terem sido leitoras atentas e críticas dos textos por mim escritos e pelas contribuições, sugestões e direcionamento para o desenvolvimento desta pesquisa, dadas durante o evento *Bondeando* 2008/1, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC.

Às professoras Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti e Rosângela Hammes Rodrigues pelo incentivo e amizade dispensados no decorrer desse trajeto.

Ao Carlos Eduardo de Oliveira Lara pelas reflexões ao longo do ano de 2008 e pela realização do *abstract*.

Ao Guilherme May, Patrícia Floriani Sachet e Christiane Maria de Souza Nunes pela revisão textual do (longo) texto. Obrigada!

Aos amigos Patrícia Graciela da Rocha, Ani Carla Marchesan, Mariana Resenes dos Santos, Carlos Eduardo de Oliveira Lara, Diana Liz Reis, Lívia Mara de Assis, Rodrigo Acosta Pereira, Carla Cristofolini, Carine Haupt, Cláudia Andrea Rost, Leandra Cristina de

Oliveira, Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott, Ana Paula Seiffert e Gisele Iandra Pessini Anater, amigos incansáveis, sempre solícitos, dispostos e com uma palavra confortável e incentivadora. Acompanharam todo este processo tornando esta etapa, com certeza, muito mais leve e positiva. Obrigada pelo apoio, incentivo e confiança.

À minha amada família, meu pai Adão, minha mãe Inês e minha irmã Kátia, que sempre soube compreender as minhas diversas ausências e crises de *stress*, mas nunca deixou de me apoiar e tentar me alegrar e pôr para cima, apesar de esta escolha pessoal significar, de certa forma, um distanciamento.

Ao Amor da Minha Vida, Edinando Luiz Brustolin, que foi o primeiro a me motivar para esta escolha. Um homem íntegro, honesto, bem humorado, inteligente e acima de tudo amoroso e amigo que sempre me apoiou, ficou ao meu lado, me dando força quando tudo parecia estar perdido. Um homem que soube respeitar minhas ausências, minhas crises e desesperos e que soube entender quando, após a lua-de-mel, segui rumo a um congresso... A ele, que tanto se fez presente nas festas, leituras e formatação de meus textos, elaboração de gráficos, discussões de (sócio)lingüística, respostas de testes de atitude e outros dedico todo o meu esforço e coragem para chegar até aqui, pois pensando também no que ele pensaria/sentiria consegui alcançar nosso objetivo. Eu te amo, pra sempre!

Aos integrantes do Projeto *Varição lingüística e ensino de gramática nas escolas do Ensino Fundamental: um estudo do paradigma pronominal*, Chris, Bruno, Patrícia, Lívia e Paula. Em especial, agradeço à Christiane Maria Nunes de Souza e à Patrícia Floriani Sachet pela companhia nas escolas e na vida pessoal. Obrigada pelos bons momentos em que pudemos estar juntas.

Ao VARSUL/UFSC, por ter me acolhido tão carinhosamente dentre os seus e por ter me possibilitado o contato mais direto com o estudo e com a pesquisa. Lembro-me dos nossos grupos de estudo e me emociono...

À CAPES, pelo suporte financeiro durante parte do curso, à coordenação do curso de pós-graduação, aos professores do PGL e aos demais colegas de curso pelos momentos de crescimento e descontração.

Às quatro escolas que participaram prontamente dessa pesquisa e aos alunos-informantes que trouxeram vida às minhas idéias.

Agradeço, por fim, a Deus que colocou todas essas pessoas em meu caminho e que me permitiu, a todo o momento, a fé, a firmeza e o bom humor.

Creio que onde há prazer, o conhecimento está próximo.

Maria. Gabriela Llansol, Finita

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar a variação de **nós** e **a gente** (e suas possíveis realizações na desinência verbal *-mos* e *zero/ø* e *zer/ø* e *-mos*) na fala e escrita de alunos do ensino fundamental (5^a, 6^a, 7^a e 8^a série) em quatro escolas da rede pública de ensino de Florianópolis – região leste de Santa Catarina. A análise está apoiada na Teoria da Variação e Mudança Lingüística delineada por Weinreich, Labov e Herzog (1968) e Labov (1972, 2001, 2003) e leva em conta a influência de fatores lingüísticos e extralingüísticos no condicionamento das formas em variação. Esta pesquisa consistiu na observação do uso “real” desses pronomes e se efetivou partindo de uma proposta de narração solicitada aos alunos, que deveriam relatar a respeito de um momento marcante da vida deles, em conjunto, com outras pessoas – para se resgatar, preferencialmente, a primeira pessoa do plural. As amostras da pesquisa foram constituídas por produções textuais e entrevistas orais, no período de maio a outubro de 2008. Os resultados gerais já apontam para um uso efetivo da forma **a gente** na fala e na escrita dos alunos, como podemos constatar por meio dos resultados obtidos durante as rodadas que foram realizadas com a ajuda do pacote estatístico VARBRUL. Verificamos os seguintes contextos lingüísticos e extralingüísticos favorecedores para o uso de **a gente** na escrita e na fala, respectivamente: (i) marca morfêmica do verbo que o acompanha (*zero* e *-mos*), (ii) sujeito preenchido e nulo, (iii) modalidade: fala e escrita, (iv) saliência fônica, (v) paralelismo formal, (vi) sexo dos informantes e (vii) série (5^a, 6^a, 7^a e 8^a). Esse quadro aponta para o ensino de língua em que um dos primeiros objetivos e uma das primeiras atitudes do educador deve ser o reconhecimento da realidade sociolingüística presente na sala de aula e na comunidade em que está atuando. É fundamental realizar esse reconhecimento na realidade da sala de aula, sublinhando alguns pontos, como o da heterogeneidade lingüística, o dos possíveis usos da língua (escrita e falada) em diversas situações de interação no cotidiano, e outros; confrontando, deste modo, as diversas variedades presentes naquela determinada localidade e combatendo preconceitos entre os vários professores com seus alunos e entre os próprios alunos.

Palavras-chave: variação/mudança lingüística e ensino, pronome, fala e escrita

ABSTRACT

The aim of this work is to describe and analyze the variation of **nós** and **a gente** (and their respective realizations in the verbal ending *-mos* and \emptyset /null) in the spoken and written language of the students in the middle school (ensino fundamental) (5th, 6th, 7th and 8th grades) through four schools in the public system of education in Florianópolis – east region of Santa Catarina state. The analysis is supported by the theory of Linguistic Variation and Change, delineated by Weinreich, Herzog and Labov (1968) and Labov (1972, 2001, 2003) and it considers the influence of linguistic, and extralinguistic factors at the conditioning of forms in variation. This survey has consisted by the observation of “real” use of these pronouns and it was effected from a proposal of a narrative, solicited to the students, to report an impressing moment of their lives with other people, to get, preferentially, the first person of plural. The samples of the survey were constituted by textual productions and oral interviews, at the period from May to October 2008. The general results attest an effective use of the form **a gente** in the spoken and written language of the students, as we can verify through the results obtained by the rounds of the VARBRUL statistical packet. We have verified the following linguistic and extralinguistic favorer contexts for the use of **a gente** in the oral and written modalities, respectively: (i) morphemic mark of the verb, (ii) null or full subject, (iii) spoken and written languages, (iv) phonic salience, (v) formal parallelism, (vi) sex of the informants and (vii) school grades (5th, 6th, 7th e 8th). This scenery indicates a teaching of languages, which has as first aims and first educator’s attitudes the recognizability of the sociolinguistic reality present in the classroom and the community. It’s essential to effect this recognizability of the reality in the classroom, underlining some points, as the linguistic heterogeneity, the possible uses of language (oral and written modalities) in several situations in the quotidian, and others; confronting, this way, the diverse varieties present in a locality, fighting prejudices among the teachers and their students and among the students.

Key-works: linguistic variation/change and teaching; pronouns; oral and written modalities

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição do uso de <i>nós</i> e <i>a gente</i> em nossa amostra	165
Gráfico 2: Distribuição do uso total de <i>nós</i> e <i>a gente</i> na fala e na escrita.....	167
Gráfico 3: Distribuição do uso de <i>nós</i> e <i>a gente</i> na escrita da escola 3.....	200
Gráfico 4: Distribuição do uso de <i>nós</i> e <i>a gente</i> na fala da escola 3	204
Gráfico 5: Resultado geral do emprego de <i>a gente</i>	209
Gráfico 6: Que forma você falaria em uma situação formal?.....	214
Gráfico 7: Que forma você falaria em uma situação informal (com amigos, família)?.....	215

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Níveis da saliência fônica.....	153
Quadro 2: Graus de saliência fônica utilizados no estudo.....	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Paradigma dos pronomes pessoais	24
Tabela 2: Nós ou a gente e a faixa etária.....	28
Tabela 3: Nós ou a gente em EFs (AULAS)	29
Tabela 4: Efeito do cruzamento escolaridade vs. faixa etária na escolha das formas pronominais “nós” e “a gente”	32
Tabela 5: Pronomes aprendidos na escola e aprendidos no diálogo entre aluno e professor(a), segundo Freitas (1997)	33
Tabela 6: Pronomes pessoais sujeito, segundo Freitas (1997)	34
Tabela 7: Pronomes pessoais sujeito segundo Freitas (1997)	35
Tabela 8: Frequência e probabilidades de <i>nós</i> em relação ao sexo	37
Tabela 9: Ambientes favoráveis ao uso de <i>a gente</i>	39

Tabela 10: Atuação da escolarização nos falantes adultos em contato e sem contato com a escola sobre o uso da forma <i>nós</i>	41
Tabela 11: Atuação da renda sobre o uso da forma <i>nós</i>	42
Tabela 12: Atuação do mercado ocupacional sobre o uso da forma <i>nós</i>	42
Tabela 13: Ocorrências das formas pronominais <i>nós/a gente</i> em posição de sujeito.....	46
Tabela 14: Apagamento do –s final da DNP-P4 (N, % e peso) em relação à idade; dados de Porto Alegre dos anos 1970 (NURC) e 1990 (VARSUL)	51
Tabela 15: Apagamento do –s final da DNP-P4 (N e %) em relação à idade e década nos dados de fala culta de Porto Alegre (NURC e VARSUL)	51
Tabela 16: Resultados individuais para Amostra 80 (I) e Amostra 00 (I).....	57
Tabela 17: Décadas e número total de ocorrências das formas <i>nós</i> e <i>a gente</i> correspondentes a cada uma das onze obras analisadas por Borges (2004).....	58
Tabela 18: Contraste dos paradigmas pronominais + verbais utilizados na gramática normativa e em uso no PB atual	76
Tabela 19: Graus de saliência utilizados no estudo.....	154
Tabela 20: Frequência e probabilidade total de <i>a gente</i> , segundo as variáveis escrita e fala.	166
Tabela 21: Frequência e probabilidade de <i>a gente</i> , segundo a variável marca morfológica do verbo que o acompanha	168
Tabela 22: Concordância Verbal (valor da aplicação: <i>a gente</i>).....	170
Tabela 23: Frequência de <i>a gente</i> , segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e marca morfológica do verbo que o acompanha.....	171
Tabela 24: Evolução nos paradigmas flexionais do português.....	173
Tabela 25: Frequência e probabilidade de <i>a gente</i> , segundo a variável preenchimento do sujeito	175
Tabela 26: Frequência de <i>a gente</i> e de <i>nós</i> , segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e preenchimento do sujeito.....	176
Tabela 27: Frequência de <i>a gente</i> , segundo cruzamento entre as variáveis marca morfológica e preenchimento do sujeito.....	177

Tabela 28: Frequência e probabilidade de <i>a gente</i> , segundo a variável paralelismo formal..	179
Tabela 29: Frequência de <i>a gente</i> , segundo cruzamento entre as variáveis paralelismo formal e preenchimento do sujeito.....	181
Tabela 30: Frequência de <i>a gente</i> , segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e paralelismo formal.....	182
Tabela 31: Saliência fônica e uso de <i>a gente</i> vs. <i>nós</i>	187
Tabela 32: Frequência e probabilidade de <i>a gente</i> , segundo a variável saliência fônica	187
Tabela 33: Frequência de <i>a gente</i> , segundo cruzamento entre as variáveis tempo verbal e saliência fônica	189
Tabela 34: Frequência de uso de <i>a gente</i> , segundo a variável tempo verbal.....	190
Tabela 35: Frequência de <i>a gente</i> , segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e saliência fônica	192
Tabela 36: Frequência e probabilidade de <i>a gente</i> , segundo a variável paralelismo formal sujeito-objeto	193
Tabela 37: Frequência e probabilidade de <i>a gente</i> , segundo a variável social sexo dos informantes	194
Tabela 38: Frequência de <i>a gente</i> , segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e sexo dos informantes	195
Tabela 39: Frequência e probabilidade de <i>a gente</i> , segundo a variável série (5 ^a , 6 ^a , 7 ^a , 8 ^a)...	197
Tabela 40: Frequência de <i>a gente</i> , segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e série	197
Tabela 41: Frequência de <i>a gente</i> , segundo cruzamento entre as variáveis sexo e série (5 ^a , 6 ^a , 7 ^a , 8 ^a).....	198
Tabela 42: Frequência de uso de <i>a gente</i> na escrita, segundo a variável marca morfêmica do verbo que o acompanha	201
Tabela 43: Frequência de uso de <i>a gente</i> na escrita, segundo a variável paralelismo formal (sujeito-sujeito).....	202
Tabela 44: Frequência de uso de <i>a gente</i> na escrita, segundo a variável saliência fônica	203

Tabela 45: Frequência de uso de <i>a gente</i> na fala, segundo a variável marca morfêmica do verbo que o acompanha	204
Tabela 46: Frequência de uso de <i>a gente</i> na fala, segundo a variável saliência fônica.....	205
Tabela 47: Frequência de uso de <i>a gente</i> na fala, segundo a variável série (5 ^a , 6 ^a , 7 ^a , 8 ^a)	206
Tabela 48: Frequência de uso de <i>a gente</i> na fala, segundo a variável sexo dos informantes.	207
Tabela 49: Frequência de uso geral de <i>a gente</i> com base nas três rodadas: geral, só de escrita da escola 3 e só de fala da escola 3.....	208
Tabela 50: Porcentagem geral do uso de <i>nós</i> e <i>a gente</i> em testes de avaliação subjetiva	213
Tabela 51: Porcentagem geral do uso de <i>nós</i> e <i>a gente</i> em posição de sujeito na fala.....	213

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. O FENÔMENO EM ESTUDO	23
2.1. Introdução	23
2.2. O fenômeno em estudo	24
2.2.1. O paradigma pronominal nas gramáticas tradicionais	24
2.2.2. A alternância entre as formas pronominais <i>nós</i> e <i>a gente</i>	27
2.2.3. A variação na concordância verbal de primeira pessoa do plural <i>nós/a gente</i>	48
2.2.4. A gramaticalização de <i>a gente</i>	54
2.3. Questões, objetivos e hipóteses	66
2.4. Justificativa e apresentação do trabalho	67
2.5. Palavras finais do capítulo	70
3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	71
3.1. Introdução	71
3.2. A Teoria da Variação e Mudança Lingüística	72
3.2.1. Breves palavras sobre heterogeneidade lingüística	78
3.2.2. Trazendo ligeiramente: “comunidade de fala”	79
3.2.3. O vernáculo	82
3.3. Variáveis, variantes e regra variável: algumas reflexões	84
3.4. Fundamentos empíricos para uma Teoria da Mudança Lingüística	86
3.4.1. Quem não avalia? Discutindo o valor social de “nós” e “a gente”	89
3.5. As dimensões da variação lingüística	92
3.5.1. A variação estilística	98
3.6. Palavras finais do capítulo	102
4. CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO NO BRASIL: A VARIAÇÃO NA ESCOLA	103
4.1. Introdução	103
4.2. Educação Básica	103
4.2.1. Ensino Fundamental	104
4.2.2. Ensino Médio	105
4.3. A variação na escola	106
4.4. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	117
4.5. A sociolingüística e o ensino: Refletindo sobre a prática de português na sala de aula	122
4.6. As normas lingüísticas e as gramáticas	127

4.7. Palavras finais do capítulo	135
5. METODOLOGIA DO TRABALHO	137
5.1. Introdução	137
5.2. Percurso metodológico.....	137
5.3. A amostra utilizada	139
5.4. Suporte quantitativo	140
5.5. O envelope de variação.....	140
5.5.1. A variável dependente	141
5.5.2. Variáveis independentes lingüísticas.....	141
5.5.3. Variáveis independentes extralingüísticas.....	142
5.5.4. Testes.....	143
5.5.5. Preenchimento do sujeito.....	145
5.5.6. Marca morfêmica.....	146
5.5.7. Referência nós /a gente.....	148
5.5.8. Paralelismo formal.....	150
5.5.9. Saliência Fônica.....	152
5.5.10. Tempo verbal.....	154
5.5.11. Série/escolaridade.....	156
5.5.12. Faixa etária	157
5.5.13. Sexo	158
5.5.14. Escola.....	160
5.5.15. Fala e escrita	161
5.6. Palavras finais do capítulo	163
6. RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO	164
6.1. Introdução	164
6.2. Análise geral	164
6.2.1. Resultados e discussões da oposição entre a modalidade <i>fala x escrita</i>	166
6.2.2. Resultados e discussões das variáveis lingüísticas	167
6.2.2.1. Marca morfêmica	167
6.2.2.2. Preenchimento do sujeito	172
6.2.2.3. Paralelismo Formal (sujeito-sujeito)	178
6.2.2.4. Saliência fônica	185
6.2.2.5. Paralelismo formal (sujeito-objeto).....	192
6.2.3. Resultados e discussões das variáveis extralingüísticas	193
6.2.3.1. Sexo.....	193
6.2.3.2. Série.....	196

6.3. Rodadas somente com os dados de escrita da escola 3.....	199
6.4. Rodadas somente com os dados de fala da escola 3.....	203
6.5. Algumas reflexões sobre as modalidades, fala e escrita.....	207
6.6. Considerações finais do capítulo.....	216
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: AONDE NOS LEVA O ESTUDO PROPOSTO?.....	218
REFERÊNCIAS.....	223
ANEXOS.....	232

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, no português do Brasil (doravante PB), observamos uma alternância das formas **nós** e **a gente** para representar a primeira pessoa do plural, como podemos ratificar em inúmeros estudos realizados nesta área: Fernandes e Görski (1986), Albán e Freitas (1991), Freitas (1991), Albán et. al. (1991), Freitas (1997), Lopes (1993, 1998, 2007), Machado (1995), Naro et. al. (1999), Omena (1998, 2003), Seara (2000), Zilles, Maya e Silva (2000), Zilles (2005, 2006, 2007), Menon, Lambach e Landarin (2003), Borges (2004), Fernandes (2004), Silva (2004), Vianna (2006) e outros. Discutiremos, neste estudo, o uso e a variação das formas pronominais **nós** e **a gente** com o intuito de averiguar se o pronome **a gente** já está, de fato, inserido na língua escrita e falada dos alunos do ensino fundamental (5^a, 6^a, 7^a e 8^a série) em quatro escolas da rede pública de ensino na cidade de Florianópolis – região leste de Santa Catarina.

Como se sabe, a gramática tradicional não traz aspectos explicativos sobre mudança lingüística e sobre certos fenômenos recorrentes da língua falada, uma vez que tende mais a descrever a suposta norma padrão e prescrever regras. Uma possível reflexão ocorre mais comumente nas gramáticas normativas¹, embora algumas gramáticas intituladas “normativas” ainda se caracterizem como incompletas e incoerentes – por não refletir sobre diversas questões que rodeiam a língua e seus falantes –, isto é, acabam se equiparando às gramáticas tradicionais e se diferenciando apenas na denominação.

Apesar de o pronome **a gente** estar sendo empregado em diversas situações de comunicação e esferas sociais – ainda que, em muitas dessas vezes, sendo aplicado na linguagem coloquial – as gramáticas não o validam ou o registram no quadro pronominal. E como os professores de língua portuguesa estão tratando essa forma em sala de aula, no que se refere ao ensino do paradigma pronominal? Seguem estritamente o que prescreve a gramática normativa ou levam seus alunos a refletirem sobre a sua língua em uso?

Em relação ao paradigma pronominal do PB, prescrito pela gramática tradicional, que se refere às seis pessoas do discurso: eu, tu, ele, nós, vós, eles, uma constatação já pode ser feita: nessa classificação não se enquadram algumas formas pronominais “vivas e

¹ Para Travaglia (2007, p. 76) “gramática normativa” é concebida como: “uma atitude de despertar uma consciência de que a língua apresenta muitas variedades e que, devido a regras sociais, é mais adequado ou menos adequado usar a língua de um modo ou de outro, conforme a situação de interação em que estamos”, mas nesta dissertação, apesar de compartilharmos do mesmo raciocínio de Travaglia, deve-se entender o termo “gramática normativa” (GN) como “gramática tradicional” (GT), pois as que utilizamos para estudar tal fenômeno não condizem com o que afirma Travaglia. Ver mais na seção 3.4 do Cap III.

pulsantes” em muitos de nossos falantes como *você* (tu/você), *a gente* (nós/a gente) e *vocês* (vós/ vocês). Em relação ao **tu** e ao **você** e ao **nós** e **a gente**, essas formas pronominais estão em uso por muitos falantes e alternam-se, atualmente, no PB. Quanto ao **vocês**, este é um pronome bem mais usual hoje em dia, uma vez que o **vós** caiu em desuso, restringindo-se mais em situações especiais, como em missas religiosas, por exemplo, ou seja, não podemos mais dizer que **vós** e **vocês** concorrem entre si, visto que o **vós** está sendo pouco utilizado entre os falantes do PB e se especializou para certos usos apenas. Por outro lado, estudos mostram que a concorrência entre **tu** e **você** e **nós** e **a gente** é de motivação diferenciada: enquanto no primeiro caso há, por exemplo, um intenso fator geográfico e igualmente fatores estilísticos imbricados, no segundo há uma generalização maior de **a gente**, independentemente da região. Apesar de algumas formas pronominais ainda não fazerem parte de gramáticas, alguns autores já apontam que é uma abordagem fundamentada em dados reais e reflexiva que precisa ser realizada nas salas de aula. De acordo com Freitas (1997, p. 129):

Sem uma descrição do padrão que se quer ensinar, com base em dados reais e adequados, o ensino da gramática tornou-se ilógico e contraditório, tornando muito penosa a sua assimilação, já que não ousaria dizer aprendido.

Essas “outras formas pronominais” medeiam nossas relações e concorrem entre si perpassando de *boca em boca*, inclusive nas instituições de ensino. E o que se ensina entre quatro paredes? O que os manuais ou as gramáticas “esquipáticas”² pregam? Talvez esteja, aí, uma das razões para um ensino de língua portuguesa fracassado e antiquado.

Não temos, em nenhum momento, a pretensão de abdicar do ensino da norma culta³ (ou norma padrão real), aliás, a importância dessa norma não se discute, mas o que precisa ser feito nas escolas é uma discussão em torno dos diversos e possíveis usos da língua nas situações de interação em que os alunos estão inseridos para que consigam dominar as diversas normas, tendo cuidado para não impor a norma culta como um modelo exclusivo de uso da língua tanto na fala quanto na escrita, mas sim como uma variedade importante em nossa sociedade e que possui o seu lugar em certas ocasiões.

² Quando emprego este termo referindo-me às gramáticas “esquipáticas”, faço alusão ao poema *Aula de Português*, de Carlos Drummond de Andrade (1998), que pode ser encontrado no capítulo 2.

³ Em uma alusão ao termo tratado por Faraco, de agora em diante utilizarei este termo *norma culta* para referir-me à norma lingüística praticada, em certas situações (aquelas que envolvem determinado grau de formalidade), pelos grupos sociais que estão mais diretamente ligados à cultura escrita, especialmente por aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social. (FARACO, C. A., *In: BAGNO, M.*, 2002)

Geralmente, o que encontramos em algumas gramáticas intituladas “normativas”, no que se refere à concepção de língua e gramática, não é “uma atitude de despertar uma consciência de que a língua apresenta muitas variedades [...]”, como propõe Travaglia (2007), mas uma visão rígida de língua mergulhada em um sistema homogêneo, ou seja, a língua é desvinculada de seus usuários e, por conseguinte, social e historicamente descontextualizada, ao contrário do que sugere o autor. Já em relação à gramática tradicional, nos deparamos com um depósito de regras do bem falar e escrever, distribuídas estagnadamente nas categorias denominadas fonologia, morfologia, sintaxe e semântica.

Na sala de aula, muitas vezes, persistem atividades didáticas desvinculadas do uso real da língua e governadas pelas idéias de “certo” e de “errado”. Entretanto, trabalhar com ensino de Língua Portuguesa vai muito além dessa noção de “certo” e “errado” como foi dito por Barbosa (2007, p. 31):

Trabalhar com o ensino de Língua Portuguesa é muito mais do que relacionar o que é certo e o que é errado: é compreender seu funcionamento hoje, e no passado, em um processo dinâmico de capacitação dos alunos para a produção de textos orais e escritos os mais variados. Falamos do *aprimoramento* de uma habilidade a servi-los tanto na eficiente concatenação dos tópicos para uma atividade em sala de aula quanto para uma reunião de negócios em seus futuros empregos; tanto para a redação em um vestibular que venham a prestar quanto para a elaboração de relatórios técnicos em suas profissões vindouras. Falamos do aprimoramento que, pouco a pouco, conduz o alunado à formação de seu próprio estilo de escrever cartas, diários, páginas eletrônicas.

Sendo assim, a maneira como se ensina “gramática” e “português” nas escolas é, muitas vezes, ineficaz, porque a “Gramática da Língua Portuguesa” é posta totalmente afastada do sistema em uso da língua, sendo ensinada separadamente, como se língua e gramática fossem duas coisas completamente diferentes. Temos ciência, no entanto, de que a língua é uma atividade social, por meio da qual costumamos veicular informações e externar nossas emoções, caracterizando-se por ser:

um conjunto de usos concretos, historicamente situados, que envolvem sempre um locutor e um interlocutor, localizados num espaço particular, interagindo a propósito de um tópico conversacional previamente negociado. Uma gramática que assim entenda a língua (como é o caso da gramática funcional) procura os pontos de contacto entre as estruturas identificadas pelo modelo anterior e as situações sociais em que elas emergem, contextualizando a língua no meio social” (CASTILHO, 2000, p. 11)

Nas sociedades estratificadas como a nossa, como já nos mostrou Faraco (2002), há diversas normas, como a norma lingüística dos pescadores, a norma das comunidades rurais, a norma dos moradores do morro, a norma dos grupos juvenis urbanos, a norma da classe média, entre outras. Se afirmamos que a língua é um sistema heterogêneo e variável é

porque concebemos a existência de diferentes normas (ou usos). Norma, então, diz respeito à língua em funcionamento nas mais variadas situações comunicativas. Em um bar com os amigos, por exemplo, usa-se um estilo mais coloquial: “Me dá uma cerveja”, já em uma apresentação de dissertação de Mestrado valemo-nos, de modo geral, de um estilo mais formal: “Apresentar-se-á neste trabalho”, ou menos formal ainda, “Este trabalho consiste em...”.

De acordo com Scherre (2005, p. 43), em nome da *boa língua* pratica-se a injustiça social, muitas vezes humilhando o ser humano por meio da não-aceitação de um de seus bens culturais mais divinos. Conforme Monteiro (2000, p. 65) um dos preconceitos mais fortes numa sociedade de classes é o que se instaura nos usos da linguagem. Assim sendo, cabe ao docente discutir com seus alunos sobre as diversas variedades, fazendo-os ouvir e compreender as diversas variedades lingüísticas da sua língua materna, abandonando, assim, os preconceitos lingüísticos manifestados em sala de aula. O educador precisa assumir a sua posição e mediar este *choque*, viabilizando, ao mesmo tempo, o contato com as diversas variedades lingüísticas existentes na fala e na escrita, de modo a possibilitar o domínio dos discentes com estas em diversas ocasiões, ampliando não apenas a aprendizagem dos conteúdos escolares, mas a utilização dessas ferramentas para uma efetiva participação no contexto social.

Mais do que ensinar de forma rígida a gramática normativa, confunde-se gramática normativa com língua. Esquece-se que uma gramática normativa é normalmente a codificação de uma norma-padrão escrita com base em textos de escritores consagrados, acompanhada do registro de alguns aspectos lingüísticos das variedades de prestígio – as variedades associadas à fala da elite urbana dominante; que gozam de aceitação social. A língua real – sistema transmitido de geração em geração em circunstâncias naturais – é de riqueza e de complexidade ímpares, que ainda não se deixou descrever nem explicar, na sua totalidade, pelos lingüistas mais brilhantes. E esta mesma língua se rende à mente das crianças na mais tenra idade, que a dominam de forma invejável, sem qualquer ensino formal. (SCHERRE, 2005, p. 42-43)

Segundo Bortoni-Ricardo (2004), ao chegar à escola, a criança, o jovem, ou o adulto já são usuários competentes de sua língua materna, porém precisam aumentar a gama de seus recursos comunicativos para serem capazes de atender às convenções sociais, que determinam o uso lingüístico adequado a cada gênero textual, tarefa comunicativa e a cada tipo de interação. “Os usos da língua são práticas sociais e muitas delas são extremamente especializadas, isto é, exigem vocabulário específico e formações sintáticas que estão abonadas nas gramáticas normativas”. (BORTONI-RICARDO, p.75)

Desse modo, dependendo do domínio social que está em vigor, o usuário da língua valer-se-á de um grau de variação maior ou menor, já que

os falantes alternam estilos monitorados, que exigem muita atenção e planejamento, e estilos não-monitorados, realizados com um mínimo de atenção à forma da língua. Nós nos engajamos em estilos monitorados quando a situação assim exige, seja porque nosso interlocutor é poderoso ou tem ascendência sobre nós, seja porque precisamos causar uma boa impressão ou ainda porque o assunto requer um tratamento muito cerimonioso. De modo geral, os fatores que nos levam a monitorar o estilo são: o ambiente, o interlocutor e o tópico da conversa. (BORTONIRICARDO, 2004, p. 62-63)

A sala de aula é um ambiente propício para nos depararmos com uma grande variação no uso da língua, tanto na relação entre colegas quanto na relação de poder entre professor e aluno. É notável que tanto discentes quanto docentes desempenhem papéis sociais díspares, estes se valem de um monitoramento maior na sua linguagem em relação àqueles no evento de sala de aula. Podemos encontrar maior ou menor grau de monitoramento dentre eventos mediados pela língua escrita e oral; dentre eventos de sala de aula e eventos de corredores, dentre eventos de reuniões pedagógicas e eventos de conversas na sala dos professores, e assim por diante. Logo, a variação está relacionada aos diversos papéis praticados por cada um dos participantes na vivência em sociedade.

Como falamos acima, nos últimos anos, têm-se realizado diversos estudos sobre a alternância das formas **nós/a gente**. Pretendemos estudar essa variação, observando os fatores lingüísticos e extralingüísticos no ambiente escolar que condicionam o uso desses pronomes. Para tanto, utilizaremos a metodologia de cunho variacionista e para a análise estatística utilizaremos o pacote VARBRUL, levando em consideração as seguintes variáveis: *lingüísticas*: sujeito preenchido/nulo, marca morfêmica (\emptyset /*-mos*), referência dos pronomes **nós/a gente**, paralelismo formal, saliência fônica, tempo verbal; *extralingüísticos*: série, faixa etária, sexo, escola e modalidade: fala e escrita.

Nesse sentido, nossa intenção com esta pesquisa é, também, apurar se estudantes e professores de língua portuguesa das escolas de ensino fundamental selecionadas para este estudo já tomaram consciência dessa variação no que diz respeito a um fenômeno lingüístico (**nós e a gente**), que faz parte do paradigma pronominal (que se encontra em variação no PB), e aos reflexos dessa variação no campo de outros fenômenos variáveis como o preenchimento do sujeito e a concordância verbal.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro deles, nosso foco de interesse diz respeito ao fenômeno em estudo. A nossa análise está dividida em duas

seções. Na primeira, abordaremos a variação de **nós** e **a gente** do ponto de vista das gramáticas tradicionais (uma vez que estas não se caracterizam em “normativas” como apontado anteriormente), em seguida, abordaremos a variação de **nós** e **a gente** do ponto de vista dos estudos sociolingüísticos, buscando deslindar os processos lingüísticos e extralingüísticos que estão atrelados ao fenômeno em estudo.

No segundo capítulo situa-se a discussão em torno dos pressupostos teóricos que embasam a pesquisa aqui realizada, ou seja, a Teoria da Variação e Mudança. Nossa discussão concentrar-se-á no problema empírico da Avaliação e na “variação estilística”, a fim de “integrá-lo(a)” para as análises que apresentamos nos capítulos subseqüentes.

No terceiro capítulo, abordaremos a variação na escola e, conseqüentemente, sobre temas relacionados à sociolingüística e ao ensino, onde estão presentes discussões a respeito de: as normas lingüísticas e as gramáticas e das nuances entre a fala e a escrita, visando refletir sobre um ensino lingüístico de qualidade.

No quarto capítulo, é apresentada a metodologia do trabalho de dissertação; o envelope de variação constituído das variáveis (in)dependentes e estilísticas. Posteriormente, no quinto capítulo, discutiremos os resultados estatísticos do uso variável das formas **nós** e **a gente**, analisados a partir da Teoria da Variação e Mudança Lingüística.

Pretendemos fechar nossas discussões nas considerações finais, avaliando aonde nos levou o estudo proposto e, por conseguinte, a análise ora apresentada, com a certeza de que, ao menos, conseguimos responder a algumas questões... uma vez que: “por muito que **a gente** diga, **a gente** nunca diz nada.” (Fernando Pessoa)

2. O FENÔMENO EM ESTUDO

*Aula de português
 A linguagem
 na ponta da língua,
 tão fácil de falar
 e de entender.
 [...]*

*Professor Carlos Góis, ele é quem sabe,
 e vai desmatando
 o Amazonas de minha ignorância.
 Figuras de gramática, esquipáticas,
 atropelam-me, aturdem-me, seqüestram-me.
 Já esqueci a língua em que comia,
 em que pedia para ir lá fora,
 em que levava e dava pontapé,
 a língua, breve língua entrecortada
 do namoro com a prima.
 O português são dois; o outro, mistério.*

Carlos Drummond de Andrade

2.1. Introdução

Neste capítulo pretendemos relacionar, de maneira reflexiva e crítica, diferentes tratamentos dispensados às formas pronominais **nós** e **a gente** (bem como, de modo geral, ao paradigma pronominal), em gramáticas tradicionais (GT) e em estudos sociolinguísticos, com o objetivo de refletir acerca de uma proposta de tratamento para esta questão⁴ no decorrer da pesquisa.

Vamos apresentar alguns trabalhos que descrevem o uso variável de **nós** e **a gente** em diferentes regiões do país respeitando a ordem cronológica dos estudos de cada autor e a seguinte seqüência: o paradigma pronominal nas gramáticas tradicionais, a alternância entre as formas pronominais **nós** e **a gente**, a variação na concordância verbal de primeira pessoa do plural, a gramaticalização de **a gente**, questões, objetivos e hipóteses e, por fim, as palavras finais do capítulo.

⁴ A coleta e análise de dados serão discutidas nos capítulos IV e V e os resultados a que chegamos serão confrontados com os estudos apresentados neste capítulo.

2.2. O fenômeno em estudo

2.2.1. O paradigma pronominal nas gramáticas tradicionais

As gramáticas tradicionais, em geral, ao longo do tempo, não se referem ao pronome **a gente**⁵ da mesma maneira: algumas não lhe concedem qualquer espaço, outras o consideram e o classificam, ainda que essa classificação não seja a mesma de gramática para gramática.

Nesta seção, apresentamos a visão de Said Ali (1969, 1950) a respeito dos pronomes pessoais, seguida de Bechara (1999), Lima (1972), Sargentim (s/d) e Cunha (1995).

De acordo com Said Ali (1969, p. 61), o pronome “é a palavra que denota o ente ou a êle se refere, considerando-o apenas como pessoa do discurso”. Para o autor, os pronomes pessoais denotam as três pessoas do discurso: o indivíduo que fala (1ª pessoa), o indivíduo com quem se fala (2ª pessoa) e a pessoa ou coisa de que se fala (3ª pessoa). Apresentamos a seguir o paradigma para os pronomes pessoais, segundo Said Ali:

Tabela 1: Paradigma dos pronomes pessoais

	Pessoas do discurso	Formas de Sujeito ⁶
SINGULAR	1ª pessoa	eu
	2ª pessoa	tu
	3ª pessoa	êle, ela
PLURAL	1ª pessoa	nós
	2ª pessoa	vós
	3ª pessoa	êles, elas

Fonte: Said Ali (1969, p. 62-3)⁷

Embora tenha colocado o pronome **tu** no paradigma pronominal, o autor destaca que o emprego deste é muito restrito: “No trato familiar, é admissível havendo muita intimidade ou liberdade” (SAID ALI, 1969, p. 62). Conforme Said Ali, a forma **tu**, no Brasil, está sendo substituída pela forma **você**, equivalendo o plural, tanto de **tu** como de **você** à forma **vocês** e não à forma **vós**, pois esta, segundo o autor, já caiu em desuso⁸. Nesta gramática, no capítulo dedicado aos pronomes, em relação à variação das formas pronominais

⁵ Defendemos que **a gente** é um pronome pessoal de primeira pessoa do plural no PB, em variação com o pronome **nós**.

⁶ Said Ali também menciona as formas retas, nos exemplos trazidos por ele. Esses pronomes são os sujeitos da oração.

⁷ Quadro de estrutura nossa.

⁸ O **vós** é cultivado em preces, no estilo oratório, na poesia, na linguagem de ficção, falando de seres inanimados, e no estilo oficial (SAID ALI, 1969, p. 62).

nós versus a gente nada é comentado por ele. Porém, no capítulo destinado à concordância, o autor (1969, p. 155) destaca **gente** como substantivo:

A palavra *gente* pede adjetivo e verbo no singular:

Notou-se a presença de *gente estranha*.

Esperam que a *guerreira gente saia* (Camões).

Admira-se a gente do que vê.

Nos *Lusíadas* e em outras obras quinhentistas ocorrem entretanto exemplos de concordância no plural, quando, pela interposição de outros dizeres, o verbo ou o termo determinante vem afastado do vocábulo *gente*:

O grande estrondo a maura *gente* espanta, como *se vissem* hórrida batalha (Camões).

Vendo os nossos como *a gente* destas terradas *andavam* nadando por se acolher à terra (Barros).

A gente da cidade aquêle dia, *uns* por amigos, *outros* por parentes, *outros* por ver sómente, concorria, *saudosos* na vista e *descontentes* (Camões).

Embora, em especial, nesta seção, o autor não se refira ao pronome **a gente** como uma forma pronominal em variação no PB, menciona **gente** como um vocábulo que pede adjetivo e verbo no singular no tocante à concordância. E o que notamos atualmente, de modo geral, é que a concordância formal com **a gente** é realizada ultimamente com verbos em P3 (ou morfema \emptyset), como sugere Said Ali para a palavra “gente”, embora haja variações como veremos no decorrer deste estudo, como em: a) **a gente vai** e b) **a gente vamos**.

Said Ali, em um artigo denominado *Pessoas Indeterminadas* (s/d, p. 110), trata de **a gente** como uma forma em variação no PB, classificando-o como pronome indefinido que pode ser entendido como sujeito psicológico no sentido de pessoa ou pessoas indeterminadas, em que o verbo concorda com a terceira pessoa do singular. Nas palavras do autor:

O falar coloquial não se opõe obstinadamente ao que está em uso na linguagem literária e entre as pessoas cultas. Tanto se serve da expressão *a gente*, como do verbo acompanhado do pronome *se* para dar a entender que o sujeito psicológico do verbo é pessoa ou são pessoas indeterminadas. Inclina-se contudo a manter o verbo sempre no singular, contrariando inconscientemente o preceito gramatical, que requer concordância quando o sentido se completa com um nome ou pronome no plural e não precedido de preposição. (SAID ALI, s/d, p. 112)

Também Bechara (1999, p. 166) refere-se à forma pronominal **a gente** “em referência a um grupo de pessoas em que se inclui a que fala, ou a que está sozinha” e, segundo o autor, o uso de **a gente** se dá “fora da linguagem cerimoniosa”, substituindo os pronomes **eu** ou **nós**, estando o verbo sempre na terceira pessoa do singular. De acordo com o autor (1999, p. 555), estruturas como **a gente falamos** não são aceitas como silepse de pessoa (concordância ideológica), sendo avaliadas como inadequadas. Nas palavras de Bechara: “a

língua moderna impõe apenas uma condição estética, uma vez que soa desagradável ao ouvido a construção do tipo: *o povo trabalham* ou *a gente vamos*.”

Rocha Lima (1972, p. 98), por sua vez, divide os pronomes em seis grandes classes: pessoais, possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos e interrogativos, sendo que, nessa gramática, só é oferecido o paradigma tradicional, sem nenhum outro tipo de comentário.

Hermínio Sargentim (sem data, p. 128), em sua *Gramática Didática da Língua Portuguesa* para o 1º e 2º graus, traz a mesma colocação de Lima (1972). Ambos os autores, ainda mantêm uma visão rígida quanto ao uso de **tu/você**⁹, **nós/a gente**¹⁰, **vós/vocês**¹¹. Desse modo, essa gramática didática possui uma visão bastante tradicional, ignorando, de certa maneira, os estudos sociolingüísticos como veremos adiante, pois traz uma longa discussão sobre pronome, mas o tratamento dado a este não excede a realização de exercícios de repetição oral de estruturas ou exercícios escritos.

Por fim, Cunha (1995, p. 295), na secção *Formas de tratamento da 1ª pessoa*¹², discute o uso de **a gente** a substituir o pronome **nós** (i) e, também, o **eu** (ii), na linguagem coloquial, em que o verbo sempre concorda com a terceira pessoa do singular, conforme mostram os exemplos trazidos por ele, a seguir.

(i) “Há tanta mágoa nesta vida

Que **a gente** sofre sem dizer...” (A. Meyer, p. 102)

(ii) “Disse: _ **A gente** tem cada cisma de dúvida bobá, dessas desconfianças...” (G. Rosa, PE, 13)

(CUNHA, 1995, p. 295)

E ainda, quanto às formas **nós** e **a gente** segundo Lopes (2007, p. 105):

as gramáticas normativas e os manuais didáticos, que raramente explicam fenômenos já consagrados na linguagem coloquial, não apresentam uma posição coerente e única quando se referem à forma *a gente*. A classificação é, em geral, controvérsida, pois ora consideram *a gente* como “fórmula de representação da 1ª pessoa”, forma de tratamento, pronome indefinido ou, ainda, recurso para indeterminar o sujeito.

De maneira geral, observamos nas gramáticas consultadas que os autores ressaltam o fato de o uso de **a gente** ser mais freqüente na linguagem familiar falada. Outras gramáticas, como a de Lima (1972) e Sargentim (s/d), não dão qualquer espaço ao pronome **a**

⁹ Classificam apenas o **tu** no quadro de paradigma, sem mencionar o uso da forma pronominal **você**, bem como consideram ainda o pronome **você** apenas “como um pronome de tratamento familiar” (s/d, p. 136).

¹⁰ Classificam apenas o **nós** no quadro de paradigma, sem realizar nenhuma menção ao pronome **a gente**.

¹¹ Classificam apenas o **vós** no quadro de paradigma, sem nenhum comentário sobre o pronome **vocês**.

¹² Na secção *Pronomes pessoais e Formas dos pronomes pessoais*, entretanto, nada é falado sobre o **a gente**.

gente. Assim como Lopes (2007), constatamos certa cautela por parte dos autores pesquisados em incluir o pronome pessoal **a gente** no quadro dos pronomes pessoais. Verificamos que, para esses autores, o caráter pronominal de **a gente** é, sim, considerado, mas apenas em notas, observações de final de capítulo e em seções que não correspondem à seção destinada especialmente aos “pronomes pessoais”.

Notamos, desta maneira, na análise das obras supracitadas, uma postura ainda antiquada no que se refere ao uso de **a gente**. Em nenhuma das gramáticas examinadas foi incluído o pronome **a gente** no quadro de pronomes pessoais do PB, sendo que a explicação para o uso deste ficou restrita à linguagem coloquial, não sendo apontado na esfera da escrita, ainda que exemplos citados tenham sido retirados de textos literários. Assim, o famoso quadro dos pronomes pessoais persiste ainda nas gramáticas.

2.2.2. A alternância entre as formas pronominais *nós* e *a gente*

A Diva
Vamos ao teatro, Maria José?
Quem me dera,
Desmanchei em rosca quinze quilos de farinha,
Tou podre. Outro dia **a gente vamos**.
Falou meio triste, culpada,
E um pouco alegre por recusar com orgulho.
TEATRO! Disse no espelho.
TEATRO! Mais alto, desgrehada.
TEATRO! E os cacos voaram
Sem nenhum aplauso.
Perfeita.

Adélia Prado

Em contrapartida às descrições tradicionais, estudos recentes, sobretudo de cunho variacionista, realizados sobre a alternância das formas pronominais de primeira pessoa **nós** e **a gente**, como os de: Fernandes e Görski (1986), Albán e Freitas (1991), Freitas (1991), Albán et al. (1991), Freitas (1997), Lopes (1993, 1998, 1999, 2007), Machado (1995), Naro, Görski e Fernandes (1999), Omena (1986, 1998, 2003), Seara (2000), Zilles, Maya e Silva (2000), Zilles (2005, 2006, 2007), Menon, Lambach e Landarin (2003), Borges (2004), Fernandes (2004), Silva (2004), Vianna (2006), entre outros, ratificaram que a forma inovadora **a gente** vem superando a forma **nós** na língua falada nos últimos anos, embora tal processo não constitua ainda uma mudança completamente operada no PB. Apresentamos, então, alguns trabalhos que descrevem o uso variável de **nós** e **a gente** em diferentes regiões do país respeitando as cronologias dos estudos de cada autor.

Albán e Freitas (1991) avaliaram o uso das formas pronominais **nós** e **a gente** na função sintática de sujeito, relacionando a escolha de um ou outro pronome pelos informantes às variáveis: faixa etária, atitude assumida no diálogo (tensa ou distensa) e momento da elocução (primeiro, segundo e terceiro segmento/terço da gravação). Contaram com um *corpus*¹³ composto de três diálogos entre locutores de nível universitário do sexo masculino, distribuídos por duas faixas etárias: 25 a 35 anos (faixa 1 – F1) e 56 anos em diante (faixa 3 – F3), sendo os inquéritos de número 156¹⁴; número 208¹⁵ e o de número 234¹⁶ que compõem o arquivo sonoro do Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta no Brasil – NURC/Salvador. Dentre as variáveis analisadas para a seleção de **nós** e **a gente**, mostraram-se significativas a faixa etária e o momento da elocução. Albán e Freitas (1991, p. 86) constataram “vitalidade do uso em diálogos informais de **a gente** como forma pronominal do português do Brasil, ainda que não devidamente incorporada a dicionários e gramáticas”. Do ponto de vista etário, notaram que há maior incidência de uso de **nós** entre os informantes mais velhos que estão entre 56 anos ou mais (65%) e de **a gente** entre os mais jovens compreendidos entre 25 e 35 anos (79%).

Tabela 2: Nós ou a gente e a faixa etária

INQ.	Faixa etária 3 (56 anos em diante)		Faixa etária 1 (25 a 35 anos)	
	nós	a gente	nós	a gente
156	51 (66%)	26 (34%)	3 (60%)	2 (40%)
208	25 (51%)	24 (49%)	18 (21%)	67 (79%)
234	28 (80%)	7 (20%)	1 (8%)	12 (92%)
TOTAIS	104 (65%)	57 (35%)	22 (21%)	81 (79%)

Fonte: Albán e Freitas (1991, p. 81)

Em relação ao momento da elocução, identificaram, na seqüência dos três momentos, uma tendência ascendente ao emprego de **a gente** (1º terço com 39%, 2º terço com 58% e 3º terço com 68%) e descendente ao uso de **nós** (1º terço com 61%, 2º terço com 42% e 3º terço com 32%), quando avaliaram os dados relativos às duas faixas etárias consideradas conjuntamente. Porém, quando estudaram os dados de cada faixa etária separadamente, compreenderam que essa variável opera somente na opção pronominal realizada pelos informantes da faixa etária 3 (F3), que apresentam maior incidência de uso de **nós** no início da

¹³ Mesmo *corpus* de seu estudo iniciado em “Eu, você et alia em três diálogos” (ÁLBAN e FREITAS, 1980), conforme Albán e Freitas (1991, p. 75).

¹⁴ Diálogo ente informantes 197 (F3) e 198 (F1).

¹⁵ Diálogo ente informantes 273 (F3) e 274 (F1).

¹⁶ Diálogo ente informantes 305 (F3) e 306 (F1).

gravação (momento em que, geralmente, há maior formalidade lingüística). No nível diafásico, verificaram que, no tipo de discurso observado, a atitude do locutor parece não interferir na escolha entre **nós** e **a gente**. Por fim, ancoradas nesses resultados, as autoras concluem que o emprego significativo de **a gente** em diálogos confirma a vitalidade dessa forma pronominal no PB, pelo menos no que diz respeito ao registro coloquial/informal.

Freitas (1991, p. 91), em outro estudo, apurou o uso das formas “**nós** e **a gente** em elocuições formais”. A autora averiguou a preferência do falante culto, informante do Projeto NURC/Salvador, por uma das formas **nós** ou **a gente** quando em situação formal, nas chamadas elocuições formais (EFs). Para tanto, contou com um *corpus* formado de quatro inquéritos tipo elocução formal (EF) em sua modalidade aula, sendo que a duração prevista era cerca de 40 minutos. Os informantes eram todos do sexo masculino, sendo dois da faixa etária 1 (entre 25 e 35 anos) e dois da faixa etária 3 (acima de 56 anos)¹⁷. Nesse *corpus*, Freitas (1991) verificou a preferência pelo pronome **nós** nas duas faixas etárias, apesar de que na faixa 3, esta incidência do pronome **nós** se apresente ainda mais significativa.

Tabela 3: Nós ou a gente em EFs (AULAS)

FAIXA ETÁRIA	INQ	nós	a gente	TOTAL
F1	19	43	-	43
	31	1	28	29
F3	20	36	1	37
	34	24	1	25
TOTAL		104 (77.6%)	30 (22.4%)	134

Fonte: Freitas (1991, p. 97)

Comparando os resultados alcançados nesse estudo com os alcançados no estudo desenvolvido juntamente com Albán em três inquéritos, diálogos entre informantes F1 e F3, referente à norma culta de Salvador (exposto anteriormente), Freitas (1991, p. 101) verificou o seguinte: (i) as variáveis *faixa etária* e *momento da elocução* – atuantes no discurso do tipo diálogo entre dois informantes – não parecem determinar uma ou outra forma pronominal para as EF’s estudadas, ao passo que a variável *atitude do locutor* – pouco pertinente nos textos dialogados – se revelou importante nas EF’s; e (ii) possivelmente, *o tipo de texto* (mais ou menos formal) seja a variável condicionadora para o uso de **nós** ou **a gente** a partir da qual

¹⁷ Segundo a autora (FREITAS, 1991, p. 102), os inquéritos selecionados foram os de número 19 (informante F1), 20 (informante F3), 31 (informante F1) e 34 (informante F3).

as demais se organizam como fatores favorecedores ou desfavorecedores à realização dessa escolha.

Ainda, em outra investigação baseada em cinco informantes e documentador (DID) aplicados a informantes do sexo masculino com mais de 55 anos, procedentes das cinco¹⁸ capitais brasileiras que compõem o Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta no Brasil (NURC), Albán et al. (1991) estudaram a alternância de **nós** e **a gente** em contextos lingüísticos que representam diferentes possibilidades sintáticas de ocorrência dessas e de outras formas de expressão do EU AMPLIADO.

Albán et al. (1991) observaram uma heterogeneidade no desenvolvimento dos inquéritos, mesmo tendo em comum as variáveis faixa etária, sexo, tipo de elocução e tema do diálogo. Os fatores que contribuíram para essa heterogeneidade do uso das formas **nós** e **a gente** foram: (i) a condução do inquérito pelo documentador; (ii) o posicionamento no discurso e (iii) a competição de outras formas para expressar a indeterminação do sujeito.

No que se refere à diversidade diatópica, as autoras constataram o predomínio do pronome **nós** no locutor de Salvador, que se mostra o falante mais conservador do conjunto, e um desempenho inovador à utilização de **a gente** pelo informante de Porto Alegre (apesar de este constituir o H3 de 66 anos). Entretanto, de maneira geral, a incidência de **nós** ainda se mostra maior do que a de **a gente** no cômputo geral dos dados desse estudo.

Machado (1995) pesquisou sobre *os sujeitos pronominais nós e a gente: variação em dialetos de comunidades pesqueiras do norte fluminense*, com o aporte teórico da Sociolingüística Laboviana. Para tanto, contou com dados do Arquivo Sonoro do Projeto APERJ (Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro). A autora determinou os contextos que favoreceram o uso de um pronome em detrimento do outro, partindo da hipótese de que fatores de natureza sintática, semântica e/ou discursiva e de caráter social pudessem exercer influência sobre essa variação de sujeito pronominal. As entrevistas avaliadas foram dos tipos QUE (questionário etnolingüístico aplicado a informantes) e DID (diálogo entre informante e documentador). Os inquéritos foram efetuados com o apoio de um Guia Questionário de base léxica, organizado a fim de propiciar o levantamento da linguagem específica da pesca artesanal fluminense. A pesquisa contou com um *corpus* formado de 2.972 dados com uma amostra de fala de 72 pescadores, todos homens, analfabetos ou parcialmente escolarizados, distribuídos em três faixas etárias (18 a

¹⁸ A saber: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

35 anos, 36 a 55 anos, e 56 a 75 anos) e naturais de doze pontos de doze localidades de pesca do Norte fluminense, a saber: a) localidades de pesca fluvial: Itaocara, São Fidélis, Cambuci e São João da Barra – no rio Paraíba do Sul – e Itaperuna – no rio Muriaé – nos municípios de mesma denominação; b) localidades lacustres: Ponta Grossa dos Fidalgos e São Benedito – no município de Campos; c) localidades de pesca litorânea: Barra de Itabapoana, Atafona, Guaxindiba, Gargaú – no município de São João da Barra – e Farol de São Tomé – no município de Campos.

Em termos de frequência geral de uso, o trabalho mostrou que a forma **a gente** (72%) suplanta a forma **nós** (28%), sendo que essa frequência geral de uso de **a gente** acontece quando os dados de sujeito explícito e os dados de sujeito não-expresso são examinados conjuntamente, como quando analisados separadamente. A média de emprego do pronome **a gente** foi de PR 0,73, quando a autora considerou tanto os dados de sujeito explícito quanto os de sujeito implícito e de 0,71, quando considerou somente os dados de sujeito expresso.

Entre as variáveis independentes analisadas por Machado (1995), foram selecionadas como relevantes para a aplicação da regra variável em questão os grupos de fatores: a) no processamento de dados de sujeito explícito e implícito – **nós versus a gente**: paralelismo formal no nível discursivo; grau de determinação do referente; tipo semântico-funcional de verbo; faixa etária; localidade; saliência fônica e tempo verbal; b) no processamento de casos apenas de sujeito expresso – **nós versus a gente**: grau de determinação do referente; paralelismo formal no nível discursivo; tipo semântico-funcional de verbo; faixa etária; localidade; saliência fônica e tempo verbal.

No que diz respeito à idade, a tendência dos mais jovens é fazer uso de **a gente** (0,70), caindo significativamente esse uso ao passo que a idade avança, chegando ao peso relativo a 0,40 na fala dos mais velhos. A distribuição geográfica das variantes apresentou-se bem marcada, com um maior favorecimento ao emprego da forma **a gente** em Itaperuna, Atafona, São João da Barra, Gargaú e Guaxindiba; e um predomínio da utilização de **nós** em Barra de Itabapoana, Farol de São Tomé, Cambuci, São Fidélis e, especialmente, em Itaocara. Machado (1995) observou, ainda, que, nas três rodadas estatísticas que realizou durante o estudo, a escolaridade foi eliminada, porém a localidade foi selecionada, corroborando-se assim, a superposição entre localidade e escolaridade e a irrelevância do nível de instrução do falante no condicionamento dos sujeitos pronominais **nós e a gente** no *corpus* analisado pela autora. Ao que parece, neste estudo, tanto localidade como faixa etária são condições mais

relevantes que escolaridade. Cruzando esse grupo de fatores com a variável faixa etária, Machado (1995) constatou o seguinte:

Tabela 4: Efeito do cruzamento escolaridade vs. faixa etária na escolha das formas pronominais “nós” e “a gente”

Faixa Etária		Faixa A		Faixa B		Faixa C	
Escolaridade		Oco.	Freq.	Oco.	Freq.	Oco.	Freq.
analfabeto	nós	20/212	9%	181/536	34%	320/670	48%
	a gente	<u>192</u> /212	91%	<u>355</u> /536	64%	<u>350</u> /670	52%
até primário completo	nós	127/747	17%	88/537	16%	83/270	31%
	a gente	<u>620</u> /747	83%	<u>449</u> /537	84%	187/270	69%

Fonte: Machado (1995, p. 233)

De acordo com Machado (1995), a faixa A apresenta maior número de dados do pronome **a gente** de informantes mais escolarizados, totalizando 620 dados de **a gente** contra 192 dados de informantes analfabetos; já na faixa B o número de ocorrências de **a gente** de informantes mais escolarizados equivale ao de informantes analfabetos (355 e 449) e na faixa C há maior número de dados de **a gente** de informantes analfabetos (670 dados). Os resultados percentuais acima evidenciam que não há diferença significativa quanto à escolha dos sujeitos pronominais por informantes escolarizados e não-escolarizados, uma vez que existe uma tendência geral ao uso de **a gente** entre todos os falantes. Mesmo entre os da faixa C, que estão sujeitos a um comportamento mais conservador, há maior tendência ao uso de **a gente**, apesar de esta diferença percentual ser menor entre essa forma e **nós**. É interessante notar, acima, que a faixa B apresenta um número de dados de **nós** e **a gente** por tipo de escolaridade bastante equilibrado (536/537). Já na faixa A, os índices de **a gente** parecem equivaler-se, apesar de se observar um sutil aumento para o uso de **nós** entre os informantes alfabetizados. Destarte, podemos verificar através da tabela trazida por Machado (1995) que tanto os informantes analfabetos quanto os informantes com alguma escolaridade não só estão expostos à variação de **nós** e **a gente**, como fazem uso destas formas pronominais.

Freitas (1997), baseada em seus estudos com os dados do Projeto NURC, publicou dois volumes dirigidos aos professores de ensino fundamental e médio: “Os pronomes pessoais sujeito no ensino fundamental – Teoria gramatical e orientação ao professor” e “Os pronomes pessoais sujeito no ensino médio – Teoria gramatical e orientação ao professor”. No primeiro volume a autora almeja chegar a uma descrição gramatical clara e atual que corresponda à linguagem usada pelo professor, e a um jeito mais eficiente de ensinar a língua. Os exemplos trazidos pela autora no interior da obra foram retirados de gravações

que permitem o exame da fala de indivíduos nascidos em diferentes capitais do Brasil (1997, p. 12). A obra traz três tipos de textos: um deles, destinado ao professor que atua no ensino fundamental e que deverá ter um maior conhecimento sobre “o assunto a ser ensinado, assim como suas bases teóricas e sugestões metodológicas para as aulas” (FREITAS, 1997, p. 12); outro texto mais simples e conciso para o aluno; e um terceiro, que são as notas que apresentam um histórico conciso da pesquisa que deu origem ao manual.

A autora realiza uma comparação entre os pronomes pessoais sujeitos aprendidos na escola – segundo ela, aqueles que constam no livro didático de português – e os pronomes pessoais sujeito usados no diálogo entre aluno e professor(a).

Tabela 5: Pronomes aprendidos na escola e aprendidos no diálogo entre aluno e professor(a), segundo Freitas (1997)

Pronomes aprendidos na escola	Pronomes aprendidos no diálogo
Eu	eu
Tu	você¹⁹, a senhora
ele, ela	ele
Nós	nós, a gente
Vós	vocês
eles, elas	eles

Fonte: Freitas (1997, p. 21)

Como observamos na tabela 5 acima, na lista dos pronomes pessoais aprendidos na escola há as formas **tu** e **vós** que não aparecem na lista dos pronomes aprendidos no diálogo, segundo Freitas (1997). Porém, em Florianópolis, o **tu** é um pronome usado com bastante frequência e seria, portanto, um pronome aprendido no diálogo também. Na lista dos pronomes aprendidos no diálogo há, igualmente, as formas **você**, **vocês**, **a senhora** e **a gente** que não fazem parte da lista dos ensinados na escola, mas, por sua vez, estão em uso tanto na fala e escrita dos professores quanto na fala e escrita dos alunos atualmente. A autora (1997, p. 17) questiona: “quais são, na realidade, os pronomes pessoais sujeito?”

Nas palavras dela (1997, p. 18): “o exame que Émile Benveniste (1966) faz dos pronomes pessoais esclarece que eles podem ser divididos em dois grupos: os que representam as pessoas do diálogo e os que não representam essas pessoas.” A autora adota essa divisão e, com base nela, tenta formular uma definição desses pronomes.

¹⁹ Em Florianópolis também caberia o pronome pessoal **tu** como “pronomes aprendidos no diálogo”, uma vez que o uso deste é recorrente entre os falantes dessa região.

Na linha de Freitas (1997, p. 18), as pessoas que fazem parte do diálogo são: “o emissor, representado pelo **eu** e que faz parte de **nós** e de **a gente**; o receptor, representado por **você, tu, o senhor, a senhora**, e que faz parte de **vocês, vós, os senhores, as senhoras**. Os que não fazem parte do diálogo são **ele, ela** e **elas**.”

Retomando o diálogo “O escolar e o pronome” – texto de abertura do capítulo 2 de sua obra: um convite à reflexão – a autora analisa o seguinte exemplo (1997, p. 19):

“_ Pois é. A aula vai começar e os meus colegas... eles estão me chamando. Amanhã **a gente** se vê, ou melhor, **nós** nos veremos.”

Nesse trecho, quando o aluno diz “**a gente**”, está falando dele próprio – o emissor – e da professora – a sua receptora. O mesmo vale para o pronome **nós**, anteriormente mencionado. Esse significado pode variar, se varia o contexto.

Assim, após realizar algumas reflexões acerca dos pronomes pessoais sujeito, a autora chegou ao seguinte resultado, em especial, sobre o **nós/a gente**:

a) (**nós/a gente** = emissor + receptor)

Lúcia, **nós** já podemos conversar, não é?

Paulinho, agora **a gente** vai bater um papo.

b) (**nós/a gente** = emissor + receptor + outros)

Júlio, quando os seus colegas chegarem, vou propor que **nós** organizemos uma festa de encerramento de ano.

Paulinho, eu, você e Júlio, **a gente** pode ir ver um show de rock.

c) (**nós/a gente** = emissor + outros)

Professora, eu e os meus colegas, **nós** vamos à biblioteca.

Professora, eu e José, **a gente** pode ir ver um show de rock? (1997, p. 20)

Ou seja, para Freitas (1997) os pronomes **nós** e **a gente** podem significar em um contexto de fala: emissor + receptor; emissor + receptor + outros; e emissor + outros.

Em seguida, Freitas (1997, p. 21) apresenta, então, a sua definição e listagem dos pronomes pessoais sujeito, que são:

Tabela 6: Pronomes pessoais sujeito, segundo Freitas (1997)

Eu	nós, a gente
você, tu, o senhor, a senhora	vocês, vós, os senhores, as senhoras
ele, ela	eles elas

Fonte: Freitas (1997, p. 21)

Segundo a autora, em algumas regiões do Brasil, no Rio Grande do Sul, por exemplo, emprega-se o **tu** ao lado de **você**, porém se o diálogo for mais formal as formas **senhor** e **senhora** podem ser utilizadas. Sobre o **vós**, ela diz que:

O pronome **vós** é raramente encontrado, aparecendo principalmente em textos antigos e na literatura religiosa, enquanto **vocês** pode comutar, a depender do grau de formalidade do diálogo, com **os senhores** e **as senhoras**. (FREITAS, 1997. p. 21)

E a respeito do **a gente** a autora fala que algumas vezes os pronomes **nós** e **a gente** se apresentam com “conteúdo menos definido, chegando mesmo a ser difuso” (p. 23) e apresenta o seguinte exemplo:

“_ Aqui em Recife, **a gente** tem mais facilidade de comer mesmo a lagosta.”

Neste exemplo, Freitas (1997, p. 23) comenta que o emissor incluiu na sua fala qualquer pessoa que estivesse em Recife ou que conhecesse a cidade, sem definir quem era essa pessoa; por essa razão, ela diz que o conteúdo se caracterizou como “menos definido”, visto que não sabemos de quem se trata, pode ser qualquer pessoa.

Por fim, o manual organizado pela pesquisadora traz, então, os pronomes pessoais sujeito em uso no português atual e o seu significado:

Tabela 7: Pronomes pessoais sujeito segundo Freitas (1997)

Os pronomes pessoais sujeito e o seu significado			
eu	emissor	nós, a gente	emissor + receptor (es) emissor + receptor(es) + outro (s) emissor + outro (s)
você, tu, o senhor, a senhora	emissor	vocês, vós os senhores, as senhoras	receptor + receptor(es) receptor + outro (s)
ele, ela	outro, outra	eles, elas	outros, outras

Fonte: Freitas (1997, p. 24)

A obra de Freitas (1997) consegue efetivar uma ponte entre pesquisa lingüística e aplicação ao ensino, preenchendo uma lacuna que existia entre esses dois universos, visto que muitos estudos vêm sendo realizados a respeito do paradigma dos pronomes pessoais no meio acadêmico, sem, entretanto, chegar ao alcance dos professores do ensino fundamental e médio.

Podemos citar ainda a pesquisa de Lopes (1993), baseada no trabalho pioneiro de Omena (1986), em que a autora analisa a alternância de **nós** e **a gente** no português falado culto do Brasil, identificando, além dos fatores sociais, os ambientes lingüísticos que condicionam o emprego desses pronomes na função de sujeito. Partindo dos pressupostos da Teoria da Variação, e levando em conta a distribuição dos dados por três regiões do país:

Sudeste (Rio de Janeiro), Sul (Porto Alegre) e Nordeste (Salvador), Lopes (1993) realizou sua análise fundamentando-se em uma amostra da década de 1970 do Arquivo Sonoro do Projeto NURC/Brasil, verificando ainda se: (i) houve uma nuance semântica que distinguisse os usos de **nós** (quando o referente é [+ determinado]) e o uso de **a gente** (com valor [- definido]); (ii) a substituição de **nós** por **a gente** é um fenômeno de variação estável ou de mudança lingüística; e (iii) o comportamento de **nós** e **a gente** no *corpus* do NURC, de falantes com formação universitária, opõe-se ao do *corpus* de Omena (1986), de falantes com pouca escolaridade. Lopes (1993), assim como Omena, tratou de dois outros aspectos correlacionados a esse fenômeno variável: presença de pronome sujeito **nós/a gente** *versus* anáfora zero e realização *versus* não-realização da regra de concordância verbal.

O *corpus* da pesquisa compôs-se de dados coletados em entrevistas com homens e mulheres de nível universitário, distribuídos em três faixas etárias (25-35 anos; 36-55 anos; mais de 56 anos) e em três capitais brasileiras (Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador). Na amostra da autora a respeito do português culto falado, o uso do pronome **nós** revelou-se mais significativo que o de **a gente**, computando-se na análise geral 562 dados de sujeito **nós**, explícito ou não, contra 410 de sujeito **a gente**, explícito ou não, de um total de 972 dados. Dos 972 dados, 523 são dados de mulheres e 449 de homens. Em relação à idade, a distribuição se dá bem equilibrada: 253 dados de jovens, 333 de adultos e 386 de idosos.

A autora controlou os seguintes fatores lingüísticos e sociais: manutenção/mudança de referência, determinação de referentes, marcadores discursivos, saliência fônica, tipos de oração, orações, tipos de discurso, tempo verbal, sexo, faixa etária, cidade, eu-ampliado, identificação da forma antecedente no paralelismo e modalização (auxiliares modais [dever, poder, querer etc] e verbos de opinião ou expressão cristalizada "eu acho que", outros verbos). Dentre as variáveis independentes consideradas, a autora salientou a atuação destas: paralelismo formal, sexo, faixa etária, região, eu-ampliado, tempo verbal e modalização, sendo que os outros grupos de fatores (mudança de referente, gênero discursivo, tamanho de grupo e tipo de oração) não foram considerados pertinentes na rodada global, mas, pelo fato de terem sido selecionados em algumas subamostras, foram levantadas discussões no decorrer do estudo. Com relação às variáveis sociais, Lopes destacou as tendências seguintes: (i) no nível diastrático, relativo equilíbrio na frequência de uso de **nós** e **a gente** entre adultos com formação universitária completa e maior expressividade de **a gente** entre informantes mais jovens e de **nós** entre falantes mais idosos; (ii) no que tange ao fator sexo, um sutil favorecimento ao emprego de **a gente** por mulheres e de **nós** por homens; e (iii)

no plano diatópico, maior recorrência do emprego de **a gente** na cidade do Rio de Janeiro e maior frequência do uso de **nós** em Porto Alegre e Salvador.

Tabela 8: Frequência e probabilidades de *nós* em relação ao sexo

Fator (SEXO)	Número de ocorrências	%	PR
Mulheres	256/523	49	.41
Homens	308/449	69	.61

Fonte: Lopes (1993, p. 62)²⁰

Quanto ao condicionamento lingüístico, o estudo da autora confirmou as hipóteses de: (i) favorecimento da repetição do antecedente formal, em especial com a manutenção da referência, em uma série discursiva, assim, em uma seqüência discursiva o pronome **a gente** ocorre quando precedido de outro **a gente** ou verbo na 3ª pessoa do singular sem sujeito explícito. O mesmo acontece com o pronome **nós** que, tende a se repetir no paralelismo discursivo, todavia, quando o referente é diferente, a forma escolhida pelo falante também se altera; (ii) distinção no emprego dos pronomes de 1ª pessoa do discurso no plural com a preferência do falante pelo emprego de **nós** para se referir a ele mesmo e mais o interlocutor (não-eu), ou a não-pessoa: referente [+perceptível] e [+determinado] e pelo uso de **a gente** nos contextos de referente [+ indeterminado] e de menor grau de inclusão do enunciador; favorecimento do uso de **a gente** com formas verbais [- salientes] no tempo presente ou em tempos não-marcados e ao emprego de **nós** com formas verbais [+ salientes] nas estruturas de subjuntivo, no futuro e no pretérito perfeito.

Podemos citar, ainda, o estudo de Lopes (1998), em que a autora analisa a variação de **nós** e **a gente** na posição de sujeito, pretendendo levar em conta a norma oral culta e identificar os ambientes lingüísticos que condicionam o uso de **nós** e **a gente** na função de sujeito, bem como os fatores sociais. Deste modo, optou pelas variáveis sociais: (i) região geográfica, representadas pelas cidades do Rio de Janeiro (região sudeste), Salvador (região nordeste) e Porto Alegre (região sul), (ii) faixa etária e (iii) sexo dos informantes.

Lopes (1998, p. 410-411) contou com um *corpus* formado de uma amostra de 18 entrevistas do tipo DID (diálogo entre informante e documentador) do Arquivo Sonoro do Projeto NURC/Brasil (6 de cada cidade – Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador), havendo uma distribuição proporcional de uma entrevista de cada sexo por três faixas etárias (de 25 a 35 anos (F1), de 36 a 55 anos (F2) e mais de 56 anos (F3)).

²⁰ Adaptação nossa.

A autora obteve um total de 972 dados, sendo 375 de **nós** (39%), 333 de **a gente** (34%), 187 de sujeito \emptyset com verbo na 4ª pessoa gramatical (19%) e 77 de sujeito \emptyset com verbo na 3ª pessoa do singular (8%). A hipótese da autora foi levantada a partir da pesquisa de Omena (1986), cuja análise foi realizada com falantes de pouca escolaridade. A intenção de Lopes (1998, p. 410) consistiu em partir dos resultados obtidos por Omena (1986) e constatar se o comportamento lingüístico de falantes cultos se identifica com o comportamento lingüístico de falantes com pouca escolaridade.

Os grupos de fatores selecionados na rodada geral foram, respectivamente: paralelismo formal, sexo associado à faixa etária, saliência fônica, região geográfica, “eu-ampliado”, tempo verbal e modalização discursiva.

Em suma, Lopes (1998) chegou à conclusão de que os fatores lingüísticos que condicionam o uso de **nós** e **a gente** são, praticamente, os mesmos, tanto para os falantes com pouca escolaridade, quanto para os de formação universitária completa. Entretanto, o processamento de mudança lingüística nos dois grupos acontece de maneira diferenciada. Segundo Lopes (1998) “nos falantes com pouca escolaridade (OMENA, 1986) a substituição de **nós** por **a gente** encontra-se em um estágio mais avançado que entre os falantes cultos”. A autora enfatiza, ainda, o comportamento de homens e mulheres de meia-idade como responsável por retardar a efetivação da mudança, uma vez que tendem a preferir a forma padrão em função das pressões profissionais a que estão submetidos. Por fim, em linhas gerais, Lopes (1998, p. 419) traz algumas tendências mais abrangentes quanto ao emprego de **nós** e **a gente** no português falado culto do Brasil: a) em uma seqüência discursiva a forma **a gente** ocorre quando precedida de outra forma **a gente** ou verbo na 3ª pessoa do singular, sem sujeito explícito; b) há uma diferenciação no emprego de **nós** e **a gente** em relação a um uso mais restrito ou mais genérico; c) os tempos verbais não-marcados e o presente favorecem o uso de **a gente**; d) os falantes jovens empregam mais a forma **a gente**; e) as mulheres tendem a usar mais a forma **a gente** do que os homens; f) o Rio de Janeiro é a cidade em que mais se usa o sujeito **a gente**, em relação a Porto Alegre e Salvador.

Por fim, segue tabela de Lopes (1998) com os ambientes favoráveis ao uso de **a gente**:

Tabela 9: Ambientes favoráveis ao uso de *a gente*

Grupo de fatores	Fator condicionante:	Nº/Total	Freq. %	P.R
1) Paralelismo	Forma antecedente = sujeito Ø + verbo em P3	044/048	92	.91
	Forma antecedente = sujeito <i>a gente</i>	161/184	87	.90
2) Sexo/Faixa-etária	M1-Mulheres de 25 a 35 anos	106/130	82	.85
3) Saliência fônica	Nível 1 - falava/falávamos	081/225	36	.62
	Nível 2 - fala/falamos; trouxe/trouxemos, etc	183/287	64	.63
4) Região geográfica	Rio de Janeiro (sudeste)	217/369	59	.69
5) Eu-ampliado	Eu + você(s) + ele(s) - grau máximo de indeterminação	252/422	60	.65
6) Tempo verbal	Gerúndio	005/006	83	.75
	Infinitivo	029/042	69	.65
	Presente do Indicativo	276/564	49	.60
7) Modalização	Auxiliares modais (poder, querer, etc) + <i>a gente</i>	037/057	65	.59

Fonte: Lopes (1998, p. 412)

Omena (1998) trabalhou com uma amostra de fala de 48 informantes cariocas integrantes do Projeto Censo Lingüístico do Rio de Janeiro, distribuídos em três faixas etárias (15 a 25 anos, 26 a 49 anos e 50 anos ou mais), três graus de escolaridade²¹ (1ª a 4ª série do ensino fundamental, 5ª a 8ª série do ensino fundamental e ensino médio) e sexos masculino e feminino. Sua proposta buscava conferir por que o falante vale-se de uma das formas pronominais **nós/a gente** em substituição à outra nos mesmos contextos, bem como analisar os empregos de **a gente** e **nós** que compreendam traços comuns, como [+1ª pessoa gramatical] e/ou [+pluralidade]. A autora também procurou explicar a preferência que o falante vem dando ao pronome **a gente** em detrimento de **nós**, desvendando e avaliando a ação dos condicionadores lingüísticos estruturais e a ação das características sociais do falante sobre este uso. Segundo Omena (1998, p. 189), a introdução de **a gente** no sistema dos pronomes é mais

uma modificação, dentre outras, que vem provocando uma reestruturação no sistema, o que é comprovado pela riqueza do uso variável dessas formas no discurso. Pesquisas recentes, baseadas em língua falada, mostram que, no quadro dos

²¹ Na época que a autora realizou a pesquisa a denominação era outra: (1ª a 4ª série do primário, 5ª a 8ª série ginásio e 2º grau).

pronomes pessoais, há uma expressiva diferença entre o que se fala e o que as gramáticas da língua portuguesa registram.

Entre os resultados mais significativos, a autora verificou a atuação do *paralelismo formal e semântico*: (i) o uso de **a gente** ao invés de **nós** tem maior probabilidade de incidência quando o falante utiliza **a gente** como primeira referência na seqüência discursiva e essa referência não é alterada, em um total de 93% para os adultos (PR 0,81) e 94% para as crianças (PR 0,78) (OMENA, 1998, p. 196); (ii) já se a forma **nós** é usada pelo falante como primeira referência e não há mudança dessa referência, a probabilidade maior é de que ele continue usando **nós** (adultos PR 0,86 e crianças PR 0,75). Outra variável lingüística relevante está relacionada a tempos verbais (OMENA, 1998, p. 202): (i) há influência expressiva do infinitivo sobre o uso do pronome **a gente** quando na função de sujeito; (ii) ação no presente (PR 0,55) e nos tempos não-marcados (PR 0,83) favorecendo o seu uso, enquanto no tempo passado (PR 0,64) e no tempo futuro (PR 0,75) a probabilidade maior de uso se refere ao pronome **nós**. Em relação à saliência fônica, os resultados obtidos confirmam que as formas verbais que apresentam menor saliência fônica são as que, em termos de probabilidade, favorecem o uso de **a gente**, sendo o oposto do que ocorre com o pronome **nós**. No que tange aos fatores sociais, Omena (1998) provou que o uso de **a gente** é mais expressivo entre os mais jovens. Nas palavras da autora (1998, p. 312), os resultados “indicam que os falantes nascidos a partir de aproximadamente 1960 usam bem mais a forma **a gente**.” Porém, a autora obteve o mesmo resultado independentemente do sexo: pessoas de maior faixa etária faziam uso mais corriqueiro de **nós**, que sofreu uma diminuição abrupta entre os mais jovens, que empregavam mais a forma **a gente**. Deste modo, o fator faixa etária destacou-se como o de maior atuação dentro desse processo de variação e relevante em pesquisas com tais formas pronominais, como na de Lopes (1993).

Omena (1998) atribui o uso elevado de **nós** pelos adultos com escolaridade primária ao fato de que no 4º ano, geralmente, inicia-se o estudo da conjugação verbal (**nós** e sua respectiva realização com *-mos*). Quanto à escolaridade, a relação com a escola, segundo Omena (1998, p. 318), igualmente influenciou no uso de uma ou outra forma pronominal. Podemos observar os resultados na tabela abaixo:

Tabela 10: Atuação da escolarização nos falantes adultos em contato e sem contato com a escola sobre o uso da forma *nós*

CONTATO	SEM CONTATO			COM CONTATO		
	FREQ.	%	PROB.	FREQ.	%	PROB.
ESCOLARIZAÇÃO						
PRIMÁRIO	197/764	26%	0,38	17/42	32%	0,81
GINÁSIO	229/554	41%	0,58	42/137	31%	0,73
2º GRAU	104/277	38%	0,54	20/289	7%	0,08

Fonte: Omena (1998, p. 318)

Quando os indivíduos não mantinham contato com a escola o emprego da forma pronominal **nós** era baixo, logo, o emprego de **a gente** era maior. Todavia, mantendo contato com a escola os falantes comportavam-se de maneira diferente: nas etapas iniciais da escolarização o uso de **nós** foi bem recorrente, o que não ocorreu no ensino médio – período em que a forma pronominal **a gente** foi mais utilizada. Segundo a autora (1998, p. 319) é necessário compreender por que motivo os alunos do ensino médio, ainda em contato com a escola, empregam tanto o pronome **a gente** e/ou por que os alunos do *primário* e *ginásio* fazem tanto uso do pronome **nós**.

Atribui-se o grande uso da forma *nós* no *primário* à distribuição da amostra de adultos, que concentra todos os falantes adultos do *primário* justamente no 4º ano, série em que se inicia o estudo sistemático da conjugação verbal (sempre com *nós* na primeira pessoa do plural). Ressalta-se também que, no *ginásio*, continua a fixação da conjugação verbal. Quanto à elevada taxa de uso da forma *a gente* no 2º grau, é possível que seja causada pelo fato de essa forma ser sentida quase como *gíria*. [...]

Para obter-se a confirmação cabal dessa hipótese, seria preciso acompanhar os mesmos falantes adolescentes (que estavam no 2º grau no início da tomada da amostragem) a fim de verificar se abaixa a taxa de *a gente* à medida que eles se tornam adultos. (OMENA, 1998, p. 319)

Em síntese, nos resultados do trabalho de Omena (1998), todos os falantes, de maneira geral, usaram mais o pronome **a gente** do que o pronome **nós**, sendo que o uso maior de **a gente** foi associado aos falantes do primário sem contato com a escola e aos falantes do 2º grau (atual ensino médio) em contato com a escola. Se analisarmos os percentuais de cada grupo, temos em relação à atuação da escolarização nos falantes adultos sem contato com a escola no que diz respeito ao **a gente** percentual maior de **a gente** no primário (74%), caindo mais bruscamente no ginásio (59%) e voltando a se intensificar no ensino médio (62%). Já na atuação da escolarização nos falantes adultos em contato com a escola, no que diz respeito ao **a gente**, temos percentuais que se elevam à medida que a escolaridade aumenta, sendo que no ensino médio o aumento do percentual de uso do pronome **a gente** se intensifica mais bruscamente, chegando a 93% de uso.

No que se refere à renda os resultados atribuídos a essa variável evidenciaram que “os falantes de posse maior usam mais a variante padrão” (OMENA, 1998, p. 320), assim como falantes mais expostos à mídia tendem a utilizar mais **nós**, ou a variante padrão.

Tabela 11: Atuação da renda sobre o uso da forma *nós*

RENDA	FREQ.	%	PROB.
ALTA	362/875	42%	0,54
MÉDIA	117/389	31%	0,54
BAIXA	130/799	17%	0,44

Fonte: Omena (1998, p. 320)

Já o mercado ocupacional e a sensibilidade lingüística não foram relevantes no estudo da autora.

Tabela 12: Atuação do mercado ocupacional sobre o uso da forma *nós*

COTAÇÃO NO MERCADO OCUPACIONAL	FREQ.	%	PROB.
ALTA	95/597	16%	0,46
MÉDIA	368/1013	37%	0,58
BAIXA	146/453	33%	0,47

Fonte: Omena (1998, p. 321)

Naro et. al. (1999), em seu estudo, pretendem discutir uma mudança na distribuição dos pronomes de 1ª pessoa do plural, bem como mudanças nos padrões de uso do verbo e suas correspondentes flexões em quatro gerações de falantes do Rio de Janeiro. Os autores tratam do tema em relação à fala do Rio de Janeiro na década de 1980, na variante popular carioca de informantes pouco escolarizados e com baixo nível sócio econômico. No início dos anos 1980, foram realizadas, gravadas e transcritas 64 entrevistas individuais, cada uma com cerca de 45 minutos de duração. A escolha dos informantes em função do local de residência foi feita aleatoriamente em todo o município do RJ. Pelo menos duas reuniões foram realizadas com cada falante: primeiro, uma sessão preliminar foi destinada a obter dados sociais relevantes e para o informante se familiarizar com a situação de entrevista; em segundo lugar, ocorreu a entrevista propriamente dita, que foi realizada de acordo com um questionário e modificada para atender a interesses pessoais de cada pessoa. Os informantes foram informados de que o objetivo do estudo era o de estudar o carioca (Rio de Janeiro) e as opiniões sobre o modo de vida carioca. Nenhuma menção específica à linguagem foi feita.

Os autores constataram uma tendência à substituição do pronome **nós** pela forma **a gente** em todas as faixas etárias consideradas (16 crianças de 6 a 12 anos, 16 jovens de 13 a 20 anos, 16 adultos de 21 a 40 anos e 16 adultos de 41 anos em diante).

Dentre os fatores lingüísticos considerados nessa pesquisa (tipo de sujeito, saliência fônica, tempo verbal, saliência posicional, determinação/indeterminação do sujeito, narração objetiva ou subjetiva e tema abordado), mostraram condicionamento significativo o grau de saliência fônica, o tempo verbal e a saliência posicional. Além de permitirem o estabelecimento dos contextos favorecedores à aplicação da regra variável e a apreensão do *status* de mudança em curso do fenômeno estudado, essas investigações conduziram os pesquisadores a uma conclusão importante acerca do processo de mudança lingüística. Segundo eles, a substituição do pronome **nós** por **a gente** vem ocorrendo, entre outros motivos, no sentido de desfazer a ambigüidade morfológica existente nas formas verbais de presente e pretérito perfeito do indicativo, haja vista o fato de esses tempos verbais serem marcados no dialeto em questão mediante a presença, respectivamente, das desinências **-o** ou **-mos**, cuja noção de número e pessoa por elas veiculadas se dissipa em favor da indicação modo-temporal. Desta maneira, nas palavras dos autores²²:

The results reviewed here show how a grammatical system can undergo restructuring. In the speech of the older speakers we have a typical case of confusion of desinences historically associated with each of the two forms used as semantically 1st plural subjects. At this stage, the controlling variable is salience, with *-mos* favored in salient environments. [...] Thus, while there has been no change in the inventory of morphological surface types or of the construction types in which they could appear, there has been a change in the distribution of tokens. In fact, this distributional change has progressed in such a way that one can reasonably speculate that the change will become categorical some time in the future, setting-up *-mos* as an unambiguous preterit marker.

Seara (2000) fundamentou-se em 12 entrevistas de informantes de Florianópolis (Projeto VARSUL²³) em sua pesquisa a respeito da “variação do sujeito **nós** e **a gente** na fala florianopolitana”. As dimensões sociais apresentadas correspondem ao gênero e faixa etária (de 15 a 24 anos, de 25 a 50 anos e mais de 50 anos). A hipótese de que a variante **a gente**

²² Os resultados aqui analisados mostram como um sistema gramatical pode sofrer uma reestruturação. No discurso dos falantes mais velhos, temos um caso típico de confusão de desinências historicamente associados a cada uma das duas formas utilizadas semanticamente como sujeito de primeira pessoa do plural. Nesta fase, o controle é a variável saliência, com *-mos* favorecido em ambientes salientes. [...] Assim, embora não tenha havido nenhuma mudança no registro dos tipos de níveis morfológicos ou de tipos de construção em que eles podem aparecer, tem havido uma mudança na distribuição de palavras. Na verdade, esta mudança distribucional progrediu de tal forma que se pode especular que a mudança passará a ser categórica em algum momento no futuro, fixando-se *-mos* como um marcador de pretérito. (Tradução nossa)

²³ O Projeto *Variação Lingüística Urbana do Sul Do País* (VARSUL) está instalado em quatro sedes: UFRGS, UFSC, UFRP, PUCRS. O banco de dados do projeto armazena amostras de quatro cidades representativas de cada estado da região Sul, a saber: (i) Santa Catarina: Florianópolis, Blumenau, Chapecó e Lages; (ii) Paraná: Curitiba, Irati, Londrina e Pato Branco; e (iii) Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja. (Disponível em: <http://www.pucrs.br/fale/pos/varsul/>)

seria a mais freqüente se confirmou, resultando em 72% de uso para a forma pronominal **a gente** e de 28% de uso para a forma pronominal **nós**. Foram selecionados como significativos seis grupos de fatores: tempo verbal, gênero, traço semântico do sujeito, faixa etária e graus de conexão do sujeito. Em relação ao tempo verbal, **a gente** teve maior freqüência de uso com o pretérito imperfeito, totalizando 82% (0,68), exatamente o tempo verbal associado ao grupo de menor saliência fônica. O pronome **a gente** foi mais expressivo na faixa etária jovem, de 15 a 24 anos (0,69), sendo que na faixa etária superior a 50 anos a probabilidade de uso de **a gente** mostrou-se em declínio (0,40): um indicativo de que a forma pronominal **nós** talvez estivesse cedendo lugar para a forma pronominal **a gente**. Os informantes do sexo masculino valeram-se mais do uso da variante **nós** (0,70), enquanto as mulheres tenderam mais ao uso da variante **a gente**, totalizando 80% (0,66). No que se refere à escolaridade, os informantes com grau colegial aproximaram-se mais do uso da forma pronominal **a gente** (0,56) em relação aos informantes com grau de escolaridade primária (0,46). Pelo que se percebeu, a forma **a gente** teve boa aceitação na cidade de Florianópolis, uma vez que a partir dos dados e análises são as mulheres que estão à frente de uma provável mudança em curso e a escolarização parece atuar no sentido de fortalecer o emprego de **a gente** em detrimento de **nós**. No tocante ao grupo traço semântico do sujeito, o emprego de **a gente** foi preferencial com sujeito indeterminado ou [-*específico*], em um total de 78% (0,68). Para o grupo “graus de conexão do discurso”, Seara (p. 187-188) observou que **a gente** ocorre mais quando há, entre um dado e outro, a entrada de um sujeito diferente, totalizando um percentual de uso de 86% (0,69).

Menon, Lambach e Landarin (2003, p. 96-105)²⁴ estudaram a alternância *nós/ a gente nos quadrinhos: análise em tempo real* com o objetivo de (i) *testar se a análise diacrônica ou em tempo real corrobora os resultados obtidos na análise de tempo aparente*, ou seja, de um crescente emprego de **a gente** e uma diminuição no uso de **nós**. Para isso, estabeleceram grupos de fatores (GF) relativos à época de publicação e à idade das personagens (além de outros GF sociais); e (ii) *subsidiariamente, verificar a ocorrência do pronome sujeito nós junto ao verbo*. O *corpus* desse estudo foi organizado com dados obtidos do levantamento de uma amostra composta por enunciados extraídos de uma revista em quadrinhos, bastante difundida, publicada no Brasil a partir de julho de 1950: *O Pato Donald*, da editora Abril. As publicações consultadas totalizaram 156 revistas, que foram conseguidas junto a duas *Gibitecas* existentes em Curitiba: a Fundação Cultural de Curitiba e a da

²⁴ Baseadas em outra versão, apresentada no IV Encontro CELSUL, sob forma de comunicação (Menon, Lambach & Landarin, 2000).

Biblioteca Pública do Paraná, a *Ludoteca* da Universidade Estadual de Londrina e, para completar alguns anos, foi necessário adquirir alguns exemplares em lojas de livros usados, assim como consultar exemplares de coleções particulares.

O levantamento das ocorrências resultou em 2.059 dados, dos quais 89% (1840) foram do pronome **nós** e 11% (219) do pronome **a gente**. Quanto à distribuição no uso do pronome **nós** junto ao verbo, dos 1840 dados, 86% (1590) são de não-preenchimento e somente 14% (250) de preenchimento da casa do sujeito. Os dados foram codificados segundo o grupo de fatores (GF) lingüísticos e sociais. Os GF lingüísticos foram: a) alternância das formas **nós...nós** (281 casos); **a gente... a gente** (1 caso); **nós...a gente** (08 casos); **a gente...nós** (10 casos), b) determinação do referente, c) concordância verbal, d) uso do possessivo: registrou-se a ocorrência de 83 casos de possessivo **nosso** usado com **nós** e 07 casos de **nosso** usado com **a gente**, e, por fim, e) presença do pronome junto ao verbo. O conhecimento anterior dos quadrinhos despertou a suspeita de que poderia estar havendo uma distribuição social no emprego de **a gente**, já que esse pronome aparecia mais na boca dos bandidos. Assim, os GF sociais levantados foram: a) sexo, b) faixa etária: personagens distribuídos em adultos e crianças, c) classe social: as personagens da revista foram encaixadas em três classes sociais – *alta, média, baixa* –, a partir dos indícios de nível de vida, tipo de moradia e mobiliário, lazer, situação profissional e poder aquisitivo: por exemplo, o Pato Donald foi incluído na classe social média; o Tio Patinhas na classe social alta e os Irmãos Metralha, na classe social baixa, d) raciocínio lógico: por não saber qual a escolaridade das personagens, inseriu-se uma variável em função do desempenho da personagem no enfrentamento de situações problemáticas (entretanto esse GF foi descartado nas rodadas estatísticas), e, finalmente, e) data de publicação.

Por fim, Menon, Lambach e Landarin concluíram que o português veiculado nas HQ se reveste de importância. E, embora se considerem as HQs como “reflexo” do oral, não se pode ignorar a incorporação de **a gente** pelas novas gerações. Segundo as autoras, a questão da revisão (e também da tradução) dos textos deve ser reavaliada: De que maneira se pode explicar que “passem ao largo” as alternâncias do tipo **nós ... a gente** ou o inverso, senão porque isso já está incorporado no paradigma do revisor? Pelo que puderam constatar, as novas gerações já adquiriram um paradigma dos pronomes pessoais que continha, no mínimo, a concorrência das duas formas. E, enfim, a questão colocada explicitamente por Omena e Braga (1996): **a gente** está se gramaticalizando? e discutida por outros estudos, pôde ser respondida positivamente, agora com resultados em tempo real.

Fernandes (2004, p. 149-156) averiguou o *fenômeno variável: nós e a gente*, baseada em dados de uma pesquisa efetuada em 1997. Seu estudo é de cunho variacionista e aborda a alternância entre **nós** e **a gente** em posição de sujeito, em João Pessoa/PB. A averiguação do estudo é feita a partir de um *corpus* levantado pelo Projeto Variação Lingüística no Estado da Paraíba (VALPB), totalizando 60 informantes de ambos os sexos (feminino e masculino), distribuídos em três faixas etárias e escolarização diferentes, a fim de verificar se o comportamento de **nós** e **a gente** é o mesmo observado nos demais bancos de dados já pesquisados; se a substituição de **nós** por **a gente** é um fenômeno de variação estável ou de mudança lingüística em progresso e se há interferência de variáveis sociais e estruturais na seleção de uso, pelo falante de João Pessoa, por uma ou outra forma.

Para a autora, atualmente, na língua portuguesa há um revezamento de **nós** e **a gente** como formas pronominais da primeira pessoa do plural. Ela afirma que convivem no Brasil um paradigma pleno referente a seis pessoas gramaticais, encontrado nos manuais escolares, além de outro modelo de sistema pronominal reduzido de quatro pessoas: eu, você, ele (a), nós (a gente), vocês, eles (as)²⁵.

Fernandes (2004) também menciona em seu estudo que embora a forma **a gente** esteja sendo aplicada na linguagem coloquial, as gramáticas não a registram e nem a legitimam no quadro pronominal, limitam-se apenas a observações. E faz referência à cidade de João Pessoa, que, segundo ela, é uma comunidade ainda inexplorada sobre esse tema.

Os resultados da autora atestaram um total de 2.739 ocorrências das formas pronominais **nós/a gente** em posição de sujeito, conforme mostramos na tabela 13 a seguir²⁶:

Tabela 13: Ocorrências das formas pronominais *nós/a gente* em posição de sujeito

FORMAS PRONOMINAIS	Nº DE OCORRÊNCIAS	PERCENTUAL
A gente	2153	79%
Nós	586	21%

²⁵ Entretanto, Fernandes (2004) realizou sua pesquisa na cidade de João Pessoa, e talvez lá não haja muitos indícios de **tu** no comportamento lingüístico dos falantes, mas esse pronome ainda é encontrado em alguns lugares do país (por vezes sem a concordância de 2ª pessoa do singular como em **tu foi** e, outras vezes, com a concordância como em **tu foste**, ou ainda **tu fosse**). Em seu estudo sobre *pronome de segunda pessoa no Sul do Brasil: tu/você/o senhor em Vinhas da Ira*, Menon (2000) constata que o dialeto gaúcho é reproduzido fielmente, sem artificialismos e que a alternância do **tu/você** já aparecia em um texto escrito em 1940. Ela conclui, entre outras coisas, que no dialeto gaúcho não ocorre somente o **tu**, pois o **você** aparece nas três amostras; e, ainda, que existe a manutenção do **tu**, como marcador de identidade e de valores regionais, porém perdendo a marca verbal de 2ª pessoa, o que direcionaria para maior preenchimento do sujeito.

²⁶ Tabela nossa, efetuada com os dados da autora, para melhor visualização dos resultados.

Como a tabela 13 mostra, os falantes de João Pessoa tendem a optar pela forma inovadora **a gente**, como também acontece em outras regiões do Brasil, como no Rio de Janeiro (OMENA, 1998; LOPES, 1993, 1998), em Itaperuna, Atafona, São João da Barra, Gargaú e Guaxindiba (MACHADO, 1995), em Florianópolis (SEARA, 2000), entre outros.

Silva (2004), em seu trabalho *De quem nós/a gente está(mos) falando afinal?: uma investigação sincrônica da variação entre nós e a gente como estratégias de designação referencial*, descreveu e analisou a intercambialidade de **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações -mos e zero) à característica de serem pronomes multirreferenciais, podendo designar, dentro de uma escala de possibilidades, desde as pessoas do discurso a referentes genéricos, a ponto de não se precisar do referente. Baseou-se, especialmente, nos pressupostos teórico-metodológicos da sociolinguística laboviana associados à noção de pessoa e não-pessoa, tratada por Benveniste (1988, 1989), e às abordagens a respeito dos processos de referenciação. As amostras de sua pesquisa foram constituídas por 32 entrevistas, 16 colhidas na cidade de Blumenau/SC, da fala de profissionais graduados em áreas profissionais distintas (médicos, professores, artistas...), muitos deles vinculados a um hospital da mesma cidade, e os demais dados de fala foram coletados do Programa do Jô – atração televisiva veiculada pela Rede Globo de Televisão. As entrevistas, coletadas na cidade catarinense, foram realizadas entre os anos de 2001 e 2002 e as exibidas pelo Programa do Jô no período de 2003 a 2004. As amostras possuem a mesma distribuição de informantes, todos com grau de escolaridade superior, classificados de acordo com o sexo e duas faixas etárias.

Dada a constatação da atuação de **nós** e **a gente** em dois campos semânticos opostos, conforme assinalaram os resultados do grupo de fatores multiplicidade referencial e pesquisas afins, como as de Omena (2003) e Borges (2004), por exemplo, outro objetivo de Silva (2004) foi ainda alcançado: o de caracterizar as expressões de sujeito **nós** e **a gente** como multirreferenciais. Segundo a autora, no desenrolar de um evento comunicativo, **nós/a gente**, como expressões de sujeito, podem indicar generalizações, inferíveis pelo conjunto de informações expresso no contexto, e, também, **nós/a gente**, assinalam referenciais específicos como: [eu/emissor], [eu+tu], [eu+ele(s)].

Assim, a partir dessa peculiaridade “multivariada” das variantes **nós** e **a gente**, Silva (2004) respondeu à pergunta-título de seu estudo: *de quem nós/a gente está(mos) falando afinal?* Os referentes codificados pelas referidas formas são identificados, em sua maioria, pelas *informações-suporte*, inferíveis, e, na maior parte dos casos, são antecedentes à

forma pronominal empregada. Às vezes sob efeito *catáfora*, pistas contextuais igualmente identificam o referente, como no estudo de Silva (2004, p. 25):

a imagem é o seguinte: **nós temos** na Idade Média muitas coisas por exemplo matérias ... muitos argumentos que as pessoas usam no Sudário esse negócio não conseguiam refazer o Sudário, não conseguiram (Arqueologista, +/-55, amostra Programa do Jô)

O exemplo supracitado é um modelo em que o falante se exclui da referência estabelecida no discurso. Com relação à noção de regra variável, Silva (2004) alcançou outro objetivo: o de caracterizar as expressões de sujeito **nós** e **a gente** (e suas respectivas realizações *-mos* e *zero*) como variantes de uma mesma variável. Os seus resultados estatísticos apontaram, em linhas gerais, que a alternância entre **nós** e **a gente** nas duas amostras, de Blumenau e do Programa do Jô, ficou distribuída de forma equilibrada, 52% e 50%, respectivamente.

No que diz respeito à idade, os resultados, em tempo aparente, indicam que os informantes da faixa etária mais jovem das duas amostras pesquisadas usam mais freqüentemente o pronome **a gente**: 64% contra 39% de uso dos falantes mais velhos. Os pesos relativos confirmaram, igualmente, a tendência do uso de **a gente** por falantes mais jovens, avigorando os resultados de outros estudos, como os de Omena (1986) e de Borges (2004), que será apresentado adiante.

Em síntese, os resultados gerais de seu estudo sobre a utilização dos pronomes **nós** e **a gente** indicam mudança: na medida em que o pronome **a gente** se estabiliza como pronome pessoal, ele disputa cada vez mais espaço no campo da determinação, concorrendo com o pronome **nós**.

2.2.3. A variação na concordância verbal de primeira pessoa do plural *nós/a gente*

Zilles, Maya e Silva (2000) estudaram *a concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre – RS*, com falantes da zona urbana. Investigaram fatores lingüísticos e sociais que influenciam a variação da concordância verbal de P4 (por exemplo, *nós chegamos/chegamo/chega0*) nos dados de 32 entrevistas feitas em Porto Alegre e Panambi, que fazem parte do *corpus* do VARSUL. As hipóteses dos autores são as seguintes: (i) a forma verbal proparoxítona favorece a omissão da DNP - mos; (ii) as formas não-padrão (*zero* e *-mos*) são favorecidas na fala dos informantes com menor grau de escolaridade e (iii) as formas não padrão são mais favorecidas em Panambi, em decorrência

de aquisição tardia do português pelos falantes bilíngües desta comunidade. Zilles, Maya e Silva (2000) analisaram as DNP-P4: padrão: *-mos*, DNP-P4 não padrão com apagamento do /s/ no morfema *-mos* (*-mo*) e DNP-P4 não padrão zero; e: conjugação do verbo, tempo e modo verbal, realização do sujeito, estrutura verbal, tipo de discurso, contexto seguinte, posição do sujeito em relação ao verbo, alternância da vogal temática, posição do acento na forma verbal alvo, escolaridade, sexo, idade e comunidade. Os autores questionaram: em que medida a DNP-P4 é uma forma em extinção, considerando dados de língua falada no RS? Qual o papel da posição do sujeito em relação ao verbo para a realização da concordância verbal? Na variação, interessa tanto a ordem sintática quanto o caráter adjacente ou não? O contexto seguinte desempenha algum papel no apagamento do /s/ na DNP-P4? Há associação sistemática entre a mudança de vogal temática e a forma *-mo*? E entre a vogal temática /e/ não padrão e o tempo verbal?

Foram totalizadas 1.035 ocorrências distribuídas da seguinte maneira (p. 206): 579 (53%) de casos da forma padrão *-mos*; 347 (34%) de forma não-padrão (*mo*); dessa forma, 87% de utilização de desinência e 13% de desinência zero. A variável que favoreceu a omissão da desinência (zero) foi a sílaba tônica, isto é, quando a forma verbal é proparoxítone, a ausência de desinência ocorre 43% (0,97). Porém, quando a forma verbal é paroxítone, o percentual cai para 2% (0,28). No que diz respeito à variável social escolaridade (ZILLES, MAYA e SILVA, 2000, p. 209) os resultados confirmam a hipótese de que os falantes com menor grau de instrução omitem a DNP4 mais freqüentemente. Observa-se que os falantes de escolaridade primária produzem mais formas zero, totalizando 16% (0,74) e menos formas padrão (*-mos*). Destarte, os que possuem o 2º grau desfavorecem o uso da desinência zero, resultando em 5% (0,25). Enfim, os resultados encontrados em Panambi e Porto Alegre (ZILLES, MAYA e SILVA, 2000, p. 209) contrariam a hipótese de que a desinência estaria em extinção, visto que, ao invés de ocorrer a ausência, a permanência da desinência prevalece tanto com a forma padrão (*-mos*) como com a forma não-padrão (*-mo*).

Zilles (2005), em seu estudo *The development of a new pronoun: The linguistic and social embedding of a gente in Brazilian Portuguese*, sugere duas abordagens metodológicas: análise em tempo aparente e análise em tempo real²⁷, a partir de um recontato do NURC de POA, subdivididas em: *trendy study* (estudo de tendência), no qual realizou

²⁷ Estudo de tendência: quando voltamos à comunidade (depois de duas décadas, por exemplo) e analisamos outro grupo (com as mesmas características do anterior) – para observarmos a tendência de determinado uso. Estudo de painel: quando voltamos a contactar os mesmos informantes (depois de duas décadas, por exemplo) para observar se eles continuam a usar as mesmas formas ou não. Mais detalhes em Labov (1994).

comparação de diferentes grupos de falantes, e *panel study* (estudo de painel), em que observou o comportamento dos mesmos indivíduos em períodos díspares do tempo.

De acordo com Zilles (2005), os condicionamentos lingüísticos e sociais para o processo de troca de **nós** por **a gente** poderiam ser abordados à luz do ponto de vista laboviano para mudança lingüística “de baixo para cima” ou “de cima para baixo”. Ela fala que, dentre os fatores que estimulam a implementação da forma **a gente** e assinalam tal fenômeno como sendo “de cima para baixo”, ressaltam-se duas atuações: faixa etária e concordância verbal. Em relação à análise dos grupos etários, Zilles (2005) constatou que, embora o comportamento das pessoas seja estável, as mais jovens, a cada nova geração, tendem a aumentar as taxas de **a gente**, porém no que diz respeito à concordância verbal, ela verificou que a escolha por **a gente** se torna uma alternativa mais segura no sentido de evitar a não-concordância e o estigma social anexo a ela.

Zilles e Batista (2006) trataram da concordância verbal de primeira pessoa do plural na fala culta de Porto Alegre e realizaram um *estudo de tendência* em tempo real, procurando relacionar as estruturas lingüísticas e sociais, conforme os pressupostos teóricos da sociolingüística laboviana a fim de, em especial, observar a existência de alguma mudança na concordância verbal de 1ª pessoa do plural na fala culta de Porto Alegre. Os dados foram obtidos através de uma amostra formada de 42 entrevistas, sendo 20 do Projeto NURC de Porto Alegre (1970) e 22 do Projeto VARSUL (1990). Os indivíduos foram estratificados da maneira seguinte: a) *idade*: 25 a 44 anos (10 falantes dos anos 70 e 10 dos anos 90) e b) *gênero*: 20 homens (9 do NURC e 11 do VARSUL) e 22 mulheres (11 do NURC e 11 do VARSUL).

As autoras sugeriram dois processos que poderiam estar ocorrendo simultaneamente quanto à realização da desinência de 1ª pessoa do plural: a) o apagamento do /s/ final, transformando a forma padrão *-mos* em não-padrão *-mo*; e b) a variação na aplicação da regra de concordância, tendo como resultado o contraste entre formas marcadas e não-marcadas. Para tanto, levantaram as seguintes hipóteses (ZILLES; BATISTA, 2006, p. 110-111): (i) a ausência da marca de pessoa é estigmatizada, pois há pouquíssimas ocorrências na fala culta; (ii) a ausência de marca de pessoa ocorre em contextos em que a forma alvo seria uma palavra proparoxítona; (iii) o apagamento do *-s* é favorecido em falantes mais jovens e (iv) o verbo auxiliar *ir* favorece o apagamento do *-s*. Além dessas hipóteses, o estudo visou questionar: em que medida a DNP-P4 é uma forma em extinção, considerando dados de língua falada em Porto Alegre? Existe alguma mudança dessas formas

verbais em falantes de nível superior? Há uma relação entre o apagamento do *-s* e a gramaticalização do verbo *ir*?

O número total de ocorrências foi de 1.195. Em um primeiro momento, as autoras contrastaram a presença de qualquer marca, sendo padrão ou não, e ausência. O *input* da rodada para ausência de marca foi considerado baixo: 0,03. Zilles e Batista obtiveram 33 ocorrências de desinência zero, sendo 3 ocorrências 70/NURC (1%) e 30 ocorrências 90/VARSUL (5%). Quanto ao apagamento do *-s*, a hipótese das autoras é de que os falantes com menos de 45 anos apagarão mais do que os falantes com mais de 45 anos de idade. Os resultados são mostrados na tabela 14, a seguir.

Tabela 14: Apagamento do *-s* final da DNP-P4 (N, % e peso) em relação à idade; dados de Porto Alegre dos anos 1970 (NURC) e 1990 (VARSUL)

Idade	Frequência	Porcentagem	Peso
De 25 a 44 anos	62/319	19%	0,60
Mais de 45 anos	105/697	15%	0,45

Fonte: Zilles e Batista (2006, p. 115)

Os pesos relativos mostram que os mais jovens favorecem mais ao apagamento do *-s* da desinência, resultando em 0,60 contra 0,45 dos mais velhos. Quanto à correlação idade e década, segundo as autoras, tanto nos anos 1970 (7%) quanto nos 1990 (10%) os jovens apagam mais o *-s* da desinência, entretanto a diferença entre as faixas etárias nos anos 1990 foi somente de 3 pontos percentuais maior do que nos anos 1970 (Cf. tabela 15).

Tabela 15: Apagamento do *-s* final da DNP-P4 (N e %) em relação à idade e década nos dados de fala culta de Porto Alegre (NURC e VARSUL)

	Mais de 45 anos	De 25 a 44 anos	Diferença entre as idades
Anos 1970	2/300 – 1%	14/186 – 8%	16/486 – 7%
Anos 1990	103/397 – 26%	48/133 – 36%	151/530 – 10%
Diferença entre anos 1970 e 1990	25%	28%	3%

Zilles e Batista (2006, p. 116)

Vianna (2006) estudou a respeito da concordância de **nós** e **a gente** em estruturas predicativas na fala e na escrita carioca. A autora levantou dados de **nós** e **a gente**, partindo de tipos de amostra distintos, permitindo o confronto entre as modalidades oral e escrita da língua. O primeiro *corpus* analisado foi constituído por duas amostras de entrevistas do Projeto Censo/Peul-RJ (Censo da Variação lingüística no estado do Rio de Janeiro e Programa de Estudos do Uso da Língua), coletadas em épocas distintas (década de 80 e década de 2000)

e a partir daí a autora conseguiu averiguar o fenômeno em estudo, tendo em vista a língua oral espontânea, e também realizar análise comparativa entre as duas décadas, conferindo o comportamento da comunidade na curta duração. A primeira amostra foi composta por entrevistas efetuadas no início da década de 80, englobando 21 inquiridos, 14 de informantes do sexo feminino e 7 do sexo masculino, distribuídos por faixas etárias diferentes. O outro conjunto de dados corresponde a novas entrevistas feitas na década de 2000, sendo, então, constituído por 36 inquiridos: 19 informantes do sexo feminino e 17 do sexo masculino. Tais *corpora* foram estabelecidos e fundamentados em: sexo (homens e mulheres), faixa etária (15 a 25 anos, 26 a 49 anos e mais de 50 anos) e escolaridade (1º e 2º graus). Em relação a esse material, segundo Vianna (2006) foram levantados somente dados de **nós** e **a gente** em estruturas predicativas, visto que a análise da variação entre as formas de referência à primeira pessoa do discurso já foi objeto de estudo de Omena (1986, 2003). O segundo conjunto de dados da autora foi composto partindo da aplicação de testes de avaliação subjetiva entre estudantes de 1º e 2º graus, com o intuito de avaliar a percepção dos indivíduos em fase de escolarização em relação ao uso de estratégias não-previstas pela gramática tradicional. Tais testes evidenciaram o comportamento do fenômeno na escrita, e, igualmente, permitiram a comparação dos resultados avaliados na oralidade. Ressalta-se que nos dois *corpora* analisados por Vianna (2006) focaliza-se apenas o comportamento de indivíduos não-cultos naturais do Rio de Janeiro.

Vianna (2006), com base em uma amostra de fala não-culta e de escrita, buscou analisar o comportamento de **a gente** como pronome tendo em vista os traços de gênero, número e pessoa e também controlar a variação entre **nós** e **a gente** em uma amostra composta por testes escritos. A autora visou identificar se os fatores de ordem discursivo-pragmática, os de natureza formal e os sociais que beneficiam o uso de uma ou outra variante na escrita são os mesmos que atuam na língua oral. Entre falantes não-cultos cariocas, a autora constatou que os resultados obtidos por Lopes (1999) com falantes cultos se confirmam em sua amostra com diferenças estatisticamente pouco relevantes. No que tange à concordância de gênero e número no predicativo, Vianna (2006) verificou 4 estratégias com **a gente** (com base nos *corpora* do Projeto Censo/Peul). Apesar de o singular não ter sido considerado categórico, como observado entre os falantes cultos, os exemplos de concordância no plural foram raros e para a autora não seriam considerados exemplos característicos de estruturas predicativas. Assim, segundo Vianna (2006, p. 102):

entende-se que a maior produtividade da concordância no singular é motivada pela persistência semântica de um valor coletivo e indeterminado – herdada do nome

gente – que acarreta, para o a gente pronominal, a idéia de um todo abstrato e genérico.

Sendo assim, é possível observar a não-correlação entre traços semânticos e formais de número, diferentemente do que ocorre entre os pronomes pessoais autênticos. Ainda que o a gente pronominal possua um traço semântico [+PL] – pois designa o “falante + alguém” –, mantém um traço formal [-pl], visto que tende a se combinar mais comumente com estruturas no singular.

Conforme Vianna, a análise na curta duração demonstrou uma mudança de comportamento nas mulheres. O caráter genérico e indeterminado de **a gente**, segundo a autora pode estar condicionando um uso maior de estruturas predicativas com o masculino-singular (forma não-marcada em português) nos últimos vinte anos. Entretanto, com o **nós**, verifica-se um comportamento estável, tendo um leve acréscimo no uso do masculino-plural, aparentemente motivado pela utilização mais particular do pronome. Quanto à concordância verbal, segundo Vianna (2006), apesar de terem sido encontrados vários padrões de concordância com relação ao traço de pessoa, a combinação de **a gente** com verbo em P3 (a gente vai) demonstrou-se mais produtiva.

Entre os fatores controlados pela autora nos testes de avaliação subjetiva, quatro apresentaram-se significativos, a saber: concordância verbal, concordância de gênero e número, tempo verbal e escolaridade. No que se refere à concordância verbal, Vianna (2006) observou como fator favorecedor de uso para o pronome **a gente** a concordância com formas verbais em P3, à medida que a combinação com verbos em P4 se mostrou altamente desfavorecedora da forma. Já no tocante à concordância de gênero e número, a autora verificou que as estratégias de concordância no singular favorecem o uso de **a gente**, contudo as estratégias de concordância no plural podem ser consideradas como favorecedoras do uso de **nós**. Em relação à análise do tempo verbal, Vianna (2006) observou que as formas menos marcadas são favorecedoras ao uso de **a gente**, ao passo que as formas verbais assinaladas por apresentarem mais traços distintivos favoreceriam o uso de **nós**, ratificando trabalhos variacionistas, como os de Omena (1986), Lopes (1993), Machado (1995), dentre outros. Por fim, no que tange ao fator escolaridade, a autora constatou o favorecimento de **a gente**, sobretudo nos níveis intermediários de escolarização (8ª série do ensino fundamental e 1º ano do ensino médio). No entanto, nas palavras de Vianna (2006, p. 105), em relação à concordância verbal, nem sempre as estratégias de concordância com **a gente** “estão de acordo com o que apregoa o ensino tradicional”. Entre os níveis intermediários de ensino, a autora verificou uma maior produtividade das estratégias de concordância não-padrão, em comparação com o uso no 3º ano.

2.2.4. A gramaticalização de *a gente*

De acordo com Lopes (2004) a implementação das formas gramaticalizadas **você** e **a gente**, principalmente no PB, criou uma série de repercussões gramaticais em diferentes níveis. A questão da gramaticalização de **a gente** pode ser observada, dentre outros estudos, em Menon (1995, 1996), Omena e Braga (1996), Lopes (1999, 2003, 2004), Borges (2004) e Zilles (2007).

Omena e Braga (1996) dizem que o substantivo feminino latino *gens* deu origem à palavra **gente**, que nomeia de forma coletiva, indeterminadora, mais ou menos geral, “um agrupamento de seres humanos, identificados entre si por objetivos, idéias, qualidades, nacionalidade ou posição” (OMENA e BRAGA, 1996, p. 75). Segundo as autoras, altera-se a semântica do termo, ultimamente, advindo a essas primeiras mudanças, que passa a incorporar ao seu significado a referência à primeira pessoa do discurso, no singular ou no plural. Determinada pelo artigo, a palavra **gente**, nas palavras das autoras (1996, p. 75) passa a compor:

uma expressão que propicia alternâncias com os pronomes *eu* e *nós*, principalmente quando a referência às pessoas do discurso é indeterminada. A *gente* referindo-se à primeira pessoa do discurso no singular é menos freqüente e bastante imprecisa.

Assim, para as autoras (1996, p. 75), “sendo um dentre os vários processos de mudança lingüística, a gramaticalização é o processo em que um item, se lexical, passa a ser gramatical; se gramatical, torna-se mais gramatical ainda”. Em linhas gerais, Omena e Braga (1996, p. 79) dizem que situações mais informais propiciam o uso de **a gente**, e, por fim, expõem que hoje em dia a mudança está se difundindo pelo sistema pronominal, “completando-se em alguns pontos, desenvolvendo-se em outros, com diferentes momentos, mas sempre apresentando características de um item lexical que se vai gramaticalizando” (1996, p. 82).

Menon (1995, p. 398) apresenta o seguinte processo de gramaticalização para **a gente** (LN = locução nominal):

LNPlena	>	LNEspecial	>	LNIvariável	>	pron.indet.	>	pron.pessoal P1
...gente...	>	a gente	>	[a gente]	>	a gente....>	>	a gente = nós, eu
LNP		LNE		LNI		pr. indet.		pr.pes. 1 pl.~sing.

Na primeira das fases, LNP corresponde à etapa de autonomia, assim sendo, o substantivo **gente** é autônomo, podendo fazer parte de qualquer locução nominal, sofrer

flexão de número e concordância de predicativo, no gênero feminino nos elementos modificadores. Para tanto, Menon (1995, p. 397) exemplifica:

1. **as gentes que dormiam**, sahiam aas janellas, veer que festa era aquella ou porque se fazia (LOPES, Fernão [1965] *Crônica de D. Pedro*, p. 62 – 1ª metade do séc. XVI)
2. e eram **as gentes** destes senhores todos ataa cimquo mil de cavallo, e **muita gente** de pee. AACIMA veemdo elRei como perdia **as gentes** per esta guisa (idem, p. 83)
3. e que lamçasse de seu reino seus irmãos e **as gentes que eram** com elles. [...] e disse que **as gentes todas** lançaria fora. (idem, p. 110)
4. [D. Pedro] Foi muito manteedor de suas leis e grande executor das semtenças julgadas, e trabalhavasse quanto podia de **as jentes** nom seerem **gastadas**, per azo de demndas, e perlongados preitos; (...) (idem, p. 08)

Na segunda fase, **a gente** forma uma locução nominal especial, passando a ser acompanhada do artigo feminino, empregada apenas no singular (Cf. MENON, 1995, p. 397). Desta forma, fixou-se significado característico para o substantivo **gente** e para **a gente**. Na fase seguinte, essa LNE **a gente**, invariável, passa a ser utilizada como uma das formas de indeterminação do sujeito (LNI), transformando-se, enfim, em pronome. Nas palavras de Menon (1995, p. 398) “teríamos então chegado ao ponto em que, como pronome, **a gente** se gramaticalizou, isto é, perdeu sua autonomia na língua”. Notamos, portanto, um processo de gramaticalização que envolve mudanças morfossintáticas e semânticas.

De acordo com Lopes (2004, p. 48) outra reestruturação incidiu no paradigma verbal “que perde sua riqueza em termos flexionais passando de seis para três formas básicas (*eu falo, você/tu/ele/a gente fala, vocês/eles falam*).” Duarte (1993) defende que o português do Brasil estaria passando de uma língua de sujeito nulo para uma língua de sujeito pleno. A perda dessa desinência verbal confere aos novos pronomes o status de indicadores exclusivos da categoria de pessoa, tornando-os talvez, por essa razão, mais presentes. Nas palavras de Lopes (2004, p.48) “constatam-se, assim, alterações morfossintáticas: introdução de novas formas pronominais, simplificação do paradigma verbal, preenchimento obrigatório do sujeito e ordem mais rígida na sentença”.

Lopes (2004) diz que **a gente** originou-se de uma expressão nominal, e, então, o substantivo **gente** que, ao assumir, em alguns contextos discursivos, dadas propriedades, valores e funções, começou a compor outra classe/categoria.

Omena (2003, p. 63-80) analisou a *referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança?*, discutindo aspectos da natureza da mudança lingüística num estudo em tempo real de curta duração, objetivando investigar como está se dando a substituição da

forma do pronome pessoal de primeira pessoa do plural pela forma **a gente**, originalmente um substantivo coletivo. Mais especificamente, pretendeu responder “por que fase passa esse fenômeno variável: encontra-se em um estágio de variação estável ou em pleno processo de mudança em progresso?” (2003, p. 63).

Omena (2003) fala que **a gente** passou a integrar o sistema de pronomes pessoais do português, concorrendo com **nós**, forma da primeira pessoa do plural através de um processo de gramaticalização. Além disso, diz que o uso de **a gente** por **nós** avançou mais em alguns contextos do que em outros. E que, como costuma acontecer nos processos de gramaticalização, a par do acréscimo de significado na forma, **a gente** conserva o traço generalizador, indefinido, que lhe era característico e passa a ser utilizado mais do que **nós** nos contextos de indeterminação e maior número de referentes. No seu encaixamento no sistema de pronomes, embora tenha os traços de primeira, segunda e terceira pessoas gramaticais, a forma **a gente** apenas se identifica com **nós** no significado, uma vez que se inclui na oração como sujeito de terceira pessoa gramatical, como seu substantivo de origem. Segundo Omena (2003), essa substituição afetará igualmente sua relação com o verbo, criando contextos favorecedores ou não ao seu aparecimento. E, ainda, como um fenômeno de variação ou mudança, todo esse processo relaciona-se à sucessão de gerações. A autora diz que a pesquisa tem demonstrado que a idade do falante influencia na predominância ou não da nova forma e outro fator externo a ela relacionado é a escolaridade do falante.

Os resultados do estudo levaram à conclusão de que, no momento atual, o indivíduo, ao adquirir a língua, está sendo submetido a uma maior ocorrência da variante inovadora (**a gente**), em detrimento da forma mais antiga (**nós**). Embora conheça a variante **nós**, esse é um conhecimento passivo, pois, em princípio, usa sempre ou quase sempre a variante mais nova. Com o passar do tempo, o falante amplia seus contatos sociais, vai sendo submetido a forças mais conservadoras e aumenta a frequência da variante **nós**.

Essa questão vem ao encontro do que pretendemos investigar, visto que acreditamos que o pronome **a gente** é adquirido, ou seja, é falado corriqueiramente pelas crianças desde cedo em sua língua materna (segundo Mary Kato, usada na *fala1*²⁸). Acreditamos, também, que a criança passa pela fase de aquisição de sua língua usando, de maneira geral, o pronome **a gente** e vai adquirir (ou aprender), através do processo de aprendizagem da língua (ou escrita 2), o pronome **nós**, que possivelmente é o único pronome

²⁸ Discutiremos mais a respeito da proposta de Kato (1987) nos capítulos 5 e 6.

de primeira pessoa do plural ensinado nas escolas. Além disso, ao usar uma linguagem mais monitorada, com o passar do tempo, pode ser que o sujeito dê preferência ao uso do pronome **nós** em decorrência de um possível monitoramento no mercado de trabalho²⁹.

Os resultados de Omena (2003) mostraram uma situação de estabilidade, no presente momento, no uso do fenômeno variável, um caso de mudança lingüística que já vem sendo implementada, há muito, na comunidade estudada. Consideramos, então, os resultados mais constantes apresentados por Omena, em termos de percentagem geral do emprego das formas **nós** e **a gente**, que a variável **a gente** continua a predominar sobre a forma pronominal mais antiga, na função de sujeito. Assim, a autora apresenta, entre outros resultados, neste estudo (2003, p. 75), os percentuais mostrados na tabela 16 abaixo.

Tabela 16: Resultados individuais para Amostra 80 (I) e Amostra 00 (I)

Falante	Amostra 80 (C)		Amostra 00 (C)	
	Frequência	PR	Frequência	PR
Adr63	25/28 = 89%	.78	68/69 = 99%	.92
San39	19/22 = 86%	.71	55/56 = 98%	.90
Joss35	31/34 = 91%	.59	20/32 = 63%	.33
Leo38	62/75 = 83%	.55	53/66 = 80%	.57
Dav42	62/77 = 81%	.52	13/18 = 72%	.50
Fat23	27/51 = 53%	.29	40/53 = 75%	.65
Jos26	16/31 = 53%	.26	16/21 = 76%	.49
jan/03	11/19 = 58%	.21	09/28 = 32%	.11
Mgl48	08/54 = 15%	.05	16/57 = 28%	.15

Fonte: Omena (2003, p. 75)

Os resultados mostram que dois falantes (Jan03 e Jos35) diminuíram o uso de **a gente** à medida que aumentaram de idade (indício de gradação etária), dois (Leo38 e Dav42) conservaram o mesmo peso relativo nos dois momentos (mudança geracional) e os cinco falantes remanescentes apresentaram aumento no uso da forma **a gente** – e a manutenção das forças sociais e estruturais propulsoras da mudança. A autora conclui, relativizando aumentos e diminuições, que “a forma inovadora vai lenta e constantemente ganhando terreno de sua concorrente, mesmo que nesse pequeno período de tempo apresente certa estabilidade” (2003, p. 80).

²⁹ Essas questões serão mais bem discutidas/detalhadas no Capítulo 5.

Borges (2004) tratou da *gramaticalização de a gente no Português Brasileiro: análise histórico-social-lingüística da fala das comunidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas*. O autor teve como propósitos: (i) analisar as modificações envolvendo aspectos semânticos que possibilitaram que a forma **a gente**, de caráter indeterminado, se integrasse plenamente no quadro dos pronomes pessoais do PB; (ii) verificar em que estágio(s) desse percurso a forma **a gente** se efetivou como pronome pessoal, com valor referencial; (iii) identificar os diferentes “graus de pessoalização” do pronome **a gente**. O *corpus* da sua pesquisa foi constituído de dois tipos de dados: fala de personagens de onze peças de teatro de autores gaúchos, correspondente a um período de cem anos (1896 até 1995), e fala de sessenta indivíduos das cidades gaúchas de Jaguarão e Pelotas. As entrevistas foram realizadas em 2000 e 2001: trinta e seis em Pelotas (VarX) e vinte e quatro em Jaguarão (BDS Pampa). Os *corpora* tiveram uma divisão equilibrada de informantes por gênero, faixa etária e classe social. Os textos selecionados tiveram a comédia como gênero principal ou peças que pudessem refletir, da melhor maneira possível, o cotidiano de determinadas pessoas e grupos através de seus costumes. Um dos objetivos da escolha do teatro pelo autor, e mais especificamente de peças que refletissem o cotidiano das pessoas, foi poder representar a linguagem mais informal usada pelas pessoas comuns e seus afazeres cotidianos, aproximando-se o máximo possível do vernáculo. O fato de todos os autores selecionados serem gaúchos igualmente foi relevante para os aspectos relacionados à linguagem, visto que certas “variedades de usos da língua encontradas nas obras podem estar atreladas a atitudes, opção estética e origem regionais dos escritores” (BORGES, 2004, p. 49). Para melhor entender a descrição e análise de Borges (2004) apresentaremos uma tabela proposta pelo autor que traz o conjunto de obras utilizadas, bem como as décadas e o número de ocorrências equivalentes a cada uma das peças (Cf. tabela 17):

Tabela 17: Décadas e número total de ocorrências das formas *nós* e *a gente* correspondentes a cada uma das onze obras analisadas por Borges (2004)

Obra/Autor/Ano	Década	Número de ocorrências
1. A viúva Pitorra (Simões Lopes Neto) – 1986	1890	31
2. A ciumenta velha (Joaquim Alves Torres) – 1905	1900	16
3. Nossa terra (Abadie Faria-Rosa) – 1917	1910	72
4. Adão, Eva e outros membros da família (Álvaro Moreira) – 1927	1920	48
5. Iaiá Boneca (Ernani Fornari) – 1938	1930	52

6. Seis anos de rádio: história anedótica de Pery & Estellita (Pery Borges) – 1942	1940	74
7. Quando elas queres (Paulo Hecker Filho) – 1958	1950	83
8. A ponte (Valdir Ruzicki) – 1962	1960	145
9. Pode ser que seja só o leiteiro lá fora (Caio Fernando Abreu) – 1974	1970	70
10. Bye, bye sweet home! A barra do tribunal, Casinha pequenina, Tudo no divã (Ivo Bender) – 1983	1980	20
11. A coisa certa (Júlio Conte) – 1995	1990	101

Fonte: Borges (2004, p. 49)

Na análise das peças pelo autor em questão foram encontradas 712 ocorrências, distribuídas da seguinte maneira: 189 ocorrências de **nós** expresso³⁰ (27%); 162 ocorrências de **a gente** expresso (23%); 354 ocorrências de **nós** não-expresso (49%); 7 ocorrências **a gente** não-expresso (1%). Salientamos que o total de 712 ocorrências representa a presença das duas formas em todas as funções sintáticas possíveis (sujeito, objeto preposicionado, objeto direto, adjunto adnominal e adjunto adverbial). Por essa razão, o percentual de **a gente** parece pouco expressivo (23%). Contudo, considerando-se somente as ocorrências dos pronomes **a gente** ou **nós** “expressos”, o percentual de uso de **a gente** estende-se para 46%, precisamente o dobro. Destarte, Borges (2004, p. 52) diz que principalmente após a década de 1960 (com percentuais acima de 35%), a forma pronominal **a gente** passa a competir efetivamente com a forma pronominal **nós**.

Por fim, os resultados de Borges (2004) no que diz respeito ao uso de **a gente** indicam que: a gramaticalização de **a gente** decorre de vários processos de mudança concomitantes e inter-relacionados – mudança semântica, sintática, morfológica e fonológica; a partir da década de 1960 a forma **a gente** cristaliza-se como pronome pessoal de primeira pessoa do plural; a utilização de **a gente**, em variação com **nós**, está relacionada a condicionadores lingüísticos de natureza discursiva, sintática, morfológica e fonológica; o uso de **a gente** em Pelotas está em um estágio mais adiantado do que em Jaguarão; a divisão por classe social indica que em Pelotas a mudança acontece “de cima para baixo” e em Jaguarão “de baixo para cima”; o uso de **a gente** é maior nas faixas etárias mais jovens nas duas comunidades, em Pelotas ocorre a redução (mudança incipiente) de **a gente** para *a ‘ente* (~‘ente); a propagação da mudança ocorre dos grandes centros para os menores.

³⁰ Borges (2004) utilizou os termos “expresso” e “não-expresso” para ressaltar a presença ou não da forma *a gente* (ou *nós*) na oração. Todavia, em relação à terminologia, cita-se Tarallo (1996) que usa as expressões “preenchido” vs “não-preenchido” e Duarte (1996) que utiliza “pleno” vs “nulo”.

Zilles (2007) trata sobre *o que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de **a gente*** visando sintetizar os resultados principais de pesquisas em torno da gramaticalização de **a gente** no PB, bem como levantar uma série de questões que ainda precisam de investigação. A autora diz que:

Considera-se que a gramaticalização é um tipo particular de mudança lingüística em virtude de certas características que lhe são inerentes. Uma dessas características é que a gramaticalização é um processo lingüísticamente motivado e altamente encaixado no sistema lingüístico. Assim, os fatores decisivos que lhe dão início e continuidade não estão exclusivamente nos itens que se gramaticalizam, mas em mudanças simultâneas, que estão ocorrendo ou já ocorreram em subsistemas lingüísticos relacionados. Fala-se, então, em feixe de mudanças inter-relacionadas. (ZILLES, 2007, p. 28)

Zilles (2007) focalizou alguns aspectos sociolingüísticos da gramaticalização de **a gente**. Os primeiros resultados quantitativos discutidos na pesquisa em questão foram de um estudo de tempo aparente, em que houve a análise de entrevistas de 39 informantes do banco de dados do Projeto Variação Lingüística Urbana no Sul do País, VARSUL. Todos os dados são de Porto Alegre e foram estratificados em gênero (19 informantes do sexo masculino e 20 do feminino), idade (17 informantes de 25-49 anos e 22 acima de 50 anos) e nível de escolarização (10 informantes com escolaridade elementar – até 5 anos, 8 informantes com escolaridade intermediária – 5 a 8 anos, 9 informantes com escolaridade secundária – 9 a 11 anos, e 12 com escolaridade pós-secundária – mais de 11 anos)³¹.

Zilles (2007, p. 34) mostra dois dos grupos de fatores sociais, gênero e faixa etária, que obtiveram significância estatística em seu estudo. Os seus resultados para as variáveis sociais mostram que esta é uma mudança liderada por mulheres, pois o gênero feminino favorece o emprego de **a gente**, com peso de 0.55, e o gênero masculino o desfavorece, com peso de 0.41. Os resultados para faixa etária também sugerem uma mudança em curso, visto que os falantes mais jovens (25 a 50 anos) lideram com peso: 0.66 contra apenas 0.42 nos falantes de 50 a 70 anos de idade. Notamos, ainda, que a probabilidade geral de uso de **a gente** é muito alta (0.85), indicando que a mudança já é bastante avançada.

Segundo a autora, um método para avaliar se uma forma lingüística tem prestígio social é verificar, ou até mesmo pedir às pessoas das comunidades em estudo que falem a despeito de seu julgamento sobre tal emprego. Outra, menos explorada, até o momento, em relação ao emprego de **a gente**, é observar seu uso na escrita. Zilles (2007, p. 38) diz que no caso de uma mudança em andamento, os registros que assinalam quem utiliza **a gente**, em que

³¹ De acordo com a autora (2007), esses critérios foram estabelecidos na própria coleta de dados do VARSUL.

contextos, em que gêneros textuais, para que leitores, com que finalidade, entre outros pontos, são preciosos, pois, se respondidos, mostrariam a avaliação social em jogo. Nos dados do projeto VARSUL do Rio Grande do Sul (mais de 70 entrevistas consultadas), a autora encontrou uma única senhora que era contrária ao emprego de **a gente** no início da entrevista, corrigindo as entrevistadoras. A saber:

E Tá, agora – agora **a gente** vai perguntar pra [1senhora1] –

F [1Nós,1], **agente não, agente é aquele que está agindo** (“agora”) (risos E), **nós!**

E **Nós.**

F (inint) hoje, porque vocês hoje maltratam a língua (inint), ai meu Deus do céu, isso que o pobre do Camões, o pobre do não sei mais o quê, do Rui Barbosa, (inint), que se esmerava para polir, pra enriquecer. Vocês hoje tratam de dilapidar, (inint) nem se usa mais o pronome. Pessoal (inint), **nós é agente.**

Agente é aquele que está agindo. É ou não é?

E **Nós então?**

F **Nós!** (risos geral) (inint)

E **Nós queremos saber** (hes), por exemplo, a origem da sua família.

A senhora nasceu aqui em Porto Alegre? (ZILLES, 2007, p. 38)

Fica evidenciado o aspecto negativo no trecho supracitado. Conforme Zilles (2007) essa postura da falante se refletiu em seu comportamento, totalizando, ao longo da entrevista, 23 (79%) ocorrências de **nós** e somente 6 (21%) de **a gente**. Porém, este fato é justamente o contrário do que ocorreu com a distribuição geral em Porto Alegre, onde foram constatados mais ou menos 30% de pronome **nós** e 70% de **a gente**. A autora salienta que, embora seja um caso isolado, não se pode desprezar o conteúdo do referido comentário, visto que ele traz a tomada de consciência da mudança por parte dos falantes, e esse fato é um passo importante para avaliações explícitas e processos de contraposição. Segundo Zilles (2007, p. 38), esta contraposição parece ter se manifestado em especial nas restrições ao uso de **a gente** na escrita.

Zilles (2007, p. 39) diz que:

A gente aparece, com valor de pronome pessoal pleno (eu+tu), em textos de literatura infantil, como em Tchau, de Bojunga (2001): a certa altura de uma conversa entre mãe e filha, esta diz àquela: “Sozinha como? e eu? e o Donatelo? a gente tá sempre junto, não tá?” Este e outros tantos casos de a gente neste e em outros livros contribui para a perda do estigma da forma pronominal com referência específica? Ou, ao contrário, contribui para que a mesma seja percebida como marcada, própria apenas para certos contextos?

A autora aborda ainda que **a gente** aparece também em textos que dão voz a crianças e criam vozes dirigidas a elas, como no conto “Na escola” de Drummond (1989).

De um lado, a fala dirigida pela professora aos alunos: “Muito bem. Será uma espécie de plebiscito. A palavra é complicada, mas a coisa é simples. Cada um dá sua opinião, **a gente soma** as opiniões, e a maioria é que decide”. De outro lado, a fala do aluno, em que a sintaxe da falta de concordância espelha a subversão da ordem proposta: “– Legal! – exclamou Jorgito. – Uniforme está superado, professora. A senhora vem de calça comprida, e **a gente aparecemos** de qualquer jeito”.

Zilles (2007) afirma que **a gente** aparece em textos publicitários e em correspondência comercial e traz dois exemplos escolhidos aleatoriamente: na correspondência do *Banco Santander Banespa*, de dezembro de 2006, lê-se: “A sua prosperidade, **a gente** vai celebrar juntos”; no informativo entregue juntamente com o cartão do assinante do jornal *Correio do Povo*, em 2005, lê-se: “É um grande prazer ter você junto com **a gente**”. A autora, ainda, diz que a consulta aos dicionários pode permitir a constatação de aspectos da avaliação social das formas linguísticas, e exemplifica com o Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2001), o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, da Academia das Ciências de Lisboa (2001) e o Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI. O Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2001), no verbete **nós**, é registrada sua correspondência com **a gente**, porém no verbete **gente**, o mesmo dicionário traz **a gente** sob o rótulo de locuções; no Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa, da Academia das Ciências de Lisboa (2001) a locução **a gente** é abordada como brasileirismo, de uso familiar, dando a impressão de que este uso seja estritamente informal, havendo, visivelmente, avaliação social na referida representação para **a gente**. Enfim, o Dicionário Eletrônico Aurélio Século XXI não retrata **a gente** como coloquial e mostra exemplos de língua escrita de autores consagrados, o que, segundo Zilles (2007, p. 40) “poderia levar a uma conclusão indevida de ausência de estigma na escrita, estigma que incide, ao que parece, principalmente, sobre o uso como pronome pessoal com referência específica”.

Para fechar, a autora recorreu ao romance “São Bernardo” de Graciliano Ramos. De acordo com Zilles (2007, p. 41) o personagem que exprime a fala é Lúcio Gomes de Azevedo Gondim, um “redator e diretor do Cruzeiro” (RAMOS, 1999, p. 5), “periodista de boa índole e que escreve o que lhe mandam” (RAMOS, 1999, p. 6). Ele recebera a tarefa de realizar a “composição literária” do livro que Paulo Honório queria construir “pela divisão de trabalho”. Ao ler os primeiros dois capítulos escritos por Gondim, Paulo Honório avaliou-os repletos de besteiras, pernósticos e zangou-se dizendo: “Há lá ninguém que fale dessa forma!” Azevedo Gondim redarguiu:

– Foi assim que sempre se fez. A literatura é a literatura. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tintas é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia (RAMOS [1999] apud ZILLES, 2005, p. 41).

Enfim, Zilles (2007, p. 41) conclui que “os caminhos percorridos pelos processos dessa mudança já têm sido bastante estudados quanto à língua falada, mas na escrita são ainda pouco explorados”, em especial desde uma perspectiva sociolingüística. A autora propõe que, ao percorrer esse caminho, deva ser levada em conta a relação entre uso das formas inovadoras e os gêneros textuais.

Lopes (2007, p. 47) versou sobre *a gramaticalização de a gente em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos*, analisando a inserção da expressão **a gente** no sistema pronominal do português como um processo de variação e mudança de longa duração. Ainda que os traços formais e semântico-discursivos do nome **gente** e da forma pronominal **a gente** não sejam idênticos atualmente em português, conforme Lopes discute-se a manutenção e perda de algumas propriedades da classe original e a adoção de características tipicamente pronominais à luz dos princípios da persistência e decategorização propostos por Hopper. Com embasamento em amostras de língua em uso gravadas no Rio de Janeiro, nas décadas de 70 e 90 (amostra NURC-RJ) e 80 e 2000 (amostra PEUL-RJ), a autora apresentou alguns resultados de estudos sociolingüísticos quantitativos para a discussão do atual estágio da substituição de **nós** por **a gente** em termos do comportamento da comunidade. Lopes baseou-se em dois tipos de corpora a fim de analisar a inserção de **a gente**, no sistema pronominal do português, como um processo de mudança em tempo real de longa duração (do português arcaico ao português contemporâneo) e em tempo real de curta duração pelo confronto de dois momentos distintos no português do Brasil. Procurou 1) delimitar cronologicamente a fase histórica em que se processa essa transição de nome para pronome; 2) identificar as possíveis causas da pronominalização do vocábulo **gente** em português e 3) enquadrar o fenômeno como uma mudança encaixada no sistema lingüístico e social. Desta forma, a autora realizou dois estudos conjugados: para a análise na longa duração, utilizou textos escritos do século XIII ao século XX (Cf. Lopes 2003, p. 48-51) e para a análise em tempo real de curta duração, valeu-se de entrevistas de falantes cultos cariocas feitas na década de 70 e na década de 90 com informantes diferentes para análise do comportamento da comunidade (estudo de tendências), além de apresentar, também, os resultados dos estudos feitos por Omena (2003) e Vianna (2003) com base na fala de indivíduos nascidos no Rio de Janeiro, com nível de escolaridade médio (*corpus* do Projeto PEUL-CENSO).

Os resultados da autora confirmaram uma perda gradativa e não instantânea dos traços formais através dos séculos. Isso pode referendar a perspectiva da dinamicidade da mudança vista como um *continuum* e não uma mera sucessão de sistemas homogêneos e unitários. Com relação ao estudo em *tempo real de curta duração*, percebeu que a substituição de **nós** por **a gente** implementou-se de forma acelerada nos últimos vinte anos na fala carioca, em especial entre os falantes não-cultos, apresentando, entretanto, um comportamento estável nesse grupo: as mesmas taxas de frequência nos dois períodos analisados. E no que tange aos falantes cultos, notou certa instabilidade dos anos 70 para os anos 90, uma vez que o comportamento se inverteu nessas últimas décadas: **a gente** torna-se mais usual que **nós**, assumindo o mesmo comportamento observado antes na fala popular do Rio de Janeiro: mudança de “baixo para cima”. De acordo com Lopes (2007, p.76), a forma inovadora vai lenta e constantemente ganhando terreno de sua concorrente, mesmo que de maneira estável.

Zilles (2007, p. 28) diz que “a gramaticalização é um tipo particular de mudança lingüística em virtude de certas características que lhe são inerentes.” Segundo a autora, uma dessas peculiaridades se refere à gramaticalização como um processo “lingüísticamente motivado” e altamente encaixado no sistema lingüístico. Destarte, os fatores cruciais que lhe dão início e seqüência estão nas mudanças simultâneas, que estão acontecendo ou já aconteceram em subsistemas lingüísticos relacionados, tratando-se, assim, de um “feixe de mudanças inter-relacionadas”, como já foi dito anteriormente.

Ainda, de acordo com a autora outra característica considerada essencial à gramaticalização diz respeito à maneira como ela avança.

Como as demais mudanças lingüísticas, ela ocorre por transições graduais ao longo de um *continuum* que se projeta no tempo. A peculiaridade reside no caráter **unidirecional** desse processo, cujo protótipo é representado pelo seguinte curso:

palavra lexical > palavra gramatical > clítico > afixo > zero (ZILLES, 2007, p. 29).

Em relação ao encaixamento lingüístico de **a gente**, Zilles (2007) diz que, a exemplo do que ocorreu com a introdução de você/vocês, **a gente** igualmente está, indiretamente, acarretando mudança no paradigma da concordância verbal, assinalando sua redução, pois é mais comum encontrarmos **a gente** acompanhado de verbo na 3ª pessoa do singular, segundo a autora (por exemplo, **a gente vai**). Apesar disso, há registros de uso de **a gente** seguido de verbo na 1ª pessoa do plural (por exemplo, **a gente fomos**). Naro, Görski e Fernandes (1999) em “Change without change” abordam sobre o tema em relação à fala do

Rio de Janeiro na década de 1980. Naro et al. (1999), ao investigarem o fenômeno da saliência fônica na concordância verbal entre as variantes **nós** e **a gente**, apontam que construções como **a gente falamos** e **nós fala** são usadas comumente por falantes com baixa escolaridade. Menon (1995, p. 402) indica que o falante, ao utilizar o morfema (-mos) juntamente ao verbo que faz companhia ao pronome **a gente**, faz concordância por “hipercorreção”; assim sendo, a hipótese da autora diz respeito a uma “insegurança lingüística” por parte do falante, e ele faria uso dessa concordância com forma verbal de morfema -mos a fim de evidenciar “erudição”³².

Zilles (2007) fala que outro aspecto do encaixamento lingüístico de **a gente** refere-se ao parâmetro do sujeito nulo e o objeto nulo, que segundo a autora, é uma inovação sintática do PB em relação ao PE que “reforça a necessidade de explicitar o sujeito, se não pela desinência, pelo uso de pronome ou SN.” (2007, p. 31)

De acordo com Lopes (2004), na gramaticalização de **gente** (nome) > **a gente** (pronome), nem todas as propriedades formais do nome **gente** foram perdidas, bem como não foram adquiridas todas as propriedades inerentes aos pronomes pessoais.

A forma gramaticalizada mantém do nome **gente** o traço formal de 3ª pessoa, embora acione uma interpretação semântico-discursiva de 1ª pessoa [+ EU]. Mesmo que o verbo em concordância com **a gente** permaneça na 3ª pessoa do singular, se pressupõe a existência de um “falante + alguém”, numa frase do tipo **a gente , precisa comprar a nossa , própria casa**. Tal comportamento remete-nos ainda ao princípio da decategorização (Hopper, 1991) que consiste na neutralização das marcas morfológicas e propriedades sintáticas da categoria-origem (nome) e adoção dos atributos da categoria- destino (forma pronominal). (LOPES, 2004, p. 52)

Borges (2004, p. 37) traz o curso de mudança de **a gente**:

(substantivo genérico – **gente** → pronome indefinido – **a gente** → pronome pessoal – *a gente*).

Ele sugere uma escala de pessoalização para **a gente**, partindo de uma análise empírica, fundamentado em valores semântico-pragmáticos, avaliando os graus subseqüentes (2004, p. 43-45):

- (1) genérico = eu + todo e qualquer indivíduo que compreende o discurso;
- (2) plural exclusivo = eu + outro(s) (não-pessoa) – P1+P3;
- (3) plural inclusivo = eu + tu/você (pessoa) + outro(s) (não-pessoa) – P1+P2+P3;
- (4) plural inclusivo = eu + tu/você (pessoa) – P1+P2;
- (5) singular = eu (pessoa) – P1.

³² O mesmo, conforme Menon (1995, p. 402), se assemelha ao que estaria ocorrendo com o verbo *haver* no plural, presente em registro formal escrito, quando o esperado seria a forma singular.

Desta forma, observamos um plural genérico no grau (1), assinalando uma possível entrada para o processo de pessoalização, que ocorre no contínuo do plural específico, (2) a (4), chegando ao pico mais culminante de pessoalização em (5), quando **a gente** é igual a *eu*.

Ainda, para um entendimento desse processo de gramaticalização de **a gente**, ressaltamos que as características inerentes do item lexical que se gramaticalizou são particularmente relevantes. Segundo Zilles (2007), o sentido original do substantivo latino: *gens, génis* significava *povo*, tendo, de maneira intrínseca, um traço semântico de pluralidade e um traço de pessoa (ser humano). Contudo, o substantivo **gente** era um nome coletivo, “fator decisivo para assumir, posteriormente, como pronome indefinido, o valor [+genérico], correspondente ao significado de ‘toda e qualquer pessoa.’” (ZILLES, 2007, p. 32)

Essas pesquisas, aliadas às já relatadas neste capítulo, trazem fortes evidências acerca do **uso** de **a gente** como pronome pessoal na posição de sujeito no PB.

2.3. Questões, objetivos e hipóteses

Tomando como base a realidade da sala de aula e os estudos referentes à variação no sistema pronominal do português brasileiro contemporâneo, elaboramos a seguinte problemática:

A introdução da forma inovadora **a gente** no quadro dos pronomes pessoais, como uma variante do pronome de 1ª pessoa no plural, está se efetivando na língua, tanto na modalidade falada quanto na escrita dos alunos de ensino fundamental?

Elegemos, a seguir, três objetivos gerais desta dissertação:

(i) Verificar e analisar a alternância dos pronomes **nós** e **a gente**, observando os fatores lingüísticos, sociais e estilísticos no ambiente escolar que condicionam o uso efetivo desses na modalidade escrita e falada de alunos do ensino fundamental (5ª, 6ª, 7ª e 8ª série) de quatro escolas da rede pública de ensino na cidade de Florianópolis; (ii) propor uma análise (sócio)lingüística sincrônica das construções com **nós** e **a gente** na função de sujeito e seu reflexo na variação da concordância verbal, em especial, e na variação do preenchimento do sujeito pronominal; e, (iii) discutir alguns pressupostos, mais especificamente a concepção de norma lingüística e o problema empírico de avaliação, da teoria da variação e mudança (Cf.

BAGNO, 2002; WEINREICH, LABOV E HERZOG 1968 e LABOV 1972, 1982, 2003), a fim de suscitar reflexões acerca de nosso objeto de estudo.

Esquadrinhando caminhos para deslindar tais objetivos, estaremos acompanhados de algumas hipóteses gerais:

(i') A variação de **nós** e **a gente** é motivada lingüisticamente: (a) está associada ao preenchimento ou não do sujeito: quanto mais preenchido há mais ocorrência de **a gente**, quanto menos preenchido há mais ocorrência do **nós** (Cf. DUARTE, 1993, 1995); b) está associada à marca morfêmica do verbo que acompanha o pronome: a combinação de **a gente** com a marca morfêmica -ø e de **nós** com marca morfêmica -mos, possivelmente, é majoritária nos dados, até mesmo por causa da influência da escola, uma vez que a pesquisa foi realizada nesse ambiente; c) está associada à saliência fônica: os níveis de saliência fônica mais baixos favorecem o emprego de **a gente**, enquanto os níveis mais altos de saliência propiciam o uso de **nós** (OMENA, 1986; LOPES, 1993; MACHADO, 1995; entre outros).

(ii') A variação de **nós** e **a gente** é motivada socialmente: (i) está associada ao sexo do informante: mulheres utilizam mais a forma **a gente** (LOPES, 1999); e, (ii) está associada à idade do informante: a faixa etária compreendida entre 10 a 14 anos tende a usar mais o pronome **a gente** na escrita do que a faixa etária compreendida entre 15 a 19 anos.

(iii') A variação de **nós** e **a gente** é motivada pela oposição da modalidade (fala x escrita). As formas pronominais **nós** e **a gente** aparecem tanto na escrita quanto na fala dos alunos do ensino fundamental das quatro escolas integrantes desta pesquisa. Entretanto, acreditamos que o pronome **a gente** apareça predominantemente na fala e o **nós** predominantemente na escrita. Acreditamos, igualmente, que as formas pronominais **nós** e **a gente**, tanto na modalidade oral quanto na modalidade escrita, estão sujeitas à marcação estilística: **nós** tende a aparecer mais em linguagem monitorada (escrita), enquanto **a gente** em linguagem espontânea (fala) (isto é, no vernáculo). Para confirmar esta hipótese de avaliação do uso de **nós** e **a gente**, realizamos testes de atitude subjetiva com os alunos.

2.4. Justificativa e apresentação do trabalho

Em decorrência do emprego corriqueiro de **a gente**, **vocês**, **você** em textos escritos e na fala em geral – não seguindo apenas a regra estabelecida pela gramática tradicional (GT): **nós**, **vós**, **tu** – sugerimos este estudo por acreditar que uma pesquisa envolvendo aspectos já

mencionados (com dados de escrita e fala) poderá contribuir para o desenvolvimento dos estudos de sociolinguística, e, ainda, realizar um elo entre escola-sociedade-pesquisa. Igualmente, a averiguação da alternância (ou omissão) dos pronomes **nós** e **a gente** nos dados escritos escolares de alunos de escolas públicas, do ensino fundamental, com idades aproximadas entre 10 a 19 anos é extremamente significativa, permitindo reflexão e atuação no ensino fundamental (que é a base para um ensino médio de qualidade).

A partir do que temos observado em vários estudos de descrição do português do Brasil, o que presenciamos é a existência de uma lacuna entre a prática pedagógica das escolas e o que dizem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Como notamos, no texto de 1998 dos PCNs, já existe um comentário bem pertinente no que tange à variação linguística:

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade linguística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades linguísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. Não existem, portanto, variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades linguísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais. (BRASIL, 1998b, p. 29).

Assim, como já disseram outros autores, entre eles Faraco (2004), se o ensino de língua fosse pautado, desde o início, na sua função social e não em regras estanques de gramáticas tradicionais estaríamos muito mais à vontade para abordar a gramática, a variação e a produção de textos na escola. Mas, o absurdo é que muitos professores e manuais didáticos seguem exigindo que se escreva (e até que se fale): *O filme de que eu gosto está em cartaz; Eles assistiram a um filme de terror; Eles vão lavar-se (lavar-se-ão) no rio; Nós vamos ao shopping*. Entretanto, involuntariamente, fixou-se na fala e desdobrou-se para a escrita, sem distinções de classe social, ou até mesmo de certos graus de formalidade que estabelecem a situação discursiva, o uso de: *O filme que eu gosto está em cartaz; Eles assistiram um filme de terror; Eles vão se lavar no rio; A gente vai / Nós vamos no shopping*. Dessa forma, a escola parece não criar as condições necessárias para que seus alunos desenvolvam seus conhecimentos (formando leitores e escritores eficientes), em particular, os que se referem ao tema da variedade linguística, alimentando assim o estigma, a discriminação e os preconceitos concernentes ao uso da língua.

Além disso, nas sociedades letradas, costuma-se adotar as regras determinadas para o sistema de escrita como um padrão de correção de todas as formas lingüísticas. Esse fato, com maior evidência na gramática tradicional, freqüentemente ocasiona uma confusão entre o que seja falar de forma adequada à situação e falar de acordo com essas regras do “bem dizer e escrever”, e, desta maneira, ratifica a idéia de que “ninguém sabe falar o português correto” e de que se continue a perseverar um ensino voltado a padrões gramaticais artificiais.

É importante que a escola cumpra o seu papel e mostre aos seus alunos a relação direta entre uso da língua e sua adequação a um dado ato de comunicação verbal, pois alguns estilos, quando empregados fora de um contexto apropriado, são estigmatizados socialmente, como usar todos os “esses” finais indicativos de plural em uma conversa informal de bar com os amigos: *Vamos assistir aos programas de futebol hoje à noite para constataremos quantas faltas o juiz marcou nesse jogo*. Outra comparação para o esclarecimento desse fato se remete ao tipo de roupa que escolhemos em determinados eventos de nosso dia-a-dia; elegemos nosso traje de acordo com uma ocasião social específica a fim de cumprirmos nossos papéis, enquadrando-nos nas convenções sociais ditadas para as regras do bem-vestir. Se vamos a um casamento utilizamos uma veste diferente da que usaríamos em uma praia.

A escola não pode ignorar as diferenças sociolingüísticas. Os professores e, por meio deles, os alunos tem que estar bem conscientes de que existem duas ou mais maneiras de dizer a mesma coisa. E mais, que essas formas alternativas servem à propósitos comunicativos distintos e são recebidas de maneira diferenciada pela sociedade. (...) O caminho para uma democracia é a distribuição justa de bens culturais, entre os quais a língua é o mais importante. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 15)

Logo, esta pesquisa se justifica na medida em que vai diagnosticar o uso das formas **nós** e **a gente** em variação nas escolas, em diferentes estilos, bem como o reflexo desse uso a outros fenômenos com os quais ele está correlacionado, como a concordância verbal e o preenchimento do sujeito. Além do mais, se justifica por propor uma reflexão em torno desse uso junto aos professores de Língua Portuguesa, suscitando questionamentos a respeito do ensino de gramática nas escolas e proporcionando condições para que esse ensino seja o resultado de futuras situações reais de interação em sala de aula, sem que o professor e/ou o aluno adotem uma postura preconceituosa em relação aos usos variáveis da língua.

2.5. Palavras finais do capítulo

Neste capítulo, apresentamos uma revisão bibliográfica dos trabalhos sobre **nós** e **a gente** que nortearam nosso estudo variacionista, tratamos sobre o processo de gramaticalização de **a gente** e também sobre as proposições encontradas em algumas gramáticas a respeito do paradigma pronominal, constatando que não há, ainda, a inserção do pronome **a gente** no quadro tradicional de pronomes pessoais.

Para verificar a variação de **nós** e **a gente** centramo-nos nos trabalhos de Albán e Freitas (1991), Freitas (1991), Albán et al. (1991), Freitas (1997), Lopes (1993, 1998, 2007), Machado (1995), Naro, Görski e Fernandes (1999), Omena (1998, 2003), Seara (2000), Zilles, Maya e Silva (2000), Zilles (2005, 2006, 2007), Menon, Lambach e Landarin (2003), Borges (2004), Fernandes (2004), Silva (2004) e Vianna (2006), os quais explicitam, dentre outras considerações, os fatores sociais e lingüísticos condicionantes da variação dessas formas pronominais.

Os resultados desses estudos são de grande relevância, uma vez que contribuem com reflexões teóricas sobre concepções de língua(gem)³³ e gramática; sobre variação lingüística, em especial, quanto ao tratamento dispensado ao uso de **nós** e **a gente** na posição de sujeito e de questões que podem e devem ser refletidas no ensino de língua nas escolas.

Vários trabalhos já trataram a respeito das formas pronominais **nós** e **a gente** – do ponto de vista da alternância dessas formas na posição de sujeito; da concordância verbal; da gramaticalização da forma *gente* > *a gente* > *a gente*; da referência *nós/a gente* e outros. Pretendemos discutir, ainda, sobre esse fenômeno a fim de verificar e analisar a alternância desses pronomes, observando os fatores lingüísticos e extralingüísticos no ambiente escolar que condicionam o uso efetivo desses na escrita e na fala de alunos do segundo segmento do ensino fundamental da cidade de Florianópolis/SC.

No capítulo subseqüente apresentaremos os pressupostos teóricos adotados em nossa análise.

³³ Adotaremos, doravante, o termo “língua” para fazer referência ao par língua/linguagem, não entrando, desse modo, em especulações acerca de tal distinção.

3. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

3.1. Introdução

Neste capítulo, trataremos dos postulados básicos da sociolinguística variacionista, os quais fundamentam esta pesquisa. Estaremos recorrendo a eles constantemente, tais como a noção da heterogeneidade linguística, a noção de regra variável, variantes e variável linguística, a noção de vernáculo, a noção de comunidade de fala, a noção de dimensões da variação linguística e os problemas empíricos para uma teoria da variação e mudança. Por isso, esses pressupostos serão retomados aqui neste capítulo.

As expressões de sujeito **nós** e **a gente** (e as possíveis realizações **-mos** e **zero**), por exemplo, são formas alternativas de *dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade* (LABOV, 1972). A designação flexional do verbo tem sido bastante valorizada nas salas de aula, sendo que a não-utilização (**nós vai**) da marca explícita de concordância (ou o contrário, no caso de **a gente fomos**) representa, em geral, um traço de diferenciação social, de modo geral acompanhada de estigma. Com o avanço de estudos sociolinguísticos, pensar o ensino da língua, atualmente, envolve antes uma reflexão essencial a respeito da dinâmica da língua, sobre os condicionadores sociais que levam a variações e mudanças linguísticas.

Outro ponto a ser discutido se refere à variação estilística, associada às escolhas adotadas pelos falantes quando estão em ambientes mais ou menos formais. Essas escolhas, na linha de Labov (1972), proporcionam ao falante fazer escolhas para proferir a mesma coisa, apesar de variantes como **nó(i)s fomos**³⁴/ **nó(i)s fomo/nó(i)s fumu/nó(i)s foi e a gente fomos/a gente fumu/ a gente fomo/ a gente foi** serem iguais no seu valor referencial, entretanto opostas em seu valor social e estilístico.

Assim se configura este capítulo: Teoria da Variação e Mudança Linguística; breves palavras sobre heterogeneidade linguística; trazendo ligeiramente: “comunidade de fala”; o vernáculo; variáveis, variantes e regra variável: algumas reflexões; fundamentos empíricos para a Teoria da Mudança Linguística; quem não avalia? Discutindo o valor social de **nós** e **a gente**; as dimensões da variação linguística; a variação estilística; e, por fim, as palavras finais do capítulo.

³⁴ Não trataremos da distinção fonético-fonológica entre **nós fomos/nós fomo**.

3.2. A Teoria da Variação e Mudança Lingüística

A Sociolingüística Variacionista foi inicialmente proposta pelo lingüista norte-americano William Labov. Considerando a língua como sistema heterogêneo, a Sociolingüística Variacionista estuda a língua em comunidades de fala, levando em conta o contexto social, como por exemplo, escolaridade e faixa etária dos indivíduos. Língua, para Labov (1972, p. 183), “é uma forma de comportamento social, (...) usada por indivíduos em um contexto social para comunicar suas necessidades, idéias, emoções.”

Em 1963, Labov publicou sua pesquisa *The social motivation of a sound of change*³⁵, realizada na ilha de Martha’s Vineyard, Massachusetts, Estados Unidos da América – EUA, relativa à elevação dos ditongos /ay/ e /aw/ no inglês falado nessa determinada localidade. O pesquisador constatou que a variante conservadora era a mais expressiva dentro da comunidade, mesmo sendo a estigmatizada e a não-padrão em Nova Iorque. Porém, os habitantes da ilha exageravam nessa pronúncia para diferenciar o estilo do falar nativo do estilo do falar dos turistas, a fim de intensificar a sua identidade e, aparentemente, revelando um sentimento positivo em relação à ilha. A partir de sua análise, Labov concluiu que o uso de uma ou outra forma estaria relacionado a fatores sociais como idade, região, sexo, ocupação e origem étnica e, por essa razão, seu estudo surgiu triunfante como uma forma de reação à ausência do elemento social no modelo gerativo da época.

El punto de vista de este estudio consiste en que no se puede comprender el desarrollo del cambio de un lenguaje fuera de la vida social de la comunidad en la que ocurre. O, dicho de otra manera, las presiones sociales están operando continuamente sobre el lenguaje, no desde un punto remoto del pasado, sino como una fuerza social inmanente que actúa en el presente vivido³⁶ (LABOV, 1983, p. 31)³⁷.

No ano de 1966, Labov fez outra pesquisa *The social stratification of (r) in New York city department stores*. Estudou a variação do /r/ em lojas de departamento na cidade de Nova Iorque com o intuito de investigar a presença/ausência do /r/ em posição pós-vocálica no inglês falado na cidade, chegando à conclusão de que o uso do /r/ estaria novamente condicionado a variáveis sociais. Nessa pesquisa, Labov controlou os estilos de fala, espontânea (casual) ou enfática (cuidadosa), e constatou diferenças de usos nestes dois estilos.

³⁵ Podem ser encontradas na obra *Sociolinguistic patterns* (LABOV, 1972) tanto a discussão referente aos trabalhos publicados no ano de 1963 quanto aos do ano de 1966. (Cap. 1 e 2).

³⁶ Todas as traduções, ao longo do texto, são de minha responsabilidade.

³⁷ O ponto de vista deste estudo consiste em que não se pode compreender o desenvolvimento da mudança lingüística fora da vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dito de outra maneira, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a linguagem, não desde um ponto remoto do passado, mas sim com uma força social imanente que atua no presente vivido.

Desta forma, ao analisar a fala dos informantes das comunidades mencionadas acima, Labov constatou a heterogeneidade da língua dentro de um contexto social, advertindo que as variações não são aleatórias e obedecem a regras próprias conforme os fatores que as condicionam em situações reais de uso.

Aos poucos a Sociolingüística começava a se impor às concepções lingüísticas antecedentes que não concebiam a variação como uma particularidade essencial das línguas. Esse modelo surgiu por volta dos anos sessenta, nos Estados Unidos, como uma reação à ausência do componente social do modelo gerativo que salientava o falante/ouvinte ideal em uma comunidade lingüística homogênea. Aliás, alguns lingüistas foram criticados por Labov (1972) em seu texto *The study of language in its social context*. Saussure³⁸ foi criticado por apresentar uma dicotomia difícil de ser equacionada: a separação entre *langue* e *parole*. Para Saussure, aquela é o objeto da Lingüística, pois diz respeito à estrutura, isto é, ao encadeamento de relações entre elementos lingüísticos (uso abstrato e homogêneo) e esta se constitui no uso individual. Ferdinand de Saussure optou por estudar a *langue*, pois para ele o essencial era estudar o funcionamento da língua nela mesma. Porém os estudos de Labov adotam um rumo anti-saussuriano, avesso à corrente que originou o *Cours de Linguistique Générale*. Labov foca seus estudos na *langue* tomada como sistema heterogêneo e enfatiza o estudo da *parole* a partir da perspectiva social e não individual, opondo-se, assim, ao mestre lingüista genebriano. Já Chomsky foi criticado por considerar um falante-ouvinte ideal de uma comunidade de fala homogênea.

Para Labov, o desempenho lingüístico reflete a estrutura social, ou seja, a língua e a sociedade se inter-relacionam de tal forma, que chega a ser impossível conceber a existência de uma sem a outra. A forma de comportamento lingüístico pode mudar em detrimento de uma posição social do falante e algo pode se caracterizar em mudança em função de pressões sociais, como por exemplo, o mercado de trabalho. A língua influencia a sociedade e a sociedade influencia a língua.

Quando um falante do PB utiliza determinada forma, a estrutura social da qual ele faz parte pode ser detectada através de suas escolhas. Se esse falante eleger a forma **nós vai** para se comunicar com outro usuário da língua estará fazendo uso de uma forma, de maneira geral, estigmatizada na sociedade. Pode-se pressupor que esse falante é menos escolarizado do que um falante que usa a forma **nós vamos**, porque esta forma é considerada de prestígio

³⁸ Saussure estabeleceu, ainda, outras dicotomias: *sincronia* e *diacronia*, *significante* e *significado* e *sintagma* e *paradigma*.

na sociedade e empregada por pessoas escolarizadas. Todavia, pode ocorrer, ainda, que o falante não disponha, em seu repertório, de outra forma concorrente, ou seja, só teria uma determinada variante em sua gramática, por exemplo, apenas **nós vai**. Assim, a estrutura social a que está vinculado um falante pode determinar o seu desempenho lingüístico, proporcionando-lhe tanto formas concorrentes em seu repertório como apenas uma variante dessas formas. Alguns condicionamentos, como faixa etária, sexo, profissão, podem ser relevantes para ilustrar esta ocorrência, como podemos ratificar em Labov:

We can demonstrate that such stylistic shifts are determined by (a) the relations of the speaker, addressee, and audience, and particularly, the relations of power or solidarity among them; (b) the wider social context or “domain”: school, job, home, neighborhood, church; (c) the topic.³⁹ (LABOV, 2003 [1969], p. 234)⁴⁰

Saussure trata a língua como um sistema sincrônico por excelência, estático e não evolutivo. Segundo ele, a homogeneidade é inerente ao sistema. Em contrapartida, para Weinreich, Labov e Herzog (1968) em *Empirical foundations of the language change* – WLH – a linguagem tem que ser observada como um objeto possuidor de heterogeneidade sistemática indiferente de um recorte diacrônico ou sincrônico.

A questão fundamental gira em torno do rompimento da identificação entre estrutura e homogeneidade. Para Saussure o objeto de estudo da lingüística é a estrutura (homogênea) da língua, em contraponto o objeto de estudo da lingüística para Labov é a língua (heterogênea) em uso.

Na proposta de WLH (1968)⁴¹, a mudança é uma consequência inevitável da dinâmica interna das línguas naturais. Dentre os princípios gerais para uma teoria da mudança, os autores frisam que “nem toda variação e heterogeneidade envolve mudança, mas toda mudança envolve variação e heterogeneidade.” Ainda, de acordo com Chambers (1995, p. 349 apud WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 139) “a mudança é um tipo de variação lingüística com propriedades sociais particulares”. Assim, para que haja a mudança é preciso que, em algum período, determinada estrutura tenha passado por um momento de variação. Quando formas variantes se encontram, existem duas possibilidades: a variação permanece estável ou há mudança em progresso (TARALLO, 2004, p. 63). A variação pode continuar estável por um longo período de tempo e, ainda, pode não acontecer a mudança. Na

³⁹ Nós podemos demonstrar que tais mudanças estilísticas são determinadas por (a) relações de falantes, discurso, e público, e particularmente, as relações de poder ou solidariedade entre eles; (b) o amplo contexto social ou “domínio”: escola, trabalho, lar, vizinhança, igreja; (c) o tópico.

⁴⁰ A primeira publicação deste artigo foi em 1969, entretanto estamos utilizando a reedição de 2003.

⁴¹ Todas as traduções em WLH (1968) são de Bagno, (2006, p. 139).

linha de WLH (1968, p. 139-140), ao identificarem a mudança como a face sincrônica da variação, estes romperam com as fronteiras entre sincronia e diacronia, bem estabelecidas por Saussure. Para os autores, o entrelace dos dois eixos permite, desta maneira, um grande passo teórico: “as evidências da variação sincrônica passam a constituir um excelente laboratório para a compreensão de mudanças já completadas, ocorridas no passado”, e além disso, a possibilidade de investigar se há mudança em tempo aparente (via comparação entre as diferentes gerações).

Nas palavras de Paiva e Duarte (*In: WLH, 2006, p. 140*):

A projeção das conclusões inferidas a partir do estudo da variação entre *nós* e *a gente* no momento atual pode lançar luzes sobre a trajetória de substituição do pronome *tu* e *você*, em grande parte do território nacional, ou a neutralização entre as mesmas formas em várias regiões.

Labov (1972) concebe, então, a heterogeneidade da língua presente em um contexto social, sugerindo, assim, um modelo teórico-metodológico que versa sobre a característica social dos fatos lingüísticos, percebendo a variação em uma comunidade de fala. As expressões de sujeito **nós** e **a gente** (e suas possíveis realizações na desinência verbal *-mos* e *zero* e *zero* e *-mos*) são, por exemplo, formas de escolhas para referir-se ao mesmo objeto em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. Entretanto, por causa da sua característica *multirreferencial*, por exemplo, os pronomes em questão, se notados em determinado *evento comunicativo*⁴², podem veicular uma escala de significados específicos e genéricos, como: várias pessoas em geral, a 8ª série da escola, eu+tu, eu+ele, eu+eles, entre outras possibilidades. Além disso, as formas pronominais **nós** e **a gente**, se analisadas nos determinados eventos comunicativos, podem veicular uma escala de graus de monitoramentos: mais ou menos monitorados, que estão relacionados à variação estilística, isto é, a adaptações de que o falante faz uso ao estar presente em ambientes mais ou menos formais. Na linha de Labov (1972), essas adaptações, como já mencionamos anteriormente, fornecem ao falante maneiras alternativas de dizer a mesma coisa, ainda que variantes como, por exemplo, **nós fomos** – **nós fumu** sejam idênticas no seu valor referencial, porém opostas em sua significância social e estilística (cf. LABOV, 1972).

Se tomarmos o paradigma pronominal explanado nas gramáticas, confrontando-o com o paradigma em uso no português, teremos:

⁴² Conforme Marcuschi (1996, p. 97), “a expressão “evento comunicativo” designa uma unidade de interação desde seu início até o final.” É nesse sentido que utilizamos tal termo: uma unidade completa de interação (do seu princípio ao fim, como, por exemplo, em uma entrevista).

Tabela 18: Contraste dos paradigmas pronominais + verbais utilizados na gramática normativa e em uso no PB atual⁴³

Pessoas do discurso	Paradigma (Gramática normativa)	Paradigma (PB)
1 ^a	Eu vou	Eu vou
2 ^a	Tu vais	Tu vais; tu vai; você vai
3 ^a	Ele vai	Ele vai
1 ^a	Nós vamos	Nós vamo(s); a gente vai; nós vai, a gente vamo(s)
2 ^a	Vós ides	Vocês vão; vocês vai, vós ides ⁴⁴
3 ^a	Eles vão	Eles vão; eles vai

Contrastando o paradigma pronominal proposto pelas gramáticas e o paradigma pronominal em uso no PB, percebemos a variação no uso de alguns pronomes e a consequência dessa variação na designação flexional do verbo. Como pronomes do tipo **você** e **a gente** são acompanhados de verbos na 3^a pessoa do singular (não marcados), a tendência é o aumento da realização pronominal do sujeito. De acordo com Lopes (1993, p. 15)

Nota-se ainda que esse valor genérico, difuso e indeterminado das formas *nós* e *a gente* e *você* se reflete na própria desinência verbal, como apontaram Benveniste (1988) e Lemos Monteiro (1991). O fato de *a gente* e *você*, por exemplo, abarcarem a "não-pessoa" (alia) está expresso na forma verbal a eles associada. **Com tais pronomes o verbo fica na 3^a pessoa do singular,**⁴⁵ que se caracteriza pela marca zero ou falta de desinência e é considerada como forma impessoal. A impessoalidade verbal se coaduna com a noção de amplitude em que as formas pronominais são empregadas. Numa escala que vai do [+indeterminado] para o [-indeterminado] *você* e *a gente*, como observam Rollemberg e Cunha, são mais freqüentemente utilizadas do que a forma *nós*, que, em contrapartida, apresenta desinência verbal, ausente naquelas.

A concordância verbal canônica é um dos fenômenos da língua que, em geral é bastante valorizada nas salas de aula – sobretudo no que tange à avaliação da produção textual dos alunos. A não-utilização (**nós vai**) da marca explícita de concordância (ou o contrário, no caso de **a gente fomos**) representa, em geral, um traço de diferenciação social, que é acompanhada, muitas vezes, de estigma.

Diversas pesquisas centradas na fala confirmam a expressiva variabilidade que envolve a concordância verbal. Essas pesquisas sociolinguísticas mostram que a concordância

⁴³ Salientamos que esse quadro não é único e definitivo, uma vez que outras formas pronominais podem estar concorrendo com as formas apresentadas.

⁴⁴ “Vós”: possibilidade muito remota de ocorrer.

⁴⁵ Grifo meu.

verbal constitui um fato variável, isto é, a concordância pode ser formalmente marcada ou não em função de fatores de natureza lingüística ou de caráter sociocultural. Segundo a realização de um estudo com uma análise de dados de falantes mais novos, com menos instrução formal – até 8 anos de estudo – gravados no começo da década de 1980 no Rio de Janeiro, Naro et al. (1999) sugerem que, na fala de determinados grupos, está havendo correção deste desequilíbrio estrutural no sistema, preferindo-se a utilização da desinência **-mos** de primeira pessoa do plural para o pretérito perfeito e da desinência **zero** de terceira pessoa do singular (forma não marcada) para o tempo presente, independentemente de o sujeito ser **nós** ou **a gente**.

Podemos dizer que esse novo paradigma pronominal/flexional do PB (Cf. tabela 18) evidencia a existência de diversas variedades lingüísticas convivendo em um mesmo espaço. Vale lembrar que esta convivência, na maioria das vezes, está relacionada ao controle social.

Seria bastante errôneo supor que a língua de uma determinada “comunidade lingüística” seja completamente uniforme num determinado período de tempo, e que a transformação lingüística consista na substituição de um sistema homogêneo de comunicação por outro igualmente homogêneo, num certo “momento” (LYONS, 1979, p. 50)

A sociolingüística quantitativa subsidia o campo da investigação lingüística. Como uma metodologia científica, pressupõe, deste modo, um objeto e um método. A fala é seu principal objeto, usada em situações naturais e espontâneas por indivíduos que integram uma determinada comunidade. A seleção dos falantes é feita conforme suas características sociais e geográficas de maneira que representem a sociedade na qual se inserem. O método nos permite averiguar quais fatores sociais e lingüísticos condicionam a escolha de uma ou outra das formas alternantes da língua, as variantes, ou seja, formas equivalentes que o falante emprega para falar a mesma coisa (com o mesmo valor de verdade, aludindo ao mesmo estado de coisas).

O modelo prevê que devemos estabelecer um *corpus* ancorado em dados de fala; descrever minuciosamente certa variável lingüística dependente e as variáveis lingüísticas independentes; analisar os possíveis fatores lingüísticos e sociais que atuam sobre a variável dependente e, após, realizar as rodadas estatísticas e as avaliações e análise dos resultados. Essa metodologia será retomada no capítulo 5.

No entanto, a pesquisa sociolingüística não cessa por aí. Tarallo (2004, p. 84) expõe que:

Uma teoria geral de mudança lingüística para ser satisfatória deverá dar conta das condições que determinam o início, a velocidade, a direção, a propagação e o término de uma determinada mudança, e, eventualmente, a partir de dados analisados de vários sistemas, generalizar o conjunto de tais condições para a mudança lingüística.

As variáveis condicionadas em análise serão igualmente submetidas aos efeitos lingüísticos e sociais em idênticos processos. De tal modo que essa sistematicidade vem a ser foco principal de estudos na pesquisa sociolingüística.

3.2.1. Breves palavras sobre heterogeneidade lingüística

Para Meillet (1951, p. 74, apud FARACO, 2005, p. 154) a condição basilar de mudança lingüística é a realidade descontínua (isto é, heterogênea) das línguas. A história dos homens não é linear, nem homogênea, logo as sociedades são heterogêneas. Essa heterogeneidade do social é determinante da heterogeneidade lingüística e condicionante da mudança.

Labov foi levado a pensar a respeito de qual o mecanismo que motiva a variação e a mudança das línguas, por causa da noção variável de elementos lingüísticos. Sugeriu um método de investigação escolhendo como objeto de estudo a língua inserida no meio social. Sua principal finalidade foi organizar uma metodologia que fosse capaz de descrever e analisar fatores que estimulam a variação lingüística, e que, certas vezes, induzem a mudanças, constatáveis sistematicamente, tanto em períodos diacrônicos como em sincrônicos, na linha de Weinreich, Labov e Herzog (1968). A grande crítica de Labov aos modelos saussureano e chomskiano, segundo Monteiro (2000), está fundamentada no fato de esses modelos se dedicarem unicamente à contemplação de seus próprios idioletos, sem abrir espaço para análises lingüísticas voltadas a um enfoque social.

Ao contrário, então, desses estudos que postulavam a língua como homogênea, Labov (1972) concebe a língua como inerentemente social e heterogênea.

WLH (1968) assumem a heterogeneidade lingüística como objeto de estudo verificável e sistematizável a partir do estabelecimento da noção de regra variável. Segundo os autores, a mudança lingüística não afeta a estrutura da língua, isto é, a língua continua estruturada enquanto as mudanças vão sucedendo.

Parece-nos bastante fora de propósito construir uma teoria de mudança que aceite como entrada descrições desnecessariamente idealizadas e contrafactuais de estados de língua. Muito antes que teorias preditivas da mudança lingüística possam ser buscadas, será necessário aprender a ver a língua – quer de uma perspectiva diacrônica ou sincrônica – como um objeto possuidor de heterogeneidade sistemática (WLH, 1968, p. 100).

Portanto, é da heterogeneidade que emerge a mudança. A variação é uma das propriedades mais marcantes e significativas das línguas naturais, sendo que “a diversidade é uma propriedade funcional e inerente aos sistemas lingüísticos e o papel da Sociolingüística é exatamente enfocá-la como objeto de estudo, em suas determinações lingüísticas e não-lingüísticas” (CAMACHO, 2003, p.55). Para WLH (1968, p.162), a noção de heterogeneidade lingüística prevê a língua como um sistema heterogêneo, em outras palavras, ao contrário de ser um sistema fechado, fixo e homogêneo, a língua é um sistema de regras variáveis e categóricas.

Porém, a pergunta que não quer calar: como falar de sistema e heterogeneidade ao mesmo tempo? WLH (1968) tratam que é na heterogeneidade que se apresentam elementos para se pesquisar a estrutura, o sistema, o funcionamento e a evolução da língua, uma vez que é a heterogeneidade do sistema aliada a certas regras internas e sociais que possibilita verificarmos e estudarmos a língua vernacular. Por essa razão, os autores dão privilégio à fala considerando-a um campo produtivo para as pesquisas sociolingüísticas. Dentro desse ponto de vista, destacam-se pesquisas pioneiras como as já citadas de Labov a propósito da centralização de ditongos na ilha de Martha’s Vineyard e da variação do /r/, nas lojas de departamento da cidade de Nova Iorque.

Diversos estudos empíricos confirmam o modelo de um sistema ordenadamente heterogêneo, segundo o qual as variantes lingüísticas carregam significado social e estilístico – um sistema que muda acompanhado de mudanças na estrutura social.

3.2.2. Trazendo ligeiramente: “comunidade de fala”

Vários autores mencionam a árdua tarefa de conceituar “comunidade de fala”, dentre eles Hockett (1958), Hymes (1967/1972), Lyons (1970), Fishman (1972), Labov (1972), Amusategi (1990), Bloomfield (1993), Romaine (1994), Gumperz (1996), Monteiro (2000), Guy (2001), Wardhaugh (2002), Resende (2006), Severo (2008), entre outros.⁴⁶

De acordo com Hymes (1967/1972 apud RESENDE, 2006) a definição de comunidade de fala está relacionada a pessoas que compartilham regras de conduta e

⁴⁶ Monteiro (2000) traz definições sobre “comunidade de fala” dos seguintes autores: Amusategi (1990), Baylon (1991), Bloomfield (1993), Dittmar (1997), Dubois *et al.* (1993), Fishman (1971/1972), Gumperz (1971), Hockett (1958), Hudson (1984), Labov (1972), Lyons (1970), Romaine (1994) e outros.

interpretação de fala de pelo menos uma variedade lingüística. Na base de sua descrição de comunidade de fala, de acordo com Resende (2006),

está, antes do critério lingüístico, o critério social, ou seja, a comunidade de fala deve descrever entidades sociais, mais que lingüísticas. Dentro dessa visão, compartilhar apenas as regras gramaticais não é condição suficiente para se caracterizar uma comunidade. Ele critica aqueles que limitam seu espectro, discordando desse ponto de vista. Referindo-se a Bloomfield (1933), diz que, no passado, a noção de comunidade de fala reduzia-se à noção de língua; aqueles que falavam a mesma língua (ou a mesma primeira língua, ou língua padrão) eram definidos como membros de uma mesma comunidade de fala. Para o autor essa é uma definição muito limitada.

Desta maneira, Hymes dá preferência aos aspectos sociais em detrimento dos lingüísticos na delimitação do conceito, defendendo a heterogeneidade da comunidade de fala e aceitando que uma pessoa possa fazer parte de diversas comunidades de fala, o que pode significar que essa relação entre o indivíduo e a comunidade de fala se torne branda (FIGUEROA, 1994 apud SEVERO, 2008).

De modo semelhante, Gumperz (1996 apud SEVERO, 2008) assinala para a diversidade própria da comunidade de fala, visto que esta se constitui por uma variedade de redes de socialização, às quais se associam padrões de uso e interpretação lingüísticos. No entanto, na linha de Severo (2008), o autor “reforça o papel das redes sociais como unidades de análise, ao invés da comunidade de fala”.

De acordo com Monteiro (2000, p. 40):

Para Fishman (1972), o que vale é o fato de que todos os membros do agrupamento social tenham pelo menos em comum uma variedade lingüística, assim como as normas de seu emprego. Quase o mesmo diz a definição de Amusatagi (1990, p. 31): “um grupo cujos membros têm pelo menos em comum uma variedade e compartilham acordos, regras ou normas para o seu emprego correto”.

Monteiro (2000) apresenta também outras definições a respeito de “comunidade de fala”, dentre elas: “comunidade de fala são todas as pessoas que usam uma dada língua ou dialeto” (LYONS, 1970, p. 326 apud MONTEIRO, 2000, p. 43); “cada língua define uma comunidade de fala: o conjunto completo de pessoas que se comunicam entre si, seja direta ou indiretamente, por meio de uma linguagem comum” (HOCKETT, 1958, p. 8 apud MONTEIRO, 2000, p. 43) e “uma comunidade de fala é um grupo de pessoas que interagem por meio da fala” (BLOOMFIELD, 1993, p. 42 apud MONTEIRO, 2000, p. 43).

E, ainda, conforme Romaine (1994, p. 22 apud MONTEIRO, 2000, p. 40), “‘comunidade de fala’ se caracteriza por um grupo de pessoas que não compartilham

necessariamente a mesma língua, mas compartilham um conjunto de normas e regras para o uso dela”.

Porém, questionamos: como é possível um grupo de pessoas sustentar as mesmas atitudes em face de uma língua (ou dialeto) que talvez nem todos utilizem, de fato?

Além de aspectos sociais envolvidos em algumas definições acerca deste tema, têm-se igualmente aspectos individuais acerca dessa conceituação de “comunidade de fala”, ou seja, o indivíduo pode eleger um grupo com o qual se identifique. Esse fato pode ser encontrado em Wardhaugh (2002), pois o autor acredita que do mesmo modo que o termo *grupo* implica um conceito relativo, a *comunidade de fala* também deve implicar. Assim, um indivíduo pode pertencer a várias comunidades ao mesmo tempo, mas, em ocasiões particulares, pode se identificar com uma ou outra, dependendo do que é especialmente importante ou contrastivo.

Wardhaugh adota a abordagem de Bolinger (apud WARDHAUGH, 2002, p. 124) e traz que:

não há limite para as formas pelas quais os seres humanos se ligam uns aos outros em nome de identificação, segurança, ganho, divertimento, adoração, ou por qualquer outro propósito que seja compartilhado; conseqüentemente, não há limites para o número e para a variedade de comunidades de fala que podem ser encontrados em uma sociedade.

Nos termos de Labov (1972, p. 120-121)

a “**comunidade de fala** não se define por nenhum acordo marcado quanto ao uso dos elementos da língua, mas sobretudo pela *participação num conjunto de normas estabelecidas*. Tais normas podem ser observadas em tipos claros de comportamento avaliativo e na uniformidade de padrões abstratos de variação, que são invariantes em relação a níveis particulares de uso”.

Para o autor, não se trata de um grupo de falantes que utilizam as mesmas formas, mas de um grupo que segue as mesmas normas relativas ao uso da língua.

Labov, ainda, expõe que “parece possível definir uma comunidade de fala como um grupo de falantes que compartilham um conjunto de atitudes em relação à língua”, uma vez que tais atitudes sociais são “extremamente uniformes numa comunidade de fala” (1972, p. 248). Deste modo, compartilha-se um conjunto comum de padrões normativos entre os membros de uma comunidade de fala “mesmo quando se encontra variação altamente estratificada na fala real” (1972, p.192).

Entretanto, algumas questões pairam no ar e precisamos colocá-las em evidência. Como estabelecer limites geográficos ou sociais de uma comunidade de fala? Até que ponto podemos dizer que todos os falantes do português fazem parte da mesma comunidade de fala?

Guy⁴⁷ (2001) avalia “comunidade de fala” como algo que se compõe a partir da reunião de falantes que se comunicam entre si, portanto “comunidade de fala” é um grupo de falantes que: (i) compartilham traços lingüísticos que distinguem este grupo de outros (variedade da língua usada na comunidade); (ii) se comunicam relativamente mais entre eles do que com os outros e (iii) compartilham as mesmas normas e atitudes frente ao uso da linguagem. Para Guy,

em assuntos de variação, diferenças entre comunidades de fala correspondem a diferenças gramaticais, ou seja, diferenças em efeitos contextuais. Ao mesmo tempo, diferenças entre indivíduos dentro da mesma comunidade de fala devem ser de natureza não-gramatical, ou seja, diferenças no nível geral de usar ou não um fenômeno variável (2001, p. 8)

Uma comunidade de fala é distinta de outra comunidade de fala ao menos em certos traços lingüísticos por elas empregados. Nas palavras de Guy (2001, p. 4), “tendemos a falar como aquelas pessoas com quem falamos mais”, ou seja, falantes de uma comunidade de fala tendem a falar mais com os integrantes da mesma comunidade, uma vez que falar com indivíduos do mesmo bairro, ou até da mesma cidade é mais simples do que falar com indivíduos que estão em outros bairros e cidades (GUY, 2001)⁴⁸. Porém, o autor ressalta uma questão muito importante: a atitude e vontade do falante. Na linha de Guy (2001), a simples ocorrência do contato lingüístico não faz com que o falante siga determinado comportamento lingüístico, pois ele é capaz de avaliar as várias formas lingüísticas e o status social das mesmas.

3.2.3. O vernáculo

O conceito de vernáculo, tal como definido na Sociolingüística, pode ser uma contribuição muito importante para a elaboração de estratégias de ensino. Se já sabemos que determinadas regras gramaticais desapareceram do uso normal, cotidiano, como fazer para que elas sejam aprendidas e apreendidas por nossos alunos e alunas? Vale a pena insistir em ensinar coisas que quase ninguém mais usa no dia-a-dia da língua? (BAGNO, 2007, p. 53)

⁴⁷ Ao falarmos de “comunidade de fala” nos capítulos subseqüentes estaremos adotando a definição de Guy (2001), pelo fato de a considerarmos mais completa.

⁴⁸ A definição de “comunidade de fala” não é uma tarefa simples, pois há momentos em que cada local é considerado como uma “comunidade de fala”. Todavia, concebe-se também que em cada local há diversas “comunidades de fala”. Por essa razão, cada pesquisador deve apresentar claramente o seu posicionamento a respeito dessa questão.

O vernáculo é “o estilo em que o mínimo de atenção é prestado ao monitoramento da fala⁴⁹” (LABOV, 1972, p. 208), e uma das finalidades da pesquisa sociolinguística variacionista é conseguir coletar dados que se aproximem do vernáculo do falante. Na realidade, cada indivíduo e também um determinado grupo social possuem o seu vernáculo, ou seja, uma forma mais espontânea, pouco monitorada, que surge, especialmente, em interações verbais com um baixo grau de formalidade, podendo aparecer, igualmente, quando houver uma carga de emoção mais intensa. Partindo da proposta de Labov, uma das técnicas utilizadas pelos pesquisadores sociolinguistas para que o falante se aproxime do vernáculo na situação de entrevista é realizá-la por meio de relatos de experiências pessoais vividas⁵⁰, principalmente atentando para o tipo de pergunta como “você já esteve em alguma situação de perigo de morte?”, pois, nesse caso, o falante tende a se preocupar com o conteúdo de sua história e não com a forma como está contando a história; caracterizando este momento como ideal para observar as variações na fala do sujeito.

No entanto, salienta-se que nessa situação de entrevista nem sempre é possível resgatar o vernáculo do informante, já que o entrevistador muitas vezes é uma pessoa que o informante não conhece e este, provavelmente, tenderá a monitorar sua fala. Labov (1972) denomina esse fato de *paradoxo do observador*⁵¹, em outras palavras, há a presença de uma pessoa estranha – e que não faz parte daquela comunidade – no vernáculo do indivíduo da comunidade, além da presença de um gravador (e às vezes de um microfone), que igualmente é um elemento estranho e pode inibir o informante. Outra técnica que Labov (1972) utilizou para analisar a variação na fala dos indivíduos refere-se ao controle dos estilos de fala, como, por exemplo, em seu estudo sobre a estratificação social do /r/ na cidade de Nova Iorque em lojas de departamento, a qual já citamos acima.

Por fim, em relação ao vernáculo e ao ensino, de acordo com Bagno (2007, p. 53), “muito tempo de sala de aula é desperdiçado com práticas irrelevantes de ensino de coisas que a criança já sabe e domina, como boa falante da língua, enquanto outras coisas, mais importantes e interessantes, são deixadas de lado.” Por exemplo, a abordagem no ensino de pronomes oblíquos (o, a, os, as) deve ser realizada diferentemente da abordagem dos

⁴⁹ Conforme Labov (1972, p. 208): “This is the “vernacular” – the style in which the minimum attention is given to the monitoring of speech”.

⁵⁰ Método de coleta de dados utilizado nas quatro escolas de Florianópolis no presente estudo.

⁵¹ Uma possível estratégia já realizada em alguns estudos é a de descartar os primeiros momentos da entrevista, visto que o informante geralmente se encontra mais tenso no início da entrevista, e, conseqüentemente, pode estar monitorando sua fala. Em nossa análise a respeito do **nós** e **a gente**, não utilizamos esta técnica porque a entrevistadora, por ter sido professora dos entrevistados, conhecia os alunos e mantinha uma relação de amizade com eles.

seguintes pronomes pessoais (eu, tu, você, ele, ela, nós, a gente, vocês, eles, elas), pois no primeiro caso nos deparamos com a falta de contato desde crianças (na aquisição da língua) com os pronomes em questão, sendo que, geralmente, passam a ser empregados após o processo de letramento, que na maioria das vezes se dá na escola. Já, no segundo caso, os pronomes “estão vivos e atuantes no vernáculo brasileiro” (BAGNO, 2007, p. 53).

3.3. Variáveis, variantes e regra variável: algumas reflexões

O aparente “caos” lingüístico é assumido como objeto de estudo pela Teoria da Variação e Mudança Lingüística que se propõe a sistematizar a heterogeneidade. Para tanto, se utiliza de alguns conceitos básicos, como: variável, variantes, regra variável, e outros.

Labov (1972) apresenta variantes e variáveis do seguinte modo: “variantes lingüísticas’ são [...] diversas maneiras de se dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade. A um conjunto de variantes dá-se o nome de variável lingüística”.

Ao tratarmos de “variação” concebemos que esta pode ocorrer em todos os níveis da língua (fonético, fonológico, morfológico, sintático, semântico, lexical, estilístico), porém é importante ressaltar que nem tudo na língua está em variação. Por exemplo:

- (1) O menino foi para casa.
- (2) *Menino o foi para casa.

Nos exemplos acima, podemos verificar que (1) é perfeitamente compreensível, pois, o artigo definido é empregado antes do nome e não posteriormente a ele pelos falantes do PB, caracterizando o exemplo (2) como agramatical.

Desta maneira, a denominação “regras categóricas” é usada para as regras fixas da língua que fazem parte do repertório lingüístico dos falantes de determinada língua, por exemplo, o artigo definido é empregado antes do nome e não posteriormente a ele. Por outro lado, há também as “regras variáveis” que são as que estão em variação na língua e também fazem parte do repertório dos falantes, por exemplo, a palavra *amor*: amoʀ, amor, amoʁ, etc., que variam na pronúncia, mas querem dizer a mesma coisa. O estudo dessas regras variáveis compreende o trabalho fundamental da Sociolingüística, uma vez que através da frequência de uso de uma dada variante em concorrência com outra se possibilita o conhecimento atual do que está acontecendo na língua, além disso, comentamos, ainda, que a Teoria da Variação e

Mudança estuda o uso de uma variante x em co-ocorrência a uma variante y, por exemplo, tanto sincrônica quanto diacronicamente.

Nossa variável lingüística é constituída pelos pronomes de primeira pessoa do plural, que são representados pelas variantes: **nós** e **a gente**. Portanto, nossa regra variável é composta por essas duas variantes, conforme os exemplos abaixo que são dados de fala de uma aluna de 11 anos da sexta série do ensino fundamental:

(3) Uma vez **nóis fomos**...meu pai convidou algumas amigas pra í pra Navegantes na casa dele e elas...o sonho delas era í no parque aquático, qu'elas nunca tinham ido.

(4) Daí **a gente ficô** no parque aquático, só que o dia, o final de semana, não tava um dos melhores. Daí o meu pai disse pra levá elas só que aí no dia tava chovendo de manhã, daí **a gente foi**, só que o dia não tava dos melhores, **mais a gente brincô** muito e se divertiu muito.

Retomando os exemplos (3) e (4) acima, que foram falados por uma mesma informante, podemos constatar que ambos possuem referência à primeira pessoa do plural, mantendo o mesmo valor de verdade e, por conseguinte, podemos considerá-los como variantes de uma mesma variável.

Há, ainda, outros exemplos:

(5) É assim, meu pai **a gente tava** caminhando e **a gente tava** indo e tava chovendo...muito...aí...qué dizê...não tava chovendo, não tava né, mais tava chuviscando, aí ele veio de moto, e **a gente ficamo** lá e aí meu pai voltou pra pegá a namorada dele de moto, porque ele tinha moto.

(6) Aí ele ia voltá, mais tava chovendo muito e eu ia durmi lá e **a gente foi** primeiro pro restaurante e o restaurante tava sem luiz e aí **a gente teve** que comê à luiz de vela, né. É piquinininha essa história, né, mais...aí demoro, a **genti pedimo**, aí voltou a Luiz e...aí ficô tudo bem, né...aí **a gente voltamo**, aí meu pai não chegô ainda aí eu tive que durmi lá.

Esses usos como **a gente tava**, **a gente ficamo**, **a gente pedimo**, **a gente voltamo**, **nó(i)s fomos**, **nó(i)s fomu** e **no(i)s foi** – com as possíveis variações – podem ser considerados variantes de uma mesma variável, porque representam o mesmo estado de coisas, tendo apenas diferenças quanto à estratificação social? No caso de **nós fomos** (e **nós fomu** na fala) e **a gente foi**, em nosso entender, são dados recorrentes, em geral, na fala e escrita de pessoas com alto nível escolar, uma vez que fazem parte da norma culta da língua, sendo que as expressões **nó(i)s fumu**⁵², **no(i)s foi** e **a gente fomo(s)**, provavelmente, têm uma frequência de uso maior na fala e escrita de pessoas menos escolarizadas, que não tiveram o

⁵² O uso de **nó(i)s fumu** não apareceu nos dados dos alunos.

acesso adequado à norma culta da língua e fazem uso dessas expressões em seus ambientes discursivos.

Acreditamos que, quanto à intercambialidade dos pronomes **nós** e **a gente** em estudo, pode haver diferença quanto ao significado estilístico, porém, eles mantêm o mesmo significado referencial, podendo ser considerados atualmente variantes de uma mesma variável.

3.4. Fundamentos empíricos para uma Teoria da Mudança Lingüística

Você já se perguntou: Por que as línguas mudam?, ou Como se dá a instalação de uma nova variante na língua? Como “determinar o conjunto de mudanças possíveis e de condições possíveis para a mudança?”. São algumas das questões formuladas por WLH (1968) e que serviram como ponto de partida para a nossa reflexão sobre os fundamentos empíricos para uma Teoria da Mudança Lingüística.

Os autores apresentam cinco problemas que devem ser levantados para se estudar e observar a mudança lingüística, a saber: (i) fatores condicionadores (restrição) – (*constraints problem*); (ii) transição – (*transition problem*); (iii) encaixamento – (*embedding problem*); (iv) avaliação – (*avaluation problem*); e (v) implementação ou atuação – (*actuation problem*). Esses problemas serão discutidos rapidamente a seguir.

O problema da *restrição* refere-se aos condicionamentos e às restrições lingüísticas e sociais que estão imbricadas no caminho da mudança, sendo que toda mudança é sistemática, porque só acontece segundo o sistema permite. Os estudos variacionistas partem das restrições para procurar explicações para os fenômenos em variação. Podemos nos remeter ao trabalho de Silva (2004), que verifica que a variação dos pronomes **nós** e **a gente** é motivada tanto por fatores lingüísticos, quanto por fatores sociais na fala de indivíduos de Blumenau/SC e do Programa do Jô. Os resultados (p. 127) da autora para o grupo de fatores *manutenção ou não do referente* indicam que **a gente** tende a “aceitar” mais “tipos referenciais” em detrimento do pronome **nós** que parece sofrer *restrições referenciais* ao designar objetos como [eu+eles], por exemplo. Os valores percentuais de **a gente** como *dêixis* também reforçam o avanço dessa forma no campo da determinação referencial. A presença pronominal é contexto favorável para o **a gente** e também para o **nós**, embora este ainda dispute espaço com a desinência *-mos*, segundo Silva. De acordo com os seus resultados gerais, o preenchimento do sujeito é bastante elevado, considerando a alta escolaridade dos

indivíduos entrevistados que poderiam ter usado com mais frequência a desinência *-mos*, conforme as regras da gramática normativa. Os valores dos grupos de fatores sociais idade e sexo mostraram que os indivíduos mais jovens valeram-se com mais frequência do pronome **a gente**. Do mesmo modo, o cruzamento realizado pela autora entre faixa etária e sexo reforçou a tendência de as mulheres utilizarem formas inovadoras, como o **a gente**, por exemplo.

Outro problema é o de *transição*, ou de como uma mudança lingüística ocorre de uma comunidade à outra, ou de uma faixa etária à outra. Uma pergunta fundamental: Qual é o caminho pelo qual a língua passa até que se efetive a mudança?

Os tipos de caminhos transicionais determinam a distribuição de variantes em uma comunidade e o tipo de heterogeneidade com o qual seus membros têm de lidar. Transições contínuas provêm mais informações a respeito das relações entre estágios do que transições discretas; alterações em frequência de variantes são mais fáceis de correlacionar do que mudanças categóricas. Portanto soluções para o problema da transição podem ser recolocadas como soluções para o problema: como que uma língua pode mudar de um estado para outro sem interferir na comunicação entre os membros da comunidade de fala? (LABOV, 1982, p. 28)⁵³

O problema da transição trata da transmissão de determinadas formas, de um ponto a outro. O pesquisador deve delinear o caminho percorrido pela variação se a mudança está em progresso, ou, então, concretizada – ou seja, a mudança é transmitida de um estado de língua A para um estado de língua B. De acordo com WLH (1968, p. 122), “pela observação *in vivo*, podemos aprender coisas sobre a mudança lingüística que estão simplesmente perdidas nos monumentos do passado”. WLH (1968) apresentam três etapas relacionadas a um processo de mudança: (i) o falante aprende formas alternativas; (ii) durante um certo período de tempo, os falantes convivem com as duas formas em variação, comportando-se, deste modo, como competentes para assimilar regras variáveis; e (iii) uma dessas formas se torna obsoleta. A transferência de uma forma para outra pode acontecer, por exemplo, entre grupos de pares de faixas etárias levemente diferentes. E, no decorrer do caminho por meio do qual a estrutura A evoluiu para a estrutura B, podemos nos deparar com alguns fenômenos envolvidos, tais como: de prestígio social da nova forma (ou da antiga), da pressão estrutural ou de sua utilidade funcional.

Quanto ao problema de *encaixamento*, uma das questões norteadoras caracteriza-se em: Qual a relação entre as variantes lingüísticas e extralingüísticas? O cerne do encaixamento baseia-se na interação entre a estrutura social da comunidade de fala e o sistema da língua. WLH (1968, p. 123) dividem encaixamento em: (i) *o encaixamento na*

⁵³ Tradução nossa.

estrutura lingüística e (ii) *o encaixamento na estrutura social*. O *encaixamento na estrutura lingüística* ocorre quando mudanças, em determinados terrenos da gramática que, fatalmente, desencadearão mudanças em outras partes da mesma gramática, como se fosse uma situação de espelhamento interno das línguas: “possíveis reações em cadeia”.

Como mostraram Paiva e Duarte (2006) e Lopes (1998), temos, por exemplo, o enfraquecimento do sistema de flexões verbais – decorrente da entrada de pronomes que se combinam com formas verbais de 3ª pessoa do singular – que instalou na língua gradativamente uma tendência ao preenchimento do sujeito pronominal. As mudanças operadas no sistema pronominal repercutem também em outros pontos da língua – relacionando-se a outras mudanças, como: forma de realização do possessivo (as formas pronominais de terceira pessoa (seu, sua) se deslocam para a segunda pessoa e a forma possessiva de terceira pessoa passa a ser genitiva) e o uso do pronome você, que, ao alternar-se com tu (segunda pessoa – tratamento íntimo), levou juntamente consigo os pronomes possessivos de terceira pessoa (seu e sua), causando assim a atual variação entre os pronomes teu/tua e seu/sua, além da mudança sucedida na concordância verbal de segunda pessoa: *tu foste, tu fosse e tu foi*.

O *encaixamento na estrutura social* acontece quando há relação entre o fenômeno de mudança e a estrutura sociolingüística (faixa etária, sexo, grau de escolarização etc.). Por exemplo, como já dito anteriormente, segundo Lopes (1998) “[...]d) os falantes jovens empregam mais a forma **a gente**; e) as mulheres tendem a usar mais a **forma a gente** do que os homens; e f) o Rio de Janeiro é a cidade onde mais se usa o sujeito **a gente**, em relação a Porto Alegre e Salvador”. Outro exemplo característico é o da evolução de *Vossa Mercê* > *você* (sociedade regida pelo poder > sociedade mais solidária).

Em relação ao problema de *avaliação*, o problema que será mais detalhadamente discutido neste trabalho, uma pergunta a ser pensada é: Que avaliação o falante faz de certas formas em variação?, em nosso caso, que avaliação o falante faz das formas em variação **nós** e **a gente**? O falante é competente para avaliar as peculiaridades entre as formas lingüísticas que emprega ou que os outros falantes empregam? Um exemplo de instrumento que serve para conferir as impressões que os falantes possuem de determinadas formas lingüísticas são os *testes de atitudes/avaliação*⁵⁴, os quais aplicamos aos alunos do ensino fundamental a

⁵⁴ Labov (1972), em sua pesquisa a respeito da variação nos ditongos /ay/ e /aw/, usou como instrumento os *testes de atitudes* e verificou que os informantes que tinham atitude positiva em relação à ilha tendiam à centralização (padrão da ilha), enquanto os que possuíam atitude negativa em relação à ilha tendiam a não centralizar os ditongos, seguindo o padrão dos

respeito da variação dos pronomes pessoais **nós** e **a gente** e mostraremos mais adiante no capítulo 5 e 6.

A avaliação da mudança lingüística pelos membros da comunidade de fala ocorre pelo seu significado social – prestígio ou não. Nos primeiros estágios da mudança, ela não é percebida. Entretanto nos últimos estágios, a mudança começa a aparecer como estratificação social, havendo, portanto, um reconhecimento social, por meio de reações negativas ou positivas (podendo ser verificadas por meio de testes de reação subjetiva). Assim, as avaliações negativas pelos componentes de uma comunidade de fala podem travar ou modificar o curso da variação e, ao contrário, as avaliações positivas podem apressar o processo de mudança.

No que se refere ao problema de *atuação* ou *implementação*, uma pergunta central é: Quando acontece a implementação e por que se deu em dado momento e não em outro? Este problema busca responder por que uma dada mudança lingüística acontece em determinada época ou lugar e nos remete a todos os demais problemas empíricos, pois quando há uma forma em variação originam-se as restrições lingüísticas e sociais. Assim sendo, quando identificamos os condicionamentos que agem sobre a mudança lingüística, conseguimos alcançar uma explicação a respeito da maneira como a mudança vai se expandindo nos diversos contextos estruturais e nos diversos estratos sociais.

3.4.1. Quem não avalia? Discutindo o valor social de “nós” e “a gente”

*A gente não faz amigos, reconhece-os.
Vinícius de Moraes*

Lembramos que todas as línguas se adequam às necessidades e peculiaridades da sua cultura, bem como servem de instrumento de comunicação na sociedade. Porém, como veremos a seguir, na seção 2.4, existem diferenças geográficas, sociais e situacionais. Em função de situações específicas em que se dá o ato de fala que constitui uma realidade heterogênea, ocasionando os diversos falares regionais ou dialetos regionais e variedades sociais e os graus de registro (que correspondem ao grau maior ou menor de formalidade da fala) é que encontramos essas diferenças.

turistas. Desta maneira, o autor chegou à conclusão de que os habitantes da ilha marcavam sua identidade cultural e ideológica por meio da centralização (padrão da ilha), e ratificou a existência de uma correlação entre o social e o lingüístico.

Em relação ao valor atribuído às formas lingüísticas, Labov identifica três estágios nas variáveis sociolingüísticas: (i) *indicadores* – traços lingüísticos socialmente estratificados, mas não sujeitos à variação estilística, com pouca ou nenhuma força avaliativa; (ii) *marcadores* – traços lingüísticos social e estilisticamente assinalados, que produzem respostas regulares em testes de reação subjetiva; e (iii) *estereótipos* – traços socialmente marcados de forma consciente, sendo, muitas vezes, alvos de críticas sociais carregadas de estigma. (LABOV, 1972). “Os *estereótipos* são referidos e falados pelos membros de uma comunidade lingüística; podendo ter uma etiqueta geral e também uma frase característica que igualmente serve para identificá-los”⁵⁵ (1972, p. 388).

Elucidemos melhor essas diferenças, nas palavras das autoras (GORSKI; COELHO, mimeo)⁵⁶:

a) Estereótipos: é comum, por exemplo, que termos como *pobrema* (ao invés de *problema*), *nós fumo* (ao invés de *nós fomos*) e *ponharam* (ao invés de *puseram*) suscitem idéias preconcebidas a respeito da (falta de) escolaridade de quem as pronunciou. Normalmente são alvos de comentários jocosos e de rejeição explícita pelos membros da comunidade de fala (seja escolarizada ou não).

b) Marcadores: casos como a variação dos pronomes pessoais de segunda pessoa, *tu* e *você*, e dos pronomes possessivos de segunda pessoa, *teu* e *seu*, usados em certas regiões do sul do Brasil, podem ilustrar esse tipo de forma lingüística. Enquanto *tu* é freqüentemente usado quando o interlocutor é íntimo ou familiar, *você* é usado como pronome de segunda pessoa quando o interlocutor é um desconhecido, ou uma pessoa mais velha. Essa distribuição estilística também se mostra para o uso dos pronomes possessivos de segunda pessoa *teu* e *seu*. No primeiro caso, *teu* é usado, preferencialmente, entre as pessoas íntimas e familiares e, no segundo caso, *seu* é usado entre pessoas desconhecidas e não-familiares. Além disso, ambos os pronomes também são diferentemente usados em determinados registros: *tu* (e *teu*) em registros mais informais e *você* (e *seu*) em registros mais formais. O uso desses pronomes não é estigmatizado, mas está correlacionado a variáveis estilísticas (grau de intimidade, por exemplo) e sociais (como a faixa etária dos falantes).

c) Indicadores: apresentam escassa força avaliativa. São traços que não identificam uma diversidade social e, geralmente, apresentam uma distribuição regular nos diferentes estratos sociais. Por exemplo, a monotongação do ditongo /ey/ na fala do português atual, em palavras como *peixe/pexe*, *dinheiro/dinhero*, *feijão/fejão*, está isenta de valor social.

Desta maneira, exemplificando, **nós** e **a gente** podem ser considerados *marcadores* por apresentarem traços lingüísticos social e estilisticamente assinalados. Nossas variáveis **nós** e **a gente** são duas formas alternativas para designar pronome pessoal de primeira pessoa do plural e são usadas em certas situações de interação entre os indivíduos – dependendo do nível de formalidade usa-se uma em detrimento da outra. Além disso, há

⁵⁵ Labov (1972, p. 388) traz vários exemplos de estereótipos, dentre eles, o exemplo 8: El “Parigot”, habla de los trabajadores parisinos, basada en rasgos tales como la ausencia de *ne*, retraso de /a/ e caracterizada pela forma *j’ saispas*, sobre a ausência de *ne* negação em francês.

⁵⁶ GORSKI, E.; COELHO, L. I. **Variação lingüística e ensino de gramática**. 2008 [mimeo].

também a questão do uso de **a gente** entre as diferentes gerações, em que os mais velhos preferem o uso de **nós** e os mais jovens o uso de **a gente**.

Ressaltamos, ainda, que o uso desses pronomes não é estigmatizado, mas está correlacionado a variáveis extralingüísticas, por exemplo, nível de formalidade, escrita *versus* fala e faixa etária dos falantes. Contudo, verificamos que o estigma no uso desses pronomes⁵⁷, em geral, está relacionado à concordância verbal⁵⁸: realização **–mos (a gente cantamos)** ou **zero (nó(i)s canta)**. No que se refere aos resultados obtidos com os alunos em Florianópolis, a pesquisa de modalidade de fala e escrita vai mostrar a presença da marca morfêmica **–mos** em **a gente vamos** nos dados de alguns dos alunos do ensino fundamental dentre as quatro escolas da rede pública de ensino pesquisadas. Em contrapartida, como já foi dito, algumas pesquisas não apresentam **a gente** com marca morfêmica **–mos**, porém, em geral, são pesquisas realizadas com indivíduos com alto grau de escolaridade, como a de Silva (2004). Já outros estudos encontraram em seus dados a presença dessa concordância **a gente –mos**, todavia parece que essa construção é usada por falantes com baixa escolaridade, como disseram Naro et. al (1999).

A avaliação é um fator que opera como desencadeador ou freio de um processo de mudança lingüística. Salientamos que as formas lingüísticas que recebem valores sociais são, de modo geral, as que estão em variação. E, ainda, que a utilização de uma determinada forma se dissemina pela comunidade ao passo que o grupo que introduziu dada forma na comunidade e a variante são avaliados positivamente na sociedade, caso contrário, a mudança tende a ser refreada. Apesar de ser postulada como um dos problemas a se analisar nos estudos de mudança lingüística, a *avaliação* possui um controle difícil de ser avaliado pelo pesquisador, dado seu caráter subjetivo. Questionamos, no decorrer da pesquisa, acerca do tipo de respostas que os testes de atitude nos forneceu, visto que o fato de os informantes acreditarem que certa forma é a mais “correta” não significa que eles a utilizem.

Como vimos, WLH colocam a avaliação como um dos cinco problemas empíricos referentes à sociolingüística. Os autores definem que a avaliação das variáveis lingüísticas é inerente ao processo de variação e mudança. Todavia, temos que ter ciência de que nem toda variação receberá um valor social de alto grau de consciência dos seus falantes, em outras

⁵⁷ O uso de **nó(i)s fumu** não apareceu em nossos dados, e, esse uso – na maioria dos casos – estaria dentro do estágio *estereótipo* como mencionaram as autoras Görski; Coelho [mimeo].

⁵⁸ O estigma no uso desses pronomes, na maioria dos casos, está relacionado à concordância verbal avaliada por falantes com alto grau de escolaridade e/ou que têm consciência dessas várias formas de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade nas diversas situações de interação cotidianas.

palavras, nem sempre os valores sociais de determinadas formas lingüísticas serão percebíveis tanto da parte de quem produz dadas formas quanto da parte de quem as ouve. Este é o caso que caracteriza o estágio da variação sociolingüística designado por Labov (1972) *indicador*, ou seja, um estágio que possui escassa força avaliativa, como visto anteriormente. WLH falam que “para algumas variáveis, o nível de consciência social é tão elevado que elas se tornam tópicos salientes em qualquer discussão sobre a fala.” (WHL, 1968, p.119). Os autores dizem que certas formas receberão um grau avaliativo e consciente tão elevado que se cristalizarão como estereótipos, “rotulando” as comunidades de fala que as utilizam.

3.5. As dimensões da variação lingüística

Como já mencionamos, a língua constitui uma realidade heterogênea. O PB, portanto, está sujeito a variações, como qualquer outra língua.

Infelizmente, a idéia de que o português do Brasil é uma língua uniforme tende também a nos fazer esquecer as outras formas de variação: as que denominamos aqui diastrática, diacrônica e diamésia, além de outras formas de variação [...], como a de registro (que corresponde ao grau maior ou menor de formalidade da fala), a de sexo, a de idade, etc. Essas diferenças fazem parte da vida de todos os dias e afetam cada um de nós, porque, independentemente de quem somos, é normal que mantenhamos algum tipo de interação com pessoas de outras classes sociais, de outra idade, de outro sexo, assim como é normal que utilizamos formatos diferentes. Nessas várias formas de interação, a língua que utilizamos muda, em alguma medida, para adaptar-se ao interlocutor e ao contexto ou situação. (ILARI; BASSO, 2006, p. 195)

A variação lingüística é um fenômeno normal, que, por manifestar-se de várias formas, leva os estudiosos a falar em “variação diacrônica, variação diatópica, variação diastrática e variação diamésica” (ILARI; BASSO, 2006, p. 152). O Brasil possui diversas regiões e em cada uma delas há falantes que apresentam uma diversidade no uso da língua – tanto na mesma localidade quanto em localidades distintas – (variação geográfica ou diatópica). A exemplo de outras formas de manifestação, em nosso país também temos uma gama de falantes que ocupam lugares díspares na estrutura social, pertencem a gerações distintas e até mesmo se diferenciam no quesito sexo: masculino e feminino (variação diastrática). Porém, a heterogeneidade na fala não ocorre apenas por diferenças de sexo, idade, região etc., mas ainda, em função de situações específicas em que se dá o ato de fala; como o ambiente em que os falantes interagem, o grau de intimidade que há entre os interlocutores, o assunto (tópico) em questão e outros. Desta forma, existem na língua diversos recursos que são ativados conforme as situações de interação entre os falantes: se a

comunicação entre os falantes é feita de forma escrita ou oral, se exige um estilo mais formal ou informal, entre outros (variação estilística ou diafásica).

Podemos delinear, portanto, a variação lingüística em várias dimensões: (i) dimensão histórica, (ii) dimensão geográfica, (iii) dimensão social e (iv) dimensão estilística. Discutiremos, a seguir, um pouco mais sobre cada uma dessas dimensões.

A variação lingüística histórica ou diacrônica, de acordo com Ilari e Basso (2006, p. 152), é observada, em geral, a partir de um estudo longitudinal da língua através do tempo e às vezes é percebida quando comparamos gerações. Ela ocorre com o passar do tempo, visto que algumas formas de uso da língua caem em desuso, porque como já comentamos a língua é uma estrutura viva e a variação lingüística é inerente ao sistema lingüístico. Segundo os autores, “muitos paulistas de hoje simplesmente não compreendem a expressão **estar de bonde**, que, no contexto do namoro à antiga, significava “estar com a namorada” (2006, p. 152). Em regra, se uma variante se propagar e for adotada por um grupo com maior expressividade socioeconômica, ela se tornará, aos poucos, o padrão, até mesmo se fixando na escrita, sendo que a forma antiga fica limitada às pessoas mais velhas do grupo, caindo em desuso. Uma ilustração dessa variação pode ser observada também quando lemos Camões e Drummond. Outro caso bem particular de variação diacrônica segundo Ilari e Basso (2006, p. 153) é “a gramaticalização, isto é, o processo pelo qual uma palavra de sentido pleno assume funções gramaticais.” A mudança da forma substantiva **a(s) gente(s)** para a forma pronominal **a gente** é resultado desse tipo de mudança por gramaticalização.

A variação lingüística geográfica ou diatópica, conforme Ilari e Basso (2006, p. 157), é compreendida pelas “diferenças que uma mesma língua apresenta na dimensão do espaço, quando é falada em diferentes regiões de um mesmo país ou em diferentes países”. Essa variação se faz muito presente em nosso país, que é tão extenso e multicultural. Ela acontece devido às peculiaridades de cada região, bem como aos diversos estilos característicos do jeito de falar de cada indivíduo e essas diferenças podem ser notadas na maneira de articular e emitir os sons, na ordem sintática e na utilização do vocabulário (que tem certas particularidades de acordo com a região). “Uma questão que surge freqüentemente nesse contexto é se Portugal e as antigas colônias falam a mesma língua”. (2006, p. 157). Por exemplo, embora brasileiros e portugueses façam uso de um mesmo idioma (português) eles usam peculiaridades fonológicas, morfossintáticas e semânticas distintas. Em Portugal emprega-se *puto* para denominar um jovem rapaz, no Brasil utilizamos *rapaz* (e para nós, *puto* está relacionado com uma pessoa brava); em Portugal usa-se *bicha* enquanto no Brasil

usamos *fla*; os portugueses denominam *rapariga* para *moça* (PB). Aliás, no Brasil, o termo *rapariga* é mais comum como uma expressão de cunho pejorativo, em certas regiões, significando *prostituta*. Além desses exemplos, podemos citar também a disparidade entre as expressões utilizadas nas diferentes regiões do Brasil para designar a mesma coisa como orelha de gato, cavaquinho, cavaca, cueca virada e mentira.

A principal conclusão da seção “Variação diatópica” é que, no Brasil, não encontramos verdadeiros **dialetos** no sentido diatópico do termo. Encontramos, em compensação, uma séria diferença entre o português falado pela parte mais escolarizada da população (que, não por acaso, é também a parte mais rica ou menos pobre) e pela parte menos escolarizada. É o fenômeno que os lingüistas chamam de **variação diastrática** (etimologicamente: o tipo de variação que se encontra quando se comparam diferentes estratos da população). (ILARI; BASSO, 2006, p. 175)

Na linha de Camacho (2003, p. 58), a variação geográfica ou regional ou diatópica resulta da contigüidade física e da intensidade do intercâmbio entre os membros de uma determinada comunidade: quanto maior for o intercâmbio, maior será a semelhança entre os atos verbais desses falantes. Camacho nos traz um bom exemplo: a pronúncia da vogal em posição átona final, como média em determinadas regiões do sul: *leite quente* e como alta em outras regiões: *leiti quenti*, com a possibilidade de ocorrer também a palatalização da consoante oclusiva, que passa a soar como uma africada: *leitchi quentchi*. Cardoso e Mota (*In* GORSKI; COELHO, 2006, p. 87-88), falam que

os limites geográficos, ainda que não coincidindo, necessariamente, com os limites de áreas lingüísticas, findam por estabelecer linhas definidoras de diferenças ou de aproximações que se estabelecem entre os usuários de uma mesma língua. Assim, a relação espaço-uso ou espaço-variante selecionada se torna altamente significativa para o entendimento das particularidades do processo de aprendizagem da língua materna.

Gorski e Coelho [mimeo] mencionam que:

No caso do Brasil, percebemos claramente que existem diferenças, por exemplo, entre os falares gaúcho, paulista, carioca, baiano, etc; assim como também percebemos diferenças entre a fala de indivíduos provenientes de zona rural e a de indivíduos urbanos nas diferentes regiões. As variações regionais ocorrem em todos os níveis lingüísticos, como podemos notar nos exemplos a seguir: (i) no plano fonético-fonológico – as vogais /e/ e /o/ pretônicas, como nas palavras *serrado* e *novela*, são pronunciadas como vogais abertas (é, ó) no nordeste e como vogais fechadas no sudeste e no sul (ê, ô); (ii) no plano morfológico – o sufixo derivacional –(z)inho agregado à palavra pai resulta em *painho* na Bahia e *paizinho* nas demais regiões do Brasil; (iii) no plano sintático – a posposição da negação como em *vou não* é típica do nordeste, a dupla negação como em *não vou*, *não* é comum no sudeste (especialmente no Rio de Janeiro), e a anteposição da negação como em *não vou* é preferida no sul; (iv) no plano lexical (do vocabulário) – as palavras *pandorga*, *papagaio* e *pipa* marcam diferenças regionais entre os falantes; (v) no plano discursivo – facilmente associamos o *bah* ao gaúcho, o *não tem* ao florianopolitano, o *ôrra meu* ao paulista, o *me’rmão* ao carioca, o *pronto* ao nordestino, e assim por diante.

Para Cardoso e Mota, a importância do conhecimento da variação diatópica, no nível fônico, tem, especialmente, a função de contribuir para a abolição de preconceitos lingüísticos ainda vigorantes atualmente, restringindo assim, os “estereótipos que se explicitam em frases do tipo “r[ε]cife, cidade d[ε]cente”, “leit[e] quent[e] faz mal ao dent[e]”, “uma can[u]a cheia de c[u]cos de p[u]pa a pr[u]a”.” (In Gorski e Coelho, 2006, p. 94)

Por fim, Alkmim (In MUSSALIM; BENTES, 2004, p. 34-35) elucida este tipo de variação com os seguintes exemplos:

No plano lexical, apenas um exemplo: “combóio”, em Portugal, “trem” no Brasil. No plano fonético: a pronúncia aberta da vogal anterior média como em “prêmio” [...] em contraste com a pronúncia fechada no Brasil, “prêmio”. No plano gramatical: derivações diversas de uma raiz comum, como em *ficheiro*, *paragem*, *bolseiro*, que no Brasil correspondem a *fichário*, *parada* e *bolsista*; a colocação de advérbios como em “lá não vou” (Portugal) e “Não vou lá” (Brasil).

No Estado da Bahia, a origem urbana ou rural pode ser evidenciada pelo uso da expressão “de primeiro” [di primeiro], em lugar de “antigamente”, “anteriormente”.

A variação lingüística social ou diastrática inclui um conjunto de fatores que se refere tanto à identidade dos falantes quanto à disposição sociocultural das comunidades de fala. Assim, inclusive, falantes de uma mesma região se expressam de maneiras distintas, haja vista que esse fato está relacionado ao ambiente em que estão inseridos, ao estilo de se expressar de cada pessoa envolvida nessa convivência etc. Neste sentido, fatores como classe social, grau de instrução, profissão, sexo, idade e contexto social têm influência na atitude dos falantes de uma mesma região. Em relação ao fator sexo, podemos citar o emprego do diminutivo (*amorzinho*) que é mais freqüente entre as mulheres (EMÍLIO, 2003); já o uso dos termos *nois vai* e *nó(i)s vamos* está correlacionado ao fator idade e/ou ao grau de escolaridade do falante; uma linguagem de caráter mais formal ou informal é característica de uma escolha feita pelo falante de acordo com o contexto social, escolha esta que será determinada pelo ambiente, interlocutor e tema, por exemplo.

No balanço das dimensões ao longo das quais as línguas podem variar, ao lado da variação no tempo, no espaço e por níveis de escolaridade (ou econômicos), não poderia faltar uma dimensão que é às vezes esquecida e que se refere aos vários veículos ou meios de expressão que a língua utiliza. (ILARI; BASSO, 2006, p. 180)

Para Camacho (2003, p. 59), a variação social ou sociocultural ou diastrática é resultante da semelhança de atos verbais de indivíduos participantes de um mesmo setor socioeconômico e cultural. Os fatores que motivam as diferenças lingüísticas são de diversas ordens: (i) socioeconômica (renda familiar, grau de escolaridade); (ii) sociobiológica (sexo, idade) e (iii) ocupação profissional (2003, p. 59). O autor nos apresenta os exemplos

seguintes: redução e desnasalização do ditongo /eyN/ em posição de sílaba átona final *homem* – *homi*; *devem* – *devi*⁵⁹; cancelamento de /s/ em sílaba átona final *vamos* – *vamo*; *os meninos* – *os menino*. Podemos notar que nos exemplos *homi* e *vamo* o fenômeno que está em questão é de natureza fonológica, porém em *devi* e *os menino*⁶⁰, o fenômeno característico é de natureza morfossintática (concordância verbal e nominal, respectivamente). (2003. p.59)

Cardoso e Mota (In GORSKI; COELHO, 2006, p. 102), falam que no nível morfossintático, um exemplo de variação diastrática caracteriza-se no apagamento das marcas de plural nos constituintes de sintagma nominal ou na forma verbal, “em indivíduos pouco escolarizados, como em *os filho mais velho, as três casa, eles vai, nós fez*”. Gorski e Coelho [mimeo] dizem que são exemplos característicos de variação social: a vocalização do -lh- > -i- como em *mulher/muié*; a rotacização do -l- > -r- em encontros consonantais como em *blusa/brusa*; a assimilação do -nd- > -n> como em *cantando/cantano*; a não-concordância nominal e verbal como em *os menino saiu cedo*.

Enfim, a variação estilística ou de registro pode acontecer dependendo da situação em que o falante está exposto. Ela está associada às escolhas adotadas pelos falantes quando estão em ambientes mais ou menos formais. Na linha de Labov (1972), fatores dessa natureza proporcionam ao falante fazer escolhas para proferir a mesma coisa, apesar de variantes como **nós fomos/nós fumu/a gente fomos/a gente foi** serem iguais no seu valor referencial, entretanto são opostas em seu valor social e estilístico (Cf. LABOV, 1972).

Em todas as situações de interação, o falante faz uso de um estilo formal ou informal na sua fala. O estilo mais formal é característico da linguagem mais monitorada (cuidada) enquanto o estilo informal se caracteriza por uma escolha inconsciente de expressões, não havendo tanta preocupação ou monitoramento por parte do falante em fazer uso desta ou daquela forma. Segundo Ilari e Basso, (2006. p. 181):

a variação diamésica compreende, antes de mais nada, as profundas diferenças que se observam entre a língua falada e a língua escrita. Uma longa tradição escolar acostumou as pessoas a vigiar a escrita e a dar menos atenção à fala, por isso muita gente pensa que fala da mesma forma que escreve. (...) Mas a diferença entre o escrito e o falado vai muito além dos fenômenos que dizem respeito à forma das palavras. Entre o escrito e o falado, há uma diferença irreduzível de planejamento.

⁵⁹ **devi**: Camacho menciona que em casos como *devem* – *devi*, o processo fonológico pode afetar igualmente a regra morfossintática de concordância verbal, como, por exemplo: Eles *devi* pagar a cerveja. (Camacho 2003, p. 59).

⁶⁰ Ressalta-se, ainda, que determinadas reduções fonéticas, podendo atingir ou não o nível morfossintático (por exemplo, a concordância), são comuns na fala informal, independente da situação social dos falantes, como verificamos, por exemplo, nos trabalhos de Scherre a respeito da concordância nominal e verbal.

Logo, entendemos que essas escolhas realizadas por falantes de uma determinada língua são conseqüências do que Labov (1983), ao analisar as diferenças nos usos da linguagem em seu contexto social, denomina de variação estilística.

Por meio dessa abordagem podemos verificar que, como afirma Bagno (1999, p. 47) “não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente “melhor”, “mais pura”, “mais bonita”, “mais correta” que outra. Toda variedade lingüística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam.”

E quanto à variação estilística, vale ressaltar também alguns fundamentos principais da pesquisa sociolingüística, formulados por Labov (2003, [1969] p. 235), segundo os quais: *There are no single-style speakers*⁶¹. Por esse motivo afirma-se que “every speaker will show some variation in phonological and syntactic rules according to the immediate context in which he is speaking”⁶² (2003, [1969] p. 234).

Estas mudanças estilísticas

(...) are determined by (a) the relations of the speaker, addressee, and audience, and particularly, the relations of power or solidarity among them; (b) the wider social context or “domain”: school, job, home, neighborhood, church; (c) the topic.⁶³ (ibidem, p. 234)

De acordo com o ambiente em que uma pessoa está inserida, ela se valerá de uma linguagem mais monitorada ou menos monitorada. Tomando esse pressuposto da Sociolingüística, pretendemos averiguar se a variação estilística está condicionando as ocorrências das formas **nós** e **a gente**, e se, portanto, encontraremos um maior monitoramento para uma das formas e um menor monitoramento para a outra na escrita e na fala. Nossa expectativa, como já dissemos, é de que haja um monitoramento maior de **nós** na escrita dos alunos do ensino fundamental em detrimento de **a gente**. Nossa variável estilística caracteriza-se em: fala e escrita⁶⁴.

⁶¹ *Não há falante de estilo único.* (LABOV, 2003 [1969], p. 234)

⁶² Todos os falantes mostrarão alguma variação nas regras fonológicas e sintáticas de acordo com o contexto imediato em que eles estão falando. (2003, [1960] p. 234)

⁶³ (...) são determinadas por (a) relações de falantes, discurso (ouvinte), e público, e particularmente, as relações de poder ou solidariedade entre eles; (b) o amplo contexto social ou “domínio”: escola, trabalho, casa, vizinhança, igreja; (c) o tópico (o assunto).

⁶⁴ Tratamos brevemente dessa variável na seção anterior 2.3.1 e trataremos ainda mais a respeito dela no capítulo III e no capítulo V em resultados, análises e discussão.

3.5.1. A variação estilística

*Eu canto em português errado
Acho que o imperfeito não participa do passado
Troco as pessoas
Troco os pronomes.
Legião Urbana, Meninos e meninas*

Um ponto fundamental a ser debatido se refere ao “estilo”, que se trata de uma dimensão da variação lingüística, associado com aspectos variáveis da situação interacional, localizando-se em algum ponto do *continuum* do monitoramento estilístico que vai do menos formal ao mais formal. Essa variação se manifesta nas diversas situações de interação no nosso cotidiano. Assim como escolhemos uma determinada roupa para uma dada ocasião, fazemos uso diferenciado da língua. Em contextos sociais que exigem maior formalidade, empregamos uma linguagem mais cuidada e elaborada, porém em contextos sociais mais informais (como relação familiar, entre amigos e outras) tendemos a utilizar uma linguagem mais descontraída e informal. No entanto, ainda assim, observamos que na prática as situações cotidianas de interação, tanto na fala quanto na escrita, estão cercadas por vários e diferentes graus de formalidade.

Do ponto de vista dos *usos* quotidianos da língua, constatamos que a oralidade e a escrita não são responsáveis por domínios estanques e dicotômicos. Há práticas sociais mediadas preferencialmente pela escrita e outras pela tradição oral. Tomemos o caso típico da área jurídica. Ali é intenso e rígido o uso da escrita, já que a Lei deve ser tomada *ao pé da letra*. Contudo, precisamente a área jurídica faz um uso intenso e extenso das práticas orais nos tribunais, o que comprova que numa mesma área discursiva e numa mesma comunidade de práticas convivem duas tradições diversas, ambas fortemente marcadas. Isso sugere ser inadequado distinguir entre sociedades letradas e iletradas de forma dicotômica. *Oralidade e escrita são duas práticas sociais e não duas propriedades de sociedades diversas.* (MARCUSCHI, 2001, P. 37)

A fim de elucidar a variação estilística, abordaremos brevemente a respeito de um trabalho clássico de Labov (1972)⁶⁵, já trazido na seção 2.1 deste capítulo e objeto de reflexões para este estudo referente aos pronomes **nós** e **a gente**. Labov averiguou a presença ou ausência do /r/ em posição pósvocálica, como em *car, card, four, fourth*. Ele valeu-se de uma metodologia de coleta de dados diferenciada: o inquérito breve e anônimo. Os seus informantes eram trabalhadores de três lojas de departamento de Nova Iorque: *Sacks Fifth Avenue*, uma loja de classe média alta; *Macy’s*, uma loja de classe média baixa; e, por fim, *S. Klein*, uma loja de classe baixa. A seleção das lojas se deu conforme a localização geográfica, anúncios em jornais, listagem de preços de mercadorias, espaço físico das lojas e condições

⁶⁵ Este trabalho de Labov é um estudo de 1966, “The Social Stratification of English in New York City”, porém foi publicado somente em 1972.

de trabalho dos funcionários. No decorrer do processo para a coleta de dados, Labov realizava as perguntas: *Que andar é este?* ou *Onde fica a seção X?*, tendo em vista sempre a obtenção da resposta *fourth floor* (quarto andar). Todavia, o autor não realizava a mesma pergunta apenas uma vez, mas repetia-a novamente com o intuito de obter a fala mais casual e a mais cuidada de seu informante. Assim, na primeira vez em que efetuava a pergunta, alcançava a fala casual. Em seguida, perguntava outra vez, simulando não ter compreendido e o informante respondia-lhe novamente dando ênfase à pronúncia referente ao andar, proporcionando, deste modo, ao autor uma fala mais enfática ou cuidada. Após estes dois momentos, primeira e segunda resposta, Labov conseguiu perceber essa diferença de como os informantes falavam nos dois estilos: casual e cuidado/enfático.

Com os resultados desta pesquisa, o autor verificou que na loja *Sacks Fifth Avenue* os vendedores tendiam a usar mais o /r/ retroflexo – que era (e é) a variante de prestígio em Nova Iorque – totalizando em 62% de frequência de uso; já na loja *Macy's*, usavam 51%; e, na loja *S. Klein*, 20%. Destacamos que os vendedores das referidas lojas faziam parte da mesma classe social, contudo os que trabalhavam na loja de classe média alta procuravam empregar a variável de prestígio, adequando-se, assim, à maneira de falar dos seus clientes.

Após realizar alguns estudos desse tipo, Labov chega à conclusão de que a língua e a identidade estão profundamente relacionadas, uma vez que por meio da língua, o falante pode denotar suas posições ideológicas, como, por exemplo, no caso dos vendedores (informantes) da loja *Sacks Fifth Avenue* de Nova Iorque que buscavam se aproximar dos seus clientes através da língua. Em relação à diferença de estilos, podemos dizer que se trata de uma variação estilística, a qual pretendemos ainda detalhar um pouco mais partindo de nosso fenômeno.

Assumimos que há uma diferença quanto ao uso das modalidades escrita e falada entre **nós** e **a gente**. A seguir, apresentamos dados de fala e escrita de um único informante, de 11 anos de idade, estudante da quinta série, do sexo masculino, que usou preferencialmente o pronome **nós** na escrita (este estudante não apresentou nenhum dado de **a gente** na sua produção escrita) e o pronome **a gente** na fala, o que evidencia que o pronome **nós** apresenta um caráter mais formal ainda em detrimento do pronome **a gente**, principalmente na escrita – apesar de **a gente** já aparecer nas produções escritas de vários alunos. Observando estes exemplos, temos evidências de que há variação entre fala e escrita no uso desses pronomes:

(7) Vou contar sobre um dia que fui viajar para a cidade de Rio de Sul. Depois de ficar o tempo que **planejamos**, meu pai decidiu ir para a Argentina. **Fomos** indo, indo, indo até que **paramos** para passar a noite em Barracão, no leste de Santa Catarina. No outro dia **tentamos** entrar na Argentina, não **conseguimos** e **decidimos** ir para o Paraguai, **entamos** em viagem... **Paramos** em Foz do Iguçu, **almoçamos** e **fomos** visitar as cataratas do iguaçu. No outro dia **fomos** para o Paraguai, **fizemos** algumas compras e **voltamos** para Florianópolis. (51M3e)

Entrevista de língua falada com Julinho⁶⁶

(8) E: Então **a gente** tá aqui né, é o Julinho, é isso? Onze anos, Julinho?

F: Onze.

E: Onze? Quinta três, é isso?

F: Aham.

E: Ok, Julinho. Pode contá tua história.

F: Esses dia **a gente** foi viajá pra cidade de Rio do Sul visitá minha vó, que ela tava meio doente, daí **a gente** foi pra lá, daí **a gente** **fomo** uma semana lá, depois que a gente foi voltá meu pai teve uma idéia de passeá fora do país, daí **a gente** **decidiu** i pra Argentina. **A gente** foi, nem **paramo**, **paramo** numa cidade lá...no interior de Santa Catarina...Rancho Queimado...acho que'ra isso...Barracão!

E: Barracão!

F: Daí **a gente** parô lá, **dormimo** a noite lá no hotel lá. Aí depois no outro dia **a gente** foi...foi em direção à Argentina. **Chegamo** lá, tinha que tê a identidade. Só que daí eu não tinh...não trouxe a identidade e o meu irmão não tinha ainda. Daí **a gente** foi barrado e **a gente** não pôde entrá no (país)...

E: Daí vocês tavam lá daí esqueceram as identidades?

F: É, daí barraro **a gente** e meu pai deixô...o policial deixô **a gente** entrá só pra abastecê o carro, né, **a gente** entrô na Argentina, **a gente** foi lá abastecê o carro e voltamo. Daí **a gente** tinha que tê uma outra idéia: "ah, **vamo** indo pro Paraguai.". Daí **a gente** pegô, **fomo**, e **chegamo** lá perto e **paramo** na...Foz do Iguçu.

E: Ai que lindo!

F: Daí **a gente** parô lá, **almoçamo** lá, **chegamo** bem cedo, **a gente** chegô de manhã cedo, **paramo**, **almoçamo**, e **fomo** pra esse campeonato. Daí **a gente** passeô, **comemo** em um monte lugar lá. Depois **voltamo**, **dormimo** no hotel, no outro dia **a gente** foi pro Paraguai, nem que seja pra compra, alguma coisa e tal. **Voltamo**, daí **fomo**, **fomo** direto pra casa, **seguimos** viagem, não **dormimo** em nenhum lugar. Pronto.

E: Chegaram em Floripa?

F: É.

E: Lá na tua casa. E aí gostasse da viagem?

F: Sim, foi bem legal, bem divertida.

E: É, eu sempre quis i pra Foiz, ainda não fui, mais todo mundo diz que lá é bem lindo, né.

F: Bem legal, só que naquele dia que **a gente** foi tava sem a... tava meio seco assim sabe, daí não tinha tanta água assim, mais tava bonito ainda, a água tava meio sujo.

E: É?

F: Tava legal.

⁶⁶ E: entrevistadora; F: falante, informante. As coletas de dados foram realizadas em dias diferentes. A primeira etapa, em julho, contemplou a coleta de dados de escrita e, posteriormente, em meados de agosto, realizamos a coleta de dados de fala.

Percebemos, nos exemplos supracitados (7) de escrita e (8) de fala, que o aluno-informante relata a mesma história, fazendo uso categórico do pronome **nós** na escrita na função de sujeito, resultando um total de 10 casos deste pronome como sujeito nulo. Já no exemplo (8) de fala, o aluno-informante varia o uso dos pronomes **nós** e **a gente** na função de sujeito, usando 18 ocorrências do pronome **a gente**, sendo 17 de **a gente** \emptyset e 1 de **a gente** – *mos*. Mais adiante abordaremos, ainda, a respeito desse tipo de variação, com base nas rodadas estatísticas do Programa VARBRUL.

Para Labov (2003, p. 235), a variação estilística está associada a um processo mental. Quanto mais formal é a situação, mais atenção é dada à fala e quanto menos formal é a situação, menos atenção é dada à fala.

Em suma, partindo da noção de língua e funcionamento da língua tal como concebidos aqui, surge, como hipótese forte, a suposição de que as diferenças entre fala e escrita podem ser frutiferamente vistas e analisadas na perspectiva do *uso* e não do *sistema*. E, neste caso, a determinação da relação fala-escrita torna-se mais congruente levando-se em consideração não o código. Central, neste caso, é a eliminação da dicotomia estrita e a sugestão de uma diferenciação gradual ou escalar. (MARCUSCHI, 2001, P. 37)

A alternância de estilos não pode ser assinalada como uma mera preferência individual, visto que depende de determinados fatores, como contexto interacional, tipo de relação entre os interlocutores, classe social, gênero dos interlocutores, idade, meio ambiente físico e tópico discursivo. De acordo com Görski e Coelho [mimeo], a variação estilística “é regulada pelos domínios em que se dão as práticas sociais (escola, igreja, lar, trabalho, clube, etc), pelos papéis sociais envolvidos (professor/aluno, pai/filho, patrão/empregado, etc), pelo tópico (religião, esporte, brincadeiras, etc)”. Assim, o grau de variação será maior ou menor dependendo dos domínios em que acontecem as práticas sociais – se em uma escola, em um clube, no trabalho, em casa etc.; incluindo os papéis sociais dos sujeitos envolvidos – relação professor-aluno, amigos, pai-filho, irmãos, patrão-empregado e outros; e o tópico ou assunto em pauta – conteúdo escolar, religião, política, brincadeiras e outros.

A sala de aula é um ambiente propício para nos depararmos com uma grande variação no uso da língua, tanto na relação entre colegas quanto na relação de poder entre professor e aluno. É notável que tanto discentes quanto docentes desempenhem papéis sociais díspares, estes se valem, em geral, de um monitoramento maior na sua linguagem em relação àqueles no evento de sala de aula. O que não significa que dentre os eventos recorrentes em sala de aula os docentes não variem sua linguagem, perpassando assim, pelo contínuo de monitoramento estilístico. Em algumas vezes, usam uma linguagem mais cuidada, porém

intercalando estilos, em uma brincadeira ou situação de descontração com seus alunos podem usar uma linguagem menos cuidada, embora detenham em seu repertório uma linguagem mais monitorada⁶⁷. Podemos encontrar maior ou menor grau de monitoramento dentre eventos mediados pela língua escrita e oral; dentre eventos de sala de aula e eventos de corredores, dentre eventos de reuniões pedagógicas e eventos de conversas na sala dos professores, e assim por diante. (BORTONI-RICARDO, 2004). Logo, a variação está relacionada aos diversos papéis praticados por cada um dos participantes na vivência em sociedade.

Nesse sentido, nossa intenção com esta pesquisa é, também, apurar se estudantes e professores⁶⁸ de Língua Portuguesa das escolas de Ensino Fundamental selecionadas para este estudo já tomaram consciência dessa variação existente entre os pronomes **nós** e **a gente** no que diz respeito a um fenômeno lingüístico, que faz parte do paradigma pronominal (que se encontra em variação no PB), e averiguar os reflexos dessa variação no campo de outros fenômenos variáveis como o preenchimento do sujeito e a concordância verbal, por exemplo. Pergunto: será que você professor comenta essa variação com seus alunos em sala de aula?

3.6. Palavras finais do capítulo

Tratamos, neste capítulo, dos postulados básicos da Teoria da Variação e Mudança Lingüística, como o fato de a língua ser heterogênea e regida por regras variáveis. A Teoria da Variação e Mudança Lingüística nos fornece os meios de lidar com a variação de modo a compreender em que medida as formas variam, assim como perceber os fatores que atuam sobre o processo de variação e mudança.

Neste capítulo, tratamos igualmente dos fundamentos empíricos para uma Teoria da Mudança Lingüística que abarcam os cinco problemas da sociolingüística. Em relação ao problema da avaliação, discutimos também sobre o valor social de **nós** e **a gente** e realizamos uma comparação dos pronomes **nós** e **a gente** nas modalidades falada e escrita, além de discorrer, ainda, a respeito das dimensões da variação lingüística.

No capítulo subsequente serão apresentadas algumas considerações sobre a educação no Brasil e sobre a variação na escola.

⁶⁷ Detalharemos este assunto na seção 4.4, designada “A variação na escola”.

⁶⁸ Com os professores pretendemos aplicar um questionário.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO NO BRASIL: A VARIAÇÃO NA ESCOLA

*[...] Escola é sobretudo, gente
 Gente que trabalha, que estuda
 Que alegre, se conhece, se estima.
 O diretor é gente,
 O coordenador é gente,
 O professor é gente,
 O aluno é gente,
 Cada funcionário é gente.
 E a escola será cada vez melhor
 Na medida em que cada um se comporte
 Como colega, amigo, irmão.
 Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados [...]
 Paulo Freire*

4.1. Introdução

Falar em educação para nós, educadores, abarca sentimentos profundos de paixão, dedicação, doação e, acima de tudo, amizade. A escola é um ambiente, como nos disse Freire (1996), de trocas de experiências e saberes, um lugar onde encontramos “gente” e por isso criamos laços e carinhos por todos os que estão a nossa volta. Escola é também lugar de problemas... Mas quem na vida vivencia momentos somente nota 10?! A vida, o percurso escolar, a escola são assim também: há momentos 5.0, outros 9.0 e assim por diante. Porém, acima de tudo, há calor humano e este calor deve nos aquecer: educadores, alunos, pais, servidores, colaboradores para que consigamos criar um ambiente entre “as gentes” permeado de amizade, cumplicidade, respeito e a partir dessa atuação, nesse ambiente, conseguir agir fora dele, em prol de um mundo mais humano, igualitário e detentor de sonhos!

Este capítulo se configura da seguinte maneira: educação básica: ensino fundamental e ensino médio; a variação na escola; Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs); a sociolinguística e o ensino... refletindo sobre a prática de português na sala de aula; as normas linguísticas e as gramáticas; as nuances da fala para a escrita e palavras finais do capítulo.

4.2. Educação Básica

De acordo a Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, a Educação Escolar divide-se em educação básica e educação superior. O ensino fundamental, juntamente com a educação

infantil e o ensino médio, compõe a educação básica. Nossa pesquisa contemplará, apenas, as quatro séries do segundo segmento do Ensino Fundamental: 5^a, 6^a, 7^a e 8^a.

Conforme Art. 32 da LDB 9394/96:

o ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (BRASIL. LDB 9394/96. Disponível em www.mec.gov.br).

Convém salientar que a possibilidade de todas as pessoas terem acesso a uma educação de qualidade está, ainda, em construção, o tão sonhado desejo de ver na prática esta situação vigorando ainda deve esperar um tempo. Muitos adolescentes evitam a escola, em decorrência de vários problemas sociais presentes na atualidade, como desigual distribuição de renda, tráfico de drogas, e outros. Há índices alarmantes de violência nas escolas presentes no momento atual, bem como considerável desvalorização dos profissionais de ensino. Levando em conta que muitos outros fatores, como os de ordem econômica e política, influenciam nas questões relativas à educação, uma vez que ela está inserida na sociedade e faz parte da sociedade, nós, docentes, precisamos influenciar neste processo por caracterizarmo-nos em educadores formadores de opinião e responsáveis também pela educação e formação dos valores de nossos alunos.

4.2.1. Ensino Fundamental

O ensino fundamental é uma das fases integrantes da educação básica no Brasil. Sua duração compreende nove anos de escolaridade e a matrícula, neste período, se faz obrigatória para todas as crianças com faixa etária compreendida entre 6 e 14 anos. Essa obrigatoriedade da matrícula implica responsabilidades conjuntas; contando com os pais ou responsáveis, com o Estado (na garantia de vagas em escolas públicas) e com a sociedade.

A duração obrigatória do ensino fundamental foi estendida de oito para nove anos pelo Projeto de Lei nº 3.675/04, tanto na rede pública de ensino quanto na particular.

Entretanto, os estados e municípios, ainda, estão em um processo de adaptação para pôr essa lei em prática.

O ensino fundamental divide-se em duas etapas. A primeira refere-se aos primeiros cinco anos, denominados anos iniciais – que, freqüentemente, se desenvolve com um único professor em sala. A segunda corresponde aos anos finais, cujos trabalhos pedagógicos são efetuados por uma equipe de docentes especialistas em determinadas disciplinas.

Nos primeiros anos, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, as crianças são apresentadas à Instituição de Ensino, recebendo o conteúdo escolar por meio de atividades lúdicas, imagens, leituras, jogos, sons e outros (ou pelo menos deveria ser assim...). Já nos anos finais, os adolescentes dão início aos estudos das disciplinas seriadas que equivalerá para a seqüência no ensino médio.

4.2.2. Ensino Médio

O Ensino Médio se caracteriza como a última etapa da educação básica, que compreende ainda a Educação Infantil – de zero a seis anos – e o Ensino Fundamental. Assim sendo, compete a esta etapa final completar a tarefa prescrita legalmente no artigo 22 da Lei Darci Ribeiro: “desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”

Se refletirmos brevemente a respeito da palavra *básico* verificaremos que seu significado se refere a alguma coisa que serve de base, ou seja, é essencial. Por conseguinte, temos que o Ensino Médio é uma etapa do percurso escolar dos brasileiros cuja vivência deveria ser obrigatória, de qualidade e gratuita para qualquer cidadão, mas, apesar de o Ensino Médio ser tratado como parte da educação básica de acordo com a Lei, sabemos que na prática este fato está longe de ser alcançado, pois há muitas pessoas fora das escolas, ou com idades inadequadas (entre 15 a 19 anos) cursando, ainda, o Ensino Fundamental. E, embora, haja oferta de vagas nas escolas, principalmente no período noturno, há evasão escolar

durante o período letivo, findando-se o ano, geralmente, com um número reduzido de alunos⁶⁹.

Outro fator a ser salientado a respeito da qualidade do Ensino Médio no Brasil é o alunado para o qual ele é dirigido. Em regra, ele é planejado para jovens com faixa etária compreendida entre os 15 a 19 anos⁷⁰, sendo que, na maioria das escolas públicas, no período noturno, em especial, encontramos discentes trabalhadores, cansados e sonolentos. Sem considerar a insuficiência quanto à acessibilidade a alguns locais como teatros, museus, bibliotecas, laboratórios de informática, física, química, entre outros. Em certas instituições de ensino em que há alguns desses recursos, há também a indisponibilidade deles para os alunos do curso noturno, dificultando, assim, as condições de trabalho dos docentes e um ensino de maior qualidade para esses discentes.

4.3. A variação na escola

*O que quer,
o que pode essa língua?
Caetano Veloso*

Nos últimos anos, a variação lingüística na sala de aula tem recebido um espaço particular no país, instigando debates de cunho lingüístico e pedagógico, em especial nas academias, e, sobretudo, gerando muita insegurança entre os educadores e futuros educadores que estão(rão) em atuação nas escolas públicas e também nas particulares. Há poucos anos, a maioria dos docentes de língua portuguesa estava mergulhada em uma postura tradicional e em uma visão rígida da língua em que o objetivo fundamental era emoldurar os alunos dentro da norma padrão da língua. Partindo de boas intenções, professores embaraçavam, muitas vezes, sua platéia com uma incansável caçada a erros em busca de um refinamento da sintaxe, morfologia, fonética e do léxico, esquecendo, porém, que antes de uma caçada é necessário conhecer o local da caça, vivenciá-lo e, acima de tudo, dominar as ferramentas para usá-las de maneira adequada. Assim, professores transforma(va)m as aulas de língua portuguesa tão-somente em ensino da gramática normativa, esquecendo de refletir sobre os usos efetivos da

⁶⁹ Seria importante investigar essa informação através de pesquisas realizadas em escolas. Esses dados são fundamentados a partir de nossa experiência como professora do Ensino Médio – período noturno – em algumas escolas da rede pública de ensino.

⁷⁰ Nas escolas públicas, uma pesquisa deveria ser realizada, com o objetivo de verificar se a maioria dos estudantes do período noturno são estudantes de 15 a 19 anos, e se há um número significativo de estudantes desta faixa etária no período noturno, pois acredito que a faixa etária dos discentes, bem como a quantidade destes está mudando e fugindo à regra.

língua nos diversos locais do país e em diversos contextos, afastando-se da sua verdadeira função de educador para agregar-se à função de professor que corrige o “português errado”.

O grande perigo é transformar a gramática – uma disciplina já em si um tanto difícil – em uma doutrina absolutista, dirigida mais ou menos exclusivamente à “correção” e pretensas impropriedades lingüísticas dos alunos. A cada passo, o aluno que procura escrever encontra essa arma apontada contra a sua cabeça: “Não é assim que se escreve (ou se fala)”, “Isso não é português” e assim por diante. Daí só pode surgir aquele complexo de inferioridade lingüístico tão comum entre nós: ninguém sabe português – exceto, talvez, alguns poucos privilegiados, como os que se especializam em publicar livros com listas de centenas ou milhares de “erros de português”. (PERINI, 1995, p 33)

Como vimos anteriormente, para a teoria sociolingüística, os falantes possuem uma capacidade para usar a língua de diversas formas, nos vários contextos em que estão expostos: em casa, emprega-se uma variedade familiar; na escola, a linguagem varia conforme o interlocutor e o evento, e, ao mesmo tempo, se molda às diversas dimensões como regionais e sociais.

Desse modo, concebemos também a importância do ensino da norma culta, uma vez que o aluno está na escola também para ampliar seus horizontes e aprender a dominar a língua em seus diversos contextos e, conseqüentemente, dominar as diversas normas sem agir preconceituosamente em relação a algumas delas. O aprendizado da norma de prestígio pelo aluno (a qual consideramos como norma culta, pois a norma padrão está distante do uso real dos indivíduos) é essencial para sua efetiva inserção no mercado de trabalho. Por isso, o que carece de providências nas escolas é uma discussão em torno dos diversos e possíveis usos da língua nas situações de interação em que os alunos (e falantes da língua em geral) estão inseridos para que consigam dominar as diversas normas.

Falar é um trabalho (certamente menos cansativo que outros). Ler e escrever são trabalhos. A escola é um lugar de trabalho. Ler e escrever são trabalhos essenciais no processo de aprendizagem. Mas, não são exercícios. Se não passarem de exercícios eventuais, apenas para avaliação, certamente sua contribuição para o domínio da escrita será praticamente nula. Para se ter uma idéia que significaria escrever como trabalho, ou significativamente, ou como se escreve de fato “na vida”, basta que verifiquemos como escrevem os que escrevem: escritores, jornalistas. [...] A escola pode muito bem agir dessa forma... desde que não pense só em listas de conteúdos e em avaliação “objetiva”. (POSSENTI, 1996, p. 53)

Os alunos são ensinados a falar “corretamente” (por meio do ensino da escrita, porque dificilmente a escola presta atenção à fala), mas em seu dia-a-dia usam uma linguagem

própria, ou seja, um português coloquial, marcado por um dialeto (singular), gírias e expressões, conhecido como vernáculo⁷¹.

O fato de os alunos usarem uma linguagem própria entra em choque com a imposição do “bem falar e escrever” das escolas, resultando em uma situação “irreal” de comunicação, já que se a linguagem ensinada nas escolas, em geral, não é a que se usa cotidianamente – o que não significa dizer que a escola não tem um papel importante na vida dos estudantes, pois eles devem dominar as diversas normas e usufruir das diversas formas de fala e escrita de acordo com as suas inúmeras situações de interação – os professores deveriam refletir acerca dos possíveis usos da língua e sobre as diversas situações a que somos submetidos ao uso desta, tanto na fala quanto na escrita.

Além da língua falada, tem-se, ainda, a língua escrita formal que deve ser bem empregada pelos alunos que estão passando pelo processo escolar e adquirindo uma escrita monitorada. Há várias situações de uso da escrita, mas o uso formal deve ser também aprendido pelo aluno para quando ele precisar colocar em prática, uma vez que na sociedade atual a exigência no mercado de trabalho está cada vez maior, principalmente no que se refere à língua e os alunos precisarão dominá-la em todas as situações para conseguir desempenhar seus diferentes papéis.

Entretanto, apesar de considerarmos o aprendizado gradativo, na escrita de alguns alunos, na maioria das vezes, persiste a marca da oralidade expressa em suas grafias, dificultando, assim, uma “adaptação” na escrita formal, pois esta possui regras e formas estabelecidas, diferentemente de “uma escrita que parte da língua oral”, como um bilhete, determinadas narrativas, ou MSN, por exemplo.

Nas palavras de Perini (1995, p. 24), “qualquer pessoa modifica sua maneira de falar conforme esteja discutindo no bar com os amigos, ou respondendo a uma entrevista para obter emprego.” E os alunos devem saber distinguir todas essas diferenças para usá-las tanto na modalidade falada quanto na escrita adequadamente.

O trabalho com a análise lingüística na sala de aula deveria ser voltado à resolução das dificuldades que os alunos têm com a modalidade escrita e falada da língua.

As produções textuais dos alunos não devem ser tomadas pelo professor como algo que deva ser higienizado – apenas a correção com a tradicional caneta vermelha –, mas

⁷¹ O vernáculo, como já foi colocado anteriormente, é o estilo em que o mínimo de atenção é prestado ao monitoramento da fala (LABOV, 1972, p. 208).

como algo que deve retornar aos alunos para que eles mesmos possam reestruturá-las. Por isso, em geral, é aconselhável que o professor trabalhe com a reescritura dos textos dos alunos, fazendo um trabalho de aperfeiçoamento da forma e conteúdo do texto baseado naquilo que o aluno já escreveu.

Quanto à fala, em nada dificulta a comunicação entre os falantes quando se pronuncia a vibrante /r/ ou a fricativa uvular /X/ em palavras como *porta, carta, mar*. Nem tampouco quando usamos o morfema **-mos** indicativo de primeira pessoa do plural com a forma **a gente**, como em **a gente fomos**. É perfeitamente compreensível. Porém, no PB, como em todas as línguas humanas, há formas de maior e menor prestígio e estas coexistem em um mesmo espaço e são utilizadas pelos usuários da língua com base em seu entorno de letramento, em suas escolhas e, também, em outros fatores como, por exemplo, o da escolaridade. Por isso é imprescindível que a escola trabalhe também com a oralidade, contrastando nas aulas de língua portuguesa os textos escritos com as diferentes situações que os impulsionam e os textos orais com outros textos orais, além de trabalhar também com as diversas variedades lingüísticas, seja na oralidade seja na escrita.

É principalmente na escola que ocorre a valorização e o aprendizado da norma culta. Contudo é preciso abolir todos os tipos de preconceito existentes na escola, sejam eles os raciais, de classes, de religião e os lingüísticos (apesar de não se comentar muito sobre este último). Pois um falante que é movido ao desprezo de seu jeito de falar, provavelmente tende a ter aversão a sua variante lingüística e, por conseguinte, aversão a sua comunidade. Por essa razão, ao estigmatizar certas variantes lingüísticas que não prejudicam em nada um estabelecimento de comunicação, a escola colabora para a baixa auto-estima dos seus alunos, assim como para a insegurança lingüística dos mesmos.

O comportamento lingüístico é um indicador claro da estratificação social. Os grupos sociais são diferenciados pelo uso da língua. Em sociedades com histórica distribuição desigual de renda (entre os quais o Brasil pode ser considerado paradigmático), as diferenças são acentuadas e tendem a se perpetuar. Pode-se afirmar que a distribuição injusta de bens culturais, principalmente das formas valorizadas de falar, é paralela à distribuição iníqua de bens materiais e oportunidades. (BORTONI-RICARDO, 2005, p 14)

Todavia, é importante ressaltar que não se trata de deixar os alunos empregarem apenas suas variedades lingüísticas, mas a escola deve dar a eles condições de aprendizagem da norma culta, visto que o papel da escola é o de ensinar a norma de prestígio e discutir sobre as diversas normas sem excluir nenhuma delas para que os discentes possam chegar a sua emancipação tanto como pessoa quanto em suas relações sociais.

Neste trabalho, então, pretendemos realizar, além de um estudo das variáveis lingüísticas e sociais, um estudo das variáveis estilísticas a partir da proposta de Bortoni-Ricardo (2004, p. 62) sobre o contínuo de monitoração estilística. Nesse contínuo, a autora tenta estabelecer desde as interações “totalmente espontâneas até aquelas que são previamente planejadas e que exigem muita atenção dos falantes” (2004, p. 62):

.....
 - monitoração + monitoração

Neste estudo, faremos uma adaptação da proposta de Bortoni-Ricardo (2004), levando em conta as variáveis propostas pela autora: oralidade e letramento; - monitoração e + monitoração e fala e escrita. Pretendemos colocar as três variáveis em um mesmo contínuo de monitoração estilística com base no uso dos pronomes **nós** e **a gente** e nas diferenças entre fala e escrita, considerando que a interação espontânea corresponde à fala e a interação planejada e que exige maior atenção do falante diz respeito à escrita, uma vez que estamos trabalhando com a modalidade *fala e escrita*.

Quando a autora trata do contínuo entre oralidade e letramento, está relacionando, de certa forma, ao da monitoração (+ ou – monitorado) e ao da fala e escrita. Segundo Bortoni-Ricardo (2004, p. 62) não “existem fronteiras bem marcadas entre os eventos de oralidade e letramento. As fronteiras são fluidas e há muitas sobreposições.” Bortoni-Ricardo menciona que, em um evento de letramento, podem permear-se mini-eventos de oralidade, como em uma sala de aula, por exemplo. Ou seja, com base nesta afirmação da autora podemos dizer que na sala de aula os professores também fazem uso de uma linguagem menos monitorada em determinadas ocasiões, o que evidencia que nem sempre estão a se monitorar, podendo até mesmo fazer uso do pronome **a gente** com os alunos ou colegas de trabalho, mesmo quem não o considera como pronome.

Desta maneira, com base na proposta da autora, configuramos nosso contínuo da seguinte maneira:

.....
 + fala + escrita
 - monitoração + monitoração
 + oralidade + letramento

Tomamos, ainda, para nossa discussão a proposta apresentada por Terzi (*In*: KLEIMAN, 1995) em que a autora polemiza o esquema apresentado por Kato (1987),

mostrando a natureza dialética e não linear dessas relações e propondo uma ressignificação do esquema, como segue:

fala 1 → escrita 1 → escrita 2 → fala 2 (KATO, 1987)

De acordo com Terzi (*In*: KLEIMAN, 1995) estudos em andamento mostram que as influências mútuas entre oralidade e escrita são melhor representadas enquanto movimento dialético, cujo esquema seria:

fala 1 ↔ escrita 1 ↔ fala 2 ↔ escrita 2

O esquema sugerido por Terzi (*In*: KLEIMAN, 1995) concebe uma *reflexividade* no desenvolvimento das duas modalidades inerentes ao processo, o que comprova, de certo modo, o que os estudos de sociolinguística vêm trazendo como resultados: o pronome **a gente** é usado tanto por indivíduos escolarizados, quanto por indivíduos não escolarizados em diversas situações de comunicação. Esse fato ganha, ainda, especial contorno se entendermos que as quatro escolas focalizadas são instituições instaladas em entornos culturais de desprivilegiamento econômico, o que tem profundas relações com níveis de escolarização e com a forma como a escola concebe e lida com a erudição. Em que medida, nesses entornos, dá para afirmar que a escola é propagadora da formalidade (o que supõe valorização da cultura enciclopédica)? E em que medida essa propagação, se existe, encontra de fato eco no entorno? Será que em entornos de privilégio econômico, com informantes que vivam processos culturais de sobrevalorização da escrita, freqüentando escolas nas quais a erudição é valor de troca, esses dados se manteriam? Precisaríamos de um tempo maior para investigar, entretanto, arriscamos supor que a tabela 41 (p. 198) que apresentaremos ainda, teria, talvez, alterações significativas.

O resultado das práticas dessas modalidades, escrita e oral, é imenso e mais complexo do que, muitas vezes, pensamos. Depois do contato sucessivo com a escrita, de fato, o sujeito falante, em geral, apresenta uma nova fala, particularidade de um falante letrado, que já consegue estabelecer relações entre tais modalidades em suas produções textuais, como nas apresentações de trabalho na escola, por exemplo. Se acompanharmos uma criança em seus primeiros passos com a escrita observaremos que a sua fala exercerá uma grande influência sobre o seu exercício da escrita, e a criança, inconscientemente da ação social e importância nas práticas discursivas sociais da escrita, será inscrita nos primeiros anos de escolaridade apenas para representar a linguagem oral e, posteriormente, adquirir a

linguagem escrita. É comum encontrarmos marcas da oralidade em produções escritas de crianças, no início do período escolar⁷² (primeiro segmento do ensino fundamental), sendo que nessa fase é natural e até esperado. Porém, a partir do segundo segmento do ensino fundamental a criança (ou o jovem) tende a modificar aos poucos sua produção escrita em direção à norma culta da língua, percorrendo da *escrita 1* para a *escrita 2*, que deve se evidenciar, provavelmente, até o final do ensino médio. É claro que não podemos esquecer de que o aluno não precisa substituir a *escrita 1* pela *escrita 2*. A *escrita 1* será utilizada em situações de menor monitoramento, como, por exemplo, embora a pessoa já tenha adquirido uma *escrita 2* usará a *escrita 1* em bate-papos na internet com os amigos, no MSN, o que confirma o esquema representado em um movimento dialético por Terzi. Usará até mesmo quando estiver enviando e-mails para pessoas próximas. Deste modo, é importante ressaltar que uma das funções da escola é tornar o aluno bidialetal, isto é, o aluno deverá adquirir na escola, além da *fala 1*, mais uma fala (*fala 2*) e, além da *escrita 1*, adquirir (ou aprender) mais uma escrita (*escrita 2*).

Se considerarmos esse esquema apresentado no dia-a-dia, perceberemos que tanto na fala quanto na escrita as pessoas letradas fazem uso dessas *fala1*, *escrita1*, *escrita2* e *fala2*, dependendo do evento em que estão participando; se ele é mais familiar, ou formal. Por exemplo, embora um indivíduo tenha adquirido a *escrita2* ele vai utilizar a *escrita1* para deixar um bilhete a sua esposa, ou ainda, apesar de ter adquirido a *fala2*, esse mesmo indivíduo vai fazer uso da *fala1* em um ambiente ou situação menos formal. Pretendemos investigar o uso das formas pronominais **nós** e **a gente**, na fala e na escrita, por acreditarmos que os indivíduos monitorem tanto a sua fala quanto a sua escrita dependendo da situação de interação a que estão expostos. Pensamos que não é possível sustentar que **a gente** se dê apenas em situações de informalidade; tal uso está na dependência do gênero discursivo: uma obra ovacionada de literatura e uma conferência de alto nível são eventos de letramento formais, gêneros discursivos secundários, mas agasalham sem problemas o pronome. Isso não parece ocorrer com *e-mails* institucionais ou com telefonemas de teor tenso em virtude do caráter assimétrico das relações. “Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais.”

⁷²Apresento aqui uma preocupação particular. Como professora tenho notado que, atualmente, a transferência da fala para a escrita vem ocorrendo em produções de alunos do Ensino Médio, mesmo em situações de monitoramento da escrita, ou seja, de Escrita 2.

(BRANDÃO, 2004, p 11). Em nossos dados, esperamos encontrar a *escrita 1*, *escrita quase 2* e *fala 1*. Controlaremos essa diferença entre *escrita 1* e *escrita (quase) 2*, principalmente à medida em que a escolaridade aumentar, entretanto constataremos uma *escrita quase 2* com base na forma mais próxima da culta. E quanto à fala, possivelmente, no segundo segmento do ensino fundamental os alunos ainda não adquiriram uma *fala 2*, no máximo uma *fala quase 2*. Mesmo os alunos mais velhos (16 anos para cima) não devem ter adquirido totalmente, uma vez que são alunos repetentes e, muitos deles, até abandonaram a escola por certo período de tempo. Entretanto, para configuração do nosso contínuo no presente estudo convém dizer que o *nós vai*, *a gente vamos* e *a gente vai* se referem mais à *fala 1* e à *escrita 1*, *a gente vai* (novamente) e *nós vamos* e *o vamos* dizem respeito ao contínuo entre à *escrita 2* e à *fala 2*, dependendo do grau de formalidade que a situação exigir.

Quanto à presença da escrita, pode-se dizer que, mesmo criada pelo engenho humano tardiamente em relação ao surgimento da oralidade, ela permeia hoje quase todas as práticas sociais dos povos em que penetrou. Até mesmo os analfabetos, em sociedades com escrita, estão sob influência do que contemporaneamente se convencionou chamar de *práticas de letramento*, isto é, um tipo de processo histórico e social que não se confunde com a realidade representada pela alfabetização regular e institucional. (MARCUSCHI, 2001, p. 19)

Segundo Marcuschi (2007, p. 19), a escrita é utilizada em “contextos sociais básicos da vida cotidiana, em paralelo direto com a oralidade”. Estes contextos sociais são, por exemplo, “o trabalho, a escola, o dia-a-dia, a família, a vida burocrática, a atividade intelectual”, dentre outros.

Em cada um desses contextos mencionados há objetivos diretos ligados tanto ao uso da fala como ao uso da escrita, caracterizando a relação entre fala e escrita como intrínseca e originando, a partir dessa relação intrínseca, novos gêneros textuais e formas comunicativas. Nas palavras de Marcuschi (2001, p. 15):

Hoje, é impossível investigar *oralidade* e *letramento* sem uma referência direta ao papel dessas duas práticas na civilização contemporânea. De igual modo, já não se podem observar satisfatoriamente as semelhanças e diferenças entre *fala* e *escrita* (o contraponto formal das duas práticas acima nomeadas) sem considerar a distribuição de seus usos na vida cotidiana.

Esta pesquisa investiga a variação dos pronomes **nós** e **a gente** tanto na fala quanto na escrita a partir de relatos pessoais da vida dos alunos. Como alguns estudos já apontaram, o pronome **a gente** é mais empregado em situações informais, enquanto o pronome **nós** é predominante em situações mais formais (Cf. OMENA 1986, 1999; LOPES 1993, 1999; MACHADO, 1995; E, FERNANDES, 2004).

Durante o ano de 2008, selecionei três programas de televisão: Jô Soares, *Jornal do Almoço* (RBS/TV) e *Mais Você*, e contabilizei, de maneira geral, de forma aleatória, 419 ocorrências de **a gente**⁷³ na fala dos entrevistadores, dos jornalistas e participantes dos programas citados. Também contabilizei, durante as aulas e eventos no segundo semestre de 2008 da pós-graduação na sala de aula 357 ocorrências de **a gente** na fala de mestrandos, doutorandos e professores do Programa de Pós Graduação em Linguística – UFSC. É claro que, às vezes, eu me desligava da “contagem” em função do assunto em foco, porém tentei atentar ao máximo para a contagem da pronúncia efetiva do **a gente**. Tudo parece indicar que, na língua oral, há uma maior produtividade de **a gente**, independentemente da escolaridade do falante, ao passo que, na escrita, a mudança implementa-se com mais vagar, mantendo-se a preferência por **nós**, mesmo quando se tem em vista entrevistados com baixo grau de escolaridade, embora já encontremos o **a gente** em uso na escrita também em nossos resultados.

Importante salientar que o **a gente** não está na escrita apenas nos dias atuais, mas há tempo⁷⁴. No romance “Inocência” de Visconde de Taunay, cuja primeira edição é de 1872, já há a ocorrência de **a gente**. Interessante é que o pronome **a gente** só ocorre nos diálogos dos personagens e podemos perceber nitidamente em todo o livro que o escritor tentou reproduzir a fala do caboclo do século XIX. Talvez, por isso o pronome **a gente** seja tão evidente, ou melhor, os personagens só empregam **a gente**. Para melhor observarmos, transcrevi trechos do romance⁷⁵(TAUNAY, 1971):

- (1) “[...] são pedaços do coração que **a gente** arranca do corpo e bota a andar por esse mundo de Cristo.” (p. 48)
- (2) “[...] se **a gente** acode a tempo e o sangue não tem maus humores.” (p. 68)
- (3) “**a gente** engole tudo sem muito custo...” (p. 102)
- (4) “E quando **a gente** está longe, perguntou ela, que se sente?” (p.134)
- (5) “Isso não está **na gente**... É ordem lá de cima...” (p. 136)
- (6) “Se noite, **a gente** em tudo vê maravilhas...” (p. 142)
- (7) “Sr. Cirino, quando **a gente** entra a dar volta ao miolo...” (p. 160)
- (8) “Quando **a gente** mal pensa, surge no Sucuriú e até no Corredor.” (p. 206)

⁷³ Não realizamos a contagem de ocorrências com **nós**.

⁷⁴ Para precisar a história do pronome **a gente** seria interessante estudá-lo diacronicamente, como fez Borges (2004), com base em peças de teatro, obras literárias e outros. Esse estudo exige tempo, dedicação e um foco mais preciso (não é nosso foco neste trabalho), sendo uma sugestão para trabalhos futuros ou até mesmo uma possível proposta para a continuação deste em minha tese de doutorado.

⁷⁵ Obtive essa informação do uso de **a gente** no romance “Inocência”, através de conversa com o colega Antonio Jose (graduando em língua e literatura portuguesas – UFSC). Antonio passou-me as transcrições dos trechos do romance, a quem agradeço o carinho e a disponibilidade em contribuir com esta pesquisa.

Pesquisando sobre o tema do presente estudo na internet encontramos o seguinte comentário de um falante da língua (<http://comprimidos.br101.org/pascuale.html>):

(9) É correto dizer, agente viu?

Certo dia estava comentando com um amigo...que "a gente viu um carro" e talz... É correto dizer "A gente viu"?

• responder

28 Outubro, 2008 - 23:54 — Anonimo

É correto dizer, agente viu?

O sujeito "a gente" é uma invenção brasileira para **um atalho preguiçoso e ridículo. Na verdade os sujeitos conhecidos são: eu, tu ele, nós vós eles. A gente não existe.** É comum e virou uma praga isso em todo o lugar. Você vê até jornalistas, repórteres da Globo, escreverem: A gente foi surpreendido... A gente pode começar agora? Ou seja, a preguiça criou o "a gente". Podemos começar? Fomos surpreendidos... Mais bonito, elegante e correto. A gente é um sujeito no plural ou no singular? Creio que seja no plural. Logo, se dissermos: A gente foi...putz.... cadê a concordância? E se então falássemos a gente fomos? Putz, que coisa horrível. Sabe, estou pensando em consultar o Professor Pasquale, o que será que ele acha disso? Um abraço. [grifos meus]

A resposta supracitada deixou-nos sensibilizadas diante do evidente preconceito que o falante da nossa língua manifestou perante o **a gente**. Aliás, o indivíduo deve achar que um dos “donos” da língua é o professor Pasquale, pois estava pensando em consultá-lo... Diante do exposto, apesar de estarmos diante de um caso isolado no momento, entendemos que é preciso repensar as aulas de língua portuguesa e conscientizarmos nossos alunos, desde a base – o ensino fundamental – a respeito do ensino de língua para não formarmos cidadãos preconceituosos e defensores de uma língua homogênea. Pelo visto “vós que estais lendo este texto deveis estar vos indagando:” onde está o meu pronome de uso diário: “você”, “a gente”, “vocês”? Pelo visto, para o indivíduo que proferiu o comentário (9) acima seus pronomes de uso diário são “desconhecidos, e, portanto, não existem”.

O estudo enfatiza a questão do preconceito lingüístico por se caracterizar em algo recorrente em nosso cotidiano e que precisa ser sanado, a começar pelos bancos escolares. Mas como fazer essa reflexão na sala de aula? Dentre os estudiosos da área de sociolingüística esta discussão já está muito batida, porém já ouvimos de alguns colegas da área que “não deixam” seus alunos usar “a gente” na escrita ou falar “a gente” na sala de aula. Simplesmente, cortam o uso de **a gente** na escrita e na fala e não explicam por quê. Mesmo na sala de aula, muitas vezes, fomos indagadas pelos alunos, tanto na escola pública quanto na privada:

- “Professora, meu pai e minha mãe me proibem de falar “a gente”. Eles me disseram que é errado. O certo é *nós*.” Por incrível que pareça, a variação entre **nós** e **a gente** é ainda estigmatizada com a concordância prevista “a gente vai *versus* nós vamos”. Ou ainda:

- “Professora, meu pai e minha mãe me proibem de falar “tu”. Eles me disseram que é errado. O certo é você”. E já ouvimos isto de alunos de Florianópolis, onde o pronome **tu** é bem recorrente. Mas, voltando ao falante preconceituoso, pois pretendemos concluir esta historinha...

Fomos, então, em busca de uma resposta do professor Pasquale, visto que não ficamos satisfeitas com a colocação acima e precisávamos saber o que o professor Pasquale e outras pessoas comentam a esse respeito. Assim sendo, encontramos um depoimento do professor Pasquale no Programa “Nossa Língua Portuguesa” exibido pela TV Cultura, sobre o uso de “gente” e “nós”. No ar desde agosto de 1994, de acordo com o *site*, o programa trata, sem preciosismos, das dificuldades lingüísticas que enfrentamos ao falar o nosso idioma.

Uso de "gente" e "nós"

Afinal de contas, podemos ou não utilizar a expressão "a gente" no lugar de "nós"? Dizer que não há problema nenhum em usarmos a expressão no dia-a-dia, na linguagem coloquial, contraria muitas pessoas, para quem esse uso da palavra "gente" deveria ser abolido de vez.

Professor Pasquale: Evidentemente não é possível eliminar a expressão da língua do Brasil, **mesmo porque seu uso já está mais do que consagrado**. Mas quando ela é de fato mais lícita? No bate-papo, na linguagem informal. **No texto formal⁷⁶, ela está fora de questão**. Mas, uma vez usada, como deve ser a concordância? É "a gente quer" ou a "gente queremos"? A maneira **correta** é:

A gente quer.

Nós queremos.

O uso da expressão "a gente" em substituição a "nós" é tão forte que algumas vezes dá origem a confusões. Veja o trecho da canção "Música de rua", gravada por Daniela Mercury:

... *E a gente dança*

A gente dança a nossa dança

A gente dança

A nossa dança a gente dança

Azul que é a cor de um país

que cantando ele diz

que é feliz e chora

"A gente dança a nossa dança". É tão forte a idéia de "gente" no lugar de "nós" que nem faria muito sentido outro pronome possessivo para "gente", não é? O "nossa" é pronome possessivo da 1ª pessoa do plural e, portanto, deveria ser usado com o pronome "nós":

"Nós dançamos a nossa dança".

⁷⁶ Entretanto, o Professor Pasquale não explica o que vem a ser “texto formal” para ele, uma vez que o uso de “a gente” já está evidenciado em textos de jornais, revistas, obras literárias e de produções de texto de alunos.

Na linguagem coloquial, no entanto, diz-se sem problema "a gente dança a nossa dança", "a gente não fez nosso dever", "a gente não sabia de nosso potencial" etc.

No bate-papo, no dia-a-dia, na canção popular, não seria inadequado o emprego da palavra "gente" — que nos perdoem os puristas, os radicais, os conservadores. **Só não é possível aceitar construções como "a gente queremos". Isso já seria um pouco excessivo.** [grifos meus]

Como podemos notar, apesar de ainda manter certas restrições quanto ao uso do **a gente**, o professor Pasquale acaba considerando-o, afirmando, inclusive, que “seu uso já está mais do que consagrado”. Contudo, o desfecho de seu depoimento é lamentável: “Só não é possível aceitar construções como "a gente queremos". Isso já seria um pouco excessivo”. Aceitar como? Simplesmente não aceita, mas também não explica e nem reflete sobre o assunto. Essa construção se encontra viva nas normas de alguns falantes e não dá simplesmente para negá-la e “apagá-la do mapa”. Excessiva ou não, esta construção deve ser trabalhada nas salas de aula e isenta de qualquer tipo de preconceito. Na linha de Scliar-Cabral (2003, p. 29):

As variedades sociolingüísticas, [...], decorrem das condições em que a criança internaliza sua língua materna. O professor em sala de aula deve estar consciente de que, diante da mobilidade social vigente, terá alunos praticando as mais diferentes variedades, quer geográficas, quer socioculturais, para não falar dos filhos de estrangeiros, que praticam um português influenciado pelos respectivos dialetos.

A primeira atitude do professor em sala de aula deve ser a de respeito pela variedade praticada pelo educando. Deve explicar aos alunos o respeito às diferenças lingüísticas, mesmo porque o próprio professor pratica sua variedade sociolingüística que, nem sempre, é a norma considerada de prestígio e, além do mais, como o aluno permanece em sala de aula três ou quatro horas, dificilmente perderá os condicionamentos motores adquiridos no ambiente familiar, a não ser que trabalhe conscientemente para tal e/ou que esteja profundamente motivado: nunca por imposição e muito menos pelo ridículo.

Segundo Scliar-Cabral e de acordo com os autores supracitados, podemos dizer que as pessoas são capazes de dominar várias normas, de acordo com os seus ouvintes ou leitores, seus propósitos para com quem falam ou escrevem, de acordo com o assunto (tópico) e situação de comunicação.

4.4. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Os **Parâmetros Curriculares Nacionais** foram elaborados procurando, de um lado, respeitar diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Com isso, pretende-se criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania. (SOUZA, 1998, p. 6)

A epígrafe supracitada, extraída dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Língua Portuguesa destinados ao terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental, faz parte do texto de abertura dedicado “ao professor” que está assinado pelo Ministro da Educação e do Desporto, representado naquela data por Paulo Renato Souza. Ela é bastante significativa no que se refere à aprendizagem que se processa em uma relação interativa entre o sujeito e a cultura em que ele está inserido. Assim, entre o homem e os saberes próprios de sua cultura, precisamos dar valor aos numerosos agentes mediadores da aprendizagem, não somente ao professor e à escola, apesar de estes serem agentes excepcionais pela sistemática pedagogicamente delineada, objetivos e intencionalidade tomados. Entretanto, é necessário, como fala Souza, “criar condições, nas escolas, que permitam aos nossos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.”

A atual situação da disciplina curricular “língua portuguesa” é consequência de diversos processos históricos (alguns mencionados anteriormente), dentre eles, a reforma pombalina e as mudanças ocorridas na década de 80 e 90, e, principalmente, a introdução dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no cenário brasileiro.

Uma discussão bem comum ultimamente na área de educação diz respeito aos PCNs e ao seu reflexo no ensino. A preocupação com o ensino da língua obteve, enfim, repercussão política e, atualmente, pelo menos teoricamente, conseguimos perceber algumas mudanças positivas. Todavia, apesar de algumas reflexões trazidas nos PCNs não serem novas, mas ao contrário, objetos de debate há décadas, convivemos ainda, muitas vezes, somente com a teoria: as discussões, análises e os documentos apresentados nos PCNs, uma vez que a prática/realidade dos profissionais da educação, de modo geral, diante desse material não tem sido das melhores. Há necessidade de uma maior atualização por parte dos profissionais da educação, em especial, os professores. Estes, além de cursos de capacitação deveriam receber instruções de como conduzir uma atividade de reflexão em torno do ensino da língua para que não retornem dos cursos para a sala de aula repetindo os modelos estanques vigentes, ainda hoje, em muitas escolas e salas de aula.

No tocante à língua portuguesa, os PCNs apresentam discussões acerca de planos de trabalho que dão valor à participação efetiva e crítica do aluno perante a sua língua e que mostram as variedades de uso da língua(gem) em diversas situações de interação no dia-a-dia.

A língua portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente às pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes

modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades lingüísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. (PCN de Língua portuguesa, V1, 1997, p. 26)

Analisando os PCNs de língua portuguesa para o ensino fundamental, observamos que se organizam em duas partes:

Na primeira, faz-se a apresentação da área e definem-se as linhas gerais da proposta. Em sua introdução, analisam-se alguns dos principais problemas do ensino da língua e situa-se a proposta em relação ao movimento de reorientação curricular nos últimos anos. Abordam-se, também, a natureza, as características e a importância da área. Finalmente, indicam-se os objetivos e conteúdos propostos para o ensino fundamental.

Na segunda parte, dedicada ao terceiro e quarto ciclos, caracterizam-se ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa nestes ciclos, definem-se objetivos e conteúdos, apresentam-se orientações didáticas, especificam-se relações existentes entre o ensino de Língua Portuguesa e as tecnologias da comunicação e, por fim, propõem-se critérios de avaliação. (BRASIL, 1998b, p. 13)

Na primeira parte, são trazidas as propostas da interdisciplinaridade – a fim de que o aluno considere a língua de um ponto de vista mais amplo – e da relação da disciplina junto aos temas transversais que orientaram os PCNs, como ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo. Já na segunda parte, há informações sobre projetos, utilização de tecnologia em sala de aula e critérios de avaliação. Contudo, não nos deteremos profundamente nesses aspectos, por avaliarmos que aludem mais a questões gerais dos PCNs do que à área exclusiva de língua portuguesa.

De imediato, a língua portuguesa é trazida como uma área que passou por um esforço de revisão das práticas de ensino da língua, na direção de orientá-las para a:

ressignificação da noção de erro, para a admissão das variedades lingüísticas próprias dos alunos, muitas delas marcadas pelo estigma social, e para a valorização das hipóteses lingüísticas elaboradas pelos alunos no processo de reflexão sobre a linguagem e para o trabalho com textos reais, ao invés de textos especialmente construídos para o aprendizado da escrita. (BRASIL, 1998b, p. 18)

Os PCNs trazem uma perspectiva interacionista em relação ao ensino de língua citando, ainda, a leitura e a produção de textos como a alicerce para a formação do aluno, expondo que a língua não é homogênea, mas uma soma de possibilidades condicionadas pelas situações de uso e pelas situações discursivas.

Pode-se dizer que hoje é praticamente consensual que as práticas devem partir do uso possível aos alunos para permitir a conquista de novas habilidades lingüísticas, particularmente daquelas associadas aos padrões de escrita, sempre considerando que:

- a razão de ser das propostas de leitura e escuta é a compreensão ativa e não a decodificação e o silêncio;
- a razão de ser das propostas de uso da fala e da escrita é a interlocução efetiva, e não a produção de textos para serem objetos de correção;

- as situações didáticas têm como objetivo levar os alunos a pensar sobre a linguagem para poder compreendê-la e utilizá-la apropriadamente às situações e aos propósitos definidos. (BRASIL, 1998b, p. 19)

Um ponto basilar que retrata essa perspectiva de ensino de língua mais bem-sucedido está denotado no texto dos PCNs: “Toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva” (1998b, p. 23). Logo, um dos aspectos da competência discursiva é que o indivíduo seja capaz de usar a própria língua de maneira variada, sabendo adequar-se às várias situações de interação cotidiana, tanto na fala quanto na escrita. “É o que aqui se chama de competência lingüística e estilística”. (1998b, p. 23)

Ressaltamos que Possenti (1996) e Irandé (2007) já asseveravam que, para que possamos aplicar o que vem sendo defendido nos PCNs, é preciso tirarmos o foco do ensino ante as regras emolduradas das gramáticas e nos fundamentarmos na análise de textos, tendo em vista a compreensão e produção escrita e falada dos alunos. Os PCNs igualmente se referem à inclusão de textos orais no ensino de língua na sala de aula. Embora, ainda, não sejam recorrentes propostas de textos orais nos livros didáticos e propostas de trabalhos com textos orais por parte dos professores, é muito importante realizar trabalhos com a oralidade na sala de aula, muitos autores já abordam a respeito dessa questão, dentre eles, Marcuschi (2001, p. 22). O autor nos diz que “na sociedade atual, tanto a oralidade quanto a escrita são imprescindíveis. Trata-se, pois, de não confundir seus papéis e seus contextos de uso, e de não discriminar seus usuários.”

A citação abaixo, extraída do texto dos PCNs diz respeito à indicação oficial de que os projetos pedagógicos de cada instituição de ensino se estabeleçam em função do entorno do aluno. Embora exista um Parâmetro Curricular Nacional é importante frisar que cada escola tem o seu Plano Político Pedagógico e deve analisá-lo e discuti-lo constantemente com seus professores a cada ano, sem esquecer-se de aliar a ele as necessidades reais de seus alunos e as questões levantadas nestes PCNs.

A variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, independentemente de qualquer ação normativa. Assim, quando se fala em “Língua Portuguesa” está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades. Embora no Brasil haja relativa unidade lingüística e apenas uma língua nacional, notam-se diferenças de pronúncia, de emprego de palavras, de morfologia e de construções sintáticas, as quais não somente identificam os falantes de comunidades lingüísticas em diferentes regiões, como ainda se multiplicam em uma mesma comunidade de fala. Não existem, portanto, variedades fixas: em um mesmo espaço social convivem mescladas diferentes variedades lingüísticas, geralmente associadas a diferentes valores sociais. (BRASIL, 1998b, p. 29)

Outro ponto relevante trata da importância da produção de textos pelos próprios discentes. Por meio de produções textuais de variados tipos os alunos poderiam deleitar-se acerca de várias épocas, autores, palavras, gestos e expressões... E o professor poderia, além de motivá-los em sua produção, realizar diversas atividades de análises lingüísticas e prática textual, e também reflexões a respeito da língua(gem), sem esquecer de, inclusive, efetuar comparações entre textos orais e escritos, dos mais diversos gêneros. Assim, o aluno teria condições de perceber as variações lingüísticas e se tornaria apto a usar a própria língua de maneira variada, sabendo adequar-se às várias situações de interação cotidiana, tanto na fala quanto na escrita. De maneira que, cabe à escola promover a ampliação das condições de produção do aluno, considerando os diferentes níveis de conhecimento prévio, “de forma que, progressivamente, [...] cada aluno se torne capaz de interpretar diferentes textos que circulam socialmente, de assumir a palavra e, como cidadão, de produzir textos eficazes nas mais variadas situações” (PCNs, 1998a, p 19).

Na segunda parte dos PCNs, na seção designada “Objetivos de ensino”, também constatamos a apresentação de diferentes práticas de trabalho com os conteúdos previstos, cujos objetivos são desenvolver no aluno o domínio da expressão oral e escrita em situações de uso público da linguagem, levando em conta:

a situação de produção social e material do texto (lugar social do locutor em relação ao(s) destinatário(s); destinatário(s) e seu lugar social; finalidade ou intenção do autor; tempo e lugar material da produção e do suporte) e selecionar, a partir disso, os gêneros adequados para a produção do texto, operando sobre as dimensões pragmática, semântica e gramatical. (BRASIL, 1998b, p. 49)

Assim, a prática de escuta de textos orais, leitura de textos escritos, a prática de produção de textos orais e escritos e a prática de análise lingüística constituir-se-iam em um alicerce no qual está sustentado o ensino de língua portuguesa, e este funcionaria como um tipo de “edifício”, com os seus devidos andares, na formação dos alunos.

Como podemos observar na orientação dos PCNs, os conteúdos partem sempre, deste modo, de textos. Na seção “Tratamento didático dos conteúdos”, temos:

Os princípios organizadores dos conteúdos de Língua Portuguesa (USO→ REFLEXÃO→ USO, além de orientarem a seleção dos aspectos a serem abordados, definem, também, a linha geral de tratamento que tais conteúdos receberão, pois caracterizam um movimento metodológico de AÇÃO→ REFLEXÃO→ AÇÃO que incorpora a reflexão às atividades lingüísticas do aluno, de tal forma que ele venha a ampliar sua competência discursiva para as práticas de escuta, leitura e produção de textos.

Nesse sentido, o professor, ao planejar sua ação, precisa considerar de que modo as capacidades pretendidas para os alunos ao final do ensino fundamental são traduzidas em objetivos no interior do projeto educativo da escola. (BRASIL, 1998b, p. 65)

Em relação à prática de análise lingüística,

Além de escuta, leitura e produção de textos, parece ser necessária a realização tanto de atividades epilingüísticas, que envolvam manifestações de um trabalho sobre a língua e suas propriedades, como de atividades metalingüísticas, que envolvam o trabalho de observação, descrição e categorização, por meio do qual se constroem explicações para os fenômenos lingüísticos característicos das práticas discursivas. [...]

Quando se toma o texto como unidade de ensino, ainda que se considere a dimensão gramatical, não é possível adotar uma caracterização preestabelecida. Os textos submetem-se às regularidades lingüísticas dos gêneros em que se organizam e às especificidades de suas condições de produção: isso aponta para a necessidade de priorização de alguns conteúdos e não de outros. (BRASIL, 1998b, p. 78-79)

Desta maneira, o professor, ao delinear sua ação, de acordo com os PCNs, precisa enfatizar o texto em suas aulas de português e com base nele realizar aulas de leitura, oralidade, interpretação e análise lingüística, priorizando as habilidades pretendidas para os alunos ao final do ensino fundamental que devem se manifestar em objetivos realizados e cumpridos na essência do projeto educativo da escola.

4.5. A sociolingüística e o ensino: Refletindo sobre a prática de português na sala de aula

*Pronominais
Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro
Oswald de Andrade*

Se realizarmos uma observação mais cautelosa a respeito da prática do ensino de língua portuguesa, desde o primeiro segmento do ensino fundamental, constataremos que, em muitos aspectos, há ainda a manutenção de uma perspectiva reducionista no que se refere ao ensino de língua descontextualizado. Seguindo os pensamentos de Possenti (1996), Irandé (2007) e Bagno (1999, 2007), apesar de determinadas ações institucionais terem desenvolvido iniciativas, como as de uma reorientação da prática pedagógica, infelizmente, não estamos vivendo uma realidade 100% bem sucedida hoje em dia no que diz respeito à prática do ensino de língua, em especial. Deste modo, a condição de “fracasso escolar” prossegue no cenário das salas de aula, uma vez que muitos alunos persistem na idéia de que “não sabem falar”, “não sabem o português”, e, portanto, consideram “a língua portuguesa muito complicada”. Em seguida, o reflexo dessa situação se traduz em reações negativas por parte

dos alunos no tocante às aulas e atividades de língua portuguesa, e, outras vezes, se traduz também em uma experiência desastrosa de repetência escolar, ou ainda em uma evasão escolar em decorrência do desânimo, baixa auto-estima, dentre outros fatores. Em alguns casos, o aluno pode frustrar-se com outras disciplinas integrantes do currículo escolar por apresentar dificuldade em um dos quesitos leitura ou escrita, por exemplo, tendo certeza de que apesar de seu esforço, é linguisticamente “inferior”. Desta maneira, nas situações em que poderia tomar a palavra para fazer valer seus direitos de cidadão, participando efetivamente do que ocorre a sua volta o aluno não se encoraja e acaba sendo passivo às decisões alheias.

Não há que se considerar apenas a escola como elemento decisivo no aspecto relativo ao “fracasso escolar”, visto que causas externas a ela interferem igualmente nesse resultado. A família e a sociedade são também determinantes para que o sucesso escolar se evidencie. Contudo, se a escola contribuir internamente para a qualidade e o aumento de resultados positivos no ensino, é de se supor que boa parte do sucesso escolar estará encaminhada dentre “as gentes” que circulam na escola.

Para que a escola tenha bons professores de língua portuguesa é importante que desde que o professor esteja nos bancos escolares da faculdade de Letras seja atualizado em relação às propostas dos PCNs para que elas possam ser aplicadas em sala de aula quando estes estiverem no mercado de trabalho – destaca-se que muitos alunos⁷⁷ de faculdades de licenciatura já estão trabalhando efetivamente antes de se formarem. Nem sempre, nos cursos de Letras, se debate acerca dos pontos que estão sugeridos nos PCNs referentes à língua, em especial, e, por vezes, as faculdades de Letras, ainda hoje, tendem a deixar de lado discussões sobre os PCNs e sobre as áreas da lingüística, enfatizando padrões estanques e que, geralmente, servem de exclusão se não forem debatidos e trabalhados de maneira reflexiva. Há outra situação recorrente no ensino atual que diz respeito aos profissionais formados há determinado tempo e/ou oriundos de faculdades cuja qualidade é questionável. De acordo com as mesmas teses propagadas por Possenti (1996), Irandé (2007) e Bagno (1999, 2007), esses professores de língua, muitas vezes, não tiveram a oportunidade de sequer cursar uma aula de lingüística na faculdade, desconhecendo, portanto, certas denominações como processos anafóricos, marcadores discursivos, gêneros do discurso, inferência, e outras – só para mencionar algumas designações que fazem parte do texto dos PCNs, assim como o predomínio de algumas teorias (por exemplo, a análise do discurso e a sociolingüística). Essa

⁷⁷ O formando em Letras, muitas vezes, não é capaz de relacionar os conhecimentos teóricos referentes à Lingüística, à Língua Portuguesa e a discussão deles nos PCNs ao que deveria ser ensinado na sala de aula, sendo resultante deste fato uma situação que já estamos cansados de ouvir falar: a repetição de fórmulas antiquadas e estanques.

situação resulta em uma das grandes dificuldades na prática, porque muitos professores não conhecem ou ignoram os pressupostos teóricos que orientam essas linhas, podendo, inclusive, tirar conclusões precipitadas do que está posto nos PCNs, como atualmente ocorre no trabalho com os “gêneros” que equivocadamente é ainda (em determinados livros didáticos⁷⁸ e por determinados docentes) entendido como a famosa “trilogia clássica” e não como uma possibilidade por parte dos discentes de realizar uma articulação entre as práticas cotidianas de interações sociais e os objetos escolares.

Os gêneros são caracterizados historicamente. As intenções comunicativas, como parte das condições de produção dos discursos, geram usos sociais que determinam os gêneros que darão forma aos textos. É por isso que, quando um texto começa com “era uma vez”, ninguém duvida de que está diante de um conto, porque todos conhecem tal gênero. Diante da expressão “senhoras e senhores”, a expectativa é ouvir um pronunciamento público ou uma apresentação de espetáculo, pois sabe-se que nesses gêneros de texto, inequivocadamente, tem essa fórmula inicial. Do mesmo modo, pode-se reconhecer outros gêneros como cartas, reportagens, anúncios, poemas, etc. (MARCUSCHI, 2001, p. 19)

Assim sendo, não podemos esperar que tais profissionais façam “milagres” se não recebem, por exemplo, cursos de atualização e garantia de boa faculdade, entretanto, muitos professores realizam uma atuação nota dez, diante de uma formação precária, empenhando-se e estudando cotidianamente para a preparação de suas aulas.

No que se refere à variação lingüística, é importante, dentre professores de língua materna desatualizados, que se tenha que valorar a tal da “variação lingüística” trazida nos PCNs e também em alguns livros didáticos. Assim sendo, o professor, de maneira equivocada, tende a aceitar toda a produção do aluno, os termos que o aluno usou, apesar de ter usado um “nós vai” em uma produção de cunho formal – como a do gênero “carta ao leitor” (que pode posteriormente ser publicada em um jornal⁷⁹ com o nome do aluno) que está inserido na esfera social do jornalismo –, considerando tudo como “válido”, sem questionar, por exemplo, que somos capazes de visualizar os gêneros na sociedade, já que são “determinados historicamente” e podem ser reconhecidos através de suas peculiaridades e finalidades, e, deste modo, os docentes não avaliam se o que o aluno escreveu de fato contempla a proposta solicitada, sendo que em diversas situações de comunicação os gêneros são constituídos e estes podem se expressar na forma de bilhete, piada, cardápio de restaurante, bula de remédio,

⁷⁸ Discuto um pouco mais acerca deste tema em um artigo que apresentei no VIII Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul – CELSUL/2008, intitulado “Ensino Médio ou Médio Ensino”. Resumo disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppgletras/celsul/index.htm> e artigo completo disponível em DVD.

⁷⁹ Quem trabalhou muito bem com este tema foi Haeser (2005).

aula expositiva, horóscopo, carta pessoal, receita, e-mail e outros. Destarte, segundo Vygotsky⁸⁰ (1999), o professor que age daquela maneira acaba deixando seu aluno em um mesmo ponto, ou na chamada *zona de desenvolvimento real* (ZDR) que diz respeito ao “nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados” (1999, p. 111). O nível de desenvolvimento real (ZDR) compreende, então, aquelas funções psíquicas já dominadas pelo sujeito. Todavia, o autor enfatiza que a escola deve trabalhar na *zona de desenvolvimento imediato* (ZDI), pois esta abrange aquele conjunto de habilidades em que o sujeito pode ter sucesso se for auxiliado por um adulto ou alguém mais experiente do que ele. É nessa região que estão, ainda, as habilidades em desenvolvimento pelo sujeito.

Todavia, tanto o professor que já tenha ciência do trabalho com a variação lingüística, quanto aquele que não tem, mas deseja ter, talvez não consiga pôr em prática imediatamente tudo o que recomendam os PCNs. Mas há que se comentar que muitas sugestões levantadas nos PCNs são possíveis e imprescindíveis, como a discussão do preconceito lingüístico que está prevista nos documentos em questão, o que denota que já há um avanço na qualidade do material existente na educação e, conseqüentemente, na cultura lingüística no país.

O problema do preconceito disseminado na sociedade em relação às falas dialetais deve ser enfrentado, na escola, como parte do objetivo educacional mais amplo de educação para o respeito à diferença. Por isso, e também para poder ensinar Língua Portuguesa, a escola precisa livrar-se de alguns mitos: o de que existe uma única forma “certa” de falar – a que se parece com a escrita – e o de que a escrita é o espelho da fala – e, sendo assim, seria preciso “consertar” a fala do aluno para evitar que ele escreva errado. Essas duas crenças produziram uma prática de mutilação cultural que, além de desvalorizar a forma de falar do aluno, tratando sua comunidade como se fosse formada por incapazes, denota desconhecimento de que a escrita de uma língua não corresponde inteiramente a nenhum de seus dialetos, por mais prestígio que um deles tenha em um dado momento histórico. (BRASIL, V1, 1997, p. 26)

Podemos destacar que os PCNs colocam que os conteúdos de língua portuguesa devem se articular em torno de dois eixos: o do uso da língua oral e escrita e o da reflexão acerca desses usos. Trabalhando desta maneira, poderemos minimizar o hiato que existe entre a variedade trazida pelo aluno de casa – que jamais deve ser classificada como “erro” – e a norma culta, incluindo o aluno efetivamente nas práticas sociais por meio de trabalhos tanto com a escrita quanto com a fala, além da reflexão em torno das diversas variedades nos diversos contextos e situações de uso. Como sabemos, para muitos professores, a utilização de

⁸⁰ Vygotsky trata-se de um autor demasiado importante para uma remissão assim avulsa, entretanto, como estamos abordando sobre o ensino nesta pesquisa, achamos fundamental citá-lo.

variantes não-padrão é frequentemente taxada de “erro”. A respeito disso, Mollica faz uma observação:

Os estudos sociolingüísticos oferecem valiosa contribuição no sentido de destruir preconceitos lingüísticos e de relativizar a noção de erro, ao buscar descrever o padrão real que a escola, por exemplo, procura desqualificar e banir como expressão lingüística natural e legítima. (2003, p.13).

Logo, a discriminação (ou a exclusão) lingüística deve ser abominada pelo professor de língua portuguesa na sala de aula. Não podemos permitir que nos dias de hoje persista um ensino lingüístico acrítico, antidemocrático e preconceituoso, pois devemos contribuir para o crescimento de uma cultura lingüística permeada por variedades diversas e sermos coerentes com os propósitos de uma educação democrática, fazendo a diferença em sala de aula.

Resultados de estudos demonstram que a dinâmica da variação e mudança de itens lingüísticos, como o quadro pronominal e as formas verbais estão intensamente condicionadas por fatores externos, por exemplo, sexo, posição social, idade, dentre outros. Sobre os pronomes em variação desta pesquisa: **nós** e **a gente**, como já citamos anteriormente, Lopes (1998) diz que nos falantes com pouca escolaridade a substituição desses pronomes encontra-se em um estágio mais avançado; já Machado (1995) nos demonstra que tanto os informantes analfabetos quanto aqueles com alguma escolaridade estão expostos a essa variação; Zilles (2005) constatou que os mais jovens, a cada nova geração, tendem a aumentar as taxas de **a gente**, porém no que diz respeito à concordância verbal, a escolha por **a gente** se torna uma alternativa mais segura no sentido de evitar a não-concordância e o estigma social anexo a ela.

Entendemos que a língua é heterogênea, viva e variável, e, somente pode perder seu caráter social quando não existir mais comunidades de falantes dessa mesma língua. Assim sendo, a sociolingüística não se caracteriza pelo estudo de línguas mortas, mas sim pelo estudo de seus condicionadores sociais e sua relação intrínseca com condicionadores lingüísticos.

Portanto, um dos primeiros objetivos e uma das primeiras atitudes do educador deve ser o reconhecimento da realidade sociolingüística presente na sala de aula e na comunidade em que está atuando. É fundamental realizar este trabalho na sala de aula, sublinhados alguns pontos, como o da heterogeneidade lingüística, o dos possíveis usos da língua (escrita e falada) em diversas situações de interação no cotidiano, e outros; confrontando, deste modo, as diversas variedades presentes naquela determinada localidade e

combatendo preconceitos entre os vários professores com seus alunos e entre os próprios alunos.

4.6. As normas lingüísticas e as gramáticas

Haverá muito o que mudar, antes que o ensino de Português possa ser o que deve – um processo no qual o professor e os alunos entre si, se enriquecem reciprocamente compartilhando sua experiência vivida de língua (...). mas a mudança virá daqueles que vivem o ensino, não daqueles que especulam sobre ele. De dentro. (ILARI, 1985)

Há no nosso entendimento diferenças no uso dos termos “norma culta” e “norma padrão” e temos o objetivo de estabelecer essas diferenças, a fim de desfazer a sinonímia sob a qual ambas são colocadas por alguns autores. De acordo com Faraco (2004, p. 37), a questão da chamada norma (ou língua) padrão “voltou a ter certa proeminência nos meios de comunicação social nos últimos anos no Brasil, acompanhando a reentrada em cena do velho discurso de que língua portuguesa vai (muito) mal no país.” Assim, atualmente vivemos em um eterno regressar de determinados discursos sociais a respeito da língua, como nos diz Faraco (In: BAGNO, 2004, p. 37) e como ouvi de Geraldi em uma palestra na Universidade Federal de Santa Catarina (2008). Há, hoje em dia, uma valorização da norma (ou língua) padrão na sociedade, embora muitos lingüistas tenham estudado e trabalhado para mudar um pouco essa visão rígida de língua há décadas. Nas palavras de Faraco (2004, p. 37), esse retorno a certos “discursos sociais sobre a língua está ainda para ser estudado e melhor compreendido”.

Em relação à discussão acerca de normas e gramáticas no âmbito da lingüística, há muitos autores tratando dessas denominações e de suas possíveis significações por caracterizarem-se em fundamentações epistemológicas. Diante da complexa peculiaridade inerente à ação de “dar nome aos bois” apresentamos algumas terminologias a fim de elucidar a respeito de qual usaremos neste estudo e por que as usaremos.

Ultimamente há uma confusão comum dentre professores de língua portuguesa nas salas de aula, profissionais da área e pessoas em geral, no que diz respeito aos termos *língua padrão* e *língua culta*, ao lado da idéia de estigmatização atrelada ao que seria a *língua não-padrão*, comumente (e equivocadamente) associada à noção de “erro” lingüístico aos olhos do senso comum. Diante disso, houve a necessidade de uma “*re-significação* das terminologias acima usadas, como também de uma *re-nomeação* das mesmas” (VIANA, 2005, p. 31).

Para Faraco (2004, p. 38), então, as variedades lingüísticas supracitadas passaram a ser estudadas diante do ponto de vista das *normas lingüísticas* que, na linha do autor, significa o uso comum de determinadas formas lingüísticas, embora muitos autores continuem tratando de variedades sem falar de normas. Assim, para Faraco,

numa sociedade diversificada e estratificada como a brasileira, haverá inúmeras normas lingüísticas, como, por exemplo, a norma característica de comunidades rurais tradicionais, aquela de comunidades rurais de determinada ascendência étnica, a norma característica de grupos juvenis urbanos, a (s) norma (s) característica (s) de populações das periferias urbanas, a norma informal da classe média urbana e assim por diante. (FARACO, 2004, p. 38)

Nesse sentido, *a norma*, conforme Faraco (2004, p. 39), não pode ser entendida tão-só como um conjunto de formas lingüísticas; “ela é também (e principalmente) um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas”. Adotamos essa mesma perspectiva, denominaremos *norma padrão* e *norma culta* e não *língua padrão* e *língua culta*.

Contudo, para Bagno (2000, 2004) o uso da terminologia *norma* é proposto de maneira mais limitada (BAGNO, 2000, p. 148) “por conter um caráter jurídico, [...] de regra(s) imposta(s), de modelo/medida/gabarito para avaliação, de lei (senão escrita, ao menos consuetudinária)” devendo se referir exclusivamente à norma prescritiva, das gramáticas normativas. O autor (2000, 2004) indica que há uma contraposição entre os termos *norma* e *variedades*.

No que virá a seguir, tentarei evitar as ambigüidades da expressão *norma culta*, empregando, em seu lugar: (a) *norma-padrão*, para o ideal abstrato de língua “certa” da tradição normativo-prescritiva, e (b) *variedades cultas*, para os conjuntos de regularidades detectáveis no uso efetivo da língua por parte dos “falantes cultos” – cidadãos com escolaridade superior completa – em suas interações sociais. Emprego *variedades cultas* sempre no plural porque já se sabe que não existe um comportamento lingüístico homogêneo por parte dos “falantes cultos”, sobretudo (mas não somente) no tocante à língua falada que apresenta variação de toda ordem segundo a faixa etária, a origem geográfica, a ocupação profissional etc. dos informantes. (BAGNO, 2004, p. 179)

Todavia, podemos observar que até mesmo as *variedades cultas* (termo eleito pelo autor) têm um determinado caráter de norma, uma vez que possuem regras que tendem a ser seguidas pelos indivíduos cultos de uma comunidade lingüística nas diversas e possíveis situações de uso e que podem se tornar explícitas em uma dada ocasião. Não é complicado considerarmos o caráter de *norma* intrínseco a qualquer variedade de língua, se tivermos em mente que a língua é constituída socialmente. Por essa razão, defendemos a manutenção da terminologia *norma* a exemplo de outros autores, já que, igualmente, a nossa sociedade é regida por normas (regras) a todo o momento e não podemos fugir disso. Por exemplo, existe norma para comer (comemos, geralmente, sentados em uma cadeira e o alimento fica em cima

da mesa, para tal, usamos talheres e louças; já para chupar uma bala a norma é outra: não usamos talheres), para nos deslocarmos de carro, a pé, de bicicleta e outros na cidade seguimos as normas de trânsito, para ir aos lugares nos vestimos seguindo as normas de vestimentas ditadas para cada ambiente (escola, praia, festa), etc. Por isso, acreditamos que não precisamos mudar a denominação “norma” lingüística, mas mudar a maneira de encará-la, refletindo acerca dos possíveis e diferentes usos das várias normas vigentes, proporcionando aos alunos o direito de saber lidar com todas elas, inclusive com a norma culta que é muito importante, pois é com base nessa que foi escrita a maior parte dos textos que circula na sociedade e também é com base no domínio dessa norma que o aluno será reconhecido socialmente, em especial no mercado de trabalho. Nesse sentido, nossos argumentos corroboram o que defende Faraco (2004).

Rodrigues (2004 [1968]) traz a distinção entre o “padrão ideal e o padrão real” de comportamento lingüístico. Para o autor,

as maneiras de comportamento que compõem a cultura de uma sociedade, e que são generalizações do comportamento de todos os (ou de alguns) membros dessa sociedade, são descritas como padrões culturais. Uma distinção que aí se impõe é a que se faz entre padrões ideais e padrões reais. Os padrões ideais definem o que se espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações, [...] os padrões reais derivam de observações sobre a maneira como as pessoas realmente se comportam em dadas situações. (2004 [1968], p. 13)

Na linha do autor, a língua, como fato cultural, pode igualmente ser delineada em termos de padrões ideais e padrões reais. Quando descrevemos a fala de uma comunidade com base em avaliação de elocuições espontâneas (naturais) de um ou de diversos componentes dessa comunidade, segundo ele, alcançamos “padrão ou padrões de comportamento real”. Já quando levamos em conta o que os componentes dessa comunidade asseguram ser a melhor atitude de exprimir-se em certas situações, então notamos “padrão ou padrões ideais”. (RODRIGUES, 2004 [1968], p. 13)

De acordo com Castilho (2004 [1978], p. 30), “num sentido mais estrito, e de maior interesse para o ensino, entendem-se por norma os usos e atitudes de uma classe social de prestígio, sobre que se erguem as chamadas “regras do uso bom”. O autor (2004 [1978], p. 30) distingue (i) a norma objetiva; (ii) a norma subjetiva; e (iii) a norma prescritiva – decorrente da combinação da norma objetiva com a norma subjetiva.

- a) Norma objetiva, explícita ou padrão real é a linguagem efetivamente praticada pela classe social de prestígio, que se podia identificar no Brasil de hoje com a chamada classe culta, escolarizada. [...]
- b) Norma subjetiva, implícita ou padrão ideal é a atitude que o falante assume perante a norma objetiva, fato que podemos avaliar por meio de testes

especiais. Essa atitude corresponde ao que a comunidade lingüística “espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações” (RODRIGUES, 1968, p. 43). [...]

- c) Norma prescritiva: decorre da combinação da norma objetiva com a norma subjetiva. Por outras palavras, merecem ser ensinados os usos lingüísticos de uma classe prestigiosa considerados mais adequados a cada situação e melhor identificados com o ideal de perfeição lingüística. [...]

Assim, para Castilho a norma objetiva⁸¹ corresponde ao uso lingüístico efetivo praticado pela classe socialmente prestigiada⁸² e esta norma pode variar de região para região, de ocasião para ocasião, da fala para a escrita. A norma subjetiva representa a atitude do falante em face da norma culta e suas expectativas quanto à utilização desta – sendo que essas expectativas dos falantes também variam, ou seja, não podemos nos referir à norma no singular, mas às normas no plural. Por fim, para Castilho, a norma prescritiva ou a norma pedagógica é a combinação das duas normas supracitadas, sendo uma boa opção de ensino de língua na sala de aula a união dessas duas, podendo gerar uma boa reflexão e auxiliar o aluno em sua concepção de língua e emprego das normas em seus diferentes contextos.

Para Lucchesi (2004, p. 63) “à heterogeneidade real do comportamento lingüístico dos indivíduos contrapõe-se a homogeneidade artificial do padrão normativo ideal”. O autor retoma o conceito de norma lingüística dentro do arcabouço teórico da sociolingüística variacionista, que, segundo ele, “fornece os fundamentos teóricos para a visão da realidade lingüística brasileira como um sistema bipolarizado, constituído por dois subsistemas distintos”, a saber: a norma culta e a norma popular. (LUCCHESI, 2004, p. 87) Nas palavras do autor:

A NORMA CULTA seria, então, constituída pelos padrões de comportamento lingüístico dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania, e é tributária, enquanto norma lingüística, dos modelos transmitidos ao longo dos séculos nos meios da elite colonial e do Império e inspirados na língua da Metrópole portuguesa. A NORMA POPULAR, por sua vez, se define pelos padrões de comportamento lingüístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social. (LUCCHESI, 2004, p. 87)

Constitui-se, deste modo, o processo histórico de formação das duas grandes normas do português brasileiro para Lucchesi: a norma culta – decorrente do uso lingüístico de uma elite escolarizada – e a norma popular – que surge do uso da grande maioria das pessoas do país, carentes de educação formal e dos demais direitos da cidadania (LUCCHESI,

⁸¹ Na realidade o conceito de norma objetiva x subjetiva é de Coseriu. A norma objetiva está relacionada à frequência de, ao que é comum, ao que se pode quantificar. A idéia do NURC era essa: analisar o que os cultos falavam com mais frequência a fim de verificar o que está em desuso.

⁸² Apesar de que no Brasil nem sempre a classe social tem relação com o uso lingüístico socialmente prestigiado, ou com alto grau de escolaridade.

2006). Desta maneira, a norma culta e a norma popular para o autor se ligam à idéia de classe social e, conseqüentemente, podemos dizer que a maioria das pessoas que possuem mais condições financeiras terá acesso e domínio da norma culta, ao passo que a maioria das pessoas desprovidas de recursos financeiros não terá acesso e domínio da norma culta, fazendo um maior uso da norma popular.

Mattos e Silva (2000, p.14) a respeito desse aspecto lingüístico, assim como Lucchesi, Castilho e Faraco, não abdica nem tampouco propõe o abandono do termo *norma* pela sociolingüística, entretanto sugere que empreguemos o termo “normas normais ou sociais”.

- a) **norma normativo-prescritiva, norma prescritiva ou norma padrão**, conceito tradicional, idealizado pelos gramáticos pedagogos, diretriz até certo ponto para o controle da representação escrita da língua, sendo qualificado de **erro** o que não segue esse modelo. [...]
- b) **normas normais ou sociais**, “objetivas” e quantificáveis (?), atuantes nos usos falados de variantes das línguas. São normas que definem grupos sociais que constituem a rede social de uma determinada sociedade. Distinguem-se, em geral:
 - b1. normas “sem prestígio social” **ou** estigmatizadas;
 - b2. normas de “prestígio social”, equivalentes ao que se denomina norma culta, quando o grupo de prestígio que a utiliza é da classe dominante e, nas sociedades letradas, aqueles de nível alto de escolaridade. (MATTOS E SILVA, 2000, p. 14)

De acordo com a autora, então, as normas sociais se subdividiriam em privilegiadas e estigmatizadas e a norma normativo-prescritiva, prescritiva ou padrão, seria a norma de conceito tradicional, sendo caracterizado de “erro” o que não seguir esse modelo.

Retornando a Faraco, a norma padrão corresponde àquela norma que está cristalizada nas gramáticas normativas – isenta de variações, ao contrário, a norma culta é usada pela sociedade letrada em geral, a parcela de pessoas da sociedade que lidam mais direta e intimamente com a cultura escrita. Nas palavras do autor:

Há na designação *norma culta* um emaranhado de pressupostos nem sempre claramente discerníveis. O qualificativo “culto”, por exemplo, tomado em sentido absoluto pode sugerir que esta norma se opõe a normas “incultas”, que seriam faladas por grupos desprovidos de cultura. Tal perspectiva está, muitas vezes, presente no universo conceitual e axiológico dos falantes da norma culta, como fica evidenciado pelos julgamentos que costumam fazer dos falantes de outras normas, dizendo que estes “não sabem falar”, “falam mal”, “falam errado”, “são incultos”, “são ignorantes” etc.

Contudo, não há grupo humano sem cultura, como bem demonstram os estudos antropológicos. Por isso, é preciso trabalhar criticamente o sentido do qualificativo *culta*, apontando seu efetivo limite: ele diz respeito especificamente a uma certa dimensão da cultura, isto é, à cultura escrita. (FARACO, 2004, p. 39-40)

Com a finalidade de descrever os usos reais da norma culta do país, nasceu no Rio de Janeiro, em 1970, o Projeto NURC (Norma Lingüística Urbana Culta). O projeto NURC foi realizado em cinco capitais brasileiras: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Ao longo de seu percurso, o NURC-RJ dividiu-se em três subprojetos: Fonética/Fonologia, Morfossintaxe e Léxico. A metodologia do projeto se fundamenta na análise de gravações praticadas em três etapas: uma entrevista com um informante e um documentador, outra com um informante e dois documentadores (ambas conversas sobre um tema proposto) e uma elocução formal, nas palavras de Bagno (2004). Nessa terceira etapa, um exemplo de uma situação mais formal de gravação é a palestra⁸³. Compreendemos que os objetivos de tal projeto expõem a importância de se ter ciência de que o uso real da língua não combina com o padrão estanque posto nas gramáticas.

Deste modo, o termo *norma padrão* aqui nesta dissertação será tomado como aquele que reúne as formas contidas e prescritas pelas gramáticas; o termo *norma culta*⁸⁴ como aquele que reúne as formas efetivamente empregadas na fala e escrita de pessoas plenamente escolarizadas, pertencentes a um grupo social mais direta e intensamente ligado às atividades de escrita e fala nas situações do dia-a-dia; e o termo *normas vernaculares* como aquele que reúne as diversas possibilidades de usos das formas existentes no PB, abarcando todas as possíveis variantes geográficas ou diatópicas, de classe social ou diastráticas, de grupos de idade ou etários, de sexo, de gerações ou diacrônicas, de graus de formalismos, de modalidade (fala e escrita) ou estilística⁸⁵.

Assim, com relação a duas formas que concorrem com um mesmo valor de verdade, não abrimos espaço para o chamado “erro lingüístico”, uma vez que a variação é inerente ao sistema e é perfeitamente aceitável variarmos nossa maneira de falar conforme a situação de interação em que estamos inseridos e conforme a modalidade, fala ou escrita,

⁸³ De acordo com o Projeto NURC/RJ, o *corpus* levantado no país perfaz hoje um total de mais de 1500 horas de registros magnetofônicos - se consideramos todas as cidades - realizados na década de 70, mais precisamente concentrados entre os anos de 1972 a 1978. Esse material representa o desempenho lingüístico de falantes de ambos os sexos, nascidos nesta cidade, com escolaridade universitária, distribuídos em três faixas etárias - de 25 a 35 anos, de 36 a 55 e 56 anos em diante - gravados em três situações distintas: 1) aulas e conferências (Elocução formal/EF); 2) diálogos informais (Diálogo entre dois locutores/D2); 3) entrevistas (Diálogo entre locutor e documentador/DID). O Arquivo Sonoro da fala do Rio de Janeiro abrange um total de 394 entrevistas com 493 informantes, sendo 238 (60,4%) do tipo Diálogo entre informante e documentador (DID), 99 (29,1%) do tipo Diálogo entre dois informantes (D2) e 57 (14,4%) de Elocuções formais (EF). (Disponível em: <http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/>)

⁸⁴ Outro aspecto a realçar é que não devemos confundir a noção de norma culta com a língua escrita, visto que todas as normas são expressas em ambas as modalidades. Segundo Görski e Coelho [mimeo], podemos nos referir ao projeto NURC (Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta) que já apresenta resultados significativos em termos de descrição da norma culta falada no Brasil. Porém, não significa falar que “tal descrição seja igualmente válida para a norma culta escrita. Esta é encontrada atualmente em textos de ampla circulação como livros, revistas e jornais; em trabalhos acadêmicos, etc”. (GÖRSKI; COELHO, mimeo)

⁸⁵ Esses estratos sociais também poderão ser percebidos na norma culta.

envolvida na interação. Porém, salientamos que é fundamental o domínio da norma culta na sociedade atual, junto às outras normas vernaculares que o falante traz com ele. Ao contrário de Lucchesi, não entendemos “norma vernacular ou popular” apenas no singular (mas sim “normas vernaculares” no plural) como se a “norma vernacular” se definisse pelos “padrões de comportamento lingüístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social” (LUCCHESI, 2004, p. 87), pois pessoas escolarizadas e detentoras da norma culta podem monitorar-se ao longo do contínuo de monitoração estilística e fazer uso de normas vernaculares quando estiverem em situações menos formais, uma vez que conseguem moldar-se lingüisticamente dentro do contínuo à medida que a situação exigir.

Além da conceituação de “norma” há que se comentar a respeito da concepção de gramática que utilizamos neste estudo. Esse termo é muito mais complexo do que se imagina. Em uma visão homogênea de língua (por exemplo, a chomskiana) há diversas gramáticas em uma língua, de modo que cada variação lingüística conceberia uma gramática diferente – cada uma homogênea e fechada nela própria. Em compensação, em uma visão heterogênea de língua, como a nossa, por exemplo, a variação é a característica principal da língua, que é social, visto que não existe basicamente uma gramática para cada variação, pois a língua tem uma característica peculiar: a sua heterogeneidade⁸⁶ que lhe permite a operação de regras variáveis e categóricas.

Brito (1997, p. 37) coloca que “a primeira coisa que vem à cabeça quando se fala em saber português, particularmente em ambiente escolar, é a idéia do domínio de um conjunto de regras categóricas e explícitas que determinam como é que se deve falar e escrever”. E essa noção é persistente ainda, passados mais de dez anos. A noção de gramática vem de acordo com a história, sobretudo nas escolas, sendo tratada como a de um conjunto de normas/regras lingüísticas ao qual todos devemos seguir e, conseqüentemente, obedecer, além do fato de que muitos a assumem como sinônimo de língua.

Na linha de Possenti (1996, p. 63), o que não precisaria acontecer, é um destaque à tradição, tal qual é perpetrada nas salas de aula.

Começemos pelo óbvio: se não para ensinar gramática, pelo menos para defender tal ensino, é preciso – ou parece decente que seja assim – saber o que é gramática. Acontece que a noção de gramática é controvertida: nem todos os que se dedicam ao estudo desse aspecto das línguas a definem da mesma maneira.

⁸⁶ Todavia, este ponto não é pacífico de comentários e não pretendo me aprofundar neste assunto agora, uma vez que não é o objetivo do meu estudo.

Atentando para o ensino atual da gramática nas salas de aula, em geral, tanto como professores-pesquisadores quanto como alunos, percebemos que a gramática tradicional tem sido o foco das aulas de língua portuguesa, sendo privilegiada e enfatizada como uma obra acabada e a aula de língua portuguesa, considerada por muitos alunos, como sinônimo de aula de gramática. Porém, como já foi dito por outros autores, dentre eles, Possenti (1996), essa aula de gramática se caracteriza como uma aula chata e “difícil”, mas como os alunos rejeitam o português se esta é a língua que eles fazem uso cotidianamente?

Na realidade, os alunos não apreciam é a maneira como os professores repassam-lhe os conteúdos, caracterizando-se, quase sempre, em regras para se decorar, exercícios descontextualizados, e outros. Alguns professores e livros didáticos não fornecem ao aluno condições para enxergar o uso real da língua em um texto falado ou escrito, em um exercício de uma estrutura, pedindo-lhe para identificar uma escrita ou fala que já caiu em desuso atualmente. Não há que se excluir, por exemplo, um comentário sobre a mesóclise, mas o professor pode fazer essa reflexão de uma maneira mais interessante, contrastando exemplos do passado e do presente e mostrando como se diz a mesma coisa de outra forma, nos dias atuais.

A crítica basilar deste estudo no que diz respeito à gramática, incide sobre a aceção de gramática tradicional e sobre a sua imposição por parte de docentes e gramáticos (entre outros), visto que é a GT que se tem adotado e seguido no ensino de língua materna no Brasil, ditando, assim, o que é “certo” ou “errado” em nossa língua.

Travaglia (2007) reserva à Gramática Tradicional (GT), assim como nós estamos adotando, o singular, concebendo-a como a gramática constituída por regras com base exclusivamente na variedade de língua designada padrão. Reservamos o plural para as gramáticas normativas que entendemos como: “uma atitude de despertar uma consciência de que a língua apresenta muitas variedades e que, devido a regras sociais, é mais adequado ou menos adequado usar a língua de um modo ou de outro, conforme a situação de interação em que estamos” (TRAVAGLIA, 2007, p. 76). Deste modo, a gramática normativa, na linha de Travaglia, (a qual compartilhamos) é vista, hoje em dia, mais como um conjunto de normas sociais para o emprego de diferentes variedades da língua.

Contudo, neste estudo, deve-se esclarecer que devemos entender o termo “gramática normativa” (GN) como GT, pois as que utilizamos⁸⁷ para estudar tal fenômeno não condizem ainda com o que afirma Travaglia. Quando usarmos *gramáticas* no plural estaremos nos referindo tanto às *gramáticas normativas* quanto às *gramáticas tradicionais*, uma vez que não encontramos diferenças gritantes no tratamento dos pronomes de primeira pessoa do plural (e até no tratamento ao paradigma pronominal) nas obras que pesquisamos.

O ensino de língua (bem como, o de gramática) deve considerar a relação que há entre língua, pensamento e realidade, focalizando todas as possíveis formas de realizações da língua, o que implica habilitar o aluno a usar de modo adequado as várias normas nos diversos contextos e situações de interação – o que, obviamente, compreende a norma culta.

4.7. Palavras finais do capítulo

Temos ciência de que o caminho a ser percorrido por uma teoria da educação, bem como por uma teoria da linguagem (no nosso caso) à sua total aplicação e funcionamento é penoso. Além do mais, no Brasil, não creio que tivemos uma teoria inteiramente operante. Resta-nos, em meio a tantas teorias, e frente a um longo trajeto de desventuras, tentar restabelecer o elo entre a escola e o meio social, político e econômico em que ela está inserida, oferecendo ao aluno uma educação holística, voltada à sua inserção crítica nesse mesmo meio.

Apesar de os PCNs estarem em vigor no papel, o que se verifica é a não consolidação de uma reforma curricular na maior parte das escolas atualmente por várias razões, como ausência/carência de reflexão com os professores em atividade nas instituições de ensino, condições de trabalho precárias, estudo mecanizado e voltado para o vestibular, inadequação das propostas pedagógicas para as novas diretrizes curriculares e outras. Porém, devemos buscar sociedades mais justas e ensino lingüístico igualmente mais justo. Persistir em um ensino lingüístico cuja tarefa fundamental é tornar as pessoas falantes de uma norma padrão (idealizada) é continuar perpetuado em um erro histórico.

⁸⁷ Usamos as gramáticas de Said Ali (1969), Bechara (1999), Lima (1972), Sargentim (s/d) e Cunha (1995), com o objetivo de verificar o que essas gramáticas dizem sobre o nosso objeto de estudo e de refletir acerca de uma proposta de tratamento para a variação e uso dos pronomes pessoais **nós** e **a gente**.

Para além de métodos miraculosos, precisamos, de alguma maneira, encontrar respostas que demandam de cada contexto, para realmente e sinceramente formarmos cidadãos críticos e conscientes de seus papéis sociais.

No capítulo 5, subsequente, será apresentada a estruturação do envelope de variação, constituído das variáveis dependentes **nós** e **a gente**, das variáveis independentes e da variável estilística, que podem estar condicionando a variação dessas formas de expressar o sujeito.

5. METODOLOGIA DO TRABALHO

5.1. Introdução

Neste capítulo, apresentamos os procedimentos metodológicos pelos quais passa uma pesquisa de cunho variacionista (LABOV, 1972), como: seleção de informantes (seleção das escolas), coleta de dados reais de fala e escrita, transcrição dos dados, delimitação das variáveis lingüísticas e extralingüísticas pertinentes à variação de dado fenômeno, em nosso caso, à variação de **nós** e **a gente**. Posteriormente, realizamos análise com base na localização, codificação, digitação e quantificação dos dados.

No presente capítulo, do mesmo modo, são apresentadas as variáveis controladas neste estudo a respeito da variação dos pronomes pessoais de primeira pessoa do plural **nós** e **a gente**. De acordo com Monteiro (2000, p. 83) “a opção pela pesquisa empírica se liga ao fato de que, sendo uma ciência social, a sociolingüística depende da observação do comportamento do homem”.

5.2. Percurso metodológico

Nossa amostra constitui-se de 393 produções escritas, totalizando 1.284 dados de escrita **nós** e **a gente**. E de 85 entrevistas de fala (amostra de apenas uma das escolas) de alunos de 5^a a 8^a série, resultando em 383 dados de **nós** e **a gente**. Assim, rodamos o programa estatístico com o total de 1.667 dados de **nós** e **a gente**. As produções textuais dos alunos (dados de escrita) ficaram armazenadas no Banco de Dados VARSUL e ainda estão passando pelo processo de catalogação. Já as entrevistas orais dos alunos das quatro escolas do ensino fundamental foram armazenadas sob a forma de entrevistas gravadas em meio digital e em CD.

Nossa amostra, então, formou-se de dados de fala e escrita de alunos do ensino fundamental residentes na cidade de Florianópolis que foram estratificados de acordo com as variáveis extralingüísticas: sexo (feminino e masculino), faixa etária (de 10 a 19 anos), série (6º ano, 7º ano, 8º ano ou 9º ano do Ensino Fundamental) e tipo de escola (1, 2, 3, 4).

Para realizar a pesquisa durante o período desejado e cumprir os objetivos delineados estipulamos algumas etapas, antes de executarmos efetivamente a coleta de dados na rede pública de ensino de Florianópolis, que serão descritas a seguir.

1ª. etapa: Local a ser investigado – seleção de quatro escolas da rede pública de ensino de Florianópolis para fazer a pesquisa de campo.

2ª. etapa: Pesquisa de campo de dados de escrita – aplicação de uma atividade de produção textual (preferencialmente uma narrativa) a respeito de acontecimentos alegres, tristes, divertidos (e outros) da vida dos alunos vivenciados junto com outras pessoas, para se resgatar preferencialmente a 1ª pessoa do plural.

3ª. etapa: Pesquisa de campo de dados de fala⁸⁸ – realização de entrevista oral da mesma narrativa escrita de cada um dos mesmos alunos dessas escolas do ensino fundamental (5ª, 6ª, 7ª e 8ª série; ou 6º, 7º, 8º e 9º ano; de acordo com a Lei 11.274/06), a fim de recontar sua história para que esta sirva de comparação com a da história da modalidade escrita (as produções textuais).

4ª. etapa: Descrição e análise do material coletado – descrição e análise dos dados de fala e de escrita, comparativamente, para que se observe a variação pronominal em cada uma das situações de uso. Serão necessárias também a localização, codificação, digitação e quantificação dos dados.

Com a finalidade de analisar o uso “real” dos pronomes **nós** e **a gente** nos textos escritos e na fala dos alunos do segundo segmento do ensino fundamental, efetuamos a nossa pesquisa em quatro Instituições⁸⁹ de Ensino da rede pública de Florianópolis. Para tanto, selecionamos quatro escolas que se mostraram interessadas na pesquisa e tinham as condições mínimas de trabalho. Assim sendo, formamos um grupo de seis estudantes e uma professora e desenvolvemos um projeto de pesquisa e extensão⁹⁰, intitulado “Variação lingüística e ensino de gramática nas escolas do Ensino Fundamental: um estudo do paradigma pronominal”. Nesse projeto, eu e mais quatro estudantes realizamos coleta oral e escrita nas quatro escolas e

88 Uma vez que o objetivo da pesquisa sociolingüística é aproximar-se do vernáculo do falante, nossos encontros anteriores contribuíram para que ambos se conhecessem: pesquisadores e alunos. Esse fato contribuiu para que o aluno ficasse à vontade minimizando assim os efeitos do paradoxo do observador, qual seja, o de avaliar como as pessoas falam quando não estão sendo observadas, e, no entanto, só se poder obter tais dados mediante a observação (LABOV, 1972).

89 Agradecemos às quatro escolas integrantes desse estudo: E.E.B. Getúlio Vargas, PE. Anchieta, Lauro Müller e Silveira de Souza, por terem nos acolhido tão prontamente.

90 O encontro do grupo de pesquisadores que fizeram parte do referido projeto se deu nas dependências do VARSUL. Para proceder à coleta de dados contamos com a participação de um bolsista, três graduandas da área (voluntárias) e duas alunas pós-graduandas em Lingüística (dentre elas, eu), além da orientação da Profª Drª Izete L. Coelho. A equipe foi dividida em duplas, cada dupla composta por uma voluntária e uma pós-graduanda. O bolsista, sob a supervisão de uma pós-graduanda e orientadora, ficou responsável pela transcrição de dados da coleta oral. Para a discussão do arcabouço teórico utilizado e da metodologia de coleta de dados foram feitos encontros semanais. Esses encontros foram coordenados pela professora responsável pelo projeto. O banco de dados com as amostras de fala e escrita coletadas está sendo organizado e ficará à disposição para pesquisas no Projeto VARSUL, posteriormente. Agradeço a todas as pessoas do grupo pelo auxílio com a coleta de dados, pelas transcrições e pela amizade. Muito obrigada, Patrícia Floriani Sachet, Christiane Maria Nunes de Souza, Paula Trivella, Livia de Assis, Bruno Cardoso e Profª Izete L. Coelho.

outro estudante, um bolsista, realizou as transcrições a partir do manual que foi elaborado fundamentado no manual do VARSUL. Como meu interesse pela pesquisa era evidente acompanhei a pesquisa oral e escrita em todas as escolas e em cada uma das etapas.

5.3. A amostra utilizada

Inicialmente, iríamos analisar todas as amostras de fala e escrita das quatro escolas integrantes do Projeto. No entanto, acatando a sugestão da banca, efetuada na qualificação do Projeto de Dissertação, analisaremos todas as produções de texto referentes à escrita e apenas as narrativas orais de uma das quatro escolas, tendo em vista a demanda de tempo, as transcrições de fala e existência de várias pesquisas variacionistas a partir da fala, além de que poderíamos comprometer a qualidade da pesquisa em função da quantidade. Não é que uma pesquisa com uma grande quantidade de dados não seja bem-vinda, mas tendo em vista o tempo disponível para a análise, uma grande quantidade de dados poderia comprometer a minúcia com que se realizaria a análise.

Partimos de uma proposta de produção textual⁹¹ (narrativa pessoal) – solicitada aos alunos do segundo segmento do ensino fundamental (5^a, 6^a, 7^a e 8^a série), em que estes deveriam relatar a respeito de um momento marcante da vida deles, vivenciado, juntamente, com outras pessoas – para se resgatar, preferencialmente, a primeira pessoa do plural. De acordo com Labov (1972), os relatos sobre experiências vividas, sobretudo perigo de morte, fazem com que o falante não se preocupe com *como* falar e sim com *o que* falar, aproximando-se do vernáculo.

Realizamos a coleta de dados deste estudo do texto escrito na primeira quinzena do mês de julho e a coleta de dados do texto oral a partir da segunda quinzena do mês de agosto até o mês de outubro do ano de 2008 e acreditamos que um aspecto favorável a esta pesquisa foi o fato de a entrevistadora/pesquisadora já ter trabalhado nas escolas selecionadas.

Ratificando o que nos diz Tarallo (2004, p.27):

Seja qual for a comunidade, seja qual for o grupo, jamais deixe claro que seu objetivo é estudar a língua tal como é usada pela comunidade ou grupo. Se você inadvertidamente o fizer, ou mais grave ainda, se o fizer conscientemente, é muito

91 Edair Görski (professora integrante da banca de qualificação deste projeto de dissertação) sugeriu que talvez invertêssemos a ordem e realizássemos primeiramente a coleta das narrativas orais e, posteriormente, a escrita. Entretanto, a pesquisadora já havia realizado uma parte da pesquisa antes da qualificação, tendo alguns dados em mãos, e, inclusive, mencionou o fato para a banca que compreendeu. Além disso, como a pretensão era principalmente verificar o uso de a gente na escrita, continuamos a pesquisa desse modo. Enfrentamos, no entanto, alguns empecilhos durante a realização da coleta que foram contornados.

provável que o comportamento de seus informantes – já prejudicado pelo uso do gravador e por sua presença – se altere ainda mais, e a pesquisa, conseqüentemente, se torne ainda mais enviesada. Procure, portanto, colocar ao informante os objetivos de sua pesquisa fora do campo da linguagem. Lembre-se também de que, sendo a língua propriedade do grupo estudado, seus informantes poderão se sentir ameaçados e embaraçados.

Falamos aos alunos-informantes que estávamos na escola para desenvolver um trabalho para a Universidade Federal de Santa Catarina, visando à coleta de depoimentos de história de vida deles, tanto na coleta escrita quanto na falada, ou seja, nada referido à língua foi mencionado aos alunos.

5.4. Suporte quantitativo

A sociolinguística variacionista, também conhecida como “sociolinguística quantitativa” (TARALLO, 2006, p. 8), opera com resultados estatísticos de fenômenos variáveis. Esses resultados são fundamentados em uma teoria da probabilidade que, aplicada aos dados, permite avaliar as tendências quantitativas que atuam na variação/mudança de determinado fenômeno variável. Assim, a análise quantitativa fornecerá os percentuais, os pesos relativos e os grupos de fatores relevantes para a variação de **nós** e **a gente**, nosso objeto de estudo.

Para efetuar tal função, a sociolinguística variacionista se utiliza do Pacote Estatístico VARBRUL (Variable Rule Analysis), versão de 1988, desenvolvida por Susan Pintzuk e, ainda, outras versões. Entretanto, é essencial também a interpretação do pesquisador sobre os resultados para que efetue sua análise sociolinguística variacionista e compreenda o comportamento de determinado fenômeno linguístico.

5.5. O envelope de variação

Conforme Labov (2003 [1969], p. 241), as variantes não estão em variação livre, mas sim, influenciadas por fatores de natureza linguística ou social, isto é, por variáveis independentes. Nosso envelope de variação é constituído pela variável dependente **nós/ a gente** – nosso objeto de estudo – e por treze variáveis independentes; oito linguísticas e cinco extralinguísticas.

5.5.1. A variável dependente

Nossa variável dependente é constituída pelos pronomes pessoais de 1ª pessoa do plural: **nós** e **a gente**, na função de sujeito, como podemos verificar nos exemplos abaixo:

Transcrição de dados de escrita:

nesse mesmo dia **a gente** foi num teatro e **a gente** sentou do mesmo lado e **começamos** a fazer carinho aí dois dias depois **a gente** já **tavamos** bem amigos. Quando **a gente** **estavamos** indo embora rolou o primeiro beijo. E hoje **estamos** namorando. (72F3e)

(2) (eu + eles) **Pegamos** a bola, a bike e **fomos** até lá. **Nós entramos** sem permissão. Depois, **fomos** até a praia mas **jogamos** quebrando o pé mesmo assim. (83M3e)

Transcrição de dados de fala:

(3) F: Quase todo final de semana meu primo vem brincá comigo, às vezes eu vou na casa dele, e ele vai na minha também.

E: E aí? O que vocês fazem?

F: Às vezes a gente brinca de boneco, um monte de coisa.

E: Vão na praia ou não?

F: **A gente** vai na praia no verão quando tem sol. Quase sempre **a gente** vai um monte de vezes no shoppi, no circo também.

E: no circo? Legal. E onde que é o circo?

F: Ainda semana passada a gente foi nu brener.

E: No brener? Onde que é?

F: Lá perto do shoppi, em frente ao shoppi beira-mar e itaguaçu que tá o circo. (50M3f)

(4) F: É assim, meu pai **a gente** tava caminhando e **a gente** tava indo e tava chovendo...muito...aí...qué dizê...não tava chovendo, não tava né, mais tava chovendo, aí ele veio de moto, e **a gente ficamo** lá e aí meu pai voltou pra pegá a namorada dele de moto, porque ele tinha moto. Aí ele ia voltá, mais tava chovendo muito e eu ia durmi lá e **a gente foi** primeiro pro restaurante e o restaurante tava sem luiz e aí **a gente** teve que comê à luiz de vela, né. É piquinininha essa história, né, mais...aí demoro, **a genti pedimo**, aí voltou a Luiz e...aí ficô tudo bem, né...aí **a gente voltamo**, aí meu pai não chegô ainda aí eu tive que durmi lá.

E: Lá aonde?

F: Lá na minha tia.

F: **A gente** ia fica lá na minha tia.(inint) **a gente** tinha arrumado tudo né, aí meu pai ia vim aí tava chovendo muito, aí não deu, aí eu tive que durmi lá. Aí eli ficô sozinho cu a namorada dele.

E: E daí ficaram aonde? No restaurante, ou?

F: Não, **a gente ficamo** lá, **a gente ficamo** um pouco no restaurante e depois **voltamo** pra casa. (50F3f)

5.5.2. Variáveis independentes lingüísticas

Com base nos resultados de outros trabalhos inseridos na mesma temática (Cf. ALBÁN e FREITAS, 1991, FREITAS, 1991, ALBÁN et al., 1991, FREITAS, 1997, LOPES, 1993, 1998, 2007, MACHADO, 1995, OMENA, 1998, 2003, ZILLES, MAYA e SILVA,

2000, ZILLES 2005, 2006, 2007, MENON, LAMBACH e LANDARIN, 2003, BORGES, 2004, FERNANDES, 2004, SILVA, 2004 e VIANNA, 2006) estabelecemos um vasto leque de condições lingüísticas e extralingüísticas para a descrição do fenômeno em estudo na escrita e na fala de alunos do segundo segmento do ensino fundamental de Florianópolis.

As variáveis independentes abrangem um conjunto de fatores que norteiam a variável dependente, a partir de constatações de que fatores extralingüísticos (externos/sociais) e lingüísticos (internos/estruturais) têm sido pertinentes aos estudos variacionistas, operando como condicionadores em várias pesquisas.

O uso de **nós** e **a gente** pode estar correlacionado às seguintes variáveis lingüísticas: **a) preenchimento do sujeito:** preenchido e nulo; **b) marca morfêmica** (-mos, Ø); **c) referência nós /a gente** (eu + interlocutor, eu + 3ª pessoa, eu + eu genérico); **d) paralelismo formal: paralelismo 1 (sujeito-sujeito):** a gente/nós... 0; a gente/nós... a gente; a gente/nós... – mos; a gente/nós... nós); **paralelismo 2 (com clíticos: sujeito-objeto):** a gente... nos/se; a gente/nós... (d) a gente (com a gente); a gente/nós... nós (de nós, com nós, para nós, conosco); e, **paralelismo 3 (com possessivos: sujeito-adjunto adnominal):** a gente/nós... nosso (s); a gente/nós... (d) a gente; **e) saliência fônica**⁹² (do grau 1 ao grau 6); e, **f) tempo verbal:** presente do indicativo (estudo), pretérito imperfeito do indicativo (estudava), pretérito perfeito do indicativo (estudei), pretérito + que perfeito do indicativo (estudara), futuro do presente do indicativo (estudarei) e futuro do pretérito do indicativo (estudaria) e outros.

5.5.3. Variáveis independentes extralingüísticas

Variáveis independentes sociais ou extralingüísticas são aquelas que levam em consideração os aspectos socioculturais dos informantes. Segundo Tarallo (op. cit., p. 46):

Tudo aquilo que servir de pretexto e co-texto à variável (isto é, tudo aquilo que não for estritamente lingüístico) poderá ser relevante para a resolução de seu “caso”. A formalidade vs a informalidade do discurso, o nível socioeconômico do falante, sua escolaridade, faixa etária e sexo poderão ser considerados como possíveis grupos de fatores condicionadores.

Variáveis externas têm se mostrado significativamente influentes em diversos estudos já realizados em sociolingüística. Podemos mencionar trabalhos em que fatores externos ao ambiente lingüístico, como a escolaridade e o sexo mostram-se relevantes,

⁹² Para discutir essa variável, utilizaremos, em especial, as propostas de Omena (1986, 1998) e Lopes (1993).

inclusive sendo determinantes para a seleção do objeto em estudo, como é o caso da referência variável da primeira pessoa do discurso no plural (Omena 1986), *nós* e *a gente* no português falado culto do Brasil (LOPES, 1998), a concordância nominal (SCHERRE, 1988), dentre outros.

Para a nossa análise, elencamos, inicialmente, como grupos de fatores extralingüísticos: **a) série** (5ª série, 6ª série, 7ª série e 8ª série); **b) idade** (de 10 anos a 19 anos); **c) sexo** (feminino e masculino); **d) escola**⁹³ (Getúlio Vargas, Pe. Anchieta, Lauro Muller e Silveira de Souza) e **e) fala e escrita**.

As variáveis lingüísticas e extralingüísticas descritas serão detalhadas nas seções seguintes.

5.5.4. Testes

Em função do grande número de uso do pronome **a gente** (tanto com morfema \emptyset quanto com morfema *-mos*) na fala dos alunos do segundo segmento do ensino fundamental optamos pela constituição de um elemento complementar ao nosso estudo, os testes de avaliação subjetiva, com o objetivo de avaliar o uso “consciente” dessas formas pelos alunos. De acordo com Labov (2001, p.193-197), esses testes nos permitem identificar as reações subjetivas dos falantes em relação à variação/mudança lingüística. Podemos destacar os testes: (i) *self report test*⁹⁴; (ii) *family background test*⁹⁵; e (iii) *matched guise test*⁹⁶. (SEVERO, 2008, p. 6)

É ao (i) *self report test* que recorreremos a fim de submeter à avaliação dos alunos frases com a presença das variantes em jogo, **nós** e **a gente**, para que assinalassem aquelas que se aproximam da utilização freqüente deles no cotidiano e aquelas que se empregam em situações formais e situações freqüentes de uso no cotidiano.

⁹³ Nossa pesquisa está focando *um tipo de escola* e não *a escola*, tomada abstratamente. O fato de prevalecerem, em sua amostra, escolas de desprivilegiamento econômico demonstra que estamos trabalhando com escolas de nível socioeconômico desfavorecido.

⁹⁴ Teste da própria pessoa, uma espécie de “auto relatório” das formas que usa, aprecia: neste os alunos devem escolher, dentre algumas variantes lingüísticas, aquelas que se aproximam da utilização freqüente deles, no entanto, geralmente quem é submetido a este teste costuma adotar nas respostas o uso das formas próximas às de prestígio, ou seja, bem reconhecidas.

⁹⁵ Teste de antecedentes familiares: é verificado o quanto os indivíduos conseguem identificar dialetos diferentes.

⁹⁶ Teste de aparência: visa identificar atitudes inconscientes dos sujeitos no tocante à língua.

Elaboramos testes de avaliação subjetiva⁹⁷ e o aplicamos para os alunos das mesmas turmas em que realizamos coleta de dados de escrita e fala. Organizamos o controle social dos testes com base em: idade (que corresponderá à faixa etária controlada neste estudo: 10-14 anos e 15-19 anos), sexo (homens e mulheres), escolaridade (5^a, 6^a, 7^a e 8^a série do ensino fundamental), cidade onde nasceu, cidade onde vive atualmente⁹⁸ e, por fim, escola onde estuda – para controle nosso, pois temos quatro escolas para categorizar.

A aplicação dos questionários foi realizada durante o 2º semestre de 2008, na Escola de Educação Básica Lauro Müller (escola 3), situada no bairro centro de Florianópolis.

Em todas as situações de aplicação dos testes, buscamos executar os mesmos métodos: (i) os alunos recebiam a folha do teste, (ii) líamos com eles todas as questões e explicávamos que deveriam responder às questões tentando reproduzir a fala em seu dia-a-dia (e não a escrita), e (iii) os alunos realizavam a leitura e o preenchimento dos mesmos, sempre sob supervisão da pesquisadora. Desse modo, os alunos eram levados a entender que a finalidade principal da pesquisa era verificar as preferências estilísticas de cada um na fala cotidiana, independentemente do que se apregoa no ensino tradicional.

Em tal teste, realizamos algumas perguntas sobre o uso de **nós** e **a gente**, proporcionando cinco opções diferentes de respostas para o aluno assinalar, podendo ele escolher mais de uma opção se desejasse.

Vianna (2006) também aplicou testes em seu estudo, porém ao contrário do nosso, seu teste visava a modalidade escrita e não a falada e ela pretendia levantar dados de estrutura predicativa que aparecem pouco nas entrevistas. A amostra da autora foi constituída por 104 testes de avaliação subjetiva⁹⁹, sendo os testes aplicados com informantes de menor grau de escolaridade: 49 informantes do sexo feminino e 55 informantes do sexo masculino. A organização de tal *corpus* baseou-se em: estratificação: sexo (homens e mulheres), faixa etária (15-25 anos, 26-49 anos e mais de 50 anos) e escolaridade (5^a e 8^a séries do ensino fundamental e 1º e 3º anos do ensino médio).

No capítulo 6 discutiremos mais detalhadamente sobre os resultados dos nossos testes e faremos comentários sobre os nossos resultados e os de Vianna (2006).

97 O modelo do teste aplicado nas salas de aula com os alunos de 5ª a 8ª séries encontra-se em anexo. (ANEXO 1)

98 Pedimos essas informações para confrontar com os resultados dos dados de escrita e fala e também com os resultados do teste de avaliação, uma vez que algum aluno possa ter nascido em outra região e vindo para Florianópolis, posteriormente, e para conferir se a maioria dos alunos, de fato, era de Florianópolis.

99 O modelo do teste aplicado por Vianna se encontra no ANEXO 2.

Passemos agora à discussão detalhada das variáveis independentes (lingüísticas e extralingüísticas) controladas neste estudo.

5.5.5. Preenchimento do sujeito

Nosso intuito é o de verificar se os pronomes **nós** e **a gente** na escrita formal, presente nas produções de textos dos alunos, bem como na fala estão sendo preenchidos ou nulos. O uso de **a gente** na função de sujeito (em geral, preenchido, como vários estudos já mostraram) já está evidenciado na fala, como já comprovaram algumas pesquisas com a finalidade semelhante no que se refere à questão do preenchimento ou não do sujeito, como as de Duarte (1993 e 1995) e de Costa (2003). Além do uso de **a gente** na fala, pretendemos também verificar a sua utilização na escrita.

Nas palavras de Duarte (1993), um dos assuntos que mais se têm tratado dentre os pesquisadores diz respeito à “relação direta entre a riqueza flexional dos paradigmas verbais de uma língua e a possibilidade de omissão do sujeito em sentenças finitas.” A autora (1993, p. 107) diz que, de fato, a mudança que se observa no PB parece estar evoluindo de uma marcação positiva para uma marcação negativa do parâmetro *pro-drop*, coincidindo, assim, com uma significativa redução ou simplificação nos paradigmas flexionais. A entrada do **a gente** no paradigma pronominal, segundo a autora, contribuiu para a empobrecimento ou enfraquecimento do paradigma flexional, pois o **a gente** é acompanhado com verbo na terceira pessoa do singular (P3), por exemplo, **a gente canta**, ao contrário de **nós** que é acompanhado com verbo na primeira pessoa do plural (P4), por exemplo, **nós cantamos**. Discutiremos ainda mais sobre este assunto no Capítulo 6 subsequente.

Estudamos, dessa maneira, formas presentes na língua que o falante pode eleger e usar para referir-se à primeira pessoa do plural: sujeito nulo e sujeito preenchido.

(5) [...] **nós convencemos** ela a continuar (84F4e)

(6) [...] **a gente ficou** feliz. (53F1e)

(7) [...] quando **fomos** tomar banho de chuva, a chuva parou. (72M1e)

Estudos já realizados sobre o preenchimento do sujeito pronominal no PB parecem apontar que o sujeito nulo é cada vez menos uma característica de nossa língua. Porém, resta-nos saber se a mudança que vem se estabelecendo na fala do PB já está sendo observada na escrita formal. Sabe-se que a distância entre as modalidades de escrita e fala é

enorme, uma vez que há diferentes níveis de formalidade, tanto na fala quanto na escrita, e que as produções de texto realizadas na escola são elaboradas, normalmente, com atenção à norma culta. Acreditamos na hipótese de que haverá mais predominância de sujeito preenchido com o pronome **a gente** (pois este pronome acompanha o verbo na 3ª pessoa do singular – P3) do que com o pronome **nós**, tanto na fala quanto na escrita. E provavelmente o pronome **nós** virá com sujeito nulo, uma vez que o **nós**, em geral, acompanha o verbo na 1ª pessoa do plural – P4, com morfema distintivo de primeira pessoa *-mos*.

5.5.6. Marca morfêmica

Um aspecto evidenciado no PB se refere ao fato de o pronome **a gente** estar associado semanticamente com morfema do verbo no plural, ou seja, podemos encontrar na língua, como mostram os trabalhos de Omena (1986); Menon (1995) e Naro et al. (1999), exemplos de fala como: **a gente dançamos**, **a gente fomos**, entre outros.

Por isso elencamos esta variável, “marca morfêmica”, que diz respeito à análise da marca de concordância presente nas formas verbais dos verbos que acompanham o pronome **nós** ou o pronome **a gente** nesta pesquisa. Foram controladas as possíveis estratégias de concordância de **nós** e **a gente**: *-mos* e \emptyset (zero).

Entre falantes cultos, Lopes (1999) localizou somente duas estratégias de concordância verbal com as formas **nós** e **a gente**. Naro et al. (1999), ao investigarem o fenômeno da saliência fônica na concordância verbal entre as variantes **nós** e **a gente**, assinalaram construções como: **a gente falamos** e **nós fala**. Borges (2004, p. 35), citando Nascentes (1953), destaca que o falante, ao usar construções como “**a gente vamos**”, concorda com o referente semanticamente, visto que tem em mente o *eu*, pessoa que fala, somado a outra(s) pessoa(s), evidenciando, portanto, um plural associativo.

Menon, Lambach e Landarin (2003, p. 99) estudaram a concordância verbal, a fim de mostrar a concordância chamada de não-canônica, “isto é, a forma verbal com morfema *-mos* acompanhada do pronome **a gente**, ou a forma verbal não-marcada acompanhada do pronome **nós** (como em *nós vai*)”. As autoras encontraram um único exemplo de não-concordância: “*A gente não somos ladrões*” (Irmãos Metralhas), sendo que o **a gente não somos ladrões** foi “colocado, como previsível, na boca de pessoas que seriam catalogadas como passíveis de usarem essa não-concordância: os ladrões”. (MENON, LAMBACH e LANDARIN, 2003, p. 99). Com relação às estratégias “não-padrão”, Vianna (2006) em seu

estudo encontrou pouca combinação de **a gente** com verbo em P4. Já entre falantes não-cultos, a autora (2006) baseada nas amostras do Projeto Censo/Peul-RJ, constatou a possibilidade de cinco estratégias diferentes de concordância no tocante à pessoa formal (nós + P4, nós + P3, a gente + P3, a gente + P4, a gente + P6), embora tenha predominado a combinação de **a gente** com verbo em **P3** e de **nós** com verbo em **P4**.

Os resultados desses estudos serviram para estabelecermos a seguinte hipótese a ser testada: a combinação de **a gente** com verbo em P3 e da forma pronominal **nós** com verbo em P4, provavelmente, é majoritária nos dados, inclusive pela influência da escola, visto que houve a aplicação de uma atividade escrita no ambiente de sala de aula e uma gravação de fala (entrevista) em algum espaço localizado no ambiente escolar. Além disso, esses resultados também serviram para constatarmos que a concordância de **a gente** com P3 evidencia que formas gramaticalizadas não perdem inteiramente as suas propriedades originais, destarte, **a gente** mantém a possibilidade de concordância verbal com a 3ª pessoa do singular e a pluralidade inerente ao nome coletivo **gente**.

Abaixo seguem alguns exemplos com base nos dados de fala e escrita encontrados em nossa pesquisa:

Dados de escrita

(8) Nós + P3

"[...] quando nos estava quache chegado" (65M1e)

(9) Nós + P4

"[...] Quando nós participamos de campeonato." (52F1e)

(10) A gente + P3

"[...] agente liga muito um pro outro...." (86F2e)

(11) A gente + P4

"[...] na ora que agente entramos." (54M1e)

Dados de fala

(12) Nós + P3

Aí nós tava no campo, aí fizeram gol, (51M3f)

(13) Nós + P4

Nóis pulamos tudo pra tentá pegá o remo (62M3f)

(14) A gente + P3

A gente vai na praia no verão quando tem sol. (50M3f)

(15) A gente + P4

daí depois **a gente jogamo** outro dia com eles, (52M3f)

5.5.7. Referência nós /a gente

As estratégias de designar referentes, como são os casos dos pronomes **nós** e **a gente**, são interessantes de serem observadas porque abarcam *multissignificações* no desenrolar de atividades comunicativas. Na realidade, o que se observa na fala é que uma mesma forma pronominal pode abarcar uma variedade de referenciais, específicos e genéricos, elaborados nas negociações entre interlocutores, podendo designar o mesmo objeto ou, em certos casos, a entidade pode se tornar tão imprecisa que sua referência propicia inúmeras interpretações. (SILVA, 2004, p. 80)

Nos estudos a respeito da variação dos pronomes **nós** e **a gente**, costuma-se verificar esta variável pelo pressuposto de que a referência pode contribuir para a mudança de uma forma ou para a explicitação do pronome sujeito. Pretendemos verificar (junto à variável paralelismo formal) se a mudança de referente em uma seqüência discursiva sugere a alteração de uma ou outra forma pronominal. Como discutido em Silva (2004, p. 94), esses pronomes “são considerados uma das estratégias de designação referencial, podendo veicular, no desenrolar de práticas discursivas, vários referentes”. De acordo com Omena (2003, p. 68):

O que desencadeia a variação entre *nós/a gente* é o acréscimo do traço de primeira pessoa ao SN que estava passando de substantivo coletivo a pronome. Presentemente, são ainda traços semânticos de número e indeterminação, conservados na forma gramaticalizada, que apresentam sinais de mudança. Na década de 1980, percebeu-se que esses traços do substantivo primitivo *gente* influenciavam na escolha da forma de referência à primeira pessoa do plural, sendo o efeito do número dos referentes sobre as formas mais tênue do que o do traço de indeterminação. Os pesos relativos indicavam que os falantes usavam mais a forma *a gente* quando se referiam a um grupo grande pessoas (507/5777=88%.65), enquanto diminuía seu uso na referência a grupos pequenos e intermediários (493/717=69%.38). Nos registros de 2000, a relação permanece, mas a diferença percentual entre elas não é estatisticamente relevante.

Segundo pesquisas variacionistas, como as de Lopes (1993), por exemplo, observamos que o pronome **a gente** é mais usado como genérico enquanto o **nós** é utilizado para codificar referenciais determinados. Em sua pesquisa, o efeito do grau de determinação/indeterminação da referência na variação de **nós** e **a gente** é controlado em dois grupos de fatores distintos: *eu-ampliado* e *tamanho do grupo*. No primeiro caso, o grau de maior ou menor determinação do referente é constituído em função do caráter mais ou menos inclusivo do *eu*, e, no segundo, a autora estabelece a noção de grupo pequeno ou grupo grande de indivíduos. Para Lopes (1998, p. 415):

o falante utiliza preferencialmente o pronome *nós* 1) para se referir a ele mesmo e mais o interlocutor (eu+você) (.91), ou a (eu+ele) “não-pessoa” (.87): referente [+perceptível] e [+determinado]. No momento em que o falante amplia a referência, indeterminando-a, há maior favorecimento para a forma *a gente* (.65), de maior grau de impessoalidade.

Todavia, pesquisas mais recentes como as de Omena (2003) apontam uma forte tendência do emprego de **a gente** como específico/determinado. Com base em estudos como

os supracitados, Borges (2004) julga que quanto maior for o nível de especialização de **a gente** mais específico será o seu emprego como pronome pessoal (especializado), como, por exemplo: eu/emissor. Silva (2004) constatou a atuação de **nós** e **a gente** em dois campos semânticos opostos, conforme apontaram os resultados do grupo de fatores *multiplicidade referencial* e outras pesquisas afins, como as de Omena (2003) e Borges (2004). Outro objetivo foi ainda alcançado por Silva (2004), o de caracterizar as expressões de sujeito **nós** e **a gente** como *multirreferenciais*. Segundo a autora, no desenrolar de um evento comunicativo, **nós/a gente**, como expressões de sujeito, podem assinalar generalizações, inferíveis pelo conjunto de informações expresso no contexto, e, também, **nós/a gente** designam referenciais específicos como: [eu/emissor], [eu+tu], [eu+ele(s)].

Os resultados do grupo de fatores *multiplicidade referencial* de Silva (2004, p. 130) atestam a atuação de **nós** e **a gente** em campos semânticos opostos, ora designando entidades específicas, ora genéricas. A autora salienta (2004, p. 130) que:

Cabe ressaltar que a expressão de sujeito *a gente*, de origem substantiva indeterminadora, passou para a categoria de pronome, atuando, primeiramente, como indeterminado. No entanto, de acordo com os resultados obtidos neste trabalho, a forma em questão avança cada vez mais no campo da determinação referencial, designando eu/emissor e eu+tu. Já no campo oposto, *a gente* atua com uma frequência de uso de 56%, obtendo uma probabilidade de ocorrência de 0,58, uso e tendência considerados moderados, indicando estabilidade entre a variação de *nós* e *a gente* no que concerne a referenciais genéricos.

Os trabalhos mostram que os pronomes **nós** e **a gente**, por atuarem em campos semânticos distintos, possuem a peculiaridade de serem *multirreferenciais*. Para chegar-se à *multirreferencialidade* foram também constatadas, nos dados em análise, as variantes **nós/a gente** na posição de sujeito, segundo os referentes: (i) eu + tu; (ii) eu + tu + ele; (iii) eu + ele; (iv) eu + eles; (v) eu; e (vi) eu genérico.

Entretanto, ao realizarmos a primeira rodada, algumas referências apresentaram *KNOCKOUT* e, portanto, não foram encontradas, então, efetuamos amálgama que resultou em:

- a) eu + interlocutor
- b) eu + 3ª pessoa
- c) eu genérico

Nossa hipótese é a de que encontraremos em nossos dados um uso maior de **a gente** expressando “eu + 3ª pessoa”, uma vez que tanto a proposta escrita quanto a falada consistia no relato de experiências pessoais do estudante vividas com outras pessoas.

A seguir há exemplos referindo-se a esta variável:

(16) eu + interlocutor¹⁰⁰

Eu e minha mãe **nós tavamos em casa** e minha mãe me disse que queria ir no centro de tarde e me convidou daí eu não queria muito ir e daí perguntei pra ela:

_Mãe **agente** vai em algum lugar? E ela disse:

_**Vamos** então em uma loja ou mercado mais **agente** pode esperar até a 14:00 hs se não parar de chover não **vamos** ir. (62F4e)

(17) eu + 3ª pessoa

Eu tina acabado de saís da iscola e fui para casa quando meu pai e minha mãe disserão:

_**Nós vamos** empacotar as coisas amanhã! Eu sabia que **a gente ia** se mudar mas não que **iriamos** empacotar as coisas amanhã, então **tivemos** que faltar a aula [...] (50M1e)

(18) eu genérico

eu fui no banco com a minha tia aí ela foi trocá um cheque e quando chego a hora de trocá o cheque o cara perguntô se ela queria trocá em forma de dinheiro, aí ela pego e disse que queria: claro não mas eu troco em forma de cliques de papel! Aí ele disse que ela tava sendo grossa e ela disse assim:

_Depois **a gente** que é loira! (84F3f)

5.5.8. Paralelismo formal

A variável paralelismo define-se como a tendência de o falante repetir uma mesma forma em uma seqüência discursiva, “seja dentro de uma sintagma, seja entre orações, por influência, dependendo do fenômeno, de fatores pragmático-discursivos (LOPES, 1998, p. 413). Desta maneira, a preferência por uma determinada forma lingüística deve exercer influência sobre as demais. Esta variável, atualmente é considerada em diversas pesquisas variacionistas de fenômenos lingüísticos do português (OMENA, 1986, 1998; LOPES, 1993, 1998; MACHADO, 1995; e outros).

Acreditamos que uma vez escolhida dada forma, igualmente, o falante irá repeti-la, sobretudo se o referente não mudar. Segundo Omena (2003, p. 72),

uma vez que usou a forma *a gente* e vai nomear o mesmo referente (*a gente*, referente igual), o falante a repete, [...], ao contrário, se a forma usada antes foi *nós* e o falante continua a referir-se ao mesmo grupo (*nós*, referência igual), a probabilidade é que ele siga usando *nós*.

Partimos, então, da hipótese de que a primeira ocorrência de um pronome condicione as seguintes, desencadeando, portanto, uma série de repetições da mesma forma

¹⁰⁰ Não controlamos a diferença entre discurso direto (DD), informante + 3ª pessoa, e discurso indireto (DI), narrador + 3ª pessoa.

pronominal. Assim sendo, se o falante der início a uma seqüência discursiva usando o sujeito **nós**, é possível que continue a utilizá-la nas proposições subseqüentes, seja de modo implícito ou explícito. Do mesmo modo, se o falante escolher o sujeito **a gente**, tenderá a empregá-lo em seguida.

Para a análise desta variável valemo-nos de três tipos de paralelismo, como observamos a seguir¹⁰¹:

Paralelismo 1 (sujeito-sujeito): (i) a gente/nós... 0; (ii) a gente/nós... a gente; (iii) a gente/nós... –mos; e, (iv) a gente/nós... nós.

Paralelismo 2 (com clíticos: sujeito-objeto): (i) a gente/nós... nos/se; (ii) a gente/nós... (d) a gente (com a gente); e, (iii) a gente/nós... nós (de nós, com nós, para nós, conosco).

Paralelismo 3 (com possessivos: Sujeito-Adjunto Adnominal): (i) a gente/nós... nosso (s); e, (ii) a gente/nós... (d) a gente.

Podemos verificar no trecho a seguir, a ocorrência de paralelismo formal¹⁰² na fala de um aluno de 12 anos da quinta série durante a entrevista com a pesquisadora:

(19) E: Então vamos lá, o Droguebe...é Droguebe como se fala? Não sei, é Droguebe como se fala? Comé qué o nome?

F: Drogba.

E: Tá. Doze anos o Drogba? Doze anos, Drogba? Quinta série três. Então tá, o Drogba vai contá umas história aí pra gente.

F: Porque **a gente** sempre **jovava**...e toda a nossa educação física **a gente joga, a gente ia** jogá co'alguma outra turma, né, e teve uma vez que **a gente jogamo** contra a sexta e **ganhamo** da sexta de um a zero. Daí, (passô os dia), **a gente começamo** abusar deles, falar um monte que **nóis ganhamos**, daí depois **a gente jogamo** outro dia com eles, daí **nóis perdemo**, aí foi a vez deles se realizar.

E: Daí vieram falar pra vocêis? Fazê brincadeira

F: Daí...**a gente...começô** a fazê c'outra turma.Daí **a gente jogamo** contra a quarta. Daí a quarta é fácil, **ganhamo** várias, só uma que nosso time bobê e eles empataro.

E: E daí? Vão jogá mais alguma agora?

F: **Vamo** tentá, se a professora deixá.

E: Bem, legal então! Obrigada Drogba. (52M3f)

Nesse exemplo em questão, o aluno escolhe o **a gente**, na maioria das vezes, como 1ª referência para designar seus amigos do time de futebol, incluindo-se nesse contexto. Na seqüência do discurso, utiliza novamente o **a gente**, e assim sucessivamente (repete a

101 Inicialmente testamos ocorrências bem minuciosas para ambos os paralelismos, porém ocorreram *KNOCKOUTS* e, então, realizamos os amálgamas que resultaram nestas ocorrências expostas e exemplificadas. (Anexo 3).

102 Não controlamos o paralelismo referencial, apenas o paralelismo formal.

forma). Utiliza, posteriormente a marca morfêmica *-mos* com o pronome **a gente**, e emprega apenas duas vezes o **nós**, sendo o primeiro precedido e seguido de **a gente**.

5.5.9. Saliência Fônica

O princípio da saliência fônica já foi testado em diversos trabalhos variacionistas (FERNANDES; GÖRSKI, 1986; OMENA, 1986, 1998, 2003; NARO et. al, 1999; SCHERRE, 1988; LOPES, 1993, entre outros). Segundo Zilles e Batista (2006, p. 105), o papel da saliência fônica define-se como o de uma “hierarquia das formas verbais em função do contraste entre a forma com a desinência e a 3ª pessoa do singular”. De acordo com Lopes (1993, p. 57), a saliência fônica consiste, fundamentalmente:

Entre duas formas niveladas, que se opõem, é mais provável a manutenção dessa oposição quando existe, entre elas, uma diferenciação fônica acentuada. Caso contrário, ou seja, quando for menor essa distinção, há uma tendência de se neutralizar a oposição e prevalecer o uso de apenas uma das formas. (LOPES, 1993)

Os trabalhos que analisaram o condicionamento da saliência na variação entre **nós** e **a gente**, segundo Lopes (1993) geralmente baseiam-se no quadro descritivo proposto por Naro e Lemle (1977) e/ou Fernandes e Görski (1986), realizando algumas adaptações na escala gradual. A escala, ora apresentada, discute esta variável, utilizando, em especial, as propostas de Omena (1986, 1998) e Lopes (1993) e esta é subdividida em vários níveis de diferenciação fônica. Esses graus estão descritos sucintamente no quadro 1¹⁰³.

¹⁰³ Omena (1986) e Lopes (1993) propuseram ainda os graus 6 e 7. Mas estes não obedecem ao grau máximo de saliência, e sim, aos menores graus de diferenciação fônica entre P3 e P4. O grau 6 corresponde às formas do infinitivo (acréscimo da desinência *-mos*) que atrelamos ao grau 1 em nosso estudo e o grau 7 se refere ao gerúndio que apresenta a mesma forma para ambas as pessoas, entretanto não houve nenhum caso de gerúndio nesta pesquisa, por esse motivo não o incluímos na tabela 21.

Quadro 1: Níveis da saliência fônica¹⁰⁴

Níveis	Exemplos	Descrição
Grau 1	falava/falávamos; fosse/fôssemos; ir/irmos; cantar/cantarmos.	Conservação da sílaba tônica e acréscimo da desinência verbal <i>-mos</i> .
Grau 2	fala/falamos; conversa/conversamos; pôde/pudemos.	Não há coincidência entre a sílaba tônica das duas formas: a vogal temática é acentuada na forma plural, enquanto no singular o acento recai no radical do verbo (formas do presente e alguns casos do pretérito perfeito)
Grau 3	está/estamos; faz/fazemos; vê/vemos.	Engloba os casos dos monossílabos tônicos ou oxítonos no singular, que ao receberem a desinência <i>-mos</i> passam a paroxítonos. Em ambas as formas não se altera a posição da sílaba tônica (tempo presente).
Grau 4	vai/vamos; partiu/partimos; comeu/comemos; foi/fomos; pediu/pedimos.	Formas em que o ditongo se desfaz com a mudança da desinência para <i>-mos</i> ¹⁰⁵ .
Grau 5	falou/falamos; passou/passamos; brincou/brincamos; voltou/voltamos.	Formas que apresentam alomorfa da vogal temática na 3ª pessoa do singular e que recuperam sua vogal temática com o acréscimo da desinência <i>-mos</i> .
Grau 6	é/somos; veio/viemos; teve/tivemos.	Diferenças fonológicas acentuadas entre o singular e o plural.

De acordo, Omena (1998, p. 69):

O pronome de primeira pessoa do plural *nós* (ou *a gente*) pode combinar-se com núcleo verbal que tem a forma mais ou menos saliente. Assim, há maior probabilidade de ocorrência de *a gente* em construções como:

1. Quer dizer que *a gente fica* assim mais, né? Sobressaltada?

do que em:

2. Quer dizer que *a gente é* jogador de futebol.

Há menos distância fonética entre *a gente fica X nós ficamos* do que entre *nós somos X a gente é*. A diferença entre *fica* e *ficamos* é apenas a do acréscimo de uma sílaba, o que propicia maior substituição de *nós* por *a gente*. *É* e *somos* são formas completamente diferentes, tornando menos provável a ocorrência de *a gente*.

Considerando os resultados de alguns estudos, postulamos a hipótese a seguir: os níveis de saliência fônica mais baixos (1, 2 e 3) propiciam a preferência de **a gente**, enquanto

¹⁰⁴ Para discutir essa variável, utilizaremos, em especial, as propostas de Omena (1986, 1998) e Lopes (1993).

¹⁰⁵ Alguns autores não separam os graus 4 e 5.

os níveis mais altos de saliência (4, 5 e 6) favorecem o emprego de **nós** (OMENA, 1986; LOPES, 1993; MACHADO, 1995; entre outros).

Entretanto, ao realizarmos a primeira rodada, alguns graus apresentaram *KNOCKOUT* e, por isso, efetuamos amálgamas, unindo os graus 1, 2 e 3, de um lado, e os graus 4, 5 e 6 de outro, como podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 19: Graus de saliência utilizados no estudo

GRAUS	Saliência fônica
1	<p>grau 1: falava/falávamos; fosse/fôssemos; ir/irmos; cantar/cantarmos.</p> <p>grau 2: fala/falamos; conversa/conversamos; pôde/pudemos.</p> <p>grau 3: está/estamos; faz/fazemos; vê/vemos.</p>
2	<p>grau 4: vai/vamos; partiu/partimos; comeu/comemos; foi/fomos; pediu/pedimos.</p> <p>grau 5: falou/falamos; passou/passamos; brincou/brincamos; voltou/voltamos.</p> <p>grau 6: é/somos; veio/viemos; teve/tivemos.</p>

A seguir há exemplos retirados dos nossos dados referindo-se a esta variável, depois dos amálgamas:

(20) grau 1

[...] e de tão triste que **a gente tava** que nem comemoramos o aniversário da minha tia e depois de um mês a miha prima nasceu aí sim a gente ficou feliz. (53F1e)

(21) grau 2

Eu, Luan estava indo para o sítio do meu amigo, junto com meu pai. Lá foi muito legal tomamos banho de pecina e muito mais. No outro dia meu pai de cavalo no mercado e eu o pai do meu amigo **fomos** de carro **agente fomos** descer um morro muito alto. (51M1e)

5.5.10. Tempo verbal

Em muitos estudos a respeito da variação entre **nós** e **a gente**, tanto baseados em amostras de fala de informantes cultos (LOPES, 1993; ZILLES; BATISTA, 2006) quanto em amostras de fala de informantes pouco escolarizados (OMENA, 1986, 1998; FERNANDES e GORSKI, 1986; MACHADO, 1995, e outros), esta variável é geralmente avaliada.

Omena (1986, 1998) apontou que o pretérito imperfeito, o presente e as formas nominais igualmente favorecem o uso de **a gente**, enquanto o futuro e o pretérito perfeito favorecem a utilização de **nós**.

Lopes (1993), baseada na amostra NURC, chegou à conclusão semelhante ao que foi assinalado por Omena (1986, 1998) – esta analisou indivíduos com menor grau de escolaridade em relação àquela. O tempo verbal no estudo de Lopes (1993) mostrou-se um dos fatores lingüísticos mais significativos. As maiores probabilidades para o uso de **nós** ocorreram com o pretérito perfeito, totalizando 94% (.90) “e com os tempos que se caracterizam pelo fato de apresentarem maior número de marcas” (LOPES, 1993, p. 47). De acordo com Lopes (1993, p. 47):

Conforme o emprego das formas verbais se dilui ou se amplia, há maior uso de *a gente*, pelo *seu* caráter amplo e indefinido. O presente do indicativo, que pode ser utilizado para indicar acepções excepcionais, apresentando conotações outras a par do *seu* sentido fundamental, como habitualidade, momentaneidade, passado, futuro, equivaleria aos tempos não marcados, justificando a sua combinação com a forma *a gente* (.60).

Embora em Omena (1986) e Fernandes & Gorski (1986) o pretérito imperfeito seja mais utilizado com *a gente*, em nossos resultados, houve um ligeiro favorecimento para o pronome *nós* (66% - .58).

Já com relação ao infinitivo e gerúndio, Lopes (1993) observou maior incidência no uso da forma **a gente**, resultando em .65 para o infinitivo e em .75 para o gerúndio.

Destaca-se que essa relação entre a forma pronominal e o tempo verbal também sucede em função da interferência de outros fatores, como, por exemplo, o fator “saliência fônica das formas verbais”, o que nos motiva a pensar na realização de um cruzamento dessas ao final das rodadas, e até mesmo em rodadas diferentes, tomando ora saliência, ora tempo verbal como variável. Foi o que fizemos na análise que será descrita na capítulo 6.

Nossa expectativa é de que formas verbais morfologicamente mais marcadas (pretérito perfeito e futuro) favoreçam o emprego de **nós**, enquanto formas verbais menos marcadas (presente e pretérito imperfeito) condicionam o uso de **a gente**. (Cf. OMENA, 1986, 1998; LOPES, 1993; MACHADO, 1995; VIANNA, 2006; entre outros).

Com base nas leituras supracitadas, foram controlados os seguintes tempos verbais:

Presente do indicativo = estudo

Pretérito imperfeito do indicativo = estudava, queríamos

Pretérito perfeito do indicativo = estudei

Pretérito + que perfeito do indicativo = estudara

Futuro do presente do indicativo = estudarei

Futuro do pretérito do indicativo = estudaria

Outros = estudando etc.

Entretanto, assim como ocorreu com a saliência fônica do verbo, ao efetuarmos a primeira rodada, alguns tempos verbais apresentaram *KNOCKOUT* e, deste modo, tivemos que realizar os amálgamas que resultaram em: a) presente do indicativo (estuda), b) pretérito perfeito do indicativo (estudou) e c) pretérito imperfeito do indicativo (estudava).

Assim sendo, ilustramos estes tempos verbais com exemplos retirados dos nossos dados, a seguir:

(28) presente do indicativo

[...] E toda a nossa educação física **a gente joga**, a gente ia jogá co'alguma outra turma, né, e teve uma vez que a gente jogamo contra a sexta e ganhamo da sexta de um a zero. (52M3f)

(29) pretérito perfeito do indicativo

F: **A gente correu**, daí... ele foi pra casa dele, eu fui pra minha, daí só que o portão tava fechado e eu esqueci a chave dentro de casa, daí eu tive que subi na laje do vizinho, daí na hora qu'eu fui pulá eu bati cu pé no muro daí eu dei o mortal e caí de pé no chão. E eu pensei que eu ia morrê. (50M3f)

(30) pretérito imperfeito do indicativo

F: Tá. Quando eu era pequena, eu fui pro camping co'as minhas amigas. Eu acho qu'eu tinha uns seis anos. E tá, fui eu, a família dela e mais a minha família. **A gente tava** em nove amigas pequenas, mais ou menos a minha idade. A gente foi pra perto de uma cachoeira e...a gente começô a brincá lá. Só que de repente aconteceu que minha amiga escorregô da cachoeira e ela caiu. Aí ta, a gente foi pro hospital co'ela. Ela ficô toda machucada, mas depois correu tudo bem, aí a gente foi de novo pro camping brincá, a gente acampô, a gente feiz...feiz fogueira, conversamos em família, cantamos, fizemos um monte de coisa em família e pra mim foi ótimo, né, porque eu adoro ficá unida co'a minha família, né. (63F3f)

5.5.11. Série/escolaridade

Apesar de o pronome **a gente** ser uma forma “bem aceita”, a sua possibilidade de ocorrência com o mesmo valor referencial do pronome **nós**, essencialmente na escrita, não costuma ser objeto do ensino formal, embora o pronome **a gente** seja usado amiúde no discurso dos professores e profissionais da escola. Percebemos que, de maneira geral, o ensino escolar hoje em dia baseia-se, essencialmente, nas gramáticas e nos manuais didáticos, indicando, na maioria das vezes, apenas o pronome **nós** como o único pronome pessoal de referência à 1ª pessoa do plural, omitindo, portanto, a possibilidade de co-ocorrência desse pronome por **a gente** em determinados contextos de escrita e igualmente de fala. Infelizmente, trabalha-se pouco (atualmente) com textos e atividades orais na aula de português. Assim, a

escola segue atuando como uma instituição propagadora do pronome de “maior prestígio”: **nós**.

Destacamos, ainda, que nas comunidades pesquisadas (e também nas comunidades em geral) os professores devem privilegiar na sala de aula o desenvolvimento de habilidades de leitura e escrita e não tão-só destacar descrições gramaticais.

Para a análise da variável *série*, realizamos a distribuição pelas quatro séries integrantes do segundo segmento do ensino fundamental: 5^a, 6^a, 7^a e 8^a.

Acreditamos que provavelmente a aquisição do pronome **nós** se dá, sobretudo, por influência do ensino formal e a aquisição de **a gente** se dá, basicamente, devido ao contexto comunicativo interacional do dia-a-dia (este pode se manifestar inclusive até na própria escola sem que os participantes do contexto comunicativo interacional se dêem conta disso). Logo, pressupõe-se que os informantes de 5^a e 6^a série que estão passando pelo processo de aprender o conteúdo pronominal utilizem na escrita uma escrita menos formal, tendendo a empregar mais a *escrita 1*, portanto utilizam mais o pronome **a gente**. E acreditamos que, por sua vez, os alunos de 7^a e 8^a série utilizam com maior frequência o pronome **nós**, por já terem passado por esta etapa e estarem vivenciando uma fase em que a monitoração da escrita, em geral, é mais recorrente e por estarem caminhando para a *escrita 2*, portanto, fazendo uso de uma *quase escrita 2* pelo fato de estarem em um ambiente mais formal, a escola. Quanto à fala, por ser mais espontânea neste tipo de proposta, acreditamos que o pronome **a gente** será mais empregado pelos alunos em geral do que o pronome **nós**, independente da série.

De acordo com Omena (2003, p. 67), em relação à fala, a utilização de **a gente** por **nós** não parece estigmatizada no desempenho oral do falante. A autora diz que não é “o aumento da escolarização que faz recuar o uso de *a gente*, mas o fato de o falante ser das últimas séries do ensino fundamental e talvez ter estudado ou estar estudando as conjugações verbais”. Concordamos com a autora, sendo que talvez os pronomes se fixem, de fato, quando o conteúdo das conjugações verbais é mais efetivo.

5.5.12. Faixa etária

Vários estudos têm mostrado que nitidamente a idade influencia a alternância de **nós/a gente** (OMENA, 1998; FERNANDES, 2004; e outros) no sentido de os falantes mais velhos preferirem o uso de **nós** e os mais jovens o uso de **a gente**.

De acordo com Omena (1998, p. 312), pode-se observar “também que esse aumento da forma **nós** não se faz com intervalos regulares [...]”. Os resultados da autora indicam que os falantes nascidos a partir de 1960 usam bem mais o pronome **a gente**.

Em nosso estudo, a variável idade deu *KNOCKOUT* na 1ª rodada. Após, realizamos amálgama em que tornamos a variável “idade” em variável “faixa etária”, compreendida entre 10 a 14¹⁰⁶ anos e 15 a 19 anos. Assumindo a hipótese clássica de que o vernáculo se constitui até cerca de quinze anos de idade, portanto, realizamos as duas escalas entre as faixas etárias presentes neste trabalho (10 a 14 e 15 a 19 anos). Assim, para a análise dessa variável, empregou-se a distribuição por duas faixas etárias distintas, a saber:

Faixa 1 – informantes de 10 a 14 anos;

Faixa 2 – informantes de 15 a 19 anos.

Acreditamos que, independente da faixa etária, os alunos usarão predominantemente mais **nós** na escrita, por ser uma escrita mais monitorada e mais **a gente** na fala, pelo fato de esta ser, em geral, mais espontânea.

5.5.13. Sexo

Em várias pesquisas variacionistas, a variável o sexo (gênero) tem sido observada, embora nem sempre se mostre como fator relevante se for analisada de maneira isolada. De acordo com Labov (2003), homens e mulheres não falam da mesma maneira. Ele diz que o comportamento sociolinguístico da mulher é distinto do comportamento do sociolinguístico do homem. De maneira geral, as mulheres apresentam mais sensibilidade às correções sociais do que os homens e optam pelas variantes linguísticas mais prestigiadas socialmente. Labov (1972) concluiu, como já mencionado anteriormente, em sua pesquisa a respeito do /r/ retroflexo nas lojas de Nova Iorque, que a variante inovadora e de prestígio acontece com mais frequência na fala das mulheres. Além do mais, segundo o autor, as mulheres respondem de uma forma mais radical a testes de reações subjetivas sendo mais tendenciosas a estigmatizar o uso não-padrão.

106 Apesar de estarmos realizando esta pesquisa apenas no segundo segmento do ensino fundamental, encontramos alunos de outra faixa etária (que não somente a de 10 a 14/15 anos) entre 15 e 19 anos de idade estudando em algumas das séries: 5ª, 6ª, 7ª e 8ª.

A atuação global da conduta da mulher se encaixa em um princípio sociolinguístico que foi postulado por Labov (2003, p. 245): “those who use more non-standard forms in their own casual speech will be most sensitive to those forms in the speech of others”¹⁰⁷.

No que diz respeito à substituição de **nós** por **a gente**, Omena (1986, apud LOPES, 1999, p. 133) demonstrou que, na fala popular, “há uma leve tendência das mulheres a empregar, mais do que os homens, o sujeito **nós** explícito, embora haja ‘indícios de que essa substituição de **nós** por **a gente**, na década de 60, tenha se iniciado pelas mulheres”.

Quanto à norma culta, Lopes (1993) apresenta uma situação inversa, mostrando que a incidência do uso de **a gente**, entre as mulheres, é maior. A autora concluiu, dentre outras coisas, que no tocante ao fator sexo, houve, em seu estudo, um sutil favorecimento ao emprego de **a gente** por mulheres e de **nós** por homens.

As frequências do resultado do estudo de Lopes (1993, p. 62) indicam que, entre as mulheres, 51% das ocorrências foram de **a gente** contra 49% de **nós**. Entre os homens, tem-se 69% de ocorrências de **nós** contra 31% de **a gente**. Cabe ressaltar que a variável extralingüística independente “sexo”, enquanto fator isolado, não foi selecionada pelo programa na rodada geral de Lopes (1993), porém, a conjugação da variável sexo com a variável faixa etária, apareceu como o segundo grupo mais relevante para a explicação do fenômeno. Nos resultados de Lopes (1993, p. 63), independentemente do sexo, os mais jovens usaram mais a forma **a gente**. Houve certo equilíbrio no desempenho lingüístico de homens e mulheres na faixa intermediária (de 35 a 55 anos), de acordo com a autora. Quanto às mulheres da terceira faixa, nas palavras de Lopes (1993, p. 63) elas “tendem a empregar mais a forma **a gente**, estando a probabilidade um pouco acima da média (.59). Já os homens, “refratários às inovações”, usam bem mais a forma **nós** (.81)”. Deste modo a autora diz que:

(...) a mudança lingüística de *nós* por *a gente* encontra-se em processo de desenvolvimento em ambos os sexos. Entretanto, nota-se uma ligeira diferença quanto ao comportamento de homens e mulheres. No caso dos homens, observa-se uma progressão contínua e ascendente. No caso das mulheres o traçado da curva projeta um formato de onda.

Aparentemente, pode-se deduzir que, apesar dos homens cultos usarem mais a forma padrão, a substituição pela forma “não padrão” é nitidamente influenciada pela idade do falante. No caso das mulheres nota-se que, embora as mulheres mais jovens tenham praticamente efetuado a substituição, as mulheres “adultas” (faixa 2) estão usando menos a forma não padrão que as mais idosas.

107 Aqueles que usam mais formas não-padrão no seu próprio discurso casual serão mais sensíveis a essas formas no discurso dos outros.

Ressalte-se ainda que, no que diz respeito ao gênero do falante, nossa expectativa é de que haja uma maior incidência do uso de **a gente** dentre as alunas em relação aos alunos, tendo em vista que o pronome **a gente** não carrega estigma (poucas são as pessoas que estigmatizam o uso deste pronome) e que as pesquisas variacionistas, em geral, têm demonstrado que as formas “bem aceitas” na sociedade geralmente já estão na fala das mulheres.

5.5.14. Escola

Apesar de a aprendizagem ser um “processo global indivisível em sua descrição e compreensão, vários aspectos podem ser isolados metodologicamente para um exame teórico mais aprofundado” (KATO, 1987, p. 8). Das quatro escolas da rede estadual de ensino de Florianópolis que compõem esta pesquisa três delas são integrantes do Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz¹⁰⁸.

A maioria dos alunos freqüentadores dessas escolas é proveniente de morros de Florianópolis. Todas as escolas estão localizadas na ilha (região central) da capital de Santa Catarina. A fim de saber em qual das escolas há maior predominância de **a gente** na escrita realizamos a distribuição das quatro escolas em: 1, 2, 3 e 4. Além disso, precisávamos desse controle para fazer uma separação dos resultados obtidos em cada uma das escolas, uma vez que a escola 3 foi a única selecionada para realizarmos a análise dos dados de fala. Posteriormente, no capítulo de discussão e análise dos resultados, vamos comparar os dados de fala e escrita da mesma escola (escola 3) com o intuito de averiguar se o uso do pronome **a gente** já está, de fato, nas produções escritas dos alunos de 5ª a 8ª série, assim como já está disseminado na fala da maioria do brasileiros (Cf. ALBÁN; FREITAS, 1991; OMENA 1986, 1999; LOPES 1993, 1999; MACHADO, 1995; SEARA, 2000; SILVA, 2004; FERNANDES, 2004 e outros).

108 O Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz é uma organização surgida da articulação das comunidades dos morros e se insere na ampla proposta de combate à pobreza e à exclusão social e de discussão das políticas públicas específicas. Integram o Fórum as Escolas de Educação Básica Jurema Cavallazzi, Celso Ramos, Hilda Theodoro Vieira, Lauro Müller, Lúcia do Livramento Mayvorne, Padre Anchieta, Antonieta de Barros, Henrique Stodiek e Silveira de Souza e os Centros de Educação Infantil Anjo da Guarda, Cristo Redentor, Mont Serrat e Nossa Senhora de Lourdes. (<http://www.agecom.ufsc.br>)

5.5.15. Fala e escrita

Esta pesquisa investiga a variação dos pronomes **nós** e **a gente** tanto na fala quanto na escrita a partir de relatos pessoais de momentos da vida dos alunos vividos juntamente com outras pessoas, a fim de se resgatar preferencialmente o uso dos pronomes de 1ª pessoa do plural. O pronome **a gente**, de acordo com algumas pesquisas, é mais empregado em situações informais, enquanto o pronome **nós** é predominante em situações mais formais (OMENA 1986, 1999; LOPES 1993, 1999; MACHADO, 1995; E, FERNANDES, 2004). Em nosso estudo, analisaremos a oposição da modalidade *fala x escrita* desses pronomes. Consideramos a fala um fator mais informal neste estudo – apesar da existência de um gravador –, uma vez que a escrita escolar carrega, de maneira geral, maior monitoramento por parte dos alunos. Ainda que falte uma maior reflexão em termos da língua em uso nas salas de aula, já constatamos que o pronome **a gente** ocorre efetivamente na escrita dos alunos. Na fala, como observamos por meio dos nossos dados, em todas as séries o pronome **a gente** suplanta o pronome **nós**, sendo mais usado pelos alunos da oitava série (70%), como podemos verificar no exemplo a seguir:

(31) num jogo do palmeiras e Figueirense daí **a gente** fico meio nervoso assim daí **a gente** compro os ingresso e faltava dois ingresso e daí **a gente** já tinha comprado dois daí **a gente** conseguiu e **a gente** entro daí **a gente** fico torcendo lá tudo bem feliz aí tava quase no final do jogo e **a gente** fico tudo bem feliz. [...] (83M3f)

Acreditamos que haja um maior monitoramento na modalidade escrita (do que na falada)¹⁰⁹ – devido também ao grau de formalidade da situação de escrita – por parte dos alunos e, conseqüentemente um uso maior de **nós** nessa modalidade.

Tomamos, então, para nossa discussão a proposta apresentada por Terzi (*In*: KLEIMAN, 1995) em que a autora polemiza o esquema apresentado por Kato (1987), mostrando a natureza dialética e não linear dessas relações e indicando uma resignificação do esquema, como já mencionamos. Segundo Terzi (*In*: KLEIMAN, 1995) estudos em andamento mostram que as influências mútuas entre oralidade e escrita são melhor representadas enquanto movimento dialético.

¹⁰⁹ Com relação ao tipo de texto, não pedimos um determinado formato aos alunos, pois pretendíamos deixá-los livres e despreocupados com o tipo de texto para escrever suas experiências de vida. E quando os alunos questionaram sobre o interlocutor, ou sobre alguém ler seu texto, dissemos a eles que não mostraríamos seus textos a nenhum colega da sala; não o corrigiríamos (estávamos interessadas apenas em sua história) e, também, que não precisariam ler em voz alta na sala de aula e poderiam apenas colocar um pseudônimo, ao invés de se identificarem com o nome verdadeiro. Por fim, os alunos tiveram ciência de que suas produções ficarão na Universidade Federal de Santa Catarina para a realização de pesquisas, na sala do VARSUL/CCE-B, e que eles podem, inclusive, visitar o local.

Vamos nos basear no esquema da autora para discutir as diferenças entre a fala e a escrita nas escolas integrantes desse estudo. Como já discorreremos Terzi (*In*: KLEIMAN, 1995) concebe uma *reflexividade* no desenvolvimento das duas modalidades inerentes ao processo, o que comprova, de certo modo, o que os estudos de sociolinguística vêm trazendo como resultados: o pronome **a gente** é usado tanto por indivíduos escolarizados, quanto por indivíduos não escolarizados em diversas situações de comunicação. Ressaltamos, no entanto, que, provavelmente, não estamos lidando com a *fala 2* e a *escrita 2* dos alunos do segundo segmento do ensino fundamental, pois estes estão (ou deveriam estar) em um patamar de uma *quase escrita 2* e *quase fala 2*.

Os exemplos seguintes denotam o uso do pronome **a gente** na fala e escrita dos alunos, como podemos verificar:

(32) fala

F: Ah, é assim né. Eu tava andando de bicicleta com meu amigo, daí o meu amigo assim, veio um carro e **a gente** não viu...ah, não sei explicá, não sei explicá!

E: Onde é que voceis tavo andando de bicicleta?

F: É, **a gente** tava andando de bicicleta ali na São Vicente de Paula ali, daí o carro pegô, daí ele foi pro hospital e quase teve que amputá a perna.

E: Mais ele tava no meio da rua, Na calçada?

F: Tava, **a gente** tava no meio da rua. Ele tava no meio da rua, daí ele quase que teve que amputá a perna.

E: Mais e agora, comé que ele ta?

F: Ta bem.

E: E ele ficô muito tempo sem podê andá?

F: É, ele tava andando de cadeira de roda, mas daí depois, mas daí deu um rolo lá co'ele, que eu não sei, daí ele ta andando.

E: Então ta, muito obrigada. (63M1f)

(33) escrita

Pra mim uma das coisas mais importante é a família. Pois a minha vó e vô mora num sitio em petrolandia e todos meses **a gente** aluga um onibus é **vamos** toda a familia deis de filhos, tios e netos.

Fomos pra la esse mês pro aniversario dos meus avós, la **nos dançamos**, eu dirigi a moto do meu tio, **andamos** de cavalo, **fizemos** quantão resumindo **fizemos** uma festa de arromba é o mais importante é que a família estava toda unida e felizes. (84F3e)

Discutiremos mais detalhadamente sobre esta oposição da modalidade *fala x escrita* no próximo capítulo, que trata dos resultados, análises e discussão.

5.6. Palavras finais do capítulo

Neste capítulo retomamos aspectos relacionados à linha de pesquisa na qual se insere nosso trabalho. Do mesmo modo, é apresentada nossa amostra, bem como as variáveis que são controladas neste estudo a respeito da variação dos pronomes pessoais de primeira pessoa do plural **nós** e **a gente**. Assim, delineamos os fatores componentes do envelope de variação **nós** e **a gente**.

Procuramos expor detalhadamente a metodologia de observação e análise dos dados realizados em nosso estudo.

No próximo capítulo, serão discutidos os resultados estatísticos dos grupos de fatores selecionados como significativos pelo Pacote Estatístico VARBRUL sob a perspectiva do aparato teórico abordado nos capítulos anteriores.

6. RESULTADOS, ANÁLISES E DISCUSSÃO

6.1. Introdução

Na presente seção, apresentamos e discutimos os resultados obtidos nas rodadas do pacote estatístico VARBRUL no estudo sobre a variação no uso dos pronomes pessoais de primeira pessoa do plural **nós** e **a gente**. Os resultados são discutidos à luz dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados anteriormente e comparados com os resultados alcançados em outros trabalhos sobre o tema (ALBÁN; FREITAS, 1991; FREITAS, 1991; ALBÁN et al., 1991; FREITAS, 1997; LOPES, 1993, 1998, 1999, 2007; MACHADO, 1995; NARO et. al, 1999; OMENA, 1998, 2003; SEARA, 2000; ZILLES; MAYA; SILVA, 2000; ZILLES, 2005, 2006, 2007; MENON; LAMBACH; LANDARIN, 2003; BORGES, 2004; FERNANDES, 2004; SILVA, 2004; VIANNA, 2006; e outros).

Optamos por apresentar os resultados do programa VARBRUL em subseções. A primeira subseção é a que envolve a rodada geral; a segunda, a rodada de oposição entre a modalidade *fala x escrita*; a terceira, as variáveis lingüísticas; a quarta, as variáveis extralingüísticas; a quinta, a oposição entre a modalidade *fala x escrita*: só a modalidade escrita na escola 3; a sexta, a oposição entre a modalidade *fala x escrita*: só a modalidade fala na escola 3; e a sétima, algumas reflexões sobre as modalidades. Esta disposição nos pareceu ser a mais interessante para a discussão e a interação entre as variáveis.

6.2. Análise geral

A amostra analisada apresentou 1.667 ocorrências de **nós** e **a gente** nos dados de escrita e fala¹¹⁰ dos alunos do segundo segmento do ensino fundamental de Florianópolis. Dentre estas, houve a presença do pronome **a gente**, com 424 ocorrências, correspondendo a 25% do total. As ocorrências com o pronome **nós**, 1.243, correspondem a 75% do total, conforme ilustra o gráfico a seguir:

¹¹⁰ Note que utilizamos os dados de escrita das quatro escolas, porém em relação aos dados de fala, foram usados apenas os dados de fala da escola 3.

Gráfico 1: Distribuição do uso de *nós* e *a gente* em nossa amostra



Este resultado responde afirmativamente a nossa questão central, de que a introdução da forma inovadora **a gente** no quadro dos pronomes pessoais, como uma variante do pronome de 1ª pessoa no plural, está se efetivando na língua, tanto na modalidade falada quanto na escrita, dos alunos de ensino fundamental.

Considerando o pronome **a gente**, como aplicação da regra, os grupos de fatores selecionados como significativos pelo programa VARBRUL, por ordem de relevância, foram:

- 1º Marca morfêmica
- 2º Preenchimento do sujeito;
- 3º Fala/escrita;
- 4º Paralelismo formal (sujeito-sujeito);
- 5º Saliência fônica;
- 6º Sexo;
- 7º Série (5ª, 6ª, 7ª, 8ª);
- 8º Paralelismo formal (sujeito-objeto)

Como observamos as variáveis lingüísticas selecionadas como significativas são:

- (i) marca morfêmica, (ii) preenchimento do sujeito, (iii) paralelismo formal (suj-suj), e, (iv)

saliência fônica e (v) paralelismo formal (suj-obj). Além dessas, ainda temos as variáveis extralingüísticas: (i) sexo, (ii) série e (iii) fala e (iv) escrita, indicando que, também estão em jogo na variação dos pronomes **nós/a gente** as determinações socioculturais dos alunos-informantes.

Estes resultados, de maneira geral, confirmam nossas hipóteses gerais de que fatores lingüísticos e extralingüísticos atuam como condicionadores na variação de **nós e a gente**.

A seguir, passamos a discutir os resultados, começando pela oposição entre a modalidade *fala x escrita*, seguidas das lingüísticas, e, por fim, das extralingüísticas: só a modalidade escrita e só a modalidade de fala da escola 3. Levando em consideração que a fala e escrita serão cruzadas com todas as outras variáveis, os resultados gerais dela serão apresentados em primeiro lugar.

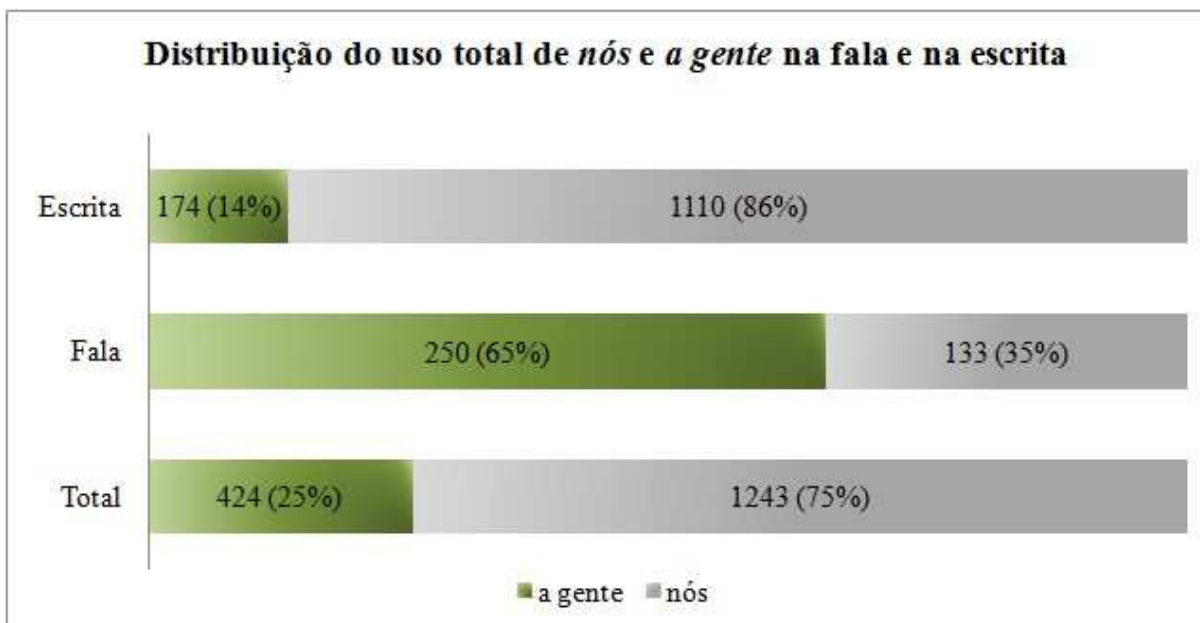
6.2.1. Resultados e discussões da oposição entre a modalidade *fala x escrita*

Em nosso estudo, analisamos a variação estilística dos pronomes **nós e a gente** com base nas modalidades fala e escrita que apresentaram no total 1.667 ocorrências. Podemos ver os resultados na tabela 20 abaixo.

Tabela 20: Frequência e probabilidade total de *a gente*, segundo as variáveis escrita e fala

	Aplicação/Total	(%)	PR
Escrita	174/1.284	14%	.37
Fala	250/383	65%	.86
TOTAL	424/1.667	25%	

Verificamos que 174 ocorrências (14%) foram para o pronome **a gente** na escrita dos alunos-informantes integrantes das quatro escolas e 250 ocorrências (65%) foram para o pronome **a gente** na fala dos alunos do segundo segmento do ensino fundamental de Florianópolis na escola 3 selecionada. Com base nesses resultados, realizamos um gráfico a seguir para melhor visualização a respeito da distribuição do uso total de **nós e a gente** nas duas modalidades, fala e escrita.

Gráfico 2: Distribuição do uso total de *nós* e *a gente* na fala e na escrita

Consideramos a fala um fator mais informal neste estudo – apesar da existência de um gravador –, uma vez que a escrita escolar carrega, de maneira geral, maior monitoramento por parte dos alunos. Contudo, ainda que falte uma maior reflexão em termos da língua em uso nas salas de aula, como vimos até o momento por meio dos resultados, o pronome **a gente** já ocorre efetivamente na escrita dos alunos (14%) e na fala dos alunos, de todas as séries analisadas (65%), suplantando nessa última modalidade o pronome **nós**. Tomamos para nossa discussão as propostas apresentadas por Terzi (*In: KLEIMAN, 1995*) e Bortoni-Ricardo (2004).

Realizamos, também, rodadas com os dados de fala e escrita somente da escola 3 para comentar a respeito dessas. Essas rodadas serão apresentadas na seção 6.3 e 6.4, a seguir.

6.2.2. Resultados e discussões das variáveis lingüísticas

6.2.2.1. Marca morfêmica

O primeiro grupo de fatores selecionado pelo programa estatístico VARBRUL diz respeito à marca morfêmica¹¹¹ do verbo que acompanha o pronome de primeira pessoa do

¹¹¹ Este grupo de fatores *marca morfêmica* foi selecionado como o mais significativo em todas as rodadas realizadas: (i) todos os dados de fala e escrita coletados, (ii) apenas os dados de fala coletados na escola 3; (iii) apenas os dados de escrita das quatro escolas, e, (iv) rodadas apenas com o tempo verbal, excluindo-se a saliência fônica.

plural **nós** ou **a gente**, como já mencionado anteriormente. Foram controladas as estratégias de concordância morfema **-mos** e morfema **ø (zero)** de **nós** e **a gente**.

Os resultados dos estudos de Menon (1995), Lopes (1999), Naro et. al. (1999), Menon, Lambach e Landarin (2003), Borges (2004) e Vianna (2006) serviram de base para estabelecermos a nossa hipótese já citada anteriormente no capítulo 5:

(i) a combinação de **a gente** com verbo em P3 e da forma pronominal **nós** com verbo em P4, provavelmente, é majoritária nos dados, inclusive pela influência da escola, visto que houve a aplicação de uma atividade escrita no ambiente de sala de aula e uma gravação de fala (entrevista) em algum espaço localizado no ambiente escolar; e,

Constatamos, em nossos dados, a possibilidade de quatro maneiras diferentes de realizar a concordância verbal referente aos pronomes **nós** e **a gente** (**nós** + *-mos*, **nós** + \emptyset , **a gente** + \emptyset , **a gente** + *-mos*), apesar de haver predominância, de maneira geral, da combinação de **a gente** com \emptyset (verbo em **P3**) e de **nós** com *-mos* (verbo em **P4**).

A seguir, apresentamos a tabela 21 com os resultados obtidos:

Tabela 21: Frequência e probabilidade de *a gente*, segundo a variável marca morfêmica do verbo que o acompanha¹¹²

Marca morfêmica	Aplicação/Total	%	PR
morfema -mos	56/1.216	4%	.21
morfema ø (zero)	368/395	92%	.99
TOTAL	424/1.667	25%	

Embora tenham sido encontradas as duas possibilidades de concordância verbal com as formas **nós** e **a gente**, observamos maior produtividade dos verbos com morfema **ø (zero)** ou em P3 combinando-se com o pronome **a gente**, em um total de 92% e PR .99 contra 4% e PR .21 de **a gente** com morfema **-mos**. Os exemplos a seguir ilustram as estratégias usadas pelos alunos do ensino fundamental encontradas em nossa amostra:

Dados de escrita

(1) Nós + P3

“[...] Daí quando **nos tava** passando” (54M1e)

¹¹² Realizamos rodada somente com a variável tempo verbal, excluindo a variável saliência fônica a fim de verificarmos se os resultados se diferenciariam muito, porém nesta rodada a variável marca morfêmica foi a mais significativa e apresentou a mesma frequência quando rodada com as duas variáveis. (Cf. ANEXO 4).

(2) Nós + P4

"[...] **nós perdemos** de 14 a 0 e no segundo jogo." (54M1e)

(3) A gente + P3

"[...] enquanto **a gente andava** veio um menino...." (74F1e)

(4) A gente + P4

"[...] depois **a gente saímos** do shopping." (50F3e)

Dados de fala

(5) Nós + P3

"[...] foi passando o tempo assim, **nós tinha** bastante comida pra comê..." (62M3f)

(6) Nós + P4

"[...] bateu o recreio **nós fomos** pro recreio e depois **nóis demo** a mochila pra ele." (74M3f)

(7) A gente + P3

"Quase sempre **a gente vai** um monte de vezes no shoppi, no circo também." (50M3f)

(8) A gente + P4

"[...] **a gente ficamo** um pouco no restaurante e depois voltamo pra casa". (50F3f)

Como observamos na tabela 21, em um total de 395 dados de marca morfêmica **zero**, foram encontradas 368 ocorrências do pronome **a gente ø**, com 92% de frequência e peso relativo 0,99. Tais resultados parecem mostrar que **a gente** – embora possa integrar o sistema pronominal com verbo que apresente a marca morfêmica **-mos** –, mantém o traço formal e original de 3ª pessoa, sendo mais empregado com morfema **ø (zero)**, concernente ao nome coletivo *gente*. Segundo Lopes (1999), durante a passagem de nome para pronome, nem todas as propriedades formais nominais são perdidas, assim como não são assumidas todas as propriedades inerentes aos pronomes pessoais. O peso relativo 0,99 associado à combinação de **a gente** com verbo acompanhado de marca morfêmica **ø (zero)** confirma essa hipótese. De acordo com nossos resultados, apesar de observarmos presença de **a gente -mos**, o traço de pessoa em **a gente ø (zero)** favorece a forma pronominal **a gente**.

Há que se considerar que outro aspecto evidenciado no PB se refere ao fato de o pronome **a gente** estar associado semanticamente com o referente no plural, ou seja, podemos encontrar na língua, como mostram os trabalhos de Omena (1986); Menon (1995) e Naro et al. (1999), exemplos de fala como: **a gente dançamos**, **a gente fomos**, entre outros, que, segundo Borges (2004), colabora para assinalar o pronome **a gente** como um pronome pessoal, visto que o falante o emprega associando-a ao “eu”(pessoa que fala) e mais outra(s) pessoas. Assim, embora em número bem reduzido, os resultados na tabela acima vêm confirmar esse fato, visto que em um total de 1.216 dados de marca morfêmica **-mos**, foram

encontradas 56 ocorrências do pronome **a gente -mos**, com 4% de frequência e peso relativo .21.

Nossos resultados se assemelham muito aos resultados a que chegou Vianna (2006) em seu estudo sobre *a concordância de nós e a gente em estruturas predicativas na fala e na escrita carioca*, como a tabela a seguir ilustra.

Tabela 22: Concordância Verbal (valor da aplicação: *a gente*)

Concordância verbal			
Fatores	Aplicação/Total	Frequência	PR
P3	332/418	79%	.92
P4	73/815	9%	.22

Fonte: Vianna (2006, p. 77)

Nas palavras de Vianna (2006, p. 78), ao que parece, “esse valor semântico coletivo, herdado do nome *gente*, seria o responsável por conservar a concordância formal com formas verbais em P3, cuja marca é representada pelo morfema \emptyset ”. A autora (2006) diz que como acontece com os nomes coletivos de modo geral, ainda que exista um significado plural, a concordância formal se faz com o singular, ou seja, com a forma não-marcada em português. Todavia, Vianna (2006) diz que, por outro lado, a combinação com verbos em P4, mesmo com índices muito baixos, apareceu em sua amostra, assim como observamos em nossos dados, diferentemente do que notamos em dados de falantes cultos, como no caso de Silva (2004), por exemplo. Enfim, Vianna (2006) registrou 9% frequência em seus dados de **a gente -mos**, tendo 0,22 como peso relativo, resultado semelhante ao nosso que totalizou 4% de frequência e peso relativo 0,22.

Podemos observar abaixo os exemplos tanto na fala quanto na escrita que ilustram essas estratégias:

Dados de escrita

(9) A gente + P4

"[...] E **a gente começamos** a dança reyve." (54F4e)

"O gato sumiu e **a gente voltamos** para casa" (72M4e)

Dados de fala

(10) A gente + P4

"**A gente já fomos** no parque aquático." (51F3f)

"**a gente falamo** que a gente não ia se afogá..." (62F3f)

Com base nos exemplos de fala e escrita supracitados, comprovamos, deste modo, a existência de **a gente** com marca morfêmica *-mos* (verbo em P4) em nossos dados que, talvez, se deve ao fato de na estrutura conceitual dessa forma gramaticalizada estar inserido, fundamentalmente, “o falante + alguém” ou o traço semântico [+EU] (Cf. VIANNA, 2006). Com relação ao comportamento do pronome **a gente**, ainda que a combinação com a marca morfêmica *-mos* não seja majoritária, a ocorrência de tais estratégias referenda seu status pronominal, de acordo com Vianna (2006, p. 53), uma vez que

os pronomes pessoais autênticos são caracterizados por apresentar correlação entre os traços semânticos e formais de pessoa: eu [+EU, +eu]; nós [+EU, +eu]; tu [-EU, -eu]; vós [-EU, -eu].

Dessa forma, a combinação de **a gente** com formas verbais na 1ª pessoa do plural ilustraria a mesma correlação verificada entre os pronomes, visto que, em exemplos como “**a gente fomos**”, “**a gente somos**”, tem-se o traço semântico [+EU] associado ao traço formal [+eu].

Entre falantes cultos, Lopes (1999) destaca que, embora não seja possível averiguar a concordância direta com **a gente** na fala, formas verbais com desinência em P4 aparecem em estruturas paralelas, como podemos conferir nos exemplos (11) e (12):

(11) “*A gente* passeou... almoçamos juntos” (dado 247 – Lopes, 1999).

(12) “mas nisso os bancos não falam, eles agem sem dizer à *gente*, nós sabemos como? Através da imprensa, através de informações que vão sendo dadas” (dado 422 – Lopes, 1999).

Diante dos resultados, optamos por realizar um cruzamento entre as variáveis fala/escrita e marca morfêmica do verbo que acompanha o pronome **a gente** com o intuito de verificar qual o percentual de **a gente** na escrita e na fala acompanhado da marca morfêmica *-mos* e da marca morfêmica \emptyset (zero). Abaixo, segue tabela 23 com os resultados do cruzamento:

Tabela 23: Frequência de *a gente*, segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e marca morfêmica do verbo que o acompanha

	MARCA MORFÊMICA	ESCRITA		FALA	
		Aplicação/Total	%	Aplicação/Total	%
A gente	-mos	29/174	17%	27/250	11%
	\emptyset	145/174	<u>83%</u>	223/250	<u>89%</u>
	Total	174/1284	<u>14%</u>	250/383	<u>65%</u>
Nós	-mos	1086/1110	<u>98%</u>	130/133	<u>98%</u>
	\emptyset	24/1110	<u>2%</u>	3/133	<u>2%</u>
	Total	110/1284	<u>86%</u>	133/383	<u>35%</u>

Como observamos acima, na análise de dados de escrita, o pronome **a gente** com marca morfêmica \emptyset (verbo em P3) possui mais ocorrências do que com a marca morfêmica *-mos*, tendo 17% de ocorrências naquele caso contra 83% neste. Fazendo esta mesma análise com os dados da fala, percebemos a elevação para 89% de ocorrências do pronome **a gente** com a marca morfêmica \emptyset (verbo em P3) contra 11% com a marca morfêmica *-mos*. Isso pode significar que o uso do pronome **a gente** com marca morfêmica *-mos* (verbo em P4) tende a ser maior na escrita do que na fala. Será que esse fato se caracterizaria em uma “hipercorreção”?

Por fim, na tabela acima também podemos constatar que o pronome **nós** é, ainda, mais utilizado na escrita dos alunos do que o pronome **a gente**, visto que das 1.284 ocorrências de dados de escrita, somente 174 dizem respeito ao **a gente**, entretanto, este número já é um indício de que este pronome está sendo inserido na escrita dos alunos do segundo segmento do ensino fundamental.

Os resultados da tabela 23 confirmam a tendência lingüística da marca morfêmica do verbo que acompanha os pronomes **a gente/nós** na fala, atestando, desta maneira, que a combinação de **a gente** com marca morfêmica \emptyset (verbo em P3) e de **nós** marca morfêmica *-mos* (verbo em P4) ainda se apresenta majoritária. Entretanto há na escrita mais ocorrências de **a gente** com marca morfêmica *-mos* (verbo em P4). Será que esse fato se caracterizaria como um fenômeno de “hipercorreção”? Além disso, na fala, percebemos que a concordância de **a gente** com marca morfêmica \emptyset (verbo em P3) evidencia que formas gramaticalizadas não perdem inteiramente as suas propriedades originais. Desta maneira, **a gente** mantém a possibilidade de concordância verbal com a 3ª pessoa do singular e a pluralidade inerente ao nome coletivo **gente** (LOPES, 1999; VIANNA, 2006).

Passamos, então, à seção subsequente que trata do preenchimento do sujeito.

6.2.2.2. Preenchimento do sujeito

Tendo observado que o preenchimento do sujeito pronominal parece se tornar cada vez mais recorrente no PB, motivamo-nos a estudar, então, as direções desta variação na alternância das formas pronominais **nós** e **a gente**, assim como fizeram Omena, 1986, 2003; Lopes, 1998; Fernandes, 2004 e outros.

Temos o objetivo de averiguar se os pronomes **nós** e **a gente** na escrita formal presente nas produções de textos dos alunos, bem como na fala deles, já está se direcionando para o preenchimento do sujeito, uma vez que algumas pesquisas com finalidade semelhante no que se refere à questão do preenchimento ou não do sujeito já atestaram, como as de Duarte (1993 e 1995) e de Costa (2003).

Duarte (1993, p. 107) diz que a mudança que se observa no PB, parece estar evoluindo de uma marcação positiva para uma marcação negativa dentro do parâmetro pro-drop, coincidindo, assim, com uma significativa redução ou simplificação nos paradigmas flexionais, apresentando a seguinte tabela:

Tabela 24: Evolução nos paradigmas flexionais do português

Pessoa	Núm.	Paradigma 1	Paradigma 2	Paradigma 3
1 ^a	sing.	cant-o	cant-o	cant-o
2 ^a direta	sing.	canta-s	-----	-----
2 ^a indireta	sing.	canta-0	canta-0	canta-0
3 ^a	sing.	canta-0	canta-0	canta-0
1 ^a	plur.	canta-mos	canta-mos	canta-0
2 ^a direta	plur.	canta-is	-----	-----
2 ^a indireta	plur.	canta-m	canta-m	canta-m
3 ^a	plur.	canta-m	canta-m	canta-m

Fonte: Duarte (1993, p. 109)

Como vemos na tabela 24 apresentada pela autora, o paradigma flexional 1 contém 6 formas, o paradigma flexional 2 contém 4 formas e o paradigma flexional 3 contém 3 formas apenas: *-0*, *-mos* e *-m*, sendo que, para a autora, a entrada do **a gente** no paradigma pronominal contribuiu para a empobrecimento ou enfraquecimento do paradigma flexional, pois o **a gente**, em geral, é acompanhado com verbo na terceira pessoa do singular (verbo em P3), por exemplo, **a gente** *canta-ø*, ao contrário de **nós** que é acompanhado com verbo na primeira pessoa do plural (verbo em P4), por exemplo, **nós** *canta-mos*. Segundo Duarte (1993, p. 110), “com um paradigma de tal forma *empobrecido* ou *enfraquecido*, nada mais natural do que esperar alterações profundas na representação do sujeito pronominal”.

Elegemos duas formas que o falante usa para referir-se à primeira pessoa do plural:

Sujeito preenchido:

(13) Nós explícito + *mos* (verbo em P4)

- “[...] E **nos fomos** campeão.” (72M3e)
 “o primeiro jogo **nós perdemos** de 3X4 daí no segundo jogo **nóis ganhamos**” (72M3f)
- (14) Nós explícito + \emptyset (verbo em P3)
 “**nois foi** para a casa dela” (74F1e)
 “foi passando o tempo assim, **nós tinha** bastante comida pra comê.” (62M3f)
- (15) A gente explícito + \emptyset (verbo em P3)
 “**Agente deu** uma volta na Beira-Mar” (84 M1e)
 “**a gente perdeu** de um a zero” (84M3f)
- (16) A gente explícito + *mos* (verbo em P4)
 “e depois **a gente** eu e a minha prima **fomos** no teatro” (50F3e)
 “aí voltou a luiz e...aí ficô tudo bem, né...aí **a gente voltamo**”(50F3f)
- Sujeito nulo:
- (17) Nós implícito + *mos* (verbo em P4)
 “[...] jogou todo mundo depois **finhemos** para a sala e **tivemos** aula de ensino religioso” (52M3e)
 “[...] aí **percorremos** né? todo percurso aí **chegamos** lá e tinha um lago...” (73M3f)
- (18) Nós implícito + \emptyset (verbo em P3)
 “**tinha** que tê a identidade” (51M3f)
- (19) A gente implícito + \emptyset (verbo em P3)
 n/d em nossos dados.
- (20) A gente implícito + *mos* (verbo em P4)
 “e **voutamos** só a noite” (61F3e)
 “ai quando **chegamos** em casa...” (84F3f)

Estudos já realizados sobre o preenchimento do sujeito pronominal no PB parecem apontar que o sujeito preenchido é cada vez mais uma característica de nossa língua. Duarte (1995), ao sugerir que o PB está em transição de status de uma língua *pro-drop* para *não pro-drop*, teve sua hipótese confirmada em seu estudo ao estabelecer uma relação entre a ampliação do paradigma pronominal e a redução do paradigma flexional no PB. A autora, utilizando-se de uma amostra sincrônica de 13 informantes com formação universitária, sugeriu que o PB tem se distanciado do Português Europeu (PE) em termos de preenchimento do sujeito pronominal, ao mostrar que apenas 29% dos sujeitos, do total de 1.424, eram sujeitos nulos. Em seu artigo de 1996, *Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil*, Duarte, utilizando-se de um *corpus* diacrônico de peças de teatro do século XIX e XX, assinalou que foi reduzida a ocorrência total de sujeitos nulos em suas amostras de 80% no ano de 1845 para 25% no ano de 1992.

Costa (2003) realizou entrevista e pediu que os alunos – crianças e adolescentes de Florianópolis, com idade de 10, 14 e 17 anos, cursando, respectivamente, a 4ª

e 8ª série do ensino fundamental e a 3ª série do ensino médio – descrevessem alguém ou algum lugar de que gostassem, que narrassem um fato acontecido com eles, que contassem uma história que ouviram de alguém, que explicassem como se faz algo e, por fim, que opinassem a respeito de algum assunto, com o intuito de investigar *o sujeito usado por crianças e adolescentes de Florianópolis: um estudo da ordem e do preenchimento*. Desta maneira, obteve, de cada informante, um texto oral que fora comparado com outro texto escrito por eles¹¹³. Em sua pesquisa a respeito do sujeito empregado por crianças e adolescentes da cidade de Florianópolis, baseando-se em uma amostra sincrônica de textos escritos e orais, a autora obteve um percentual de 33% de sujeitos nulos das totais 1.604 dados.

Os resultados da tabela 25 mostram que, em relação ao uso dessa variável, há predominância de **a gente** no que se refere ao sujeito preenchido e não ao sujeito nulo. Os nossos resultados confirmam os resultados de Lopes (1993), em que a autora obteve um total de 972 dados, sendo 375 de **nós** (39%), 333 de **a gente** (34%). Na sua análise geral, a autora encontrou 562 dados de sujeito **nós**, explícito ou não, contra 410 de sujeito **a gente**, explícito ou não.

Tabela 25: Frequência e probabilidade de *a gente*, segundo a variável preenchimento do sujeito

Preenchimento do sujeito	Aplicação/Total	%	PR
sujeito preenchido	415/818	51%	.89
sujeito nulo (∅)	9/849	1%	.12
TOTAL	424/1.667	25%	

A porcentagem geral para o emprego de **a gente**, segundo a variável sujeito preenchido, quando comparada ao emprego de **nós**, é de 51% contra 49%, com peso relativo de .89, ou seja, um índice bem alto que corrobora hipótese da mudança do parâmetro do sujeito. Observando os dados em separado, verificamos que há mais sujeito nulo com **nós** (99%) do que com **a gente** (1%), confirmando nossa hipótese, de que se a marca está colocada no morfema do verbo o sujeito pode ser nulo. Portanto, os resultados da tabela 24 mostram que há mais predominância de sujeito preenchido com o pronome **a gente** (pois este pronome acompanha o verbo na 3ª pessoa do singular – P3) totalizando PR 0,89 do que com o

¹¹³ Costa (2003) adotou a metodologia utilizada pelo grupo "Discurso e Gramática", do Rio de Janeiro, para coletar os dados que analisou durante sua pesquisa.

pronome **nós**. E provavelmente o pronome **nós** apresentou-se acompanhado de sujeito nulo, pelo fato de ele vir acompanhado do verbo na 1ª pessoa do plural – P4, perfazendo o total de 99%. Duarte (1995, p. 124) disse que “sujeitos nulos vêm sendo cada vez menos utilizados, em especial pela faixa etária dos mais jovens”. Possivelmente, isto ocorre porque os mais jovens têm feito mais uso de **a gente** do que os mais velhos e este pronome acompanha o verbo na 3ª pessoa do singular – P3, ou seja, a marca não está colocada no morfema do verbo e, em geral, ele é predominantemente empregado com sujeito preenchido.

No entanto, resta-nos saber se a mudança que vem se estabelecendo na fala do PB já está, igualmente, aplicada à escrita formal. Sabemos que há uma grande distância entre essas modalidades, porque existem diferentes graus de formalidade, tanto na fala quanto na escrita, e que as produções dos alunos são elaboradas, em geral, com muita atenção à norma culta. Abaixo, segue tabela com os resultados da frequência de **a gente**, segundo realização de cruzamento entre as variáveis fala/escrita e preenchimento do sujeito.

Tabela 26: Frequência de *a gente* e de *nós*, segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e preenchimento do sujeito

	PREENCHIMENTO DO SUJEITO	ESCRITA		FALA	
		Aplicação/Total	%	Aplicação/Total	%
a gente	Sujeito preenchido	169/174	97%	246/250	98%
	Sujeito nulo	5/174	<u>3%</u>	4/250	<u>2%</u>
	Total	174/1284	<u>14%</u>	250/383	<u>65%</u>
Nós	Sujeito preenchido	383/1110	<u>35%</u>	20/133	<u>15%</u>
	Sujeito nulo	727/1110	<u>65%</u>	113/133	<u>85%</u>
	Total	1110/1284	<u>86%</u>	133/383	<u>35%</u>

Como notamos acima, os índices de preenchimento de **a gente** são praticamente iguais na fala e na escrita, 98% e 97%, respectivamente, em contraposição ao **nós**, com apenas 15% e 35%. Como fala Duarte (1993, 1995), o sujeito preenchido vem sendo cada vez mais usado, pois ocorreram apenas 2% de uso de sujeito nulo com **a gente** na fala e 3% na escrita. Por outro lado, o pronome **nós** vem preferencialmente nulo nas duas modalidades: 85% na fala e 65% na escrita. Em outras palavras, a tabela mostra que há uma discrepância maior entre sujeito preenchido e sujeito nulo quando se utiliza o pronome **a gente** do que quando se utiliza o pronome **nós**, tanto na fala quanto na escrita.

A seguir, apresentamos outro cruzamento, realizado entre as variáveis marca morfológica e preenchimento do sujeito.

Tabela 27: Frequência de *a gente*, segundo cruzamento entre as variáveis marca morfológica e preenchimento do sujeito

MARCA MORFOLÓGICA	Aplicação/Total Sujeito PREENCHIDO	% Sujeito PREENCHIDO	Aplicação/Total Sujeito NULO	% Sujeito NULO
-mos	49/437	11%	7/835	1%
∅	366/381	<u>96%</u>	2/14	14%
TOTAL	415/818	51%	9/849	1%

A porcentagem para o emprego de **a gente**, segundo cruzamento das variáveis sujeito preenchido e marca morfológica \emptyset é elevada, totalizando 96%, como podemos observar na tabela acima, contra 4% de **nós** na posição de sujeito com \emptyset . Ao contrário, o cruzamento das variáveis sujeito nulo e marca morfológica \emptyset é baixíssimo, sendo que das 14 ocorrências totais, apenas duas são de sujeito nulo com **a gente**. Porém, o uso de **a gente**, segundo cruzamento das variáveis sujeito preenchido e marca morfológica *-mos*, totalizou 49 ocorrências de **a gente** com *-mos* das 437.

Alguns autores dizem que a ocorrência **a gente** + marca morfológica *-mos* é empregada, geralmente, por falantes de baixa escolaridade (porém, note que os alunos estão vivenciando, ainda, a escola), outros dizem que os falantes fazem uso dessa concordância a fim de evidenciar “erudição” (MENON, 1995). Talvez todas essas hipóteses se apliquem, mas acreditamos, principalmente, assim como Borges (2004), que os alunos, ao usarem construções como “**a gente vamos**”, concordam talvez com o referente semanticamente, visto que têm em mente o *eu*, pessoa que fala, somado a outra(s) pessoa(s), evidenciando, portanto, um plural associativo.

Realizamos, também, rodada estatística sem a variável saliência fônica (apenas mantendo o tempo verbal) a fim de verificar se os resultados se diferenciariam muito para a ordem de significância do preenchimento do sujeito, porém o resultado para esta variável se apresentou o mesmo (Cf. ANEXO 5).

Estes resultados mostram, entre outras coisas, que o pronome **a gente** na escrita e fala dos alunos está condicionado pela variável preenchimento do sujeito, como sugere Duarte (1993 e 1995).

A seguir, trataremos da variável paralelismo formal sujeito-sujeito.

6.2.2.3. Paralelismo Formal (sujeito-sujeito)

O princípio discursivo, bastante observado em estudos variacionistas, é o de que no desempenho do falante, uma forma provoca outra semelhante. Em outras palavras, define-se a variável paralelismo formal como a tendência de o falante repetir, uma mesma forma em uma seqüência discursiva. (OMENA, 1998, 2003; LOPES, 1993)

Acreditamos que é o princípio de paralelismo formal que atua intimamente na eleição das variáveis em estudo. Partimos da hipótese de que a primeira ocorrência de um pronome condicione com as seguintes, desencadeando, portanto, uma série de repetições da mesma forma pronominal. Desta maneira, quando o aluno-informante deu início a uma seqüência discursiva usando o sujeito **nós**, para se referir a um grupo maior ou menor de pessoas, em que se incluía, é possível que ele tenha continuado a utilizá-lo nas proposições subseqüentes, seja de modo implícito ou explícito. Do mesmo modo, se o aluno-informante escolheu o sujeito **a gente**, pensamos que ele tenha continuado a empregá-lo em seguida.

Podemos verificar no trecho a seguir, exemplo (21), a ocorrência de paralelismo formal na fala de um aluno do sexo masculino de 12 anos da quinta série durante a entrevista com a pesquisadora:

(21) F: É...aí a minha prima ela convidô a gente pra í pro fundo só que daí a minha outra prima ela disse que não porque **a gente ia se afogá** e nossos pais não tavam co'a gente né. Aí **a gente...a gente falamo** que **a gente não ia se afogá**, só que aí depois de um tempo nossos pais chegaram lá na praia e disseram que...é...procurando pela Taís porque...ela tinha se afogado aí **a gente...eu disse** que não, porque não era ela, era outra guria que tava lá se afogando, aí ele disse que...ele disse que "então tá" e levô a gente pra casa. (62F3f)

Para análise desta variável valemo-nos de três tipos de paralelismo, como observamos a seguir (já com os amálgamas):); (i) **paralelismo formal: paralelismo 1 (sujeito-sujeito):** a gente/nós... 0; a gente/nós... a gente; a gente/nós... – mos; a gente/nós... nós); (ii) **paralelismo 2 (com clíticos: sujeito-objeto):** a gente... nos/se; a gente/nós... (d) a gente (com a gente); a gente/nós... nós (de nós, com nós, para nós, conosco); e, (iii)

paralelismo 3 (com possessivos: sujeito-adjunto adnominal): a gente/nós... nosso (s); a gente/nós... (d) a gente. O paralelismo formal 1 (sujeito-sujeito) foi o que se mostrou significativo no resultado das rodadas.

Os principais critérios estabelecidos para considerarmos a existência de uma série discursiva do paralelismo 1 foram, então, os de sujeitos **nós** e **a gente** – explícitos ou implícitos – ocorrerem dentro de um limite aproximado de dez orações sem a intervenção do entrevistador. (Cf. LOPES, 1993). Consideramos como estruturas paralelas para **a gente**:

a gente... ø

(22)

“Um dia de manhã eu acordei e fui na minha amiga que o nome dela é Fran **a gente** foi passear no Chopin e **paquerar** os minino porque lá sempre vai uns gato.” (53F2e)

a gente... a gente

(23)

“F: Teve um dia que **a gente** tava andando de bicicleta, eu, minha irmã e meu amigo, daí o meu amigo estava preparando pra descê o morro, eu parei perto de uma cachoeira, eu e minha irmã, aí quando ele desceu, ele bateu na minha bicicleta, daí **a gente** caiu na cachoeira. Daí eu tive muita dor à noite e minha avó começô a fazê (inint) tive que no outro dia sê levada pro médico, fiz uma cirurgia, fiquei internada um dia ou dois, eu fiquei muito bem mais até agora eu ando de bicicleta e não tenho medo, nem trauma”. (50F1f)

a gente... – mos

(24)

“F: Aí **a gente** foi almoçá e depois **fomos** brincá, só que aí quando a gente foi brincá, me deu fome, aí eu fui pedi um sanduíche de bolacha, o sanduíche é: bolacha, queijo, bolacha”. (84F2f)

a gente... nós

(25)

“Uma vez eu estava na casa do meu tio na praia do Sonho, e la ficou muito escuro e **a gente** foi dormi. No outro dia quando **nós** acordamos **a gente** montou barracos por que tinha muitas pessoas e passamos o dia se divertindo”. (62F1e)

A seguir podemos atentar para a tabela abaixo que trata da frequência e probabilidade de **a gente**, segundo a variável paralelismo formal.

Tabela 28: Frequência e probabilidade de *a gente*, segundo a variável paralelismo formal

Paralelismo formal	Aplicação/Total	%	PR
a gente... ø	10/12	83%	.96

a gente... a gente	267/386	69%	.72
a gente... -mos	102/876	12%	.49
a gente... nós	45/393	11%	.28
TOTAL	424/1667	25%	

O paralelismo formal mostrou-se mais significativo no estudo do que a referência entre **nós** e **a gente**, revelando-se o condicionador mais poderoso entre esses dois.

A tabela 28 mostra que, quando o pronome **a gente** inicia uma série a tendência é que talvez a escolha influencie no uso de verbo + \emptyset nas formas subseqüentes (PR 0,96), como no exemplo abaixo:

(26) F: **a gente foi** pro Beto Carrero [eu e minha mãe] e **comeu - \emptyset** por lá mesmo. (63M3f)

Porém, referente a este caso acima obtivemos apenas 10 ocorrências, dentre as 12 totais encontradas, um número pequeno se comparado às duzentas e sessenta e sete (267) ocorrências de percentual 69%, em que observamos o peso relativo 0,72, e, deste modo, percebemos que quando o pronome **a gente** inicia uma série, uma forte tendência é que a escolha influencie no uso de **a gente + a gente** nas formas subseqüentes, como constatamos em:

(27) F: Bom, a minha história é que um dia, quando eu tinha seis anos, é, eu fui passeá na fazenda de uma amiga minha. Era sábado de manhã e **a gente saiu** de casa. Mais quando **a gente chegô** lá, eu fiquei muito animada e **a gente quis** í vê os animais, então **a gente foi** vê as galinha. Daí quando eu entrei lá dentro meu chinelo ficou entalado, daí a minha amiga, o nome dela é Sofia, ela foi lá tentá tirá meu chinelo, aí eu fiquei tão animada quando eu vi o chinelo na mão dela, qu'eu peguei e larguei a porta e fui pegá meu chinelo e as galinha fugiro. (84F1f)

Nas palavras de Omena (2003), a opção da forma para a primeira referência é influenciada pela forma predominantemente empregada pelo indivíduo. Segundo a autora (2003, p. 72), o que ocorre, com pouquíssimas exceções, é que o falante cujo desempenho predomina o uso de **a gente** tem mais formas iniciais com **a gente**. O mesmo se dá com os que usam predominantemente o **nós**. Desta forma, uma vez eleita a forma, o falante tende a repeti-la, sobretudo se o referente não se alterar.

Outra ocorrência diz respeito a **a gente...-mos** que totalizou, dos 876 casos, 102 episódios e PR 0,49. O que os estudos têm mostrado e Omena (2003) já comenta é que os casos de **a gente** com –mos ocorrem sempre depois da pausa, talvez o falante use a desinência

para recuperar o referente¹¹⁴. Destarte, a atuação do paralelismo se verifica também em determinados contextos em que os pronomes **nós** e **a gente** não são realizados formalmente, ou seja, com a marca morfêmica esperada, como em:

(28) “F: Esses dia **a gente foi** viajá pra cidade de Rio do Sul visitá minha vó, que ela tava meio doente, daí **a gente foi** pra lá, daí **a gente fomo** uma semana lá, depois que **a gente foi** voltá meu pai teve uma idéia de passeá fora do país, daí **a gente decidiu** i pra Argentina. **A gente foi**, nem **paramo, paramo** numa cidade lá...no interior de Santa Catarina...Rancho Queimado...acho que’ra isso...Barracão! [...] (51M3f)

Lopes (1993) observou em seus dados em relação ao paralelismo, uma maior frequência (i) com o sujeito não explícito com verbo na 1ª pessoa do plural – (93% dos casos, 0,86), e (ii) com a forma **nós** precedida de uma oração introduzida por **nós** (87%, 0,79). Isto, de acordo com a autora, indica que a probabilidade de usar o pronome **nós**, ao invés do **a gente**, é significativamente maior quando o falante emprega também **nós** em oração antecedente. Comparando seus resultados com os nossos, percebemos semelhança nos resultados, pois a ocorrência do paralelismo **nós... nós** favoreceu a utilização do pronome **nós**, alcançando um percentual alto de 89%. O exemplo abaixo ilustra esse uso.

(29) Num belo dia, eu e meu amigo Pablo fomos na padaria. Quando chegou-lá não tinha mais pão, então **nós fomos** na outra padaria. Quando chegou lá **nois pedimos** quatro reais de pão doce. Quando **nois saímos** da padaria e tinha um cachorro, que correu atras de nois. (62F3f)

Para discutir esta variável, realizamos também o cruzamento entre as variáveis paralelismo formal e preenchimento do sujeito a fim de saber qual a relação existente entre o paralelismo formal e o preenchimento do sujeito. (Cf. tabela 29)

Tabela 29: Frequência de *a gente*, segundo cruzamento entre as variáveis paralelismo formal e preenchimento do sujeito

PARALELISMO FORMAL	Aplicação/Total Sujeito PREENCHIDO	% Sujeito PREENCHIDO	Aplicação/Total Sujeito NULO	% Sujeito NULO
a gente... ø	10/10	100%	0/2	0%
a gente... a gente	264/296	89%	3/90	3%
a gente... -mos	98/258	38%	4/618	1%
a gente... nós	43/254	17%	2/139	1%
TOTAL	415/818	51%	9/849	1%

¹¹⁴ Pretendemos, ainda, continuar investigando o fenômeno relacionado ao paralelismo, mas precisamos ainda dispor de uma metodologia mais adequada e definida para tal estudo.

Como observamos nos resultados acima apresentados, o preenchimento do sujeito é mais favorecedor ao uso de **a gente** do que ao uso de **nós**. Os paralelismos mais predominantes quando se usa o pronome pessoal **a gente** preenchido na posição de sujeito são **a gente... ø** (100%) e **a gente...a gente** (89%). Enquanto os paralelismos mais favorecedores ao emprego de **nós** na posição de sujeito preenchido são: **nós... -mos**, com o percentual de 62% e **nós... nós**, com o percentual de 83%. E, em relação ao **nós** na posição de sujeito nulo tem os percentuais bem elevados no que diz respeito a todos os paralelismos: 100%, 97%, 99% e 99%, respectivamente. Todavia, o paralelismo formal que mais apresentou ocorrência do pronome **nós** na função de sujeito nulo foi o **nós...-mos**, totalizando 618 ocorrências¹¹⁵.

Abaixo, apresentamos frequência de **a gente**, segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e paralelismo formal (Cf. tabela 30), objetivando averiguar como o paralelismo formal referente ao **a gente** ocorre tanto na modalidade escrita quanto na falada e a relevância do mesmo em ambas as modalidades.

Tabela 30: Frequência de *a gente*, segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e paralelismo formal

PARALELISMO FORMAL	Aplicação/Total ESCRITA	% ESCRITA	Aplicação/Total FALA	% FALA
a gente/nos... ø	10/12	83%	0/0	0%
a gente... a gente	72/148	49%	195/238	82%
a gente... -mos	56/761	7%	46/115	40%
a gente/nos... nós	36/363	10%	9/30	30%
TOTAL	174/1284	14%	250/383	65%

Com base nos resultados acima, podemos observar que o uso do **a gente** na escrita está mais acentuado quando o paralelismo formal sujeito-sujeito ocorre da seguinte maneira: **a gente... ø** e **a gente... a gente**, totalizando 83% e 49%, respectivamente.

Além disso, nos casos de paralelismo formal sujeito-sujeito em que a segunda oração é formada por sujeito nulo e acompanhada de marca morfológica **-mos** ou **ø**, ocorreram mais casos da primeira concordância verbal do que a segunda (57 contra 10, em números

¹¹⁵ Efetuamos rodadas somente com a variável tempo verbal, excluindo a variável saliência fônica com o intuito de apurar se esta se mostraria tão relevante quanto àquela. Nesta rodada, a variável paralelismo formal foi selecionada como o 4º grupo mais relevante, assim como a saliência na primeira rodada. Entretanto, os percentuais não mudaram e se mantiveram com os mesmos valores dos obtidos na rodada com a saliência fônica e o tempo verbal. (Cf. ANEXO 6) No entanto, nesta rodada foram selecionadas nove variáveis (e não sete), a saber: (i) marca morfológica, (ii) sujeito preenchido/nulo, (iii) escrita e fala, (iv) paralelismo (sujeito-sujeito), (v) tempo verbal, (vi) sexo, (vii) paralelismo a gente com possessivo (Anexo 7), (viii) série e (ix) paralelismo a gente com clíticos (Anexo 8).

absolutos). Em relação à segunda oração, de sujeito nulo, é possível aventar duas hipóteses distintas: a) caso o sujeito nulo se refira ao pronome **nós**, é de concluir que existe, na escrita, alternância entre os pronomes **nós** e **a gente**; ou b) caso o sujeito nulo se refira ao pronome **a gente**, é de se concluir que existe, na escrita, alternância entre a concordância verbal **Ø** e **–mos** para o mesmo pronome (**a gente**). Em relação aos dados obtidos na fala, constatamos a inexistência de **a gente ... Ø**, apenas a presença de **a gente... –mos**. Considerando que houve, mesmo na fala, casos de **a gente –mos**, não é possível concluir que há apenas alternância de pronomes, de modo que as hipóteses aventadas anteriormente para a escrita terão de ser abordadas também nos estudos referentes à fala.

Mesmo não tendo condições de apurar, no momento, o que ocorre nesses casos de paralelismo formal sujeito-sujeito (alternância de pronomes **a gente** e **nós** ou manutenção do pronome **a gente** e variabilidade de concordância verbal **Ø** e **–mos**), pressupomos que, caso confirmado que se trate de alternância de concordância verbal, esta não tende a predominar, pois a utilização de **a gente –mos** presente nos dados obtidos nesse estudo ocorre, em geral, em classes desfavorecidas, de pessoas menos escolarizadas, havendo alto índice de estigmatização entre as classes mais favorecidas e escolarizadas da sociedade (Cf. SILVA, 2004). Entretanto, Omena (1998) aponta a existência considerável da alternância de pronomes em adultos (84%) e crianças (91%) para *a gente* ref. dif. e a intercambialidade de *nós* ref. dif. em adultos (49%) e crianças (28%), de modo que pressupomos que a ocorrência de **a gente... –mos**, para que seja uma construção prestigiada, deva se referir à alternância de pronomes e não alternância de concordância verbal.

Levando em consideração, ainda, o paralelismo formal sujeito-sujeito **a gente... a gente** na fala, os números indicam que a frequência de utilização de **a gente**, ao invés de **nós**, é maior quando o antecedente formal for **a gente** (82%), sendo que escolhida determinada forma, a pessoa tende a repeti-la. O mesmo ocorreu nos dados de Omena (1998, p. 196), em que a autora encontrou 93% de *a gente* ref. igual para adultos e 94% de *a gente* ref. igual para crianças. A seguir, ilustramos as ocorrências mais significativas em nossos resultados.

Exemplos de escrita

a gente... a gente

(30) Uma vez eu estava na casa do meu primo, **agente** estava subendo uma escada bem grande, fora de casa, e **agente** viu uma coisa preta [...] (60M3e)

a gente... ø

(31) Na casa da minha tia eu estava brincando com meus primos, depois **agente** foi jogar um pouco e **estava** se divertindo muito daí minha mãe me chamou para jantar. (72F4e)

Neste exemplo (30), o aluno-informante escolhe o **a gente** como 1ª referência para designar um fato ocorrido entre ele e seu primo, incluindo-se nesse contexto. Na seqüência do discurso utiliza novamente o **a gente** (repete a forma). No exemplo (31) a aluna-informante usa o pronome **a gente** para designar ela e suas primas e, em seguida, sujeito nulo e marca morfêmica **ø**.

Já na fala, o emprego de **a gente** está mais proeminente quando o paralelismo formal sujeito-sujeito ocorre da seguinte maneira: **a gente... a gente** (82%) e **a gente... –mos** (40%).

Exemplos de fala**a gente... a gente**

(32) Bom, a minha história é que um dia, quando eu tinha seis anos, é, eu fui passeá na fazenda de uma amiga minha. Era sábado de manhã e **a gente** saiu de casa. Mais quando **a gente** chegô lá, eu fiquei muito animada e **a gente** quis í vê os animais, então **a gente** foi vê as galinha. Daí quando eu entrei lá dentro meu chinelo ficou entalado, daí a minha amiga, o nome dela é Sofia, ela foi lá tentá tirá meu chinelo, aí eu fiquei tão animada quando eu vi o chinelo na mão dela, qu'eu peguei e larguei a porta e fui pegá meu chinelo e as galinha fugiro. (84F2f)

a gente... –mos

(33) Aí **a gente** foi almoçá e depois **fomos** brincá, só que aí quando **a gente** foi brincá, me deu fome, aí eu fui pedi um sanduíche de bolacha, o sanduíche é: bolacha, queijo, bolacha. Daí, mais eu tava distraída, e uma galinha roubô meu sanduíche, tinha ficado a galinha de fora, e ela roubô. Aí eu fui chorando e os pais da minha amiga perguntaro se algum bicho tinha me picado e eu disse que não. Aí eles pegaro e me dero outro sanduíche. Aí eu comi bem rápido com medo da galinha, aí na hora de í embora, **a gente** tinha combinado de saí sete horas, mais aí a cachorra delas começô a ter filhotes. (84F2f)

No exemplo (32) supracitado, vemos primeiramente o caso de **a gente... a gente**. Neste, a aluna-informante escolhe o **a gente** na maioria das vezes e como 1ª referência para designar ela + 3ª pessoa em um passeio na fazenda. Na seqüência do discurso utiliza novamente o **a gente**, precedido de **a gente** (repetição da forma).

Já no exemplo subsequente, a aluna-informante emprega o paralelismo formal sujeito-sujeito usando primeiramente o sujeito preenchido **a gente** e, após, o sujeito nulo com a marca morfêmica **–mos**, sendo que não conseguimos saber se ela se refere ao sujeito **nós** ou

ao sujeito **a gente**. Podemos até supor que seja ao **a gente**, uma vez que, posteriormente, a aluna somente usa este pronome em sua fala, porém não temos certeza absoluta.

Estes resultados, de modo geral, confirmam a tendência lingüística do *paralelismo formal*, atestando, desta maneira, que uma vez selecionada a forma, a pessoa tende a repeti-la, especialmente, se o referente não mudar.

Convém lembrar que a influência do paralelismo sobre a escolha das variáveis apenas está relacionada ao aumento de ocorrências de uma ou de outra forma na dependência do incremento de uma delas por outros fatores favorecedores. Nas palavras de Omena (2003, p. 73), o paralelismo não constitui, portanto, um condicionamento que acelere ou retarde a mudança diretamente. A seguir, apresentamos os resultados para a variável lingüística saliência fônica.

6.2.2.4. Saliência fônica

O princípio da saliência fônica já foi testado em diversos trabalhos variacionistas (FERNANDES & GÖRSKI, 1986; OMENA, 1986, 1998, 2003; NARO et. al., 1999; SCHERRE, 1988; LOPES, 1993, entre outros) e, conforme já mencionado, segundo Zilles e Batista (2006, p. 105) o papel desta se define como o de uma “hierarquia das formas verbais em função do contraste entre a forma com a desinência e a 3ª pessoa do singular”.

A escala, ora apresentada, sobre a variação entre **nós** e **a gente**, utiliza, em especial, as propostas de Omena (1986, 1998), Lopes (1993) e Naro et. al (1999) e esta é subdividida em seis níveis de diferenciação fônica, como já foi dito no capítulo anterior (Cf. Quadro 1).

Todavia, ao realizarmos a primeira rodada, alguns fatores apresentaram *KNOCKOUT* e, então, amalgamamos alguns graus, o que resultou nos graus 1 e 2. (Cf. Quadro 2, que repetimos abaixo).

Quadro 2: Graus de saliência fônica utilizados no estudo

GRAUS	Saliência fônica
1	grau 1: falava/falávamos; fosse/fôssemos; ir/irmos; cantar/cantarmos.
	grau 2: fala/falamos; conversa/conversamos; pôde/pudemos.
	grau 3: está/estamos; faz/fazemos; vê/vemos.
	grau 4: vai/vamos; partiu/partimos; comeu/comemos; foi/fomos; pediu/pedimos.

2	<p>grau 5: falou/falamos; passou/passamos; brincou/brincamos; voltou/voltamos.</p> <p>grau 6: é/somos; veio/viemos; teve/tivemos.</p>
---	---

A seguir há exemplos retirados dos nossos dados de escrita e de fala referindo-se a esta variável:

Dados de escrita

(34) grau 1: a gente

“[...] e de tão triste que **a gente tava** que nem comemoramos o aniversario da minha tia e depois de um mês a miha prima nasceu aí sim a gente ficou feliz.” (53F1e)

(35) grau 2: a gente

“Uma vez eu e o meu pai a gente **foi** no jogo ai a gente **foi** no jogo do figueira contra o Goias foi numa quarta feira ai a gente **entrou** no estadio e o jogo comessou”. (63M4e)

Dados de fala

(36) grau 1: a gente

F: Quase todo final de semana meu primo vem brincá comigo, às vezes eu vou na casa dele, e ele vai na minha também.

E: E aí? O que vocês fazem?

F: Às vezes **a gente brinca** de boneco, um monte de coisa.

E: Vão na praia ou não?

F: A gente vai na praia no verão quando tem sol. Quase sempre a gente vai um monte de vezes no shoppí, no circo também.” (50M3f)

(37) grau 2: a gente

“F: E daí **a genti feiz** uma ...(inint) cum pedaço de graveto que tinha no chão daí **a gente ficou** brincando, daí depois quando **a gente escutô**, deu treis tiro, daí **a gente saiu** correndo.

E: Mais a arma era de vocês?

F: Não, era...tiroteio mesmo.

E: Ai, ai, ai, que medo. E daí? Vocês não ficaro cum medo?

F: A gente **correu**, daí... ele foi pra casa dele, eu fui pra minha”. (50M3f)

O pronome de primeira pessoa do plural **nós/ a gente** pode harmonizar-se com núcleo verbal que possua forma mais ou menos saliente. Nas palavras de Omena (1998, p. 69), há menos distância fonética entre **a gente fica X nós ficamos** do que entre **nós somos X a gente é**. A diferença entre *fica* e *ficamos* é somente o acrescentamento de uma sílaba, o que, segundo Omena (1998) favorece maior substituição de **nós** por **a gente**. Já *é* e *somos* são formas completamente distintas, tornando menos provável a ocorrência de *a gente*, conforme a autora (1998, 2003).

Para exemplificar tal colocação, Omena (2003) apresenta seus resultados de análise de tempo real de curta duração com base na saliência fônica e uso de **a gente** vs. **nós**, sendo que os resultados vão das formas menos salientes para as mais salientes, como observamos a seguir:

Tabela 31: Saliência fônica e uso de *a gente* vs. *nós*

Saliência fônica	Amostra 80 (C)		Amostra 00 (C)	
	Frequência	PR	Frequência	PR
Falando	11/11 = 100%	-	4/4 = 100%	-
Falava / falávamos	128/180 = 71%	.72	135/166 = 81%	.72
Fala / falamos	377/421 = 90%	.59	250/286 = 87%	.55
Falar / falarmos	98/105 = 93%	.49	45/46 = 98%	.85
Saiu / saímos	158/263 = 60%	.39	151/202 = 75%	.48
Faz / fazemos	215/282 = 76%	.35	173/234 = 74%	.31
É / somos	14/33 = 42%	.22	8/28 = 29%	.04

Fonte: Omena (2003, p. 69)

Como observamos a passagem do tempo (20 anos) não mudou muito o desempenho da comunidade. Pelo que lemos o pronome **a gente** é empregado preferencialmente com as formas verbais que apresentam menor grau de saliência fônica. Realidade adversa acontece com o pronome **nós**, pois quanto maior a diferenciação fônica entre o singular e o plural, maior a sua probabilidade. Em relação ao gerúndio, a autora comenta que o resultado foi categórico para esta forma, sendo que, nesse contexto, ou se cancela o sujeito ou se usa **a gente**. De acordo com Omena (2003), as frequências para o infinitivo e para o futuro do subjuntivo não correspondem a dos pesos relativos nos dados de 1980, devido à interferência de outros fatores quando se quantificaram os dados.

Considerando os resultados apresentados por alguns autores, postulamos as nossas hipóteses, conforme mencionamos anteriormente. Pretendemos analisá-las com base nos resultados estatísticos obtidos pelo programa VARBRUL. Os resultados estão na tabela 32, a seguir.

Tabela 32: Frequência e probabilidade de *a gente*, segundo a variável saliência fônica

Saliência fônica	Aplicação/Total	%
grau 1: falava/falávamos; fosse/fôssemos; ir/irmos; cantar/cantarmos.		
grau 2: fala/falamos; conversa/conversamos; pôde/pudemos.	85/247	34%

grau 3: está/estamos; faz/fazemos; vê/vemos.		
grau 4: vai/vamos; partiu/partimos; comeu/comemos; foi/fomos; pediu/pedimos.		
grau 5: falou/falamos; passou/passamos; brincou/brincamos; voltou/voltamos.	339/1420	24%
grau 6: é/somos; veio/viemos; teve/tivemos		
TOTAL	424/1667	25%

Como os resultados¹¹⁶ apontam, a nossa hipótese inicial se confirma. O pronome **a gente**, mesmo sendo menos utilizado do que o pronome **nós** em ambos os graus de saliência fônica, é empregado com mais frequência nos níveis de menor saliência fônica (34%) do que nos níveis de maior saliência fônica (24%).

Do mesmo modo que em Omena (1998, 2003), o infinitivo impessoal aparece favorecendo o uso de **a gente**, também percebemos o infinitivo no grau 1 favorecendo o uso de **a gente** em nossos dados. Ao que parece podemos notar que os índices maiores da forma **nós** nos graus 4, 5 e 6 podem aludir também à prevalência do pretérito perfeito do indicativo e o pronome **a gente** pode estar aparecendo mais com os graus 2 e 3, correspondendo quase, exclusivamente, ao tempo presente, entretanto, se faz interessante observarmos, ainda, que no grau 1 há formas verbais do pretérito imperfeito e no cruzamento das variáveis tempo verbal e saliência fônica podemos constatar melhor a que tempo verbal cada uma das formas é mais utilizada e se há uma tendência maior ao uso de **nós** com tempos mais marcados (pretérito perfeito e futuro) e de **a gente** com as formas menos marcadas (formas nominais, presente e pretérito imperfeito) (OMENA, 1986, 1998; LOPES, 1993; NARO et. al., 1999; VIANNA, 2006; entre outros). De acordo com Naro et. al (1999, p. 209):

The results for *nós* and *a gente* can be summarized as follows. For *nós*, the most important variable is phonic salience in all four age groups, but tense gains strength in each succeeding generation, reaching statistical significance beginning with our thurd age group, the Young People. In the case of *a gente*, the main variable is phonic salience, but only for the Older Adults. For the remaining three age groups, tense becomes the principal variable and exhibits well-polarized values. We conclude that there is a tendency in spoken Brazilian Portuguese to shift the locus of determination of the use of *-mos* from saliency to tense. In other words, in the old system the *-mos* desinence was semantically redundant, controlled basically by the principle of salience, in the environment of a 1st plural subject. In the new system,

¹¹⁶ A tabela 32 ficou mais difícil de ser analisada devido aos amalgamas que fizemos, mas, confirma, de certa forma, a nossa hipótese inicial.

to the contrary, *-mos* is associated in its own right with a semantically important category (i. e., past tense) and is acquiring a role as the preterit morpheme.¹¹⁷

A análise realizada por Naro et. al. (1999) foi submetida à relação das variáveis saliência fônica e tempo verbal. Os autores evidenciaram, no estudo, que o pretérito perfeito apresentou as formas mais salientes, centrando-se nos graus 4 e 5, mais altos da escala. Nos outros tempos, a diferenciação entre o singular e o plural foi menor: são os graus mais baixos – grau 1, fundamentalmente do pretérito imperfeito e graus 2 e 3 do presente. Naro et. al. (1999) sugerem que, pelo fato de o tempo presente e o tempo pretérito terem a mesma forma na 1ª pessoa do plural, o falante tem se valido, cada vez mais, da desinência *-mos* para assinalar o tempo pretérito, em oposição à ausência de marca no presente. Nas palavras dos autores (1999, p. 201):

For regular verbs the *-mos* forms are ambiguous between the present and the preterit tenses. Thus, *falamos* can mean either "we speak" or "we spoke", *aprendemos* can be either "we learn" or "we learned", and *partimos* corresponds to both "we leave" and "we left". The 0 ending forms, on the other hand, are unambiguously present tense: *fala* "speak" is quite different from *falou* "spoke", and the same is true of *aprende* "learn" versus *aprendeu* "learned" and *parte* "leave" versus *partiu* "left". This fact turn out to be critically important in the developments studied here¹¹⁸.

Realizamos, assim como Naro et. al. (1999), cruzamento de nossos dados referentes às variáveis tempo verbal e saliência fônica. (Cf. tabela 33)

Tabela 33: Frequência de *a gente*, segundo cruzamento entre as variáveis tempo verbal e saliência fônica

TEMPO VERBAL	Aplicação/Total SALIÊNCIA FÔNICA (GRAU 4,5,6)	% SALIÊNCIA FÔNICA (GRAU 4,5,6)	Aplicação/Total SALIÊNCIA FÔNICA (GRAU 1,2,3)	% SALIÊNCIA FÔNICA (GRAU 1,2,3)
Presente do indicativo	5/31	16%	26/70	37%

¹¹⁷ Os resultados para *nós* e *a gente* podem ser resumidos da seguinte forma. Para *nós*, a variável mais importante é a saliência fônica em todos os quatro grupos etários, ganhando força em cada nova geração, começando a atingir significância estatística com a nossa faixa terceira etária, os jovens. No caso de *a gente*, a principal variável é saliência fônica, mas só para os adultos mais velhos. Para os restantes três grupos etários, torna-se a principal variável e exhibe valores bem polarizados. Concluímos que existe uma tendência no Português Brasileiro falado para desviar o *locus* de determinação do uso de *-mos* a partir da saliência. Em outras palavras, no antigo sistema, a desinência *-mos* era semanticamente redundante, controlada basicamente pelo princípio da saliência, no lugar de sujeito de primeira pessoa do plural. No novo sistema, ao contrário, *-mos* está associado na sua própria direita, como uma categoria semanticamente importante (isto é, tempo passado) e está adquirindo um papel como o morfema do pretérito não ambíguo. (tradução nossa).

¹¹⁸ Para os verbos regulares *-mos* as formas são ambíguas entre o tempo presente e o tempo pretérito. Assim, *falamos* pode significar tanto "nós falamos" (presente) ou "nós falamos" (passado), *aprendemos* pode ser "nós aprendemos" (presente) ou "nós aprendemos" (passado), e *partimos* corresponde tanto a "nós partimos" (presente) quanto a "partimos" (passado). As formas que terminam em \emptyset , por outro lado, são claras no tempo presente: *fala* sendo bastante diferente de *falou*, e o mesmo vale para *aprende* versus *aprendeu* e *parte* versus *partiu*. Este fato, revela-se extremamente importante nos estudos desenvolvidos até aqui. (tradução nossa).

Pretérito perfeito do indicativo	333/1388	24%	1/3	33%
Pretérito imperfeito do indicativo	1/1	100%	58/173	34%
TOTAL	339/1420	24%	85/246	35%

A tabela 33 confirma, de certa forma, a nossa segunda hipótese, pois há uma tendência maior ao uso de **nós** (76%) com tempos mais marcados (pretérito perfeito) e de **a gente** (35%) com as formas menos marcadas (presente). Se compararmos o uso de **a gente** nos dois graus de saliência, 1 e 2, veremos que **a gente** totaliza 37% de uso de presente do indicativo nos graus mais baixos 1, 2, 3 contra 16% de uso de presente do indicativo nos graus mais altos, assim também ocorre no que se refere ao pretérito perfeito, um uso maior de **a gente** nos graus mais baixos. Apenas no que toca ao pretérito imperfeito é que foge à regra, pois há só um caso de pretérito imperfeito nos graus mais elevados de saliência, inviabilizando os resultados, de certo modo. Segundo Omena (1998, 2003) e Naro et. al (1999), os percentuais são mais altos para a forma **nós** no tempo pretérito imperfeito, contrariamente ao que Lopes (1993) verificou.

Encontramos, em nossos dados, 34% de emprego **a gente** no tempo pretérito imperfeito nos graus mais baixos e 66% de **nós**. Apesar de, em nossos dados, todos os percentuais favorecerem a forma **nós**, verificamos que é no tempo presente dentre os graus mais baixos de saliência que o **a gente** ocorre. Por fim, ressaltamos que acreditamos que o **a gente** ocorreu bastante no tempo pretérito perfeito do indicativo por causa da proposta da pesquisa. A seguir, apresentamos resultados de rodadas efetuadas sem a saliência fônica, apenas com o tempo verbal. (Cf. Tabela 34)

Tabela 34: Frequência de uso de *a gente*, segundo a variável tempo verbal

TEMPO VERBAL	Aplicação/Total	(%)
Presente do indicativo (estuda)	31/101	31%
Pretérito imperfeito do indicativo (estudava)	334/1391	24%
Pretérito perfeito do indicativo (estudou)	59/174	34%
TOTAL	424/1666	25%

Nessa rodada, os maiores percentuais para o uso de **a gente** ocorreram com o tempo pretérito perfeito (34%) e com o tempo presente do indicativo (31%), devido a proposta solicitada aos alunos, provavelmente. O presente do indicativo, que pode ser usado para indicar significados excepcionais, apresentando outras conotações, como habitualidade, momentaneidade, passado, futuro (LOPES, 1993), equivaleria aos tempos não marcados, justificando a sua combinação maior com a forma **a gente**. Entretanto, salientamos que a diferença foi pequena, como podemos observar nos resultados expostos na tabela acima: 31% para o presente do indicativo, 24% para o pretérito imperfeito do indicativo e 34% para o pretérito perfeito do indicativo. Porém o resultado para o fator pretérito imperfeito do indicativo é bastante curioso, 24% de **a gente com PI** (a gente estudava), o que quer dizer que há 76% de *nós estudava(mos)*. Uma taxa alta, levando em conta que a forma verbal proparoxítona fica bastante saliente na fala.

Os nossos resultados ficaram muito próximos, e, embora em Omena (1986) e Naro et. al. (1999) o pretérito imperfeito seja mais empregado com **a gente**, em nossos resultados, o índice deste para o pronome **a gente** foi o mais baixo, corroborando com os resultados de Lopes (1993) uma vez que, nos dados da autora, houve um ligeiro favorecimento para o pronome **nós** (66%) nesses contextos.

Pensamos ser indispensável citar que, em nosso estudo, a variável tempo verbal não foi selecionada como significativa, porém a interdependência dos fatores saliência fônica e tempo verbal nos parece evidente, visto que os alunos, ao narrarem um acontecimento da vida deles, referem-se a eventos passados, marcando-os temporal e cronologicamente¹¹⁹. Efetuamos, ainda, cruzamento entre as variáveis fala/escrita e saliência fônica no que diz respeito aos pronomes em estudo com a finalidade de observar esta variável lingüística em cada uma das modalidades, fala e escrita. (Cf. Tabela 35)

¹¹⁹ Realizamos também, rodada estatística sem a variável saliência fônica a fim de verificar se os resultados se diferenciariam muito, porém, retirando a saliência fônica do verbo, o resultado para a variável tempo verbal se apresentou o mesmo.

Tabela 35: Frequência de *a gente*, segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e saliência fônica

SALIÊNCIA FÔNICA	Aplicação/Total ESCRITA	% ESCRITA	Aplicação/Total FALA	% FALA
grau 1: falava/falávamos; fosse/fôssemos; ir/irmos; cantar/cantarmos. grau 2: fala/falamos; conversa/conversamos; pôde/pudemos. grau 3: está/estamos; faz/fazemos; vê/vemos.	36/185	19%	49/62	<u>79%</u>
grau 4: vai/vamos; partiu/partimos; comeu/comemos; foi/fomos; pediu/pedimos. grau 5: falou/falamos; passou/passamos; brincou/brincamos; voltou/voltamos. grau 6: é/somos; veio/viemos; teve/tivemos	138/1099	13%	201/321	63%
TOTAL	174/1284	14%	250/383	65%

Observamos que os percentuais de **a gente** foram mais elevados nos graus 1, 2 e 3, com respectivamente 19% na escrita e 79% na fala. Como podemos notar, o uso de **nós** ainda está muito ligado à escrita dos alunos, tanto nos graus mais baixos (81%) quanto nos mais altos (87%) e, talvez, por esse motivo, nossos resultados para **a gente** comentados acima tenham sido tão próximos e distantes dos de outros estudos que só utilizaram a fala.

Nossa próxima seção trata da última variável lingüística selecionada pelo programa, o paralelismo formal (sujeito-objeto).

6.2.2.5. Paralelismo formal (sujeito-objeto)

Realizamos uma separação entre os paralelismos sujeito-sujeito, sujeito-objeto e sujeito-possessivo a fim de verificar minuciosamente cada tipo de paralelismo e suas relevâncias. O paralelismo sujeito-sujeito foi selecionado como o mais significativo dentre os

três, mas o paralelismo sujeito-objeto foi o segundo significativo dentre eles e o último grupo de fatores da rodada estatística.

Segue tabela 36 com os resultados.

Tabela 36: Frequência e probabilidade de *a gente*, segundo a variável paralelismo formal sujeito-objeto

	Aplicação/Total	(%)	PR
a gente...(d) a gente, com a gente	4/12	33%	.82
a gente... nós, de nós, com nós, para nós, conosco	10/43	23%	.43
a gente... nos, se	13/82	16%	.47
TOTAL	27/137	20%	

O paralelismo formal (com clíticos: sujeito-objeto) que mais se mostrou significativo no estudo foi o **a gente...(d) a gente, com a gente**, ou seja, este resultado (33% e PR 0,82) indica também que, quando o pronome sujeito **a gente** inicia uma série, a tendência é de que o objeto também prefira a forma (d)**a gente**. O mesmo ocorre com o pronome **nós**, quando inicia uma sentença, em geral, é retomado no objeto, como os resultados confirmam, com 77% de frequência nessa relação.

A seguir, apresentaremos os resultados e discussões das variáveis extralingüísticas.

6.2.3. Resultados e discussões das variáveis extralingüísticas

Das quatro variáveis extralingüísticas analisadas, duas se mostraram relevantes para a variação de **nós** e **a gente** em nosso estudo, a saber: sexo e série. Este resultado é importante, visto que fica evidente a determinação social do indivíduo na variação dos pronomes pessoais de primeira pessoa.

6.2.3.1. Sexo

Este foi o sexto grupo selecionado significativo pelo programa VARBRUL. Segundo Labov (1972, 2003), percebe-se que as mulheres, tendem a empregar as formas de

maior prestígio, evitando formas estigmatizadas. Todavia, o autor também menciona que nos processos de mudança lingüística, as mulheres mostram-se mais inovadoras, introduzindo as variantes “não-padrão”, quando essa forma não estiver marcada.

Zilles (2007, p. 34) mostra dois dos grupos de fatores sociais, gênero e faixa etária, que obtiveram significância estatística em seu estudo. Os seus resultados para as variáveis sociais mostram que esta é uma mudança liderada por mulheres, pois o gênero feminino favorece o emprego de **a gente**, com peso de 0,55, e o gênero masculino o desfavorece, com peso de 0,41. Os resultados para faixa etária também sugerem uma mudança em curso, visto que os falantes mais jovens (25 a 50 anos) lideram com peso: 0,66, contra apenas 0,42 nos falantes de 50 a 70 anos de idade. Notamos, ainda, em seu estudo que a probabilidade geral de uso de **a gente** é muito alta (0,85), indicando que a mudança já é bastante avançada.

No que diz respeito, à substituição de **nós** por **a gente**, como já mencionado, Omena (1998, 2003) e Lopes (1999, p. 133) demonstraram que, na fala popular, “há uma leve tendência das mulheres a empregar, mais do que os homens, o sujeito **nós** explícito, embora haja ‘indícios de que essa substituição de **nós** por **a gente**, na década de 60, tenha se iniciado pelas mulheres’”. Já no tocante à norma culta, Lopes (1993) apresenta uma situação inversa, mostrando que a incidência do uso de **a gente**, entre as mulheres, é maior. Silva (2004) também mostra em seu estudo que a diferença dos pesos relativos entre os sexos mostra a tendência favorável de 0,11 para as mulheres (sendo que as mulheres tiveram PR 0,57 e os homens PR 0,45) que, geralmente, são tidas como agentes de mudança lingüística, quando esta não está sujeita a sofrer estigma social. Com base nestes estudos supracitados, nossa expectativa se aproxima da dos resultados alcançados por Zilles (2007) e também por Seara (2000) e é de que as alunas tendam a utilizar o pronome **a gente**, tendo em vista que ele não carrega muito estigma e como as pesquisas variacionistas, em geral, têm demonstrado, as formas “bem aceitas” na sociedade geralmente já estão na fala das mulheres.

Abaixo, apresentamos a tabela 37 com os nossos resultados:

Tabela 37: Frequência e probabilidade de *a gente*, segundo a variável social sexo dos informantes

Sexo	Aplicação/Total	%	PR
masculino	144/708	20%	.32
feminino	280/959	29%	.64
TOTAL	424/1667	25%	

Os resultados da tabela acima corroboram nossa hipótese de que as mulheres tenderiam a utilizar mais o pronome **a gente** do que os homens. As mulheres utilizaram este pronome em 29% das ocorrências, e PR de 0,64. Esse resultado aproxima-se do encontrado por Zilles (2007) e por Seara (2000), mencionado anteriormente, em que as mulheres, de modo geral, também tendem a utilizar o pronome pessoal **a gente**.

Porém, percebemos que a frequência, neste caso, não foi tão alta como em outras pesquisas, possivelmente, devido aos resultados de fala e escrita estarem juntos. Realizamos, então, um cruzamento entre as variáveis sexo, fala e escrita a fim de verificar se o percentual de **a gente** é elevado na fala conforme as pesquisas citadas e se já há um uso efetivo de **a gente** na escrita. Abaixo, mostramos a tabela 38 com o resultado dos cruzamentos:

Tabela 38: Frequência de *a gente*, segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e sexo dos informantes

SEXO	Aplicação/Total ESCRITA	% ESCRITA	Aplicação/Total FALA	% FALA
Masculino	57/523	11%	87/185	47%
Feminino	117/761	<u>15%</u>	163/198	<u>82%</u>
TOTAL	174/1284	14%	250/383	<u>65%</u>

De fato, os resultados deste cruzamento indicam que, na fala, entre as alunas, 82% das ocorrências foram de **a gente** contra 18% de **nós**. Já entre os alunos, 47% das ocorrências foram de **a gente** contra 53% de **nós** na fala. Em relação à escrita, os resultados mostram que, entre as alunas, 15% das ocorrências dizem respeito ao **a gente** e 85% ao **nós**. Já entre os alunos, 11% das ocorrências foram de **a gente** na escrita contra 89% de **nós**. Observamos que apesar de o percentual de emprego de **a gente** na escrita não ser tão elevado ainda como na fala, já se mostra evidente e em utilização na escrita escolar.

Notamos, ainda, neste estudo que a frequência geral de uso de **a gente** na fala é bem elevada (65%), indicando que a mudança já é bastante avançada e caminhando para a escrita que teve como percentual geral 14% de uso de **a gente**.

6.2.3.2. Série

O sétimo grupo selecionado como significativo pelo programa VARBRUL foi a série do informante. Para a análise dessa variável, realizamos a distribuição pelas quatro séries integrantes do segundo segmento do ensino fundamental: 5ª, 6ª, 7ª e 8ª.

Segundo Votre (2004), a escola age como preservadora da forma de prestígio. Todavia, nos pronomes pessoais de primeira pessoa **nós/a gente**, não há, atualmente, muito estigma¹²⁰. Mas embora o pronome **a gente** seja “bem aceito”, a sua possibilidade de ocorrência com o mesmo valor referencial do pronome **nós**, essencialmente na escrita, não costuma ser objeto do ensino formal, apesar de o pronome **a gente** ser usado frequentemente no discurso dos professores e profissionais da escola. Assim, a escola segue atuando como uma instituição propagadora do pronome de “maior prestígio”: **nós** e omitindo, portanto, a possibilidade de substituição desse pronome por **a gente** em determinados contextos de escrita e igualmente de fala.

Nossa hipótese quanto à série é encontrar mais ocorrências do pronome **a gente** na escrita nos informantes de 5ª e 6ª séries que estão passando pelo processo de aprender o conteúdo pronominal, utilizando, ainda, uma escrita menos formal, tendendo a empregar mais a *escrita 1*. E acreditamos encontrar mais ocorrências do pronome **nós** na escrita dos alunos de 7ª e 8ª série, pelo fato de estes estarem usando com maior frequência o pronome **nós** e estarem vivenciando uma fase em que a monitoração escrita, em geral, é mais recorrente, caminhando, então, para a *escrita 2*, melhor dizendo, fazendo uso de uma *quase escrita 2*. Quanto à fala, por ser mais espontânea, acreditamos que o pronome **a gente** será mais empregado pelos alunos em geral do que o pronome **nós**, independentemente da série.

Os resultados podem ser visualizados na tabela 39 a seguir:

¹²⁰ Em geral, baseadas nos resultados de pesquisas já mencionadas, podemos perceber que existe pouco estigma em relação ao pronome **a gente** no PB. O que é condenado, na maioria dos casos em Florianópolis, é o uso da concordância não canônica com os pronomes **nós/a gente**, ou seja, **a gente** acompanhado da marca morfológica *-mos* e **nós** acompanhado da marca morfológica \emptyset .

Tabela 39: Frequência e probabilidade de *a gente*, segundo a variável série (5ª, 6ª, 7ª, 8ª)

Série	Aplicação/Total	%	PR
5ª série	143/369	39%	<u>.70</u>
6ª série	126/503	25%	<u>.51</u>
7ª série	65/330	20%	.49
8ª série	90/465	19%	.33
TOTAL	424/1667	25%	

A partir destes resultados, podemos perceber que os alunos que mais utilizam o pronome **a gente** são das séries: 5ª e 6ª, com 39% e 25% das ocorrências e acompanhadas de PR de 0,70 e 0,51, respectivamente, o que as aponta como favorecedoras do uso de **a gente** corroborando nossa hipótese. Em contrapartida, os alunos pertencentes às últimas séries do segundo segmento do ensino fundamental (7ª e 8ª) mostram PR 0,49 e 0,33, respectivamente, embora também façam uso deste pronome.

Realizamos, então, cruzamento entre as variáveis fala/escrita e série, para tentarmos detectar se a série exerce influência na prescrição das formas pronominais, em cada uma das modalidades.

Nossa expectativa é que com o passar dos anos, à medida que caminham para a 8ª série os alunos venham a fazer maior uso do pronome **nós**, principalmente na escrita.

Abaixo podemos visualizar os resultados do cruzamento.

Tabela 40: Frequência de *a gente*, segundo cruzamento entre as variáveis fala/escrita e série

SÉRIE	Aplicação/Total ESCRITA	% ESCRITA	Aplicação/Total FALA	% FALA
5ª série	50/234	<u>21%</u>	93/135	<u>69%</u>
6ª série	46/374	12%	80/129	62%
7ª série	37/280	13%	28/50	56%
8ª série	41/396	10%	49/69	<u>71%</u>
TOTAL	174/1284	14%	250/383	65%

Os resultados expressos na tabela acima, referentes à escrita, mostram que os alunos das primeiras séries do segundo segmento do ensino fundamental (5ª e 6ª) começam empregando mais o **a gente** na escrita e à medida que caminham para a 8ª série passam a usar

mais o pronome **nós**. Há nos resultados uma pequena inversão no uso de **a gente** na 6ª e 7ª série (12% e 13%, respectivamente), entretanto esta variação é pequena, não chegando a desconfirmar a nossa hipótese. Quanto aos resultados dos dados de fala, percebemos que em todas as séries os alunos fazem mais uso do pronome **a gente** do que do pronome **nós**, o que já era de se esperar, já que na fala a linguagem se aproxima mais da espontânea, em geral, não tão monitorada, entretanto, destacamos o uso de **a gente** (71%) na fala dos alunos-informantes da 8ª série – maior nível de escolaridade do ensino fundamental. Como já sabemos de outros estudos variacionistas, o pronome **a gente** é muito utilizado na fala, tanto na dos menos escolarizados quanto na dos mais escolarizados (Cf. OMENA, 1998, 2003; ALBÁN; FREITAS, 1991; LOPES, 1993, 1998, 1999; MACHADO, 1995; SEARA, 2000; FERNANDES, 2004; e outros), além de que a fala, em geral, é menos formal do que a escrita, e o pronome **a gente**, de acordo com algumas pesquisas, é mais empregado em situações informais, enquanto o pronome **nós** é predominante em situações mais formais (Cf. OMENA 1986, 1999; LOPES 1993, 1999; MACHADO, 1995; E, FERNANDES, 2004).

De acordo com Labov (2003) acreditamos que a maioria dos alunos pertencentes ao segundo segmento do ensino fundamental, com o auxílio da escola, já adquiriu a percepção estilística das diferentes formas de designar a primeira pessoa do plural, conseguindo distinguir os usos de uma e de outra forma e o seu significado social. Quando usam o pronome **nós**, o utilizam mais na escrita já que, de modo geral, a escola apregoa este emprego. Já o pronome **a gente**, tendem a usá-lo principalmente na fala, pois a utilização de **a gente** por **nós** não parece ser estigmatizada no desempenho oral dos falantes.

A partir desse resultado, constatamos que no segundo segmento do ensino fundamental há uma queda de uso do pronome **nós** na fala.

Abaixo apresentamos os resultados do cruzamento entre sexo e série:

Tabela 41: Frequência de *a gente*, segundo cruzamento entre as variáveis sexo e série (5ª, 6ª, 7ª, 8ª)

SEXO	Aplicação/Total (%) 5ª SÉRIE	Aplicação/Total (%) 6ª SÉRIE	Aplicação/Total (%) 7ª SÉRIE	Aplicação/Total (%) 8ª SÉRIE	Aplicação/Total (%) TOTAL
masculino	66/217 (30%)	34/201 (17%)	24/137 (18%)	20/153 (13%)	144/708 (20%)
feminino	77/152 (51%)	92/302 (30%)	41/193 (21%)	70/312 (22%)	280/959 (29%)
TOTAL	143/369 (39%)	126/503 (25%)	65/330 (20%)	90/465 (19%)	424/1667 (25%)

Analisando os resultados acima podemos constatar, novamente, que as mulheres utilizam mais o pronome **a gente**, enquanto que os homens utilizam mais o pronome **nós**, independentemente da escolaridade. Enquanto os homens mostram um percentual baixo em cada série do ensino fundamental de 30%, 17%, 18% e 13%, respectivamente, as mulheres utilizam mais **a gente** em cada série do ensino fundamental, a saber: 51%, 30%, 21% e 22%, respectivamente.

Há que se comentar que o pronome **a gente**, independente de sexo, é menos utilizado pelos alunos das duas últimas séries do ensino fundamental, confirmando o que alinhavamos em nossa hipótese.

Realizamos, também, como já mencionamos, rodadas com os dados de fala e escrita somente da escola 3. Os resultados dessas rodadas serão comentados a seguir.

6.3. Rodadas somente com os dados de escrita da escola 3

Efetuamos rodadas estatísticas no Programa VARBRUL somente com os dados de escrita dos alunos-informantes da escola 3, excluindo os demais dados de escrita dos outros alunos-informantes das demais escolas integrantes da pesquisa (1, 2 e 4), a fim de comparar os resultados de escrita e fala da mesma escola.

As ocorrências com o pronome **a gente** na escrita dos alunos do segundo segmento do ensino fundamental, correspondem a 16% do total, conforme ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Distribuição do uso de *nós* e *a gente* na escrita da escola 3



Acreditamos que provavelmente a aquisição do pronome **nós** se dá, sobretudo, por influência do ensino formal e a aquisição de **a gente** se dá, basicamente, devido ao contexto comunicativo interacional do dia-a-dia (este pode se manifestar inclusive até na própria escola sem que os participantes do contexto comunicativo interacional se dêem conta disso). Após o contato contínuo com a escrita, de fato, o sujeito falante, em geral, apresenta uma nova fala, peculiaridade de um falante. Em nosso caso, sabemos que embora os alunos do segundo segmento do ensino fundamental ainda não dominem uma *escrita 2*, acreditamos que eles tendem a virar aos poucos sua produção escrita e falada em direção à norma culta da língua. Esses alunos devem estar, portanto, fazendo uso de uma *quase escrita 2* em suas produções, uma vez que estão na escola e esta tende a apregoar o ensino tradicional. Se a escola for competente, fará com que os alunos aprendam também uma ou outra forma de falar (*fala 2*), para que possam usar uma ou outra em diferentes situações comunicativas. Possivelmente, os alunos em sua maioria, só irão adquirir uma *escrita 2* e *fala 2* até o final do ensino médio, mas mesmo durante o ensino fundamental já devem compreender o que se passa em um contínuo de monitoração estilística e devem escolher as formas que utilizam para determinados usos e contextos na escrita e na fala.

Logo, nossa expectativa é de que os alunos de 5^a e 6^a séries utilizem mais o pronome **a gente** na escrita e na fala. E, por sua vez, os alunos de 7^a e 8^a série utilizem com maior frequência o pronome **nós** na escrita.

Os grupos de fatores selecionados como significativos pelo programa VARBRUL nesta rodada só com a escrita da escola 3, por ordem de relevância, foram:

1º Marca morfológica;

2º Paralelismo formal;

3º Saliência fônica.

Como observamos, foram selecionadas apenas variáveis lingüísticas como significativas: (i) marca morfológica, (ii) paralelismo formal e (iii) saliência fônica. Os resultados, via de regra, confirmam nossa expectativa geral de que fatores lingüísticos são categóricos na variação de **nós** e **a gente** na escrita.

A seguir, passamos a discutir os resultados, começando pela variável lingüística marca morfológica. Para as rodadas, estipulamos como aplicação da regra novamente o uso do pronome pessoal **a gente** que é o nosso objeto de pesquisa.

Tabela 42: Frequência de uso de *a gente* na escrita, segundo a variável marca morfológica do verbo que o acompanha

MARCA MORFOLÓGICA	Aplicação/Total	(%)	PR
∅	50/53	94%	.1.00
-mos	16/347	5%	.29
TOTAL	66/400	16%	

Observamos que há duas possibilidades de concordância verbal com as formas **nós** e **a gente**, porém, de acordo com os resultados, há maior produtividade de **a gente** (PR 1,00) junto com os verbos com morfema **∅ (zero)** ou em P3, em uma frequência total de 94% contra 5% de **a gente** com morfema **-mos** (e PR 0,29).

Como observamos na tabela 42, em um total de 53 dados de marca morfológica **zero**, foram encontradas 50 ocorrências do pronome **a gente ∅** na escrita dos alunos da escola 3. Tais resultados se assemelham aos nossos resultados gerais e parecem evidenciar que **a gente** – embora possa, ainda, integrar o sistema pronominal com verbo que apresente a marca morfológica **-mos** –, mantém ainda o traço formal de 3ª pessoa, sendo mais usado com morfema **∅ (zero)**.

A segunda variável lingüística significativa para esta rodada foi o paralelismo formal (sujeito-sujeito). A seguir, apresentamos os resultados na tabela 43.

Tabela 43: Frequência de uso de *a gente* na escrita, segundo a variável paralelismo formal (sujeito-sujeito)

PARALELISMO (SUJ-SUJ)	Aplicação/Total	(%)	PR
a gente ... a gente	26/47	55%	.85
a gente ... nós	10/110	9%	.32
a gente ... -mos	22/234	9%	.46
a gente ... ø	8/9	89%	.99
TOTAL	66/400	16%	

Segundo a tabela 43, podemos perceber que quando o pronome **a gente** inicia uma série na escrita a tendência é que a escolha influencie no uso de verbo + ø nas formas subsequentes (89% e PR 0,99). Percebemos, também, que quando o aluno escolhe o pronome **a gente** na escrita há uma forte tendência que a sua escolha influencie no uso de **a gente + a gente** nas formas seguintes (55% e PR 0,85). Além disso, uma ocorrência interessante na escrita dos alunos refere-se à **a gente...-mos** que totalizou, dos 66 casos, 22 utilizações com PR 0,46 (9%) e **a gente... nós** também com 9%, mas PR 0,32. Essa ocorrência chamou-nos atenção porque estamos lidando com a escrita formal dos alunos e encontrar o pronome **a gente** já foi algo muito importante, no entanto, encontrar **a gente** com a marca morfêmica – *mos* indica que devemos atentar mais a esta construção e que devemos pesquisá-la ainda para compreender melhor o que está ocorrendo na escrita dos alunos de Florianópolis.

A terceira variável lingüística significativa para esta rodada foi a saliência fônica. A seguir, apresentamos os resultados na tabela 44.

Tabela 44: Frequência de uso de *a gente* na escrita, segundo a variável saliência fônica

Grau	SALIÊNCIA FÔNICA	Aplicação/Total	(%)	PR
2	<p>grau 4: vai/vamos; partiu/partimos; comeu/comemos; foi/fomos; pediu/pedimos.</p> <p>grau 5: falou/falamos; passou/passamos; brincou/brincamos; voltou/voltamos.</p> <p>grau 6: é/somos; veio/viemos; teve/tivemos</p>	56/362	15%	.57
1	<p>grau 1: falava/falávamos; fosse/fôssemos; ir/irmos; cantar/cantarmos.</p> <p>grau 2: fala/falamos; conversa/conversamos; pôde/pudemos.</p> <p>grau 3: está/estamos; faz/fazemos; vê/vemos.</p>	10/38	26%	.08
	TOTAL	66/400	16%	

A tabela 44 efetuada apenas com os dados de escrita confirma a nossa hipótese inicial, visto que nos níveis em que há maior saliência fônica entre as formas do singular e plural (4, 5, 6), há maior favorecimento de **nós** (85%)¹²¹. Porém, como já observamos, houve um maior favorecimento de **nós** para ambos os graus, devido, talvez, ao menor uso de **a gente** na escrita comparado a um uso mais elevado de **nós** nesta modalidade.

A seguir, apresentamos as rodadas somente com a fala da escola 3.

6.4. Rodadas somente com os dados de fala da escola 3

As ocorrências com o pronome **a gente** na fala dos alunos do segundo segmento do ensino fundamental, correspondem a 65% do total, conforme ilustra o gráfico a seguir:

¹²¹ Quando os percentuais são discrepantes em relação aos pesos relativos, provavelmente, se deve a algum grupo de fatores que entrou na rodada. Precisamos voltar a investigar.

Gráfico 4: Distribuição do uso de *nós* e *a gente* na fala da escola 3

Os grupos de fatores selecionados como significativos pelo programa VARBRUL nesta rodada só com a fala da escola 3, por ordem de relevância, foram:

- 1º Marca morfêmica;
- 2º Sexo;
- 3º Série;
- 4º Saliência fônica.

Como observamos as variáveis lingüísticas selecionadas como significativas são: (i) marca morfêmica e (ii) saliência fônica. Ainda temos as variáveis sociais: (i) sexo e (ii) série, sugerindo que, igualmente estão em jogo na variação da fala dos alunos no que toca aos pronomes **nós/a gente** as determinações sociais.

Passamos a discutir os resultados, começando pelas variáveis lingüísticas. Para as rodadas, estipulamos como nas demais, como aplicação da regra o uso do pronome pessoal **a gente**.

Tabela 45: Frequência de uso de *a gente* na fala, segundo a variável marca morfêmica do verbo que o acompanha

MARCA MORFÊMICA	Aplicação/Total	(%)	PR
∅	223/226	<u>99%</u>	.98
-mos	27/157	17%	.00
TOTAL	250/383	65%	

Observamos que na fala dos alunos de Florianópolis há duas possibilidades de concordância verbal, assim como na escrita, com os pronomes **nós** e **a gente**. No entanto, de acordo com os resultados supracitados, percebemos maior produtividade de **a gente** junto com os verbos com morfema **o (zero)** ou em P3, tal como na escrita, totalizando 223 ocorrências (99% e 0,98 de PR) contra 27 ocorrências (17% e 0,00 de PR) de **a gente** com morfema **–mos**. Há que se dizer também que na fala ocorreu mais casos de **a gente –mos** do que na escrita, bem como o percentual também está mais elevado (17% contra 5% na escrita).

Em um total de 383 dados, foram constatados 250 dados de **a gente**, ou 65% de **a gente** na fala dos alunos, ou seja, talvez um indício de que o pronome **nós** esteja se alastrando pela fala e ultrapassando o pronome **nós**.

Salientamos, novamente, que a variável marca morfológica foi a mais significativa em todas as nossas rodadas e que talvez seja interessante analisá-la mais profundamente em estudos futuros.

A segunda variável linguística significativa para esta rodada foi a saliência fônica. A seguir, apresentamos os resultados na tabela 46.

Tabela 46: Frequência de uso de *a gente* na fala, segundo a variável saliência fônica

Grau	SALIÊNCIA FÔNICA	Aplicação/Total	(%)	PR
2	grau 4: vai/vamos; partiu/partimos; comeu/comemos; foi/fomos; pediu/pedimos. grau 5: falou/falamos; passou/passamos; brincou/brincamos; voltou/voltamos. grau 6: é/somos; veio/viemos; teve/tivemos	201/321	63%	.68
1	grau 1: falava/falávamos; fosse/fôssemos; ir/irmos; cantar/cantarmos. grau 2: fala/falamos; conversa/conversamos; pôde/pudemos. grau 3: está/estamos; faz/fazemos; vê/vemos.	49/62	79%	.02
	TOTAL	250/383	65%	

A tabela 46 efetuada apenas com os dados de fala referentes ao pronome **a gente**, confirma a nossa hipótese inicial, assim como as tabelas anteriores, 32 e 35, porque nos graus em que há maior saliência fônica entre as formas do singular e plural (4, 5, 6), há menor favorecimento de **a gente** (63% e PR 0,68) do que nos graus em que há menor saliência

fônica entre as formas do singular e plural (1, 2, 3), que resulta no percentual de 79% e PR 0,02. Porém, como observamos, ao contrário dos resultados com os dados de escrita dos alunos da escola 3, houve um maior favorecimento de **a gente** para ambos os graus, (63% e 79%) devido, talvez, ao maior uso de **a gente** na fala comparado a um uso inferior de **nós** nesta modalidade.

A primeira variável social significativa para esta rodada foi a série. Os resultados estão expostos na tabela 47, a seguir.

Tabela 47: Frequência de uso de *a gente* na fala, segundo a variável série (5ª, 6ª, 7ª, 8ª)

SÉRIE	Aplicação/Total	(%)	PR
5ª série	93/135	<u>69%</u>	.81
6ª série	80/129	62%	.45
7ª série	28/50	56%	.31
8ª série	49/69	<u>71%</u>	.14
TOTAL	250/383	65%	

Com base nesses resultados, podemos notar que os alunos que mais empregam o pronome **a gente** na fala são os da 5ª e 8ª série, com 69% e 71%, respectivamente. Quando olhamos apenas para o peso relativo, entretanto, nossa hipótese se confirma, são os alunos da quinta-série que apresentam uma probabilidade maior de uso de **a gente**, 0,81.

Voltando ao percentual, o que se verifica, na verdade, é um elevado uso de **a gente** na fala de todos os alunos, excedendo a 50% de frequência em todas as séries. Talvez pudéssemos dizer que o pronome **a gente** esteja mesmo ganhando terreno e ficando isento de estigma, o que já o torna mais utilizado na fala do que o **nós** até mesmo em situações formais de uso, como mostraram os resultados de Silva (2004).

Neste caso, talvez os alunos tenham se sentido à vontade e em uma situação mais descontraída, deixando aflorar seu vernáculo o que aponta um elevado uso de **a gente** na fala de todos os alunos, excedendo a 50% de frequência em todas as séries e sendo mais produtivo na última série do ensino fundamental. Ou, talvez, o pronome **a gente** esteja mesmo ganhando terreno e ficando isento de estigma, o que já o torna mais utilizado na fala do que o **nós** até mesmo em situações formais de uso, como mostraram os resultados de Silva (2004).

A segunda variável social significativa para esta rodada foi a variável sexo. Abaixo podemos visualizar, na tabela 48, os resultados encontrados:

Tabela 48: Frequência de uso de *a gente* na fala, segundo a variável sexo dos informantes

SEXO	Aplicação/Total	(%)	PR
Masculino	87/185	47%	.21
Feminino	163/198	<u>82%</u>	.78
TOTAL	250/383	65%	

Os resultados da tabela acima corroboram nossa hipótese de que as mulheres tendem a usar mais o pronome **a gente** do que os homens. As alunas da escola 3 empregaram o pronome **a gente** em 82% e PR 0,78 das ocorrências enquanto os homens o empregaram em 47% e PR 0,21. Esse resultado aproxima-se do encontrado em nossa rodada geral (Cf. tabela 37 e 38), em que as mulheres utilizaram o pronome **a gente** em 29% das ocorrências (PR 0,64) contra 20% dos homens e do encontrado por Zilles (2007) e por Seara (2000).

Contudo, observamos que, ao contrário da baixa frequência, relativa ao sexo feminino, processada na rodada geral com todos os dados (29%), nesta rodada só de fala dos alunos da escola 3, nos deparamos com uma alta frequência como em outras pesquisas.

A seguir, falaremos um pouco mais sobre fala e escrita e sobre os resultados dos nossos testes de atitude subjetiva com os alunos do segundo segmento do ensino fundamental da escola 3.

6.5. Algumas reflexões sobre as modalidades, fala e escrita

*O luar
 Do luar não há mais nada a dizer
 A não ser
 Que **a gente** precisa ver o luar*

*Que **a gente** precisa ver para crer
 Diz o dito popular
 Uma vez que existe só para ser visto
 Se **a gente** não vê, não há[...]
 Gilberto Gil*

Nesta seção, embora não levemos em conta todas as variáveis propostas por Bortoni-Ricardo (2004), pretendemos nos centrar no contínuo fala e escrita, com relação ao uso dos pronomes **nós** e **a gente** na fala e na escrita, considerando que a interação espontânea corresponde à fala e que a interação planejada e que exige maior atenção do falante diz respeito à escrita.

Nossas variáveis **nós** e **a gente** são duas formas alternativas para designar o pronome pessoal de primeira pessoa do plural e são usadas em certas situações de interação entre os indivíduos. Dependendo da modalidade que está em jogo, usa-se uma em detrimento da outra. O que observamos, por meio dos resultados obtidos até então, é que quando a modalidade se refere à escrita, tendemos a utilizar o pronome **nós**, já quando é relativa à fala usa-se o **a gente**. Entretanto, podemos observar que o **a gente** vem ganhando terreno, cada vez mais, principalmente na fala, porém na escrita, apesar de a preferência dos alunos de ensino fundamental ser para o emprego do pronome **nós** o pronome **a gente** já aparece.

Resgatando todos os resultados das três rodadas, temos:

Tabela 49: Frequência de uso geral de *a gente* com base nas três rodadas: geral, só de escrita da escola 3 e só de fala da escola 3

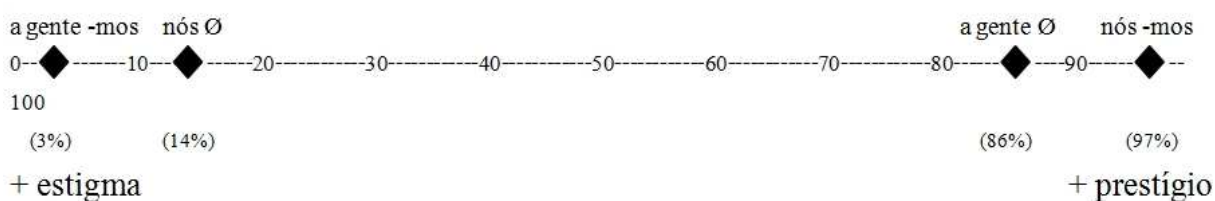
Rodadas	Aplicação/total a gente	A GENTE	Aplicação/total nós	NÓS
Geral	174/1284 (escrita) 250/383 (fala)	25%	1110/1284 (escrita) 133/383 (fala)	75%
Escrita	66/400	16%	334/400	<u>83%</u>
Fala	250/383	<u>65%</u>	133/383	35%

Como observamos o uso do **nós**, na rodada geral, ainda foi mais recorrente do que o do **a gente**, totalizando 75% de uso daquele contra 25% de uso deste. Entretanto, o pronome **a gente** foi mais recorrente na fala dos alunos-informantes, totalizando 250 ocorrências das 383 na rodada geral, contra 133 das 383 do pronome **nós**, assim como na rodada só com a fala da escola 3, com frequência de 65%. Já na escrita o pronome **nós** é mais utilizado pelos alunos-informantes, tanto na rodada geral, quanto na rodada só com a escrita da escola 3. Baseadas nos resultados, da tabela acima, realizamos um gráfico para melhor visualização das diferenças percentuais.

considerando a rodada com todas as escolas. Se compararmos fala *versus* escrita, verificamos também que o pronome **nós** é mais recorrente na escrita (86%) do que o pronome **a gente** é na fala (65%). A leitura desta representação nos permite inferir que nas escolas da rede pública de Florianópolis pesquisadas: (i) o pronome **nós** é mais utilizado na escrita em detrimento do **a gente**, apesar de este já aparecer na escrita; (ii) o pronome **a gente** é mais usado na oralidade (narrativas de cunho pessoal) em detrimento do pronome **nós**; e (iii) apesar de **a gente** já ter um grande espaço, o emprego do **nós** na escrita é proporcionalmente maior do que o emprego do **a gente** na fala.

Ressaltamos, ainda, que o uso desses pronomes não é estigmatizado, mas está correlacionado a variáveis sociais e/ou extralingüísticas, por exemplo, nível de formalidade, escrita *versus* fala e sexo dos falantes. Contudo, acreditamos que o estigma no uso desses pronomes¹²², em geral, está relacionado à concordância verbal¹²³: realização **-mos (a gente cantamos)** ou **zero (nó(i)s canta)**. Efetuamos um gráfico a respeito da representação contínua do emprego de **nós** e **a gente** e possíveis concordâncias na escrita com base nos resultados obtidos com os cruzamentos entre as variáveis fala/escrita e marca morfêmica do verbo que o acompanha (Cf. tabela 23). Podemos visualizar o contínuo na representação contínua do emprego de **nós** e **a gente** e respectivas concordâncias na escrita, a seguir.

Representação contínua do emprego de **nós** e **a gente** e possíveis concordâncias na escrita



Como observamos, há uma linha contínua de 0 a 100, abarcando as formas de +estigma até as de +prestígio. Neste contínuo, tomando por base os resultados dos dados de escrita dos alunos das quatro escolas para ambos os pronomes e suas possíveis concordâncias, observamos que, na escrita, o uso de **nós -mos** (97%) é mais acentuado (tem + prestígio para os alunos nessa modalidade) do que o uso de **a gente Ø** (86%) (na ponta do contínuo de +prestígio). Por outro lado, na escrita, a utilização de **a gente -mos** (3%) é menos acentuada

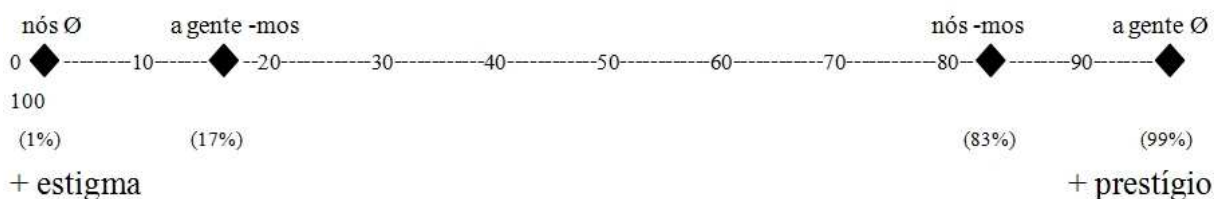
¹²² O uso de **nó(i)s fumu** não apareceu em nossos dados, e, esse uso – na maioria dos casos – estaria dentro do estágio *estereótipo* como mencionaram as autoras Görski & Coelho [mimeo].

¹²³ O estigma no uso desses pronomes, na maioria dos casos, está relacionado à concordância verbal por falantes com alto grau de escolaridade e/ou que têm consciência dessas várias formas de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com o mesmo valor de verdade nas diversas situações de interação cotidianas.

(tem +estigma para os alunos nessa modalidade) do que a utilização de **nós** \emptyset (14%) (na ponta do contínuo de +estigma).

Entretanto, no contínuo estabelecido com os dados de fala dos alunos a representação é diferenciada, como vemos na seqüência.

Representação contínua do emprego de *nós* e *a gente* e possíveis concordâncias na fala



Neste contínuo de fala, baseando-se nos resultados dos dados de fala dos alunos para ambos os pronomes e suas possíveis concordâncias, notamos que, ao contrário do contínuo anterior, o emprego de **a gente** \emptyset (99%) situa-se na ponta do contínuo (apresentando + prestígio). Já a frequência de uso de **nós** -mos (83%), situa-se, na fala, atrás do **a gente** \emptyset e a utilização de **nós** \emptyset (1%) apresenta +estigma do que a utilização de **a gente** -mos (17%) na frequência de uso da fala deles.

Estes resultados mostram que, além da variação no uso desses pronomes em ambas as modalidades, há também variação no uso das suas possíveis realizações na desinência verbal -mos e zero e zero e -mos com os pronomes **a gente** e **nós**. E em relação à avaliação dos pronomes **nós** e **a gente**? Para verificar qual a avaliação dos alunos para estes usos recorreremos aos testes de atitude subjetiva e os aplicamos aos alunos da escola 3 do segundo segmento do ensino fundamental de Florianópolis. Falamos aos alunos que eles poderiam optar por mais de uma resposta para cada questão.

Como vimos, WLH (1968) colocam a avaliação como um dos cinco problemas empíricos referentes à sociolinguística. Destarte, WLH definem que a avaliação das variáveis linguísticas é inerente ao processo de variação e mudança. Logo, em regra, teremos processos de variação e mudança permeados pela avaliação social.

A avaliação é um fator que opera como desencadeador ou freio de um processo de mudança linguística. Salientamos que as formas linguísticas que recebem valores sociais são, de modo geral, as que estão em variação. E, ainda, que a utilização de uma determinada forma se dissemina pela comunidade quando o grupo que a introduziu é avaliado positivamente na

sociedade, caso contrário, a mudança tende a ser refreada. Apesar de ser postulada como um dos problemas a se analisar nos estudos de mudança lingüística, a *avaliação* possui um controle difícil de ser avaliado pelo pesquisador, dado seu caráter subjetivo. Questionamos, no decorrer da pesquisa, acerca do tipo de respostas que os testes de atitude nos forneceu, visto que o fato de os informantes acreditarem que certa forma é a mais “correta” não significa que eles a utilizem. Entretanto, procuramos enfatizar, ao máximo, cada questão com os alunos e pedimos que respondessem às questões se reportando à realidade do dia-a-dia deles, em casa, com os amigos, e outros. Além disso, frisamos que as questões se referiam estritamente ao contexto de fala.

Em relação a este problema, uma pergunta foi levantada: Que avaliação o falante faz de certas formas em variação?, em nosso caso, que avaliação o falante faz das formas pronominais em variação **nós** e **a gente**? O falante é competente para avaliar as peculiaridades entre as formas lingüísticas que emprega ou que os outros falantes empregam. Um exemplo de instrumento que serve para conferir as impressões que os falantes possuem de determinadas formas lingüísticas são os *testes de atitudes/avaliação*¹²⁴.

Como já vimos, Vianna (2006) apresenta a freqüência geral do uso de **nós** e **a gente** em testes de avaliação subjetiva (modalidade escrita). Segundo a autora, o resultado do teste totalizou 1.265 dados, em que foram encontradas 426 ocorrências de **a gente** (34%) e 839 ocorrências de **nós** (66%). Ou seja, nos testes de avaliação subjetiva (modalidade escrita) de Vianna houve maior produtividade do pronome **nós**, assim como no nosso caso relativo à coleta de produções textuais. Nosso teste de avaliação subjetiva compreendia a fala e não a escrita (como o de Vianna), entretanto, abrangia a fala em situação formal e informal. Nos resultados obtidos em nosso teste o número de respostas foi mais alto para o uso de **a gente**, quando a situação era informal e mais alto para **nós**, quando a situação era formal. Podemos verificar os dados de Vianna na tabela a seguir.

¹²⁴ Labov (1972) em sua pesquisa a respeito da variação nos ditongos /ay/ e /aw/ usou como instrumento os *testes de atitudes* e verificou que os informantes que tinham atitude positiva em relação à ilha tendiam à centralização (padrão da ilha), enquanto os que possuíam atitude negativa em relação à ilha tendiam a não centralizar os ditongos, seguindo o padrão dos turistas. Desta maneira, o autor chegou à conclusão de que os habitantes da ilha marcavam sua identidade cultural e ideológica por meio da centralização (padrão da ilha), e ratificou a existência de uma correlação entre o social e o lingüístico.

Tabela 50: Porcentagem geral do uso de nós e a gente em testes de avaliação subjetiva¹²⁵

Uso de nós e a gente em testes de avaliação subjetiva	
Forma pronominal	Frequência geral
A gente	426/1.265 (34%)
Nós	839/1.265 (66%)

Fonte: Vianna (2006, p. 70)

Confrontando esses resultados da escrita obtidos por Vianna (2006) com resultados obtidos na língua oral pelo Projeto Censo/Peul (Omena, 2003), por exemplo, é possível efetuarmos algumas observações. A tabela 50 apresenta a frequência encontrada entre falantes não-cultos com base no *corpus* do Projeto Censo/Peul (Omena, 2003).

Tabela 51: Porcentagem geral do uso de nós e a gente em posição de sujeito na fala Amostra Censo/Peul-RJ – década de 2000 (Omena, 2003)

Uso de nós e a gente na fala Amostra Censo/Peul-RJ	
Forma pronominal	Frequência geral
A gente	<u>79%</u>
Nós	21%

Fonte: Omena (2003, p. 66)¹²⁶

Como podemos notar na tabela 51, entre falantes não-cultos, constata-se uma maior produtividade da forma **a gente**, com 79% das ocorrências, enquanto que na tabela 50 há maior produtividade de **nós**. Em nosso teste de avaliação subjetiva com os alunos há maior produtividade de **nós** na fala quando a situação apresentava-se mais formal, se a situação fosse mais informal o número de respostas para o pronome **a gente** aumentava. Em termos de porcentagem geral do uso dos pronomes **nós** e **a gente**, tanto em Omena (79%), como em nossa rodada geral (65%), este predomina sobre aquele na função de sujeito o que ratifica os resultados de muitos trabalhos já citados (cf. OMENA, 1998, 2003; ALBÁN E FREITAS, 1991; MACHADO, 1995; SEARA, 2000; FERNANDES, 2004; e outros) de que está havendo, na língua falada, uma substituição de **nós** por **a gente**.

¹²⁵ Ver p. 157.

¹²⁶ Adaptação nossa.

Tentando realizar uma comparação, Vianna (2006, p. 73) confrontou os resultados aferidos por Omena (2003) com os resultados obtidos a partir dos seus testes de avaliação subjetiva. Nos dois *corpora*, foram observados o comportamento de indivíduos com baixo grau de escolaridade. De maneira geral, Vianna (2006) constatou maior produtividade de **a gente** na fala e de **nós** na escrita. Com base nesses resultados e nos nossos resultados, constatamos, igualmente, que os pronomes **nós** e **a gente** aparecem tanto na escrita quanto na fala de alunos do ensino fundamental das quatro escolas integrantes da pesquisa, entretanto o pronome **a gente** aparece predominantemente na fala e o pronome **nós** predominantemente na escrita, assim como constatou Vianna (2006) em sua pesquisa.

A seguir, ilustramos com o gráfico 7 os resultados de uma das respostas dentre as seis questões que perguntamos aos alunos do ensino fundamental¹²⁷ sobre a variação dos pronomes pessoais **nós** e **a gente**¹²⁸.

Gráfico 6: Que forma você falaria em uma situação formal?



Como podemos perceber, a maioria das respostas dos alunos à pergunta: “Que forma você falaria em uma situação formal?” foi: **nós estudamos na biblioteca da escola**. Desta maneira, podemos perceber que os alunos entendem que há situações mais formais de uso da língua e mais informais, elegendo o pronome tradicional **nós**, que é ensinado na escola, para falar em uma situação mais formal.

¹²⁷ Deixamos um questionário para que o professor de português da escola preenchesse, porém não obtivemos retorno do mesmo, impossibilitando a análise deste quesito.

¹²⁸ Colocamos apenas duas das perguntas e respostas que continham em nosso teste no corpo deste trabalho, entretanto os outros resultados podem ser constatados no Anexo 9.

Conforme o total dos resultados, notamos que os alunos falariam em uma situação formal o pronome **nós** com a concordância em P4 (99 respostas), em segundo lugar, o pronome **a gente** com a concordância em P3 (33 respostas) e depois o pronome **a gente** com P4 (27 respostas). Note como há proximidade nas respostas entre o uso de **a gente** \emptyset e **a gente** *-mos* na fala formal (diferença de 6 respostas) e como não há nenhum caso de **nós** \emptyset . Portanto, baseadas neste teste, podemos inferir que para os alunos do segundo segmento do ensino fundamental o pronome com a concordância estigmatizada é o **nós** \emptyset . Entretanto, apesar de estigmatizarem este uso, ressaltamos que houve alguns usos desta construção, como vimos antes, ou seja, achar uma determinada construção “feia” não significa “não fazer uso dela”. Muitas vezes, este uso pode se dar inconscientemente.

Na seqüência, elucidamos com o gráfico 7 os resultados de outra resposta que se refere ao questionamento: “Que forma você falaria em uma situação informal?”.

Gráfico 7: Que forma você falaria em uma situação informal (com amigos, família)?



De acordo com o total dos resultados, percebemos que os alunos falariam em uma situação informal preferencialmente o pronome **a gente** com a concordância em P3 (73 respostas), em segundo lugar o pronome **nós** com a concordância em P4 (61 respostas) e depois o pronome **a gente** com P4 (55 respostas). A similaridade nas respostas entre o uso de **a gente** \emptyset e **a gente** *-mos* na fala informal ainda persiste e observamos, além disso, que na 6ª série o uso de **a gente** \emptyset e de **a gente** *-mos* é idêntico, totalizando em 21 respostas para cada um dos empregos. Nestas respostas, verificamos que há 9 respostas contendo a utilização de

nós ø. Assim, fundamentadas nestes dois testes, podemos continuar inferindo que para os alunos do segundo segmento do ensino fundamental o pronome com a concordância estigmatizada é novamente **nós**, na construção **nós** ø.

Como notamos, a maioria das respostas dos alunos à pergunta foi: **a gente estuda na biblioteca da escola**. Desta maneira, fica claro que os alunos compreendem perfeitamente a existência das diversas situações de interação do cotidiano (indo das mais formais de uso da língua às mais informais). Neste caso, optaram principalmente pelo uso do pronome **a gente** ø. Porém o emprego do pronome **nós** –*mos* também foi elevado.

Vale ressaltar, ainda, que efetuamos um cálculo do uso do pronome **a gente** na fala dos alunos e professores da pós-graduação em lingüística. Em nossa contagem, referente ao pronome **a gente** na sala de aula e eventos da pós-graduação (pessoas escolarizadas: professores e alunos), encontramos 357 ocorrências (**a gente** acompanhado da marca morfêmica ø). Constatamos que já é um índice alto de ocorrência deste pronome – que não é tão formal quanto o **nós** ainda – em uma situação de sala de aula e eventos formais. Salientamos, porém, que nestes ambientes, as pessoas passam por vários níveis de formalidade e informalidade, perpassando pela *fala 1, escrita 1, escrita 2 e fala 2*, como já mencionamos anteriormente. Assim, uma vez que as pessoas mais escolarizadas dominam a *fala 1, escrita 1, escrita 2 e fala 2*, elas podem intercalar suas falas e escritas de acordo com a situação a que estão expostas.

6.6. Considerações finais do capítulo

Em linhas gerais, o pronome **a gente** avança, consideravelmente, como pronome pessoal de primeira pessoa do plural, se fazendo presente tanto na fala quanto na escrita dos alunos do segundo segmento do ensino fundamental. Na rodada apenas com a fala da escola 3, constatamos que os alunos-informantes possuem uma freqüência de uso de **a gente** maior na fala (65%) do que de **nós**. Já na rodada somente com a escrita da escola 3, percebemos que os alunos-informantes tendem a utilizar com mais freqüência o pronome **nós** na escrita (83%), entretanto, o pronome **a gente** também é empregado (16%).

Os resultados do grupo de fatores lingüísticos indicam que **a gente** tende a ser usado tanto com marca morfêmica ø quanto com marca morfêmica –*mos* na fala e na escrita,

porém a sua utilização com marca morfêmica \emptyset é superior à utilização com marca morfêmica *-mos*. Quanto ao preenchimento do sujeito, o pronome **a gente** tende a ser mais preenchido do que nulo em todas as ocorrências, como sugere Duarte (1993 e 1995).

Em relação ao grupo lingüístico referente à variável saliência fônica, confirmamos, de certa maneira, a nossa hipótese inicial, pois no grau 2 em que se apresenta maior saliência fônica entre as formas do singular e plural, houve um favorecimento para o emprego do pronome **nós** e no grau 1 de menor diferenciação fônica, o pronome **a gente** ocorreu mais do que nos graus de maior diferenciação fônica.

No que diz respeito ao paralelismo formal (sujeito-sujeito), nossos resultados, confirmam a sua tendência lingüística, atestando que, uma vez selecionada dada forma, a pessoa tende a repeti-la, especialmente, se o referente não mudar.

Os resultados dos grupos de fatores sociais também se mostraram relevantes: (i) as mulheres tendem a usar mais o pronome **a gente** do que os homens. E percebemos, ainda, que os alunos-informantes que mais utilizam o pronome **a gente** são das 5ª e 6ª séries, assinalando-as como favorecedoras do uso de **a gente** e, portanto, corroborando nossa hipótese.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: AONDE NOS LEVA O ESTUDO PROPOSTO?

*Bebida é água!
Comida é pasto!
Você tem sede de que?
Você tem fome de que?...*

*A gente não quer só comida
A gente quer comida
Diversão e arte
A gente não quer só comida
A gente quer saída
Para qualquer parte...*

*A gente não quer só comida
A gente quer bebida
Diversão, balé
A gente não quer só comida
A gente quer a vida
Como a vida quer...*

Arnaldo Antunes; Marcelo Fromer; Sérgio Britto

A análise realizada, nesta dissertação, fornece algumas evidências acerca do uso dos pronomes de primeira pessoa do plural **nós** e **a gente** em quatro escolas da rede pública de ensino de Florianópolis/Santa Catarina, baseadas nos resultados percentuais e PRs apontados pelo Programa VARBRUL. De modo geral, podemos dizer que o pronome **a gente** é mais utilizado pelos alunos do ensino fundamental na fala e o pronome **nós** é mais utilizado por estes alunos na escrita.

Os resultados obtidos corroboraram algumas das hipóteses que nortearam este estudo. Com base nos dados coletados podemos dizer que a variação dos pronomes **nós** e **a gente** é linguisticamente e socialmente motivada. Quanto à variável lingüística marca morfêmica, constatamos a possibilidade de quatro maneiras diferentes de realizar a concordância verbal referente aos pronomes **nós** e **a gente** (**nós** + *-mos*, **nós** + \emptyset , **a gente** + \emptyset , **a gente** + *-mos*), apesar de haver predominância, de maneira geral, da combinação de **a gente** com \emptyset (verbo em **P3**) e de **nós** com *-mos* (verbo em **P4**). Nossos resultados confirmam a tendência lingüística da marca morfêmica do verbo que acompanha os pronomes **a gente/nós**, atestando, desta maneira, que a combinação de **a gente** com marca morfêmica \emptyset (verbo em **P3**) e de **nós** com a marca morfêmica *-mos* (verbo em **P4**) ainda se apresenta majoritária, tanto na fala quanto na escrita e que a concordância de **a gente** com marca morfêmica \emptyset (verbo em **P3**) evidencia que formas gramaticalizadas não perdem inteiramente as suas propriedades originais. Desta maneira, **a gente** mantém a possibilidade de concordância

verbal com a 3ª pessoa do singular e a pluralidade inerente ao nome coletivo **gente** (LOPES, 1999; VIANNA, 2006).

Quanto ao preenchimento do sujeito, o pronome **a gente** tende a ser mais preenchido do que nulo em todas as ocorrências, como sugere Duarte (1993 e 1995). Observando os dados em separado, verificamos que há mais sujeito nulo com **nós** (99%) do que com **a gente** (1%), confirmando nossa hipótese, de que se a marca está colocada no morfema do verbo o sujeito pode ser nulo. Duarte (1995, p. 124) disse, como já mencionamos, que “sujeitos nulos vêm sendo cada vez menos utilizados, em especial pela faixa etária dos mais jovens”. Talvez isto ocorra porque os mais jovens têm feito mais uso de **a gente** do que os mais velhos e este pronome acompanha o verbo na 3ª pessoa do singular – P3, ou seja, a marca não está colocada no morfema do verbo e, em geral, ele é predominantemente empregado preenchido. No entanto, procuramos saber se a mudança que vem se estabelecendo na fala do PB já está, igualmente, aplicada à escrita formal. Em nossos dados, o pronome **nós** veio preferencialmente nulo nas duas modalidades, fala e escrita.

Em relação ao grupo de fator lingüístico saliência fônica, confirmamos, de certa maneira, a nossa hipótese inicial, apesar de ter sido mais difícil de analisarmos os dados devido aos amalgamas efetuados. No grau 2 em que se apresenta maior saliência fônica entre as formas do singular e plural, houve um favorecimento para o emprego do pronome **nós** e no grau 1 de menor diferenciação fônica, o pronome **a gente** ocorreu mais do que nos graus de maior diferenciação fônica. (OMENA, 1986, 1998; LOPES, 1993; NARO et. al., 1999; VIANNA, 2006; entre outros).

No que diz respeito ao paralelismo formal (sujeito-sujeito), nossos resultados, confirmam a sua tendência lingüística, atestando que uma vez selecionada dada forma, a pessoa tende a repeti-la, especialmente, se o referente não mudar (OMENA, 1998, 2003; LOPES, 1993) e quando o pronome **a gente** inicia uma série, a tendência é que a escolha influencie no uso de verbo + \emptyset nas formas subseqüentes. Entretanto, referente a este caso, obtivemos apenas 10 ocorrências, dentre as 12 totais encontradas, um número pequeno se comparado às duzentas e sessenta e sete (267) ocorrências do total de 386 de **a gente... a gente**. No que se refere ao paralelismo formal (com clíticos: sujeito-objeto), os resultados indicam também que, quando o pronome sujeito **a gente** inicia uma série, a tendência é de que o objeto também prefira a forma (d)**a gente**. O mesmo ocorre com o pronome **nós**, quando inicia uma sentença, em geral, é retomado no objeto.

Os resultados dos grupos de fatores sociais que se mostraram relevantes foram o sexo e a série dos informantes. As mulheres tendem a usar mais o pronome **a gente** do que os homens, assinalando-as como favorecedoras do uso de **a gente** e os alunos-informantes que mais utilizam o pronome **a gente** são os das 5ª e 6ª séries, e, portanto, os resultados corroboram nossa hipótese. Já os resultados do cruzamento da variável sexo e fala/escrita indicam que, na fala, entre as alunas, houve mais o uso de **a gente** do que **nós**. Já entre os alunos, houve mais ocorrências de **nós** do que **a gente** na fala. Em relação à escrita, os resultados mostraram que, entre as alunas, 11% das ocorrências dizem respeito ao **a gente** e 89% ao **nós**. Já entre os alunos, 10% das ocorrências foram de **a gente** na escrita contra 90% de **nós**. Observamos que apesar de o percentual de emprego de **a gente** na escrita não ser tão elevado ainda como na fala, já se mostra evidente e em utilização na escrita escolar. No entanto, o que nos interessa ao controlar a variável série é avaliar também até que ponto o uso de **a gente** é condenado pela escola. Para tanto, fizemos um cruzamento entre as variáveis: série e fala/escrita. Nesse cruzamento, constatamos as seguintes relações: (i) os alunos das primeiras séries do segundo segmento do ensino fundamental (5ª e 6ª) começam empregando mais o **a gente** na escrita e à medida que caminham para a 8ª série passam a usar mais o pronome **nós**; (ii) há nos resultados uma pequena inversão no uso de **a gente** na escrita na 6ª e 7ª série, que não corroboram totalmente nossa hipótese, entretanto esta variação é pequena, (iii) percebemos que na fala em todas as séries os alunos fazem mais uso do pronome **a gente** do que do pronome **nós**, porém mais intensamente na 5ª e 8ª série. De acordo com a nossa expectativa, os resultados de uso do pronome **a gente** tenderiam a cair à medida que as séries acrescessem, no entanto, como já sabemos de outros estudos variacionistas, o pronome **a gente** é muito utilizado na fala, tanto na dos menos escolarizados quanto na dos mais escolarizados e este resultado, talvez, vai ao encontro de outros trabalhos (Cf. OMENA, 1998, 2003; ALBÁN; FREITAS, 1991; LOPES, 1993, 1998, 1999; MACHADO, 1995; SEARA, 2000; FERNANDES, 2004; e outros).

Obtivemos como resultado para a oposição de modalidade (fala x escrita) um maior emprego do pronome **nós** na escrita do que do pronome **a gente** na escrita, porém para fala o uso de **a gente** suplantou o de **nós**. A leitura dos resultados nos permite inferir que nas escolas da rede pública de Florianópolis pesquisadas: (i) o pronome **nós** é mais utilizado na escrita em detrimento do **a gente**, apesar de este já aparecer na escrita; (ii) o pronome **a gente** é mais usado na oralidade (narrativas de cunho pessoal) em detrimento do pronome **nós**; e (iii)

apesar de **a gente** já ter um grande espaço, o emprego do **nós** na escrita é proporcionalmente maior do que o emprego do **a gente** na fala.

Ressaltamos, ainda, que o uso do pronome **a gente**, em geral, não apresenta muito estigma e está correlacionado a variáveis extralingüísticas, por exemplo, nível de formalidade, escrita *versus* fala e sexo dos falantes. Contudo, acreditamos que o estigma no uso do pronome **nós** e **a gente**, na maioria das vezes, está relacionado à realização na desinência verbal: –**mos** (**a gente cantamos**) ou **zero** (**nó(i)s canta ø**), e não à utilização dos pronomes **nós** e **a gente**, acompanhados de verbos nas formas P4 e P3, respectivamente.

A partir dos resultados encontrados neste estudo, salientamos, ainda, que a marca morfêmica foi a variável lingüística selecionada como a mais significativa em todas as rodadas e cruzamentos, deste modo, podemos afirmar que um dos fatores que está regendo a variação dos pronomes de primeira pessoa do plural **nós** e **a gente** são as determinações no uso da desinência verbal, além de determinações socioculturais do indivíduo.

Os resultados deste estudo corroboram os resultados de Vianna (2006), em que a autora constatou maior produtividade de **a gente** na fala e de **nós** na escrita. Com base nos resultados dela e nos nossos resultados, constatamos, igualmente, que os pronomes **nós** e **a gente** aparecem tanto na escrita quanto na fala de alunos, entretanto o pronome **a gente** aparece predominantemente na fala e o pronome **nós**, predominantemente, na escrita.

Este estudo traz novos resultados sobre a variação e uso dos pronomes **nós** e **a gente** na fala e escrita da região sul do Brasil. Com este estudo temos sinais de que por trás da variação de **nós** e **a gente** há uma série de implicações lingüísticas e extralingüísticas agindo na escolha de uma ou de outra variante. Mediante algumas respostas dos testes de atitude subjetiva dos alunos, expostas ao longo da dissertação, temos indícios também de que muitos dos alunos têm consciência dos efeitos causados pelo uso das diferentes variantes nos vários contextos de interação e nas modalidades escrita e fala.

Como já mencionado um dos principais objetivos deste estudo é contribuir modestamente com a descrição do português falado no Brasil, tomando como base dados de fala e escrita que, empiricamente, forneceram contribuições para o estudo da variação das formas em questão, além de colaborar para uma discussão do uso e variação dos pronomes **nós** e **a gente**. Cabe salientar, também, os limites desse trabalho no que diz respeito às coletas de dados, levando em consideração a complexa realidade social da escola e da comunidade na qual estão inseridos os alunos que fizeram parte da pesquisa. Reconhecemos, também, certas

“falhas” no que diz respeito às limitações teóricas. Salientamos que seria interessante fazer um estudo mais aprofundado sobre a marca morfêmica do verbo que acompanha os pronomes **nós** e **a gente** e sobre o paralelismo formal, já que estas variáveis lingüísticas se mostraram produtivas em nosso estudo. Fica lançado o desafio.

Por fim, observamos que atualmente uma nova concepção de língua orienta uma nova forma de pensar o ensino desta. Portanto, um dos primeiros objetivos e uma das primeiras atitudes do educador deve ser o reconhecimento da realidade sociolingüística presente na sala de aula e na comunidade em que está atuando. É fundamental realizar esse reconhecimento na realidade da sala de aula, sublinhando alguns pontos, como o da heterogeneidade lingüística, o dos possíveis usos da língua (escrita e falada) em diversas situações de interação no cotidiano, e outros; confrontando, deste modo, as diversas variedades presentes naquela determinada localidade e combatendo preconceitos entre os vários professores com seus alunos e entre os próprios alunos.

REFERÊNCIAS

- ALBÁN, Maria Del Rosário Suárez. et alii. Uma sondagem na norma culta brasileira. In: **Estudos lingüísticos e literários**. nº 5, Salvador, UFBA. Agosto, 1991. p. 103-116.
- ALBÁN, Maria Del Rosário Suárez e FREITAS, Judith. Nós ou A gente? In: **Estudos lingüísticos e literários**. nº 5, Salvador, UFBA. Agosto, 1991. p. 75-89.
- ALKMIM, Tânia M. Sociolingüística In MUSSALIM, F & BENTES, A, C (orgs) Vol I **Introdução à Lingüística. Domínios e fronteiras**. 4ª Ed. São Paulo, Cortez, 2004.
- ANTUNES, Arnaldo; FROMER, Marcelo; BRITTO, Sérgio. **Comida**. Meio de divulgação: <http://letras.terra.com.br/titas>. Acesso em: 01 de janeiro de 2009, às 14 horas.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de português; encontro & interação**. São Paulo, Parábola, 2003.
- ANTUNES, Irandé. **Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho**. São Paulo, Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística**. São Paulo: Parábola, 2007.
- BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma**. São Paulo: Loyola, 2004.
- BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: Novela sociolingüística**. São Paulo: Contexto, 1997.
- BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia & exclusão social**. São Paulo: Editora Loyola, 2000.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico**. São Paulo: edições Loyola, 1999.
- BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Aula de português; discurso e saberes escolares**. São Paulo, Martins Fontes, 1997.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. São Paulo, Ed. Lucerna, 37ª edição, 1999.
- BISOL, Leda. & BRESCANCINI Cláudia. (orgs.). **Fonologia e variação: recortes do português brasileiro**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- BISOL, Leda; MENON, Odete Pereira da Silva e TASCIA, Maria. **VARISUL, um banco de dados**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/fale/pos/varsul/>, acesso em 15 de fevereiro de 2009.
- BORGES NETO, José. **Ensaio de Filosofia da lingüística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORGES, Paulo R. S. 2004. **A gramaticalização de “a gente” no português brasileiro**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Tese de doutorado em Letras.
- BORTONI-RICARDO, STELLA Maris. **Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, STELLA Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?: sociolingüística e educação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2^a. ed. v. 1. São Paulo, Unicamp, 2004. 122 p.

Brasil. **LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LEI nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. D.O. U. de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em 13 novembro de 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais - língua portuguesa: ensino de primeira à quarta série**. Brasília : MEC/SEF, 1997. 144p.

BRITO, Luiz Percival Leme. **A sombra do caos: ensino de língua x tradição gramatical**. Campinas: Mercado Aberto, 1997.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMACHO, Roberto Gomes. **O formal e o funcional na teoria variacionista**. In: C. RONCARATI & J. ABRAÇADO (orgs). 2003. p.55-65.

CAMACHO, Roberto Gomes. **Aspectos funcionais e estruturais da concordância verbal no português falado**. Alfa – Revista Linguística, São Paulo, v.37, p.101-116, 1993.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 35. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 2002.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino; MOTA, Jacyra Andrade. Dialectologia e ensino de língua materna. In: GORSKI, Edair Maria. & COELHO, Izete Lehmkuhl. (orgs.). **Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006. p. 83-107.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **A língua falada no ensino de português**. São Paulo, Contexto, 1998.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. O português do Brasil. In: ILARI, Rodolfo. **Linguística Românica**. 3^a. Edição. São Paulo: Ática, 2000.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2004.

CHAMBERS, Jack. **Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance**. Oxford/Cambrid Blackwell, 1995.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo, Martins Fontes, 2004.

COSERIU, Eugênio. **Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística**. Tradução de Carlos Alberto da Fonseca e Márcio Ferreira. Rio de Janeiro: Presença/São Paulo: USP, 1979.

COSERIU, Eugênio. **Sistema, norma y habla**. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciências, 1952.

COSTA, Sueli. **O sujeito usado por crianças e adolescentes de Florianópolis: um estudo da ordem e do preenchimento**. Florianópolis: UFSC, 2003 (Tese de mestrado).

CUNHA, Celso. **Gramática da Língua Portuguesa**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: FAE, 1992.

DA SILVA BRUSTOLIN, Ana Kelly Borba. (resumo) O uso variável e o valor social de *nós* e *a gente* em textos escritos. Meio de divulgação: <http://www.ufrgs.br/ppglettras/celsul/index.htm>. In: **VIII Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul – CELSUL**. Inst.promotora/financiadora: UFRGS. Porto Alegre, out. 2008.

DA SILVA BRUSTOLIN, Ana Kelly Borba. (resumo) Ensino Médio ou Médio Ensino? Meio de divulgação: <http://www.ufrgs.br/ppglettras/celsul/index.htm>. In: **VIII Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul – CELSUL**. Inst.promotora/financiadora: UFRGS. Porto Alegre, out. 2008.

DRUMMOND, Carlos. Procura da poesia. In.: **Obra completa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Aguilar, 1967.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **A perda do princípio “Evite Pronome” no Português Brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1995 (Tese de doutorado).

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no Português do Brasil. In: Ian Roberts, Mary A. Kato (orgs.). **Português Brasileiro – Uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

EDUCAÇÃO GERAL. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.pro.br/educge.html>. Acesso em 17/04/2008 às 14h.

ELIA, Sílvio. **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Universidade Fluminense/EDUFF, 1987.

EMÍLIO, Aline. **Diminutivo X grau normal: um fenômeno estilístico no enfoque da abordagem variacionista**. UEPG. Revista da ABRALIN, vol. 11, nº1, p.9-49, julho de 2003.

ESTADO DE SANTA CATARINA. Língua Portuguesa. In: **Proposta Curricular de Santa Catarina**. Florianópolis: Secretaria de Estado de Educação, 1998.

FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística histórica**. São Paulo, Parábola, 2005.

FARACO, Carlos Alberto. Norma padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2004.

FERNANDES, Eliene Alves. Fenômeno variável: nós e a gente. In: **Estudos Sociolingüísticos: perfil de uma comunidade**. Dermeval da Hora (org.) João Pessoa, 2004, p. 149-156.

Fórum do Maciço do Morro da Cruz promove 2ª Mostra Ambiental. Agência de comunicação da UFSC – Agecom. Disponível em: <http://www.agecom.ufsc.br>, acesso em 29/09/2008, às 21 horas.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 16ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Judith. et alii. (1991) Os pronomes pessoais na norma culta e nos textos pedagógicos. *In: Estudos lingüísticos e literários*. nº 5, Salvador, UFBA. Agosto, 1991. p. 133-145.

FREITAS, Judith Mendes de Aguiar. **Os pronomes pessoais sujeito no ensino fundamental: teoria gramatical e orientação do professor**. Salvador: Edufba. 1997.

FREITAS, Judith Mendes de Aguiar. **Os pronomes pessoais sujeito no ensino médio: teoria gramatical e orientação do professor**. Salvador: Edufba. 1997.

FREITAS, Judith. Nós e a gente em elocuições formais. *In: Estudos lingüísticos e literários*. nº 5, Salvador, UFBA. Agosto, 1991. p. 91-102.

FREITAS, Judith. O Projeto NURC/SSA e o ensino do 1º grau (dialeto do aluno e descrição gramatical). *In: Estudos lingüísticos e literários*. nº 5, Salvador, UFBA. Agosto, 1991. p. 117-132.

GERALDI, João Wanderley. (org.) **O texto na sala de aula**. 2ª ed. Cascavel: ASSOESTE, 1984.

GERALDI, João Wanderley. **Portos de passagem**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

GIL, Gilberto. **Luar**. Meio de divulgação: <http://letras.terra.com.br/gilberto-gil>. Acesso em 15 de dezembro de 2008, às 11 horas.

GORSKI, Edair Maria. & COELHO, Izete Lehmkuhl. (orgs.). **Sociolingüística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

GORSKI, Edair Maria. & COELHO, Izete Lehmkuhl. **Variação lingüística e ensino de gramática**. 2008 [mimeo].

HAESER, Márcia Elisa. **O ensino-aprendizagem da leitura no ensino médio: uma proposta a partir de oficina com o gênero carta do leitor**. Florianópolis: UFSC, 2005. (Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina).

Histórico do Projeto NURC. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/nurc-rj/>, acesso em 1 de março de 2009.

HORA, Dermeval da. (org.). **Diversidade Lingüística no Brasil**. João Pessoa (PB): Idéia, 1997.

HYMES, Dell. Models of the interaction of language and social life. (Revised from 1967 paper.) In: GUMPERZ & HYMES, eds. 1972. **Directions in sociolinguistics: The ethnography of communication**. Blackwell, 1972, p.35-71.

ILARI, Rodolfo e BASSO, Renato. **O português da gente: a língua que estudamos e a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2006.

ILARI, Rodolfo. **A Lingüística e o ensino da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.

ILARI, Rodolfo. **Lingüística românica**. São Paulo: Ática, 1992. p. 45.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1987.

KLEIMAN, Angela. (Org.) **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

- LABOV, William. Some sociolinguistic principle. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (eds.). **Sociolinguistics: The essencial readings** Oxford: Blackwell, 2003 [1969], p. 234-250.
- LABOV, William. Building on empirical foundations. In: W.P. LEHMANN & Y. MALKIEL (eds.) **Perspectives on historical linguistics**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1982, p. 26-29 e p. 55-89.
- LABOV, William. **Modelos Sociolingüísticos**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1983.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change – Internal factors**. Cambridge: B. Blackwell, 1994.
- LABOV, William. **Principles of linguistic change – Social factors**. Cambridge: B. Blackwell, 2001.
- LABOV, William. **Sociolinguistic Patterns**. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1972.
- LABOV, William. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. **Working Papers Sociolinguistics** , 1978.
- LARA, Carlos Eduardo de Oliveira. (resumo) A avaliação social, a norma culta e seus espaços no ensino de língua portuguesa. Meio de divulgação: <http://www.ufrgs.br/ppglettras/celsul/index.htm>. In: **VIII Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul – CELSUL**. Inst.promotora/financiadora: UFRGS. Porto Alegre, out. 2008.
- LARA, Carlos Eduardo de Oliveira. **A avaliação social, a norma culta e seus espaços no ensino de língua portuguesa**. In: **VIII Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul – CELSUL**. Porto Alegre, out. 2008, DVD e mimeo.
- LAVANDERA, Beatriz. Where does the linguistic variable stop? In: **Language in Society** 7. London, 1978.
- LEMLE, M. & A. J. NARO. **Competências básicas do português**. Rio de Janeiro: MOBREAL, 1977.
- LIMA, Rocha C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 15^a. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. 1993. **Nós e a gente no português falado culto do Brasil**. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. 1999. **A inserção de a gente no quadro pronominal do português: percurso histórico**. Rio de Janeiro: UFRJ. Tese de Doutorado.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. **A gramaticalização de a gente em português em tempo real de longa e de curta duração: retenção e mudança na especificação dos traços intrínsecos**. Fórum Lingüístico, v. 4, nº1. Florianópolis, julho de 2004. p.47-80.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. **A inserção de ‘a gente’ no quadro pronominal do português**. vol. 18, Frankfurt/Madri: Vervuert/Iberoamericana, 2003.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. **Nós e a gente no português falado culto do Brasil**. **DELTA**, vol. 14, nº 2, São Paulo: EDUC:1998. p. 405-422.
- LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2004.

LUCCHESI, Dante. **Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro**. Revista da ABRALIN, v. 5, n° 1 e 2, p. 83-112, dez. 2006.

MACEDO, Alzira Tavares de et ali. **Variação e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MACHADO, Marcia dos Santos. **Sujeitos pronominais “nós” e “a gente”: variação em dialetos populares do Norte fluminense**. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Letras, Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez, 8ª ed., 2001.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Contradições no ensino do português: a língua que se fala X a língua que se ensina**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma: movimentos no interior do português brasileiro. In: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da norma**. São Paulo, Loyola, 2004.

MENON, Odete P. da S. **A gente, eu, nós: sintomas de uma mudança em curso no português do Brasil?** Anais do ELFE. Maceió: UFAL: 1995, p. 397-403.

MENON, Odete et al. Alternância nós/ a gente nos quadrinhos: análise em tempo real. In: RONCARATI, C. N. e ABRAÇADO, J. (orgs.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003.

MENON, Odete P. da S. ‘A gente’: um processo de gramaticalização. In: **Estudos Lingüísticos**, XXV, n. 25, 1996, p. 622-628.

MENON, Odete P. da S. Pronome de segunda pessoa no Sul do Brasil: tu/você/o senhor em Vinhas da Ira. In: **Letras de hoje**. Porto Alegre: PUCRS, 2000.

MENON, Odete P. da S.; LOREGIAN-PENKAL, L. Variação no indivíduo e na comunidade: tu/você no Sul do Brasil. In: **Variação e mudança no português falado na Região Sul**. Pelotas: Educat, 2002.

MENON, Odete P. da S. **O sistema pronominal do português do Brasil**. Letras, Curitiba, n°. 44, 1995, p. 91-106.

MOLLICA, Maria Cecília e BRAGA, Maria Luíza. **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. Rio de Janeiro: Contexto, 2003.

MONTEIRO, José Lemos. **Para compreender Labov**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (org.). **Introdução à lingüística** (Vol. I). São Paulo: Cortez, 2001.

NARO, Antony Julius; GÖRSKI, Edair Maria; & FERNANDES, Eulália. (1999) **Change without Change. Language Variation and Change**. v. 11, n° 2, New York, 1999, p. 197-211.

- OLIVEIRA e SILVA, G. M. & SCHERRE, M. M. P. (orgs.). **Padrões sociolingüísticos**. Rio: Tempo Brasileiro, 1996.
- OMENA, Nelize P. de. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: PAIVA & DUARTE (orgs.) **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra capa e FAPERJ, 2003, p. 63-80.
- OMENA, Nelize P. de.; BRAGA, Maria Luiza. A gente está se gramaticalizando? In: MACEDO, A. T. et al. (Ed.). **Variação e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 75-83.
- OMENA, Nelize Pires. A referência à primeira pessoa do discurso no plural. In: OLIVEIRA E SILVA, G. M.; SCHERRE, Maria Marta P. (orgs.) **Padrões sociolingüísticos: estudos de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998, 2ª ed. p.185-215.
- PAIVA, Maria da Conceição A. de & DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (orgs.). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.
- PAIVA, Maria da Conceição A. de & DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. (orgs.). **Quarenta ano depois: a herança de um programa na sociolingüística brasileira**. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. [Tradução: Marcos Bagno]. São Paulo: Parábola, 2006.
- PERINI, Mário. **Gramática Descritiva do Português**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1995.
- PINTZUK, Susan. (1998) **VARBRUL Programs**. (mimeo)
- POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: ALB. Mercado de Letras, 1996.
- RESENDE, Terezinha Cristina Campos. **Comunidade de fala**. Recorte – revista de linguagem, cultura e discurso. Ano 3, nº 4, janeiro a junho de 2006. Disponível em: http://www.unincor.br/recorte/artigos/edicao4/4artigo_terezinha.htm, acesso em 3 de janeiro de 2009, às 17 horas.
- ROBERTS, Ian. & KATO, Mary. (orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1993.
- ROBINSON, LAWRENCE & TAGLIAMONTE. **Goldvarb2001**. Disponível em: <http://www.york.ac.uk/depts/lang/webstuff/goldvarb/>
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972. 506 p.
- RODRIGUES Aryon Dall’Igna. Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão no Brasil. In: BAGNO, Marcos (org.). **Lingüística da Norma**. São Paulo: Loyola, 2004. p. 11-23.
- RODRIGUES. Horácio Wanderlei. **Apresentação formal de trabalhos acadêmicos**. Mimeo. Florianópolis: 2008.
- ROMAINE, Suzanne. **Language in society: an introduction to sociolinguistics**. London: Blackwell, 1994.
- RONCARATI, Cláudia.; ABRAÇADO, Jussara. (orgs.). **Português brasileiro – contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003.

- SAID ALI, Manuel. 1950. **Pessoas Indeterminadas**. *Mimeo*. Rio de Janeiro, s/d.
- SAID ALI, Manuel. **Gramática Secundária da Língua Portuguesa**. 8ª ed. Rio de Janeiro. São Paulo: Melhoramentos, 1969.
- SCHERRE, Maria Marta P. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- SCHERRE, Maria Marta P. **Introdução ao pacote VARBRUL para microcomputadores**. UFRJ/UNB, 1993.
- SCLIAR-CABRAL, Leonor. **Guia prático de alfabetização: baseado em sistema alfabético do português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2003.
- SEARA, Izabel C. **A variação do sujeito nós e a gente na fala florianopolitana**. Organon, v.14, n.28 e 29, Porto Alegre, 2000, p.179-194.
- SEVERO, Cristine Gorski. **A comunidade de fala na sociolingüística laboviana: algumas reflexões**. Revista Voz das Letras. Concórdia, Santa Catarina, número 9, janeiro a junho de 2008. Disponível em: <http://www.nead.uncnet.br/2007/revistas/letras/9/92.pdf>, acesso em 24 de setembro de 2008, às 11 horas.
- SILVA, Ivanilde da. (2004). **DE QUEM NÓS/A GENTE ESTÁ(MOS) FALANDO AFINAL?: uma investigação sincrônica da variação entre nós e a gente como estratégias de designação referencial**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Lingüística, 2004.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola – uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1989.
- SOARES, Magda. **Que professor de português queremos formar?** Boletim da ABRALIN. V. 25. Fortaleza, 2000, p. 211-218.
- TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolingüística**. 7ª edição. São Paulo: Ática, 2004.
- TAUNAY, Visconde de. **Inocência**. 38 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1971.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação; uma proposta para o ensino de gramática no primeiro e segundo graus**. São Paulo, Cortez, 1996.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Salto para o futuro**, TVescola, SEED-MEC, 2007, p. 75-76.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Fórum Lingüístico**. Florianópolis: v. 4, n. 1, julho de 2007.
- VANDRESEN, Paulino. (org.) **Variação e mudança no português falado da região sul**. Pelotas, RS: Educat, 2002.
- VIANA, Suelen de Andrade. (2005) **Por uma interface sociolingüística no livro didático de língua portuguesa: análises e contribuições**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Lingüística, 2005.
- VIANNA, Juliana Barbosa de Segadas. **A concordância de nós e a gente em estruturas predicativas na fala e na escrita carioca**. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 2006.
- VIEIRA, Sílvia Rodrigues e BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

VIGOTSKI, Lev. Semenovich. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M.C.; BRAGA, M. L. (Ed.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 33-42.

WARDHAUGH, Ronald. Speech communities. In: ____ **An Introduction to sociolinguistics**. Cambridge: Blackwell, 2002, p. 116-129.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin. **Empirical foundations for a theory of language change**. In: W.P. LEHMANN and Y. MALKIEL (eds.) Directions for historical linguistics. Austin: University of Texas Press, 1968.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William & HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. [Tradução: Marcos Bagno]. São Paulo: Parábola, 2006.

ZILLES Ana Maria S. e BATISTA, Hires Héglan R. B. A concordância verbal de primeira pessoa do plural na fala culta de Porto Alegre. In: VANDRESEN, Paulino (org.). **Variação, mudança e contato lingüístico no Português da Região Sul**. Pelotas: Educat, 2006, p. 99-124.

ZILLES, Ana Maria. S.; MAYA, Leonardo Z.; SILVA, Karine Q. **A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS**. Organon, 14, n. 28-29, p. 195-219, 2000.

ZILLES, Ana Maria S. **O que a fala e a escrita nos dizem sobre a avaliação social do uso de a gente?**. Letras de Hoje. v. 42, nº 2, Porto Alegre: junho, 2007. p. 27-44.

ZILLES, Ana Maria S. **The development of a new pronoun: The linguistic and social embedding of a gente in Brazilian Portuguese**. In: Language Variation and Change, 2005. p.19-53.

ANEXOS

ANEXO 1

Nome/pseudônimo: _____

Idade: _____ Sexo: _____ Escolaridade: _____

Cidade onde nasceu: _____

Cidade onde vive atualmente: _____

Assinale mais de uma se for necessário:

Que forma você nunca falaria?

- (1) Nós vamos dançar.
- (2) Nós vai dançar.
- (3) A gente vai dançar.
- (4) A gente vamos dançar.

Que forma você falaria e acha legal/boa?

- (1) Nós vamos embora.
- (2) Nós vai embora.
- (3) A gente vai embora.
- (4) A gente vamos embora.

Que forma você falaria mas acha ruim?

- (1) Nós vamos embora.
- (2) Nós vai embora.
- (3) A gente vai embora.
- (4) A gente vamos embora.
- (5) Nenhuma das anteriores

Que forma você não falaria e acha ruim?

- (1) Nós vamos viajar amanhã.
- (2) Nós vai viajar amanhã.
- (3) A gente vai viajar amanhã.
- (4) A gente vamos viajar amanhã.
- (5) Nenhuma das anteriores.

Que forma você falaria em uma situação formal?

- (1) Nós gostamos de dançar.
- (2) Nós gosta de dançar.
- (3) A gente gostamos de dançar.
- (4) A gente gosta de dançar.

Que forma você falaria em uma situação informal (com amigos, família)?

- (1) Nós gostamos de praia.
- (2) Nós gosta de praia.
- (3) A gente gostamos de praia.
- (4) A gente gosta de praia.

ANEXO 2

TESTE DE OPINIÃO

NOME COMPLETO: _____

ESCOLARIDADE: _____ IDADE: _____

VOCÊ NASCEU NO RIO? () SIM () NÃO SEUS PAIS NASCERAM NO RIO? () SIM () NÃO

Em cada item, **você** deve fazer três (3) procedimentos, de acordo com o que você acha que fala normalmente:

- 1- Escolher entre as formas **tu/ você** ou **nós/ a gente**. Você deverá envolver o pronome escolhido.
- 2- Preencher a sentença com o verbo entre parênteses.
- 3- Completar com o adjetivo/ particípio que aparece em itálico.

ATENÇÃO: Neste não existe certo ou errado. Nosso objetivo é descobrir os usos lingüísticos que cada um prefere. Dê sua opinião, tentando lembrar como você falaria cada uma das sentenças abaixo.

1. Na televisão, cada vez mais cai a qualidade dos programas. **Tu/ você** _____ (chegar) em casa *acabad*___ do trabalho e não tem opção.

2. Se o salário mínimo fosse reajustado, **nós/ a gente** _____ (viver) mais *realizad*___. Aqui no Rio, o custo de vida é alto, e **a gente/ nós** _____ (ficar) *estressad*___ sem saber se o dinheiro dura até o final do mês.

3. Não sou de brigar com amigo, mas, se isso acontece, acho melhor conversar francamente. Chego e falo: "Eu sei que **você/ tu** _____ (estar) *chatead*___ comigo. Precisamos conversar!"

4. Ontem fui num casamento com uma amiga. Eu tive que comprar uma roupa, e ela arranhou um vestido emprestado. Mas deu tudo certo: **a gente / nós** _____ (ficar) muito *arrumad*____. Foi um sucesso! Já era esperado: **nós/ a gente** _____ (ser) *bonit*_____.

5. Fui assaltado na semana passada. Eu estava no ônibus com meu pai e, quando o ladrão mostrou o revólver, **nós/ a gente** _____ (ficar) muito *assustad*____. Foi horrível!

6. A violência está cada vez maior! Todo mundo anda com medo. **Você/ tu** _____ (sair) *preocupad*__ sem saber se volta viv____.

7. Depois do Impeachment do Collor, o brasileiro ficou mais esperto. Naquela época, o

povo todo foi pra rua exigir justiça. Isso mostrou que **nós/ a gente** não _____

(ser) *bob*__ só porque _____(ser) *enganad*____. Os políticos terão que pagar

pelos seus erros.

8. Minha avó vive reclamando dos jovens de hoje. Quando falamos disso, sempre digo pra ela: "Hoje **você/ tu** _____ (ser) *velh*____, mas também aprontou muito na sua época..."

9. Quando eu era adolescente, eu conversava bastante com a minha irmã. Até hoje, **a gente/ nós** _____ (ser) muito *amig*_____.

10. Lá no meu bairro, toda hora tem churrasco! **Nós/ a gente** _____ (comprar) a carne, carvão e umas cervejas. É a maior curtidão! No final, **a gente/ nós** sempre _____ (chegar) *bêbad*____ em casa.

11. O Rio continua sendo a Cidade Maravilhosa, apesar de toda a violência. Os turistas ficam loucos e não querem ir embora! Aqui, **você/ tu** _____ (ficar) *apaixonad*___ pela beleza das praias e pela simpatia do povo.

12. Eu tenho um amigo de infância que encontro até hoje. Quando **nós/ a gente** _____ (ser) *pequen*___, a brincadeira preferida era pique-esconde.

13. Aqui no Rio, o trânsito é pesado! Dependendo do horário, ninguém sai do lugar: **nós/ a gente** _____ (estar) *cansad*___, mas não dá pra fugir. Ainda bem que, no fim de semana, o carioca tem praia. Aí **a gente/ nós** _____ (descansar) durante todo o dia e _____ (voltar) *junt*___ com os amigos pra casa.

ANEXO 3

- **Paralelismo 1 (Sujeito-Sujeito)**

a gente vai... 0: a

a gente vai ... 0 mos: b

a gente vai ... nós: c

a gente vai ... a gente: d

a gente vamos ... 0 mos: e

a gente vamos ... 0: f

a gente vamos ... nós: g

a gente vamos ... a gente: h

nós vamos ... 0: i

nós vamos ... 0 mos: j

nós vai ... 0: k

nós vai... 0 mos: l

nós vai... nós: m

nós vai... a gente: n

nós vamos ... nós: o

nós vamos... a gente: p

0 mos...0: q

0 mos...0 mos: r

0 mos...nós: s

0 mos... a gente mos: t

0 mos... a gente: u

- **Paralelismo 2 (com clíticos: Sujeito-Objeto)**

a gente... nos/se: q

a gente... (d) a gente (com a gente): r

a gente... nós (de nós, com nós, para nós, conosco): s

nós... nos/se arrependemos: t

nós... (d) a gente: u

nós... nós: v

não se aplica: n

- **Paralelismo 3 (com possessivos: Suj-Adjunto Adnominal)**

a gente... nosso (s): w

a gente... (d) a gente: x

nós... nossos: y

nós ... (d) a gente: z

não se aplica: n

ANEXO 4

Freqüência de uso de *a gente*, segundo a variável marca morfêmica em rodada sem a saliência/ só com o Tempo Verbal

MARCA MORFÊMICA	Aplicação/Total	(%)
-mos	56/1272	4%
ø	368/395	93%
TOTAL	424/1667	25%

ANEXO 5

Freqüência de uso de *a gente*, segundo a variável preenchimento do sujeito

PREENCHIMENTO DO SUJEITO	Aplicação/Total	(%)
Sujeito preenchido	415/818	51%
Sujeito nulo	9/849	1%
TOTAL	424/1667	25%

ANEXO 6

- Sem a saliência se manteve a mesma coisa, não alterou. O paralelismo foi o 4º grupo selecionado.

Frequência de uso de *a gente*, segundo a variável paralelismo formal

PARALELISMO FORMAL SUJ-SUJ	Aplicação/Total	(%)
a gente... a gente	267/386	69%
a gente... -mos	102/876	12%
a gente... nós	45/393	11%
a gente... ø	10/12	83%
TOTAL	424/1667	25%

ANEXO 7

- Rodada comente com o tempo verbal: 7º grupo selecionado.

Frequência de uso de *a gente*, segundo a variável paralelismo formal com possessivo

PARALELISMO FORMAL (possessivo)	Aplicação/Total	(%)
a gente... nosso(s)	2/4	50%
a gente... (d) a gente	5/16	31%
TOTAL	7/20	35%

ANEXO 8

- Rodada comente com o tempo verbal: 9º grupo selecionado.

Freqüência de uso de *a gente*, segundo a variável paralelismo formal com clíticos

Paralelismo formal com clíticos	Aplicação/Total	(%)
A gente...nos/se	4/12	33%
A gente... (d) a gente	10/43	23%
A gente... com nós, com a gente, conosco, para nós, para a gente	13/82	16%
TOTAL	27/137	20%

ANEXO 9

